



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Mensagem ao Congresso Nacional

Mensagem ao Congresso Nacional

2006

2006





Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

M e n s a g e m a o C o n g r e s s o N a c i o n a l



2006



© 2006, Presidência da República do Brasil

Brasil. Presidente (2003 – .L.I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura / Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

236p. – (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo – Brasil. I. Lula da Silva, Luiz Inácio, 1945. II. Título III. Série.

CDD 320.981



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Antônio Palocci Filho

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministro de Estado da Previdência Social

Nelson Machado

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Souza

Ministro de Estado da Saúde

Saraiva Felipe

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Luiz Fernando Furlan

Ministro de Estado de Minas e Energia

Silas Rondeau Cavalcante Silva

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sérgio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado do Esporte
Agnelo Santos Queiroz Filho

Ministro de Estado do Turismo
Walfredo Silvino dos Mares Guia Neto

Ministro de Estado da Integração Nacional
Ciro Ferreira Gomes

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Sodatelli Rossetto

Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Jaques Wagner

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Advogado-Geral da União
Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Waldir Pires

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretária Especial de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
José Fritsch

Secretária Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial da Presidência da República
Matilde Ribeiro

Sumário

Apresentação, 9

I – A CONSOLIDAÇÃO DAS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

II – UM NOVO MODELO – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 25
 - a) Política de Comércio Exterior, 27
 - b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 29
 - c) Inovação e Propriedade Industrial, 31
 - d) Fomento aos Investimentos, 32
2. Agronegócio, 33
 - a) Novo Modelo do Agronegócio, 33
3. Turismo, 41
 - a) Plano Nacional para o Turismo, 41
 - b) O Setor Turismo cresce no Brasil acima da média mundial, 42
 - c) Programa de Regionalização do Turismo e o Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil, 43
 - d) Infra-Estrutura do Turismo, 43
 - e) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo, 44
 - f) Promoção do Turismo e Produto Turístico Brasileiro, 45
4. Trabalho e Emprego, 49
 - a) Estímulo ao Emprego e Geração de Renda, 49
 - b) Recuperação do Emprego Formal, 52
 - c) Aumento do Salário Mínimo, 53
 - d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador, 53
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 54
 - a) Banco Postal, 55
 - b) Crédito Consignado, 55
 - c) Microcrédito Popular e Microfinanças, 55
 - d) Microcrédito Produtivo Orientado, 56
6. Política de Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 56
 - a) Ações que fortalecem a inclusão social, 57
 - b) Ações que fortalecem o setor da pesca, 57
 - b.1) Profrota Pesqueira, 57
 - b.2) Subvenção ao preço do óleo diesel, 58
 - b.3) Crédito aos pescadores artesanais, 58
 - b.4) Assistência técnica, 58
 - b.5) Parques Aquícolas, 59
 - c) Incentivo à comercialização, 59
 - c.1) Exportação de Pescado Brasileiro, 59
 - c.2) Semana do Peixe, 60
 - d) Investimentos na cadeia produtiva, 60
 - e) Ordenamento da Pesca, 61
7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar, 61
 - a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural, 61
 - b) Uma Reforma Agrária de Qualidade, 62
 - c) Fortalecimento do INCRA, 62
 - d) Política de Assentamento, 62
 - d.1) Mais de 127 mil Novas Famílias Assentadas em 2005, 62
 - d.2) Assentar é apenas o Primeiro Passo, 63
 - d.3) Crédito Fundiário Amplia o Acesso à Terra, 63
 - e) Apoio à Agricultura Familiar, 63
 - e.1) Ampliação do Crédito, 64
 - e.2) Agricultores Familiares Conquistam Seguro Agrícola, 66

- f) Assistência Técnica, 66
- g) Apoio à Comercialização, 66
- h) Produção Orgânica, 67
- i) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar, 67
- j) Outros Projetos, 67
 - j.1) Desenvolvimento de Territórios, 67
 - j.2) Projeto Dom Hélder Câmara, 68
 - j.3) Valorização das Mulheres, 68
 - j.4) Levando o Conhecimento ao Campo, 49
- 8. Desenvolvimento Regional, 69
 - a) Defesa Civil, 76
- 9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil, 76
 - a) Plano BR-163 Sustentável, 77
 - b) Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, 77
 - c) Ações Integradas, 78
 - d) Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, 79
 - e) Criação de Novas Unidades de Conservação, 80
 - f) Programa Nacional de Florestas, 81
 - g) Zoneamento Ecológico-Econômico, 81
 - h) Política Nacional de Recursos Hídricos, 81
 - i) Responsabilidade compartilhada, 82
 - j) Esfera internacional, 83
- 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 83

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

- 1. Prioridade para os Mais Pobres, 89
 - a) Transferência de Renda: o Bolsa Família, 89
 - b) Ações de Assistência Social, 91
 - c) Ações de Segurança Alimentar, 93
- 2. Juventude, 94
 - a) A institucionalização do setor – criação da Secretaria Nacional de Juventude, 94
 - b) ProJovem, 95
 - c) Agente Jovem, 96
- 3. Educação, 96
 - a) Educação Básica, 97
 - b) Educação Superior, 99
 - c) Alfabetização e Educação Continuada, 101
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 101
- 4. Saúde, 102
 - a) Atenção Básica, 103
 - a.1) Saúde da família, 103
 - a.2) Saúde bucal, 103
 - a.3) Hipertensão e diabetes, 104
 - a.4) Recursos humanos, 104
 - a.5) Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), 104
 - b) Atenção a populações mais vulneráveis, 104
 - c) Atenção Hospitalar e de Alta Complexidade, 106
 - d) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), 108
 - e) Saúde Suplementar, 109
 - f) Assistência Farmacêutica, 109
 - g) Vigilância Sanitária, 110
 - h) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 112
 - i) Pactos pela Saúde, 114

5. Políticas Afirmativas, 115
 - a) Igualdade Racial, 115
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 117
 - b) Igualdade de Gênero, 118
 - b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, 119
 - b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho, 120
 - b.3) Iniciativas no plano legislativo, 121
 - b.4) Articulação Internacional, 121
 - c) Povos Indígenas, 122
6. Direitos Humanos, 123
7. Previdência Social, 128
 - a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 128
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 130
 - c) Previdência Complementar, 131
 - d) Atendimento ao Cidadão, 132
8. Cultura, 133
9. Esporte, 137
10. Energia – Luz para Todos, 139
11. Inclusão Digital, 140
12. Justiça e Segurança Pública, 141
 - a) Reconstrução da Institucionalidade, 141
 - b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), 143
 - c) Criação do Sistema Penitenciário Federal, 144
 - c.1) Política Penitenciária, 145
 - d) Desarmamento, 145
 - e) Plano Nacional de Combate à Pirataria, 146
 - f) Cidadania e Justiça, 147
 - f.1) Reforma do Poder Judiciário e legislação infraconstitucional, 147
 - f.2) Modernização da Justiça, 148
 - f.3) Melhoria do acesso à Justiça, 148
 - f.4) Controle de Estrangeiros – Acordos Internacionais e Refugiados, 149
 - f.5) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 149

IV – INFRA-ESTRUTURA

1. Minas e Energia, 153
 - a) Garantindo Energia a partir do Novo Marco Regulatório para o Setor Elétrico, 153
 - a.1) Leilão de geração, 153
 - a.2) Leilão de Novas Linhas de Transmissão, 154
 - b) Planejamento do Setor Energético, 154
 - c) Expansão do Setor Energético, 154
 - d) Petróleo e Gás Natural, 155
 - e) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás, 157
 - f) Fontes de Energia Sustentáveis, 157
 - f.1) Biodiesel, 157
 - f.2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), 159
 - g) Reluz – Eficiência Energética na Iluminação Pública, 159
 - h) Resgate do Papel do Estado no Setor Mineral, 160
2. Transportes, 161
 - a) Ampliação da Capacidade de Investimento, 161
 - b) Transporte Rodoviário, 162
 - c) Transporte Ferroviário, 164
 - d) Transporte Marítimo e Hidroviário, 165
 - e) Fomento à Indústria Naval, 166
 - f) Cooperação do Exército Nacional, 167

3. Aviação Civil e Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária, 168
4. Comunicações, 168
 - a) TV Digital, 168
 - b) Serviços Postais, 169
 - c) Rádio Digital e Comunitária, 169
5. Saneamento, 169
6. Habitação, 171
7. Planejamento Territorial Urbano, 173
8. Transporte e Mobilidade Urbana, 174
9. Trânsito, 175

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa, 179
2. Soberania, 183

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil, 191
 - a) Diálogo Internacional, 192
2. Articulação Federativa, 194
3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 194
4. Conferências Nacionais e Encontros, 195
 - a) Encontros, Seminários e Outros Eventos, 197

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 201
2. Informatização de Serviços – Investimento em Tecnologia de Informação (TI), 203
3. Transparência da Administração, 206
4. Valorização dos Servidores, 209
5. Gestão, 210
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 210
 - a.1) Estruturação e Reestruturação de Órgãos da Administração, 212
 - a.2) Gestão do Patrimônio da União, 212
 - b) Gestão Estratégica – Projeto Brasil em 3 Tempos, 212
 - c) Melhoria do Atendimento ao Público: Previdência Social, 213
6. Combate à Corrupção, 214
 - a) Sorteios Públicos, 214
 - b) Auditorias, 214
 - c) Apuração de Denúncias, 215
 - d) Outras Ações, 215
 - e) Combate ao Desvio de Recursos Públicos e ao Crime Organizado, 217
 - f) Combate à Lavagem de Dinheiro, 217
 - g) Combate aos Cartéis, 218
 - h) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 218
 - i) Articulação Internacional para Combate à Corrupção, 221
7. Defesa Judicial da União, 222

ANEXO

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Brasil de hoje é um País com mais desenvolvimento e menos desigualdade. Um País no qual o econômico e o social, longe de ser excludentes, caminham lado a lado.

Ao prestar contas das ações do Executivo em 2005 e apresentar nossas metas e desafios para 2006, quero reafirmar que a construção deste Brasil melhor se deve ao esforço conjunto do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e ao engajamento de toda a sociedade brasileira.

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), divulgada pelo IBGE em novembro de 2005, confirma que estamos avançando na superação de injustiças históricas, com a redução da pobreza e da concentração de renda.

Nestes últimos três anos, foram criados 3,4 milhões de novos postos de trabalho, todos com carteira assinada. Além disso, mais de 80% dos acordos salariais fechados em 2005 resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação.

Pela primeira vez em décadas, uma ampla negociação entre o Governo e as centrais sindicais definiu o valor do novo salário-mínimo, que já foi encaminhado ao Congresso Nacional na forma de um projeto de lei.

Ganha o trabalhador, que receberá um salário mínimo mais digno, mas ganha também o País como um todo, com os R\$15 bilhões que irão aquecer a economia graças ao aumento do poder de compra de significativa parcela da população brasileira.

Estamos, todos juntos, mudando o Brasil, mas sem perder de vista a estabilidade econômica, uma vez que inflação alta penaliza duramente os mais pobres e inviabiliza qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Nossos esforços conjuntos e nossa disciplina na condução da política econômica permitiram a devolução antecipada dos recursos emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), economizando US\$900 milhões em juros.

Não mais devemos ao FMI. Podemos caminhar com as próprias pernas, condição para avançar neste novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Estamos também retomando as grandes obras industriais e de infra-estrutura. Além de gerar milhares de empregos e reforçar as bases para o desenvolvimento do País, obras como a ferrovia Transnordestina, o Pólo Siderúrgico do Ceará, a duplicação da BR-101 e a refinaria Abreu e Lima consolidam a industrialização do Nordeste, corrigindo desigualdades regionais históricas.

Fruto da parceria entre Brasil e Venezuela, a refinaria Abreu e Lima é um dos muitos símbolos da integração do continente, que temos buscado desde o primeiro dia de nosso Governo, assim como o Gasoduto do Sul, que une Venezuela, Brasil e Argentina.

Enquanto avançamos na integração da América do Sul, nosso comércio exterior nos aproxima cada vez mais da Ásia e África, sem perder de vista parceiros tradicionais e importantes como os Estados Unidos e a Comunidade Européia.

Nossas exportações continuam crescendo e chegaram ao patamar histórico de US\$118,309 bilhões em 2005, com um saldo comercial de US\$44,764 bilhões. As exportações continuarão a se expandir em 2006, gerando mais emprego e renda.

Ao mesmo tempo em que se prepara para atingir, em breve, a tão sonhada auto-suficiência em petróleo, o Brasil torna-se pioneiro na produção de uma alternativa energética menos poluente. Fortemente vinculado à agricultura familiar, o biodiesel é mais um exemplo de como a economia e a conquista de direitos sociais estão andando de braços dados no Brasil de hoje.

Estamos também criando condições para uma vida mais digna no campo. O Luz para Todos já leva energia elétrica a mais de 2,2 milhões de brasileiros que vivem na zona rural. Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) subiram de R\$2,4 bilhões na safra 2002/2003 para R\$6,2 bilhões na de 2004/2005. Para a safra 2005/2006, foram disponibilizados R\$9 bilhões.

Mas o Pronaf não apenas cresceu em volume de recursos. Antes concentrado na região Sul, o programa nacionalizou-se e hoje chega a todos os Estados e a 5.360 Municípios do País, também contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Superadas as dificuldades iniciais, o ritmo da Reforma Agrária se acelerou e, em 2005, assentamos 127.506 famílias. Nosso esforço tem sido para fazer uma reforma agrária de qualidade, com crédito, assistência técnica, educação, habitação, estradas e cisternas para assentamentos novos e antigos. Em 2006, pretendemos novamente ultrapassar a meta anual, avançando no cumprimento do estabelecido com os movimentos sociais do setor.

Queremos continuar avançando, e muito, na implementação das mudanças que o País precisa.

Ampliamos fortemente os investimentos sociais, que vêm crescendo a cada ano. Em 2003, investimos R\$11,4 bilhões em programas vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social. Em 2004, R\$14 bilhões. Em 2005, R\$17,8 bilhões. Este ano, vamos investir R\$21,2 bilhões.

O Programa Bolsa Família já chega a 8,7 milhões de famílias, o equivalente a 77% daquelas que vivem abaixo da linha de pobreza. Nossa meta é chegar ao final de 2006 beneficiando 100% das famílias que vivem em extrema pobreza. Não se trata apenas de fazer transferência de renda, – mas de resgatar cidadanias.

Se o Bolsa Família visa o combate imediato à extrema pobreza, cabe à Educação criar oportunidades para o futuro, sobretudo em benefício dos mais jovens.

Com a contribuição do Congresso Nacional, na apreciação e aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a educação deverá receber R\$21 bilhões a mais já em 2006.

Ao mesmo tempo, estamos criando dez novas universidades federais e 40 pólos universitários em várias regiões do Brasil. Estamos, também, possibilitando o acesso maciço de alunos de baixa renda ao ensino superior, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), que este ano já concedeu 203 mil bolsas.

O ProUni oferece a milhares de jovens vindos da rede pública a oportunidade, antes remota, de chegar à universidade. Da mesma forma que o ProJovem, outro importante programa voltado para a juventude brasileira está assegurando a inserção social de 200 mil rapazes e moças que vivem em situação de risco nas regiões metropolitanas.

Trata-se, enfim, de continuar construindo hoje o Brasil de amanhã, tarefa que tem no Congresso Nacional um dos atores essenciais, apreciando, debatendo e aprovando medidas indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Quero destacar que, em 2005, saíram aprovados do Congresso – entre muitas outras iniciativas – o Programa Nacional de Microcrédito Orientado, a MP do Bem, a Lei de Falências, além do ProUni, do ProJovem e do Programa Nacional do Biodiesel.

Em 2006, temos novas conquistas pela frente: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Política Nacional de Saneamento Básico, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, o Conselho Nacional de Bioética, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entre outras.

Tenho certeza de que continuaremos trabalhando juntos, Governo, Congresso e sociedade, na construção de um Brasil cada vez mais desenvolvido e menos desigual – para nós, nossos filhos e as futuras gerações.

Brasília, 15 de fevereiro de 2006

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



I - A CONSOLIDAÇÃO DAS BASES
PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO
SOCIAL

2006

I – A CONSOLIDAÇÃO DAS BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

Nos últimos doze meses, o Brasil deu prosseguimento à construção de um sólido ambiente macroeconômico e à criação de condições para um processo de desenvolvimento sustentado e equilibrado nos próximos anos. O controle das finanças públicas e da inflação, a ampliação da poupança doméstica e o excepcional desempenho das contas externas do País são os pilares econômicos que permitirão o Brasil crescer a um ritmo cada vez mais forte, sem gerar desequilíbrios que comprometam o desenvolvimento futuro.

A construção das bases para um novo padrão de desenvolvimento do País está, no entanto, muito além da solidez das variáveis macroeconômicas. A mudança no padrão de gestão das políticas públicas e um conjunto amplo de reformas institucionais tem criado as condições para um aumento da eficiência da economia em geral – e do setor público em particular –, bem como um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e ao investimento privado.

O mais importante é que esse fortalecimento da base econômica do desenvolvimento ocorreu simultaneamente com o desenvolvimento de políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais, cujos resultados já aparecem de forma bastante clara.

Após a forte expansão de 2004, em 2005 o crescimento econômico desacelerou-se em decorrência, principalmente, da necessidade de a política monetária controlar o surto inflacionário observado entre meados de 2004 e meados de 2005 e do efeito das turbulências políticas sobre as expectativas que se acentuaram a partir do segundo trimestre. Nesse contexto, 2005 foi essencialmente um ano de consolidação do ajuste macroeconômico iniciado em 2003.

A inflação medida pelo IPCA, que já havia caído de 9,3%, em 2003, para 7,6%, em 2004 (e que, em função das pressões inflacionárias chegou a alcançar 8,1% no acumulado em 12 meses em abril de 2005), voltou a cair, fechou 2005 em 5,69% e ficou pelo segundo ano consecutivo, dentro da faixa definida pelo regime de metas de inflação. Já a inflação medida pelo IGP-M (que é utilizado na correção de diversas tarifas de serviços públicos, como eletricidade e telecomunicações) declinou de 12,4% em 2004 para 1,21% em 2005, a menor taxa de variação de toda a série histórica do índice.

Além de sua importância para a estabilidade macroeconômica, e, portanto, para a criação de condições para um crescimento sustentável nos próximos anos, o controle da inflação também tem claros benefícios sociais. Em 2005, o valor da cesta básica em São Paulo reduziu-se em 0,5%, registrando a maior queda anual desde 1994, o que contribuiu para o aumento do poder de compra da população mais pobre.

Apesar da desaceleração decorrente do esforço de contenção dos preços e do impacto das turbulências políticas, a economia seguiu sua trajetória de crescimento e, ao que tudo indica, o biênio 2004-2005 deverá registrar a expansão mais forte desde 1995.

Mais importante que o desempenho conjuntural, no entanto, é o fato de que, apesar do ambiente político mais conturbado, o Brasil seguiu em sua trajetória de consolidação macroeconômica, com a inflação e a dívida pública em queda e com o reforço da solidez das contas externas. Em particular, as expectativas de inflação para 2006 estão convergindo para a meta de 4,5%, o que confirma o sucesso da política de controle da inflação e abre espaço para um crescimento mais robusto da economia.

Nesse contexto, não apenas as condições macroeconômicas para uma nova aceleração do crescimento estão cada vez mais fortes, como os dados indicam que esse processo já se iniciou e que deve se consolidar em 2006. De fato, a continuidade do crescimento do emprego e da renda do trabalho – que resultaram em uma expansão de 5% na massa salarial em termos reais no acumulado de 2005 até o mês de dezembro –, a manutenção de um ritmo acelerado de expansão do crédito e, principalmente, a reversão da tendência de queda da confiança dos consumidores – indicador de que o efeito das turbulências políticas sobre as expectativas está sendo diluído –, reforçam a perspectiva de um crescimento ainda mais sustentado em 2006.

No âmbito das contas públicas, o compromisso do Governo com uma política fiscal consistente tem garantido a contínua redução da dívida pública, afastando de forma clara o risco de insolvência do setor público e ampliando a confiança na sustentabilidade fiscal de longo prazo. Após ter sido reduzida de 55,5% do PIB para 51,7% do PIB entre o final de 2002 e o final de 2004, a dívida líquida do setor público continuou em declínio, alcançando 50,9% do PIB em novembro de 2005.

Avanços importantes também foram alcançados nas relações econômicas do País com o resto do mundo. O setor exportador soube aproveitar a expansão do comércio mundial e registrou um excepcional desempenho. As exportações cresceram 22,6% em 2005, alcançando US\$118,3 bilhões, e foram determinantes para a elevação do superávit comercial de US\$33,7 bilhões em 2004 para US\$44,8 bilhões em 2005. Como consequência, o superávit em transações correntes passou de US\$11,7 bilhões em 2004 para US\$14,2 bilhões em 2005.

O desempenho positivo do saldo em conta corrente e a atração de investimentos estrangeiros diretos – que alcançaram US\$15,2 bilhões no acumulado em 12 meses até dezembro de 2005 – permitiram ao País ampliar significativamente suas reservas internacionais e seguir na trajetória de redução da dívida externa. Enquanto as reservas internacionais líquidas do Brasil (não considerados os créditos do Fundo Monetário Internacional – FMI) subiram de US\$27,5 bilhões para US\$53,8 bilhões entre 2004 e 2005, a relação entre a dívida externa e o PIB de nosso País, que já havia caído de 45,9% para 33,3% entre o final de 2002 e o final de 2004, seguiu em queda, alcançando 24,7% do PIB em setembro de 2005.

Esse excelente desempenho das contas externas reflete não apenas o grande potencial produtivo e competitivo de nossas empresas, mas também uma política incisiva de defesa dos interesses comerciais do Brasil, que tem viabilizado a abertura de novos mercados e a obtenção de vitórias significativas em disputas comerciais. O fortalecimento das contas externas e o compromisso com a consistência macroeconômica criaram as condições para que o Brasil pudesse encerrar de forma tranqüila um longo período de dependência do apoio do FMI. A liquidação antecipada da dívida com o FMI foi

o desdobramento natural da melhora alcançada nos fundamentos econômicos e confirma a redução significativa da dependência de capitais externos, que havia se constituído em um dos principais fatores de instabilidade econômica do País nas últimas décadas.

Tais avanços não apenas reduzem o grau de volatilidade das variáveis macroeconômicas, como também a exposição de nossa economia a mudanças no cenário internacional. Uma consequência dessa mudança é a contínua melhora da percepção do risco associado ao País, cujo principal indicador, o índice EMBI+ (que mede a diferença em centésimos de pontos percentuais entre as taxas de juros dos títulos brasileiros e as taxas de títulos do Tesouro Norte-Americano de mesmo prazo), que já havia caído do patamar de 1.500 pontos no final de 2002 para 400 pontos no final de 2004, seguiu em queda, alcançando pouco mais de 300 pontos no final de 2005.

Mas os avanços na gestão da economia observados no último ano vão muito além do controle da inflação e da consolidação de bons resultados no setor externo. Em continuidade às mudanças iniciadas em 2003, seguiu-se, em 2005, o processo de aperfeiçoamento na condução da política fiscal. No que diz respeito à gestão da dívida pública, no ano de 2005 foi dado prosseguimento à diminuição da parcela da dívida doméstica indexada à taxa de câmbio, que após ter sido reduzida de 40,7% em setembro de 2002 para 9,9% em dezembro de 2004, alcançou 1,2% do total em dezembro de 2005. Ao mesmo tempo, a parcela da dívida prefixada, que havia crescido de 6,5% para 20,1% do total entre setembro de 2002 e dezembro de 2004, alcançou 27,9% em dezembro último. Essa mudança fortalece a política fiscal ao reduzir a exposição da dívida pública a flutuações na taxa de câmbio, que foi um dos principais motivos para o forte aumento da dívida entre 1999 e 2002.

A mudança mais importante na gestão da política fiscal diz respeito à forma de se promover o ajuste das contas públicas. Enquanto na administração anterior esse ajuste foi realizado essencialmente por meio de sucessivos aumentos de tributos – que elevaram a carga tributária de 29,8% do PIB em 1995 para 35,6% do PIB em 2002 –, a melhora do desempenho fiscal observada em 2005 ocorreu sem o aumento de alíquotas ou a criação de novos tributos.

Ao contrário, o bom desempenho da arrecadação federal no ano – que decorreu da boa rentabilidade das empresas num ambiente de crescimento econômico, e levou a um expressivo aumento da arrecadação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro – permitiu a adoção de uma série de medidas de desoneração tributária, voltadas ao aumento do potencial de crescimento da economia e à melhoria da distribuição de renda do País. A lista de medidas adotadas em 2005 é extensa (o Quadro 1 apresenta as principais), mas é possível agrupá-las em dois grandes grupos.

O primeiro conjunto diz respeito às medidas voltadas à redução do custo do investimento, cujo objetivo é criar condições para ampliar de forma sustentada o volume de investimentos no País. Entre essas, destaca-se a finalização do processo de redução a zero da alíquota do IPI incidente sobre os bens de capital. Também se incluem nessa categoria medidas voltadas à correção de distorções tributárias que oneravam nossas exportações, como o RECAP (voltado às empresas exportadoras em geral) e o REPES (voltado à exportação de software).

QUADRO 1 – Medidas de Desoneração Tributária

Medidas de Desoneração Tributária	Instrumento Legal
I. Redução do custo do investimento	
Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP)	Lei nº 11.196/2005 Decretos nº 5.649/2005 e 5.629/2005
Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES)	Lei nº 11.196/2005
Desoneração do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de adubos, fertilizantes e defensivos agropecuários	Decreto nº 5.630/2005
Redução da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre o Biodiesel	Decreto nº 5.457/2005
Desoneração de IPI sobre bens de capital	Decreto nº 5.468/2005
II. Eficiência econômica	
Mercado Imobiliário/Agronegócio Regime especial de tributação do patrimônio de afetação	Lei nº 11.196/2005
Contabilização da receita financeira das empresas do setor imobiliário – apuração da base de cálculo de IR e CSLL	Lei nº 11.196/2005
Isenção do Imposto de Renda na troca de imóveis residenciais	Lei nº 11.196/2005
Redução do Imposto de Renda sobre a alienação de imóveis residenciais	Lei nº 11.196/2005
Tratamento tributário dos fundos imobiliários	Lei nº 11.196/2005
Tratamento tributário do faturamento das companhias securitizadoras do agronegócio	Lei nº 11.196/2005
Mercado financeiro Isenção de PIS/COFINS nas operações de Hedge	Decreto nº 5.442/2005
Adequação da tributação do PIS/COFINS, CSLL e IR incidente sobre os instrumentos derivativos	Lei nº 11.196/2005
Inovação tecnológica Incentivos tributários à inovação tecnológica	Lei nº 11.196/2005
Programa de Inclusão Digital	Lei nº 11.196/2005 Decreto nº 5.602/2005
Outros Ampliação do prazo de recolhimento de tributos	Lei nº 11.196/2005
SIMPLES – Ampliação e regulamentação dos limites	Lei nº 11.196/2005 MP nº 275/2005

A ampliação da eficiência da economia em diversas áreas é o objetivo do segundo conjunto de medidas de desoneração tributária. Esse é o caso, por exemplo, das medidas voltadas à melhora do funcionamento do mercado imobiliário por meio, por exemplo, da redução do imposto incidente na troca de imóveis residenciais e da instituição de um regime especial de tributação para as incorporações que adotarem o regime de patrimônio de afetação. É o caso também da consolidação e ampliação dos incentivos fiscais para a inovação e o desenvolvimento tecnológico das empresas, bem como de um amplo conjunto de medidas voltadas ao funcionamento mais eficiente dos mercados financeiros, como a isenção de PIS e Cofins nas operações de *hedge* e a desoneração tributária de instrumentos de captação voltados ao financiamento habitacional.

As mudanças na qualidade da gestão econômica iniciadas em 2003 e que tiveram continuidade em 2005 vão, no entanto, muito além das medidas fiscais e tributárias. Ao lado das mudanças institucionais voltadas para o aumento da eficiência econômica e para a melhoria do ambiente de negócios no País (ver o Quadro 2 para um resumo das principais medidas), foi dada seqüência à implementação de aperfeiçoamentos importantes na forma da condução das políticas públicas em diversas áreas.

QUADRO 2 – Reformas Institucionais

Reformas Institucionais	Instrumento Legal
Lei de Falências	Lei nº 11.101/2005
Lei de Falências – Código Tributário Nacional	Lei Complementar nº 118/2005
Aperfeiçoamento da Lei de Concessões	Lei nº 11.196/2005
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	Decreto nº 5.352/2005
Parceria Público Privada – Integralização das cotas no Fundo Garantidor de PPPs & Criação do Comitê Gestor	Decreto nº 5.411/2005 Decreto nº 5.385/2005
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)	Lei nº 11.182/2005
Atuação integrada e intercâmbio de informações entre a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária	Decreto nº 5.644/2005
Reformulação do Código de Processo Civil – Execução do Código de Processo Civil	Lei nº 11.232/2005
Previdência Complementar e Setor Imobiliário Permissão para que recursos previdenciários possam ser usados como colateral de financiamento imobiliário	Lei nº 11.196/2005
Blindagem dos planos de previdência privada	Lei nº 11.196/2005
Fundos de locação imobiliária	Lei nº 11.196/2005
Política Social ProUni	Lei nº 11.096/2005 e Lei nº 11.128/2005
Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituição do Conselho Gestor do FNHIS	Lei nº 11.124/2005
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Lei nº 11.110/2005

Entre as reformas institucionais implementadas no período destacam-se os avanços na reforma do Judiciário e a nova Lei de Falências, publicada em fevereiro de 2005, que tem como principal objetivo a criação de condições para que empresas com dificuldades financeiras, mas que sejam operacionalmente viáveis possam continuar em atividade, invertendo a lógica da legislação anterior, que levava empresas viáveis a serem sucateadas pela falta de um mecanismo de coordenação dos credores. A nova Lei de Falências também contribui para aumentar a segurança jurídica dos contratos, ao ampliar a prioridade dos créditos com garantia real nos processos de falência, contribuindo assim para a redução do risco dos credores e, portanto, do *spread* bancário.

O aumento da eficiência do sistema de crédito e o desenvolvimento de novos instrumentos de intermediação financeira são o objetivo de uma série de outras medidas. Na área do crédito imobiliário, deu-se seqüência à regulamentação dos mecanismos destinados à securitização dos créditos imobiliários, criando condições para o desenvolvimento de novas fontes de financiamento imobiliário, além das fontes tradicionais do Sistema Financeiro da Habitação.

Outra área que mereceu atenção no âmbito das reformas institucionais foi a da infra-estrutura. O principal avanço nessa área foi o progresso na regulamentação das parcerias público-privadas (PPPs), que contribuirão para o aumento do investimento privado em obras de infra-estrutura nas quais a rentabilidade é insuficiente para uma concessão tradicional.

Na área do agronegócio, foi colocada em prática uma série de instrumentos criados neste Governo e voltados para o financiamento da produção e da comercialização, bem como para o funcionamento mais eficiente dos processos de armazenamento e comercialização da produção. Também foram introduzidos aperfeiçoamentos na forma de operação da política agrícola, como a possibilidade de utilização de subvenções para o seguro agrícola e para as opções de venda privadas. Essas medidas constituem os primeiros passos de uma reforma do modelo de política agrícola, que precisa ser atualizado para acompanhar o potencial de crescimento do agronegócio no País.

O Governo adotou, também, uma série de medidas nas áreas da política industrial e tecnológica. Entre essas se destacam a entrada em operação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a regulamentação da nova Lei de Inovação, que tem como objetivo principal a maior integração entre a pesquisa desenvolvida nas universidades e centros de pesquisa e o atendimento das necessidades de desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras. Por meio dessas medidas procura-se construir as condições para que o Brasil possa ter uma participação ativa e consolidar uma posição de destaque nas áreas em que o desenvolvimento tecnológico é mais acelerado.

Por intermédio de uma política econômica voltada para o crescimento sustentável – tanto pela consolidação de um ambiente macroeconômico estável quanto pela implementação de um amplo conjunto de reformas institucionais – e da definição de uma nova forma de atuação das políticas setoriais, o Governo tem construído um novo modelo de desenvolvimento que compatibiliza crescimento, estabilidade econômica e a priorização de áreas estratégicas para fortalecer a inserção do Brasil na economia mundial.

O mais importante é que esses avanços na esfera econômica têm se realizado simultaneamente com um amplo conjunto de ações voltadas para a inclusão social e para a redução das disparidades de renda no Brasil. Além da ampliação dos programas sociais – entre os quais se destaca o Bolsa-Família –, a estratégia de inserção social do Governo tem priorizado a criação de condições para o acesso ao capital, a custos aceitáveis, por parte dos pequenos empreendedores, formais e informais.

O conjunto de medidas voltadas ao acesso da população de baixa renda ao crédito e aos serviços bancários é bastante amplo. Entre essas medidas destaca-se a forte ampliação dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passaram de R\$4,5 bilhões na safra 2003/2004 para R\$6,1 bilhões na safra 2004/2005 e deve alcançar R\$9,0 bilhões na safra 2005/2006. Também se destaca, em 2005, a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a ampliação de programas de inclusão financeira iniciados neste Governo, como a criação das contas bancárias simplificadas e o estímulo ao desenvolvimento das cooperativas de crédito.

A priorização das políticas de acesso ao capital pela população de baixa renda e pelos pequenos empreendedores se configura como uma verdadeira revolução na forma de fazer política social no Brasil. Ao difundir a cultura do crédito e da produção, e ao potencializar a capacidade produtiva da parcela mais pobre da população, essas políticas têm impactos extremamente positivos sobre a redução das desigualdades sociais.

Na área da educação, o principal destaque foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) que, a um custo baixo, viabilizou uma expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior para a população de baixa renda.

Ainda que as políticas econômicas e sociais deste Governo tenham características estruturantes, e portanto o conjunto de seus resultados só fique claro no longo prazo, alguns de seus efeitos positivos já podem ser percebidos.

Um desses efeitos é a geração de empregos, principalmente, formais, que vem ocorrendo em um ritmo sem precedentes na história recente do País. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005 foram criados 3,42 milhões de empregos no País e, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de ocupação alcançou, em 2004, o maior nível desde 1996. Com referência ao ano de 2005, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) mostram que foram abertas mais de um milhão e duzentas mil vagas, confirmando a trajetória de forte recuperação do emprego formal.

Também no que diz respeito à renda recebida pelos trabalhadores já pode ser percebida uma inflexão de trajetória. Segundo a PNAD, após um período de queda contínua iniciada em 1997, a renda média real dos trabalhadores estabilizou-se em 2004. Já para o ano de 2005, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME) mostram que, até o mês de dezembro, houve um aumento real de 1,7% da renda média habitual dos trabalhadores, tendência que – a partir da sólida base econômica que está sendo construída – deverá se consolidar e expandir nos próximos anos.

Os avanços sociais que começam a ser observados não dizem respeito apenas à renda e ao emprego, mas se refletem também numa ampliação relevante da cobertura de serviços sociais como educação e saneamento. E, o que é mais importante, os dados da PNAD indicam que a pobreza e a desigualdade de renda apresentaram uma redução significativa entre 2002 e 2004, confirmando o sucesso das políticas que têm sido adotadas. De acordo com esses dados, a taxa de pobreza, que entre 1995 e 2002 havia caído a uma taxa média de 1,6% ao ano, acelerou a queda entre 2002 e 2004, caindo a um ritmo médio de 2,2% ao ano, mesmo com os fortes ajustes econômicos realizados em 2003.

Embora os resultados já obtidos sejam importantes, o trabalho de construção de um novo modelo de desenvolvimento ainda não está concluído. No âmbito macroeconômico, além da atenção sempre constante à inflação e da necessidade de manter a política firme de defesa dos interesses comerciais do Brasil, é preciso consolidar o compromisso do Governo com a sustentabilidade das contas fiscais e a redução progressiva da dívida pública, ao mesmo tempo em que se constroem as condições para a redução progressiva da carga tributária e a ampliação dos investimentos públicos. O sucesso na gestão macroeconômica cria condições não apenas para uma redução sustentável das taxas reais de juros, mas também para que o crescimento se dê de forma sustentável, sem gerar desequilíbrios que comprometam sua trajetória futura.

Nesse contexto, as perspectivas para 2006 indicam não apenas um crescimento mais robusto do que o de 2005 – consequência natural do ajuste realizado no último ano –, mas também o avanço contínuo na direção de um ambiente macroeconômico cada vez mais sólido.

No que diz respeito às finanças públicas, a manutenção do compromisso com um regime fiscal consistente deverá viabilizar a continuidade da trajetória de queda da dívida pública concomitantemente com a melhora de sua qualidade, por meio da ampliação do prazo médio dos títulos e do aumento da participação de títulos pré-fixados e dos títulos indexados a índices de preços, conforme sinalizado no plano anual de financiamento da dívida pública federal.

Já no tocante à inflação, a perspectiva para 2006 é de continuidade da queda da taxa medida pelo IPCA, que tende a convergir para um nível próximo à meta de 4,5%, perspectiva confirmada pelas projeções de mercado. Por fim, com relação às contas externas, a tendência é de manutenção da trajetória de expansão das exportações, bem como de fortalecimento das reservas internacionais e de redução do endividamento externo líquido do País e do setor público, ampliando ainda mais a solidez construída ao longo dos últimos anos.

No âmbito das reformas institucionais há ainda uma agenda a implementar. Um conjunto de projetos de grande relevância já se encontra em tramitação no Congresso Nacional e sua aprovação certamente contribuirá para ampliar ainda mais a capacidade de crescimento sustentável do País. Entre esses projetos merece destaque a reforma tributária – que a partir da unificação da legislação do ICMS e do fim da guerra fiscal criará condições para uma expressiva racionalização da tributação indireta no País. Também na área tributária estão em tramitação os projetos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e da Pré-Empresa, este último de grande importância para promover a formalização de uma importante parcela dos empreendimentos informais do País.



Outros projetos que já se encontram em tramitação no Congresso Nacional podem contribuir de forma relevante para a melhoria do ambiente de negócios e para o aumento da eficiência econômica. Entre esses se destacam os que tratam da criação da Receita Federal do Brasil – unificando a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária –, da abertura do mercado de resseguros, da reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, da regulamentação das agências reguladoras, bem como o projeto que regulamenta os bancos de dados de proteção ao crédito (cadastro positivo), que deve contribuir para uma redução relevante do custo do crédito ao viabilizar maior acesso às informações sobre o histórico de crédito das pessoas físicas e das pequenas empresas.

Naturalmente, a agenda de reformas não se esgota nos projetos em tramitação no Congresso. Uma série de outras medidas encontra-se em estudo, com destaque para o projeto que simplifica os procedimentos de abertura e fechamento de empresas e a revisão da estrutura do seguro rural no Brasil – etapa indispensável na reformulação da estrutura da política agrícola.

Em particular, uma mudança de grande importância é o processo de integração dos fiscos federal, estaduais e municipais, que vem sendo conduzido pela Secretaria da Receita Federal. Esse processo se inicia com a sincronização dos cadastros dos fiscos (que já está em vigor para alguns Estados) e deve conduzir, dentro de alguns anos, à implementação de um sistema integrado de emissão de documentos fiscais por meio eletrônico. Quando esse processo estiver completado, uma revolução na estrutura tributária do País será possível, não apenas pelo fechamento de importantes brechas de sonegação fiscal, mas também porque permitirá a unificação e racionalização dos tributos indiretos, que são hoje a maior fonte de distorções em nossa estrutura de tributação.

Os avanços realizados na gestão econômica e social do Brasil nos últimos trinta e seis meses e, em particular, em 2005 são relevantes, mas devem ser entendidos como o que realmente são: parte de um processo mais amplo de mudança no modelo de desenvolvimento do País. Mudança que já tem produzido resultados importantes e que seguirá sendo implementada, apresentando benefícios cada vez mais claros em termos do desempenho econômico e social do País.



II - UM NOVO MODELO-
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM INCLUSÃO SOCIAL

2006



1. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

Em 2005, o Governo Federal investiu esforços na consolidação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) mediante ação coordenada de diversos órgãos da administração pública federal e parcerias com instituições privadas.

As ações da PITCE buscaram valorizar os setores produtivos de alto valor agregado, por meio da criação de arranjo institucional e de mecanismos legais, além de fomento aos setores prioritários. Foram criadas e encontram-se em pleno funcionamento o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), além da Agência Brasileira de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil).

Do temas tratados pelo CNDI, em 2005, destacam-se a discussão da proposta para simplificação do processo de registro e legalização de empresas, visando desburocratizar o processo atual, e o diagnóstico do setor de eletrônicos e semicondutores no Brasil, com proposta de um Plano Nacional de Microeletrônica.

A programação de trabalho da ABDI tem se fundamentado em quatro macroprocessos mobilizadores: Indústria Forte; Inova Brasil; Opções Estratégicas e Temas Portadores de Futuro; e Inteligência Estratégica. A ABDI tem acompanhado a execução dos programas e projetos que compõem a PITCE, produzindo informações relevantes para os processos de tomada de decisão com vistas ao alcance dos resultados propostos por essa Política.

Foram registrados, no ano de 2005, avanços no que se refere à constituição de novos marcos legais com a formação no País de um ambiente indutor do trabalho integrado de cientistas, pesquisadores e empresários no desenvolvimento de novos processos e produtos, ampliando a participação da iniciativa privada no esforço nacional de geração de conhecimento e inovação.

O trabalho conjunto entre o Governo e a iniciativa privada permitiu a regulamentação da Lei de Inovação, fundamental para incentivar parcerias entre centros de pesquisa, universidades e o setor produtivo. Além da subvenção, foram estabelecidos os dispositivos legais para a incubação de empresas no espaço político e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores, criando-se também regras para a participação do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo.

Destacam-se também a constituição de incentivos fiscais para a inovação nas empresas criados pela Lei nº 11.196, de 2005. Essa Lei permite a criação de um pacote de incentivos fiscais à inovação tecnológica, que inclui a redução de 50% do IPI incidente sobre equipamentos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. Outra medida contemplada nessa norma legal refere-se à inclusão digital. A Lei define os valores máximos de isenção da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de computadores no varejo. Esse incentivo é válido até 2009.

As empresas inovadoras também se beneficiarão da nova Lei, pois elas poderão deduzir do Imposto de Renda até o dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento, abater como despesas operacionais as transferências destinadas à execução de atividades de inovação feitas às microempresas e empresas de pequeno porte e a inventores independentes, além de receber subvenção pública de até 50% da remuneração de pesquisadores contratados para exercer atividades de inovação tecnológica.

Em 2005, foi também regulamentada a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a chamada Lei de Biossegurança. Essa Lei estabeleceu um novo marco no que se refere às normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados.

Em 2006, espera-se a regulamentação da Lei de Informática que concede incentivos fiscais às empresas que investem em P&D, localizadas na Zona Franca de Manaus, mediante desconto no recolhimento do IPI referente ao produto a ser fabricado no Brasil.

No ano de 2005, foram efetivados aportes significativos de recursos, reembolsáveis e não-reembolsáveis, para os setores prioritários da PITCE. Foram disponibilizados, no ano passado, R\$343,3 milhões, em recursos não-reembolsáveis, voltados para as ações dessa Política.

A estruturação do novo modelo de gestão dos Fundos Setoriais permitiu focar na PITCE cerca de 60% dos recursos disponíveis para novos investimentos desses Fundos, em 2005. Agrega-se a isto os créditos reembolsáveis estendidos a empresas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para fomentar atividades de pesquisa e desenvolvimento. O novo modelo de gestão aumentou a eficiência na execução dos recursos dos Fundos, atingindo-se a marca aproximada de 99% de execução dos recursos disponíveis 2005. A execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), compostos fundamentalmente, por recursos dos Fundos Setoriais, aumentou de R\$343 milhões, em 2002, para R\$628 milhões, em 2004, atingindo R\$800 milhões em 2005.

No âmbito da PITCE, ocorrerão, em 2006: i) a estruturação e implantação das linhas de subvenção a atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas com recursos do FNDCT, previstas na Lei de Inovação; ii) a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC); iii) a seleção e contratação de projetos nos setores prioritários e áreas portadoras de futuro (bens de capital, microeletrônica, semicondutores, fármacos, software, nanotecnologia, biotecnologia e biomassa); iv) a seleção e contratação de projetos de parceria entre Instituições Científicas e Tecnológicas e empresas; e v) a seleção e contratação de projetos de suporte a serviços tecnológicos para empresas (Tecnologia Industrial Básica, Incubadoras de Empresas, Parques Tecnológicos, Núcleos de Inovação e Portais).

A concessão de crédito para projetos de inovação em empresas totalizou, em 2005, R\$650 milhões em recursos reembolsáveis, 80% dos quais se destinaram a projetos prioritários da PITCE, com especial destaque para o setor de bens de capital.



Foram analisados, também em 2005, um total de 1.754 requerimentos para inclusão na lista de produtos do regime de ex-tarifários, sendo concedidas 1.251 reduções tarifárias, o que resultou em um investimento em bens importados, sem similar nacional, de US\$1,97 bilhões. O impacto da ampliação dessa lista, até novembro de 2005, foi de US\$16,6 bilhões de investimentos vinculados em reestruturação e modernização de diversos segmentos industriais, com significativos reflexos nas exportações e na geração de empregos.

A meta de exportação para o setor de software continua sendo de US\$2 bilhões, em 2007, meta essa que está sendo efetivamente incorporada pelo mercado. Por sua vez, a PITCE e a ABDI continuam desenvolvendo núcleos de excelência no Brasil nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia e biomassa.

a) Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior propiciou a superação das metas estabelecidas para 2005. O Governo elevou para US\$132 bilhões a meta de exportações do Brasil em 2006. Esse número representa uma revisão de 10% da meta inicialmente estabelecida, em 2002, de duplicar as vendas externas do País até o final do Governo. Esse objetivo está muito próximo de ser alcançado, tendo em vista que desde 2003 as exportações brasileiras vêm crescendo acima da média mundial.

Para viabilizar essa meta, o Governo reforçará suas incumbências na área de promoção comercial com a realização de missões empresariais, feiras internacionais e eventos para a divulgação de serviços e produtos nacionais. Será dada continuidade também ao processo de desburocratização do comércio exterior.

Está prevista em 2006, a instalação de três novos centros de distribuição, na Alemanha, Polônia e em Portugal. Esses centros contribuirão com a redução da distância entre exportadores brasileiros e seus clientes no exterior, atendendo à dinâmica da demanda local e apoiando atividades e ações focadas nos canais de distribuição.

O ano de 2005 encerrou-se com exportações de US\$118,309 bilhões, importações de US\$73,545 bilhões, saldo comercial de US\$44,764 bilhões e corrente de comércio de US\$191,854 bilhões. Em valor, a expansão das exportações significou geração adicional de divisas da ordem de US\$21,834 bilhões, de 2004 para 2005. Já nas importações, o aumento foi de US\$10,732 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar corrente de comércio superior a US\$190 bilhões em 2005, valor 20,9% acima dos US\$159,288 bilhões de 2004.

A continuidade do esforço de simplificação e de desburocratização das operações de comércio exterior contemplou a redução dos trâmites burocráticos e operacionais, com a consolidação de todas as normas de exportação e importação, inclusive as que versam sobre o mecanismo do *drawback*, em duas portarias, o que passou a possibilitar, aos usuários desses serviços, o rápido acesso à regulamentação e aos procedimentos que devem ser observados. Nessa oportunidade, reduziu-se, também, o universo de produtos sujeitos a tratamento prévio tanto na exportação quanto na importação. Os referidos documentos estão disponíveis na Internet, sendo tempestivamente atualizados. Tal medida resultou em maior

transparência e publicidade dos atos legais em vigor, ampliando ainda mais o acesso às informações e reduzindo a margem de erros nas solicitações de licenciamento de operações de comércio exterior. Em relação à redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para remessas financeiras destinadas ao pagamento de despesas relativas à promoção das exportações, foram editados novos atos normativos, visando à simplificação dos procedimentos.

No tocante às ações de modernização dos sistemas operacionais, estão sendo desenvolvidos o novo módulo comercial do Siscomex Exportação e o *drawback* eletrônico na modalidade isenção, e aperfeiçoado o *drawback* eletrônico na modalidade suspensão. Todos estarão disponíveis na Internet, com previsão de implantação no ano de 2006. Há que se registrar o caráter permanente na implementação de medidas para a simplificação dos procedimentos normativos e operacionais do comércio exterior brasileiro, em consonância com os anseios do empresariado nacional.

Em 2006, será dada continuidade ao aperfeiçoamento do Sistema de Automação de Registro do Comércio (SIARCO), bem como à ampliação da participação do Governo em negociações internacionais sobre serviços e investimentos, no âmbito de acordos bilaterais, regionais e multilaterais. Ainda nessa área, deve ser destacado o desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado e Integrado de Informações de Operações de Comércio Exterior de Serviços (SISCOSERV), que contribuirá para fortalecer a participação do Governo nas referidas negociações.

O Radar Comercial, sistema informatizado de inteligência comercial, instrumento que auxilia o exportador brasileiro, principalmente as pequenas e médias empresas, no levantamento das potencialidades dos seus produtos, alcançou, durante o ano de 2005, 43.700 acessos e atingiu 15.188 usuários cadastrados, permitindo a identificação de oportunidades comerciais em mais de 54 países responsáveis por 92 % do comércio mundial. Já o Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior (ALICE) tem mais de 75.500 usuários cadastrados, oriundos de 97 países, com média de 820 acessos/dia e 1355 consultas/dia. O Portal do Exportador, com *links* e informações sobre comércio exterior, ultrapassou 1,4 milhão de acessos, representando incremento de 45,6% em 2005. O Portal, que inclui o sistema Fala Exportador – para dirimir dúvidas e questionamento da comunidade que opera em comércio exterior –, recebeu 16.923 consultas com a redução do tempo de resposta para 1 dia útil, com índice de atendimento de 98,8% em relação ao número de consultas recebidas.

Em 2005, foram analisados vinte e quatro processos de defesa comercial, incluindo os processos abertos em 2004 e ainda não encerrados, resultando na aplicação de dez medidas de defesa comercial e no encerramento de quatro processos sem a aplicação de medidas. Ademais, visando subsidiar a participação brasileira nos fóruns internacionais de defesa comercial foram realizados mais de cento e quatro estudos. Durante as negociações que culminaram com a entrada da República Popular da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), foi acordado com aquele país a previsão de aplicação de salvaguardas transitórias aos seus produtos. Em vista disso, o Governo, considerando o elevado patamar de entendimento alcançado pelas relações bilaterais com a China, a intensificação do intercâmbio comercial em benefício de ambas as partes e tendo presente, ainda, que medidas de salvaguarda são importante instrumento para evitar o desenvolvimento desordenado do comércio, decidiu regulamentar a aplicação de salvaguardas aos produtos procedentes daquele País.



Na estratégia de ampliação e diversificação da pauta brasileira de exportação e dos mercados de destino, serão promovidos 17 Encontros Nacionais de Comércio Exterior (ENCOMEX) em todo o País. Além disso, cerca de 3.500 profissionais, entre empresários e agentes de comércio exterior, serão capacitados pelo programa REDEAGENTES visando facilitar o acesso das empresas de pequeno porte ao mercado internacional.

Foi também desenvolvido o Projeto *Design Excellence*, com a participação do Brasil na Feira Internacional *Design Award*, um dos principais concursos de design da Europa. Em 2005, foram classificados 163 produtos brasileiros, consolidando a promoção e o fortalecimento da marca Brasil no exterior.

Uma das iniciativas de destaque, em 2006, será a execução da campanha promocional *We do it different* (Nós fazemos diferente), que estará presente em feiras, missões, temporadas em grandes redes varejistas, bem como em locais públicos e privados. O objetivo da campanha é ampliar a divulgação da Marca Brasil e aumentar o potencial da geração de negócios, principalmente na Europa.

Outro ponto de destaque foi o Programa do Artesanato Brasileiro. O Programa apoiou a participação de artesãos em seis feiras nacionais e em quatro feiras regionais, além de desenvolver a Rota da Estrada Real em oito Municípios do Rio de Janeiro, em 2005, o que contribuiu para a promoção, a divulgação e a comercialização dos produtos artesanais. Além disso, com vistas ao incremento da produção artesanal e da capacidade empreendedora dos agentes envolvidos, promoveu ações de capacitação de artesãos e multiplicadores. Com a instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro, em 7 de dezembro de 2005, o Programa passou a contar com um ambiente propício para a discussão e implementação de políticas públicas para o setor e seis Grupos Temáticos já foram instalados: i) regulamentação da profissão do artesão; ii) organização do Seminário “Conceituação do artesanato e sua formalização no mercado brasileiro”; iii) desenvolvimento de sistema de informações para o artesanato brasileiro; iv) definição de critérios para a Carteira Nacional do Artesão; v) plano de trabalho com metas de curto, médio e longo prazos; e vi) inserção no mercado internacional.

O Governo consolidou, em 2005, os Fóruns de Competitividade para ampliar a competitividade das empresas brasileiras. Foram reinstalados e instituídos os seguintes fóruns: de Franquias; de Biotecnologia; e das principais cadeias produtivas (Madeira e Móveis; Gemas e Jóias; Couro, Calçados e Artefatos; Têxtil e Confecções; Agronegócio; Automotiva; Plástico; Farmacêutica, Perfumaria e Cosméticos; Agroquímica; Eletroeletrônica; Siderurgia; Construção Civil), constituindo-se no principal instrumento de interlocução entre Governo, setor produtivo e trabalhadores.

b) Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte completou cinco anos, em novembro de 2005. O Fórum é composto por 57 entidades representativas do setor privado e 50 órgãos de governo. O ano de 2005 foi marcado pela consolidação do Fórum, cuja trajetória esteve pautada por avanços históricos: i) discussão da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; ii) reestruturação do Fórum e de seus Comitês Temáticos; e iii) discussão e apresentação de 31 propostas de ações a serem consubstanciadas em políticas públicas pelo Governo. As ações vão

desde a desoneração das exportações para o setor e incentivos na área de inovação e tecnologia até ações de desburocratização e capacitação.

O Governo também atraiu para o Brasil a sede da Conferência Global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre “Empreendedorismo e Financiamento às Pequenas e Médias Empresas”, a realizar-se em março de 2006. A Conferência deverá reunir 800 pessoas de mais de 90 países para debater o tema e apontar novos caminhos no campo das políticas públicas nesse terreno. Sedar o evento é resultado de esforços empreendidos pelo Governo e reflete a dimensão do segmento das pequenas empresas no Brasil.

O Programa Arranjos Produtivos Locais (APL) foi reestruturado em 2004, passando a incorporar as ações da Política Industrial. A criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional Permanente (GTP APL) possibilitou coordenar a atuação conjunta de instituições governamentais e privadas, até então pulverizadas. Em 2004, o GTP APL, que conta hoje com 33 instituições, priorizou 11 APLs pilotos, distribuídos em todas as regiões do País. Em 2005, já são 142 novos arranjos produtivos priorizados. A nova metodologia de trabalho está sendo aplicada, contando, inclusive, com a implementação de Planos de Desenvolvimento em cada arranjo atendido.

O Projeto Telecentros de Informação e Negócios (TIN), concebido pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conta com 1.616 Telecentros habilitados, sendo que 1.479 foram habilitados no ano de 2005. A parceria intragovernamental, firmada entre os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Desenvolvimento Social, além da Caixa Econômica Federal, assegura a doação de computadores para a implantação de todos os Telecentros habilitados, contribuindo para aumentar a competitividade das pequenas empresas brasileiras e a geração de emprego e renda, mediante a inserção de novos conteúdos de gestão empresarial e o acesso a novas tecnologias da informação. Destaca-se, ainda, que 134 Telecentros já foram habilitados para implantação em unidades dos Comandos Militares do Exército, no âmbito do Programa Soldado Cidadão, que capacita o jovem recruta para o primeiro emprego.

Até o final de 2006, será dado prosseguimento na implantação de mais 1.000 Telecentros de Informações e Negócios (TIN). O Telecentro oferece cursos e treinamentos presenciais e à distância, informações, serviços e oportunidades de negócios visando inserir a microempresa e a empresa de pequeno porte na Sociedade da Informação, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação.

O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) – ação estruturante do Programa APL – consiste em sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos “in loco” e visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural em APLs. Já foram atendidos, nos seis Núcleos Operacionais implementados em 2004, cerca de 1300 micro, pequenas e médias empresas, com impacto direto sobre cerca de 13.000 trabalhadores. No segundo semestre de 2005, o PEIEx, instalou oito novos Núcleos Operacionais. Com esses novos núcleos, estima-se atender cerca 2.010 empresas no decorrer de 2006, além de beneficiar cerca de 20.100 trabalhadores. Em 2006, o PEIEx prevê a instalação de mais dez Núcleos Operacionais, com estimativa de atendimento a mais 2.520 empresas e 25.250 trabalhadores. Os resultados são alentadores. Importantes conquistas do Brasil



ocorreram no campo da promoção de produtos nacionais no mercado internacional: Programa de Certificação da Cachaça; Programa Brasileiro de Etiquetagem; Programa de Certificação Florestal (CERFLOR); Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF); e a implementação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, que contempla 55 produtos, processos ou serviços passíveis de certificação. Entre esses vale mencionar o programa de certificação sanitária da castanha do Brasil, destinada à exportação para a União Européia, e o programa de certificação fitossanitária de diversas frutas *in natura*, como manga, mamão, citros, cucurbitáceas, banana e uva, destinadas aos mercados externo e interno.

Ao longo desses três anos, foi implementada uma política persistente de atração de investimentos e de viabilização de grandes projetos industriais no Brasil. Em 2006, a atenção estará voltada para a oferta de melhores condições de infraestrutura e a consolidação de um ambiente de negócios favorável aos investimentos de capital estrangeiro e nacional já em vias de execução no País.

Outro programa importante foi o lançamento, pelo Presidente da República, do Bônus Certificação, que apóia financeiramente a pequena empresa para a certificação de produtos. O Bônus Certificação está sendo desenvolvido em parceria entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Sebrae, encontrando-se atualmente em processo de certificação 418 empresas.

Serão investidos, em 2006, R\$295,8 milhões no Programa Metrologia e Qualidade Industrial que tem por finalidade elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor, contribuindo para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

c) Inovação e propriedade industrial

No âmbito do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), no ano de 2005, observou-se um aumento nas decisões substantivas (aquelas efetivamente baseadas em exame) de 80% em marcas e 50% em patentes, respectivamente. Atingiu-se, assim, produtividade comparável à dos principais institutos de marcas e patentes do mundo e obteve-se autorização legal para o aumento do quadro de recursos humanos em 440 vagas, 300 das quais para examinadores de marcas e patentes. No exercício de 2005, em relação ao anterior, os registros de marcas cresceram 9,35% e os de patentes 2,18%.

A reestruturação do INPI, a ser efetivada em 2006, tem como objetivo modernizar a estrutura física e de gestão da instituição a fim de torná-la ágil, moderna e flexível, visando acelerar o processo de obtenção de marcas e/ou patentes.

No decorrer de 2005, construiu-se e consolidou-se ampla rede de parcerias com as principais universidades, institutos de pesquisa, federações de indústrias, o “sistema S” e demais instituições do sistema nacional de inovação, de modo a oferecer serviço efetivo de apoio ao uso do sistema de propriedade industrial, especialmente pelas micro, pequenas e médias empresas, com especial atenção aos arranjos produtivos locais priorizados na nova PITCE, com o objetivo de aumentar o volume de depósitos de marcas e patentes por empresas brasileiras.

A rede foi construída por meio de convênios celebrados, em quatorze Estados da Federação, em torno das respectivas Secretarias de Ciência e Tecnologia. O objetivo desses convênios é promover a implementação do previsto na Lei de Inovação quanto à estruturação de escritórios de inovação tecnológica nas universidades, de modo que estes atinjam não apenas o público acadêmico, mas também as empresas.

Quanto à promoção do uso da informação tecnológica de patentes, foi assinado contrato com o Escritório Europeu de Patentes, provendo o acesso do INPI à mais importante ferramenta de consulta à informação relativa a patentes, conhecida como sistema EPOQUE.

Iniciaram-se negociações com o Sistema Indústria (Confederação Nacional da Indústria – CNI e Federações de Indústrias) de modo a estabelecer no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Instituto Euvaldo Lodi (IEL), estruturas voltadas para apoiar a capacitação inovativa das empresas brasileiras a partir da informação das patentes.

Em dezembro de 2005, foi constituída a Associação de Biotecnologia da Amazônia (ABA), com vistas a dar sustentação às atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O CBA é um projeto do Governo que tem como missão promover o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias e incentivar atividades industriais, baseadas na exploração sustentável da biodiversidade da Amazônia. O CBA destinará R\$10,6 milhões para o desenvolvimento de seis projetos que visam incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira, de modo sustentável.

No âmbito do Pólo Industrial de Manaus (PIM), foi fortalecido o modelo Zona Franca, fixado até 2023. O Programa alcançou, em 2005, resultados positivos. Destaca-se que esses resultados são consequência de uma política adequada de desenvolvimento implementada pela SUFRAMA, ao longo dos últimos anos, conforme demonstram os indicadores: faturamento de US\$17,3 bilhões; 93,3 mil empregos gerados; exportações de US\$1,9 bilhão; investimentos totais de US\$5,2 bilhões; e arrecadação de tributos federais no Estado do Amazonas de R\$3,2 bilhões. Além disso, as exportações do PIM cresceram 41%.

Em 2006, serão aplicados R\$19,5 milhões na análise e controle de 985 projetos beneficiados com incentivos fiscais, de modo a consolidar a estrutura produtiva do PIM.

d) Fomento aos Investimentos

No âmbito da PITCE estão sendo implementados pelo Governo os seguintes programas com vistas ao financiamento ao setor produtivo: i) Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA); ii) Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Novo PROSOFT); iii) Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados, para bens de capital; FUNTEC (Fundo Tecnológico), para inovações tecnológicas; iv) MODERMAQ, modernização geral da indústria

e dinamização do setor de bens de capital; MODERCARGA, aquisição de caminhões para modernização da frota; e v) o PROGEREN, geração de emprego e renda nas empresas com capacidade ociosa de produção que necessitem de capital de giro.

Posição em 31/12/2005

R\$ Mil

Programa	Limite da Linha de Crédito	Contratações em 2005	Nº de Projetos
BNDES – Caminhões	6.600.000	1.543.740	8.426
Modermaq	3.000.000	2.197.930	5.018
Profarma	Não Estipulado	101.681	15
Progeren	Não Estipulado	2.198.301	1.225
Prosoft	Não Estipulado	101.514	12
Total		6.143.166	14.696

2. Agronegócio

Com um clima diversificado, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil é o único País do mundo com potencial para crescer 136 milhões de hectares (ha) em área plantada. Desse total, nenhuma árvore da floresta amazônica necessita ser derrubada: 106 milhões de ha podem ser acrescentados sem impactos e 30 milhões de ha com integração da lavoura pecuária (pastos degradados). Esses fatores fazem do País um lugar de vocação natural para a agropecuária e para todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. Estima-se que, nos próximos 10 anos, deverão ser produzidas 60 milhões de toneladas de grãos a mais para atender ao crescimento da demanda mundial. Isso significa o incremento de, no mínimo, 2 milhões de ha de cultivo por ano.

A propósito, estudos também indicam tendências de diversificação dos hábitos alimentares em âmbito mundial. Nos países em desenvolvimento, a urbanização crescente deverá incrementar significativamente a demanda por gêneros alimentícios de maior valor protéico (carnes, por exemplo) e energéticos (açúcar). Nos países desenvolvidos, o envelhecimento da população tende a incrementar a demanda por alimentos com valor nutricional diferenciado (frutas principalmente). Sem esquecer do atendimento às necessidades domésticas, o Brasil poderá se beneficiar consideravelmente dessas tendências do mercado global. Para tanto, é necessário investimento contínuo na produção e na exportação de carnes, frutas, açúcar e outros produtos que venham a ser demandados.

a) Novo Modelo do Agronegócio

O agronegócio brasileiro é eficiente e competitivo, responde por um em cada três reais de renda gerados no País e contribui decisivamente para o superávit da balança comercial. O setor abrange 34% do PIB, 40% das exportações e 37% dos empregos, sendo 17,7 milhões desses empregos gerados diretamente no campo.

As exportações do agronegócio mais que duplicaram em relação ao início do Governo: em 2005, atingiu-se a marca histórica de US\$43,6 bilhões, um incremento de 11,8% sobre o ano de 2004. Destacaram-se novamente as exportações de soja, com vendas de US\$9,5 bilhões em 2005, e carnes, com US\$8,0 bilhões. O complexo de carnes merece atenção especial, pois as vendas cresceram 31,1% sobre o ano de 2004, sendo que a carne bovina somou US\$3,0 bilhões contra US\$2,5 bilhão em 2004, o frango acumulou US\$3,5 bilhões contra US\$2,6 bilhões e os suínos US\$1,1 bilhão contra US\$744 milhões.

Apesar disso, a situação de crise de renda do agronegócio em 2005 – devido à significativa redução da safra de verão nos Estados atingidos por estiagem e os baixos preços das *commodities* agrícolas – exigiu medidas emergenciais do Governo. Destaca-se a edição de normas que prolongaram prazos de pagamento das dívidas de custeio e investimento dos produtores e suas cooperativas, especialmente quando situados nos Municípios em estado de calamidade ou emergência e para os cultivos de algodão, arroz, milho, trigo e soja. Além disso, R\$3 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram destinados ao refinanciamento de débitos de produtores rurais ou cooperativas junto a fornecedores de insumos. O Governo desembolsou mais de R\$1,2 bilhão no apoio direto à comercialização de 5 milhões de toneladas de arroz, trigo, milho, algodão e mandioca. Os desembolsos incluíram R\$522 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF), R\$353 milhões por meio do prêmio ao escoamento de produto (PEP), R\$160 milhões em prêmios de risco para o lançamento de opções privadas (PROP) e R\$169 milhões em opções públicas. A atuação do Governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

Estruturalmente, uma das prioridades da política agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R\$44,35 bilhões na Safra 2005/2006, sem contar os R\$9 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos a juros controlados superou em 18% o da safra 2004/2005, atingindo 63% de todo o crédito rural oficial disponível.

Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas estão sendo adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção. Nesse sentido, a Lei nº 11.076, de 30/12/2004, criou três novos títulos destinados ao refinanciamento de recebíveis originados nas relações comerciais entre produtores rurais e empresas atuantes em todos os ramos do agronegócio. Com eles, as empresas terão maior interesse em adiantar insumos e financiar as operações agropecuárias de seus clientes com prazo de pagamento até a safra. Os novos títulos são: i) o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), emitido por cooperativas, prestadores de serviços e empresas supridoras ou demandantes da produção agropecuária; ii) a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), emitida por instituições bancárias e cooperativas de crédito; e iii) o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), emitido por sociedades com propósito específico de atuar no mercado de recebíveis agropecuários. Um quarto título, ainda, denominado Nota Comercial do Agronegócio (NCA) ou Agrinote foi regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Instrução nº 422, de 20/9/2005. De maneira inédita, a CVM autorizou incluir empresas limitadas e cooperativas – que tenham relações comerciais com produtores rurais – entre os potenciais emissores da NCA, que é um título para distribuição pública.



No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o Governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. A Lei nº 11.076/2004 autorizou a subvenção econômica pelo Governo Federal aos contratos de opção de venda de produto agrícola lançados pelo setor privado, em benefício de produtores rurais e cooperativas. Desse modo, em leilão público é definido o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), que será a subvenção a ser paga à empresa na data estipulada, caso o produtor exerça o direito de entrega do produto. Esse novo instrumento demanda menor volume de recursos orçamentários do que o tradicional lançamento de opções públicas ou a compra direta de produto pelo Governo por meio de AGE, tornando a política de sustentação de preços mais eficiente, ou seja, permite ao Governo apoiar a comercialização de maior volume de produto em relação aos recursos utilizados via outros instrumentos. O sucesso do PROP já foi comprovado na prática, em 2005, tendo amparado 12,8% da safra de algodão do País, além de outros produtos.

Outras inovações deste Governo são o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o *Warrant* Agropecuário (WA), também criados pela Lei nº 11.076/2004. O CDA e o WA são títulos gêmeos representativos da promessa de entrega de produto depositado em armazém, com emissão pelo depositário (o armazenador), a pedido do depositante (o produtor rural). Têm o objetivo de atrair a entrada de especuladores dispostos a assumir o risco de preço associado ao carregamento de estoques, aumentando a liquidez da comercialização agropecuária. O WA pode servir como uma espécie de “EGF Privado”, possibilitando ao seu detentor dá-lo em garantia de empréstimos. Em 2005, a Central de Liquidação e Custódia de Títulos (CETIP) registrou a negociação do primeiro contrato de CDA/WA, referente à comercialização de 30.988 sacas de café de 60 quilos.

Em relação à infra-estrutura e à logística, para superar gargalos que podem limitar o crescimento da produção agropecuária, em 2006, serão implementadas mesas de integração e logística para minimização do problema, já que sua resolução depende do esforço de diversos setores governamentais. Além disso, recursos para manutenção e ampliação de unidades armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aumentarão em aproximadamente 8% a capacidade estática de armazenagem do Governo Federal.

Cabe salientar que, no final de 2002, contava-se com apenas 42 unidades armazenadoras governamentais, passando-se para 88 unidades na atual gestão. Os investimentos em 2005 foram da ordem de R\$6,6 milhões. No final de 2002, os estoques públicos somavam menos de 300 mil toneladas. Atualmente, esses estoques totalizam 4 milhões de toneladas de produtos agropecuários, principalmente de milho e arroz, com investimento financeiro da ordem de R\$1,1 bilhão. Destaca-se também a disponibilidade de acesso ao Moderinfra, que é uma linha de financiamento a juros fixos para a construção de armazéns nas propriedades rurais, com objetivo de reduzir a pressão de oferta dos produtores, especialmente no momento de concentração da colheita.

Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a CONAB utiliza dois importantes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP) e o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP).

Pelo VEP, foram vendidas e removidas 695.768 toneladas de milho e trigo dos estoques públicos para abastecimento de alguns dos Estados das Regiões Norte e Nordeste. Pelo PEP, promoveu-se o escoamento de 2.146.365 toneladas de trigo, milho e algodão em pluma para abastecimento de Estados das Regiões Norte e Nordeste, do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais, sendo que o algodão em pluma foi direcionado ao abastecimento de todas as regiões Brasileiras. Além disso, conforme já mencionado, iniciou-se a compra de produtos pelos Contratos de Opção de Venda Privado. Em 2005, foram negociados 31.563 contratos, do total de 852.201 toneladas de arroz em casca, milho em grão, trigo em grão, algodão em pluma e raiz de mandioca.

Quanto à formação dos estoques públicos, a previsão de aquisição em 2006 é de 3,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques foram estimados em R\$2,2 bilhões.

Em relação ao serviço de levantamento de informações e planejamento de safras, uma inovação importante iniciada pela CONAB, em 2005, foi a realização dos primeiros levantamentos de produção de cana-de-açúcar. Foram visitadas 370 usinas de açúcar e destilarias de álcool e 60 entidades de classe, constatando-se uma produção de 436,8 milhões de toneladas na safra 2005/06, com incremento de 5,1% sobre a anterior. Esse trabalho será complementado pela utilização de geotecnologias, tais como: geoprocessamento, sensoriamento remoto e imagens de satélites georreferenciadas.

Na política de gestão e minimização dos riscos associados à atividade agropecuária, foram fortalecidas as ações de meteorologia e climatologia, Zoneamento Agrícola de Risco Climático e o seguro rural.

As ações de meteorologia e climatologia imprimiram maior celeridade à coleta dos dados, contribuindo para o aumento na frequência do monitoramento das situações meteorológicas e climáticas, permitindo melhora significativa das previsões de tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Além disso, buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, o Projeto Piloto de Investimentos viabilizou a aquisição de 240 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País.

As ações de Zoneamento Agrícola de Risco Climático identificaram e dimensionaram, em cada Município, os riscos de natureza climática a que estiveram sujeitas as respectivas culturas. Essas ações foram metodologicamente aperfeiçoadas e ampliadas em 2005, tendo sido realizados 484 zoneamentos, que contribuíram significativamente para minimizar o risco de perdas de safras agrícolas por adversidades climáticas.

Quanto ao Seguro Rural, em 2005 a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural cobriu entre 30% e 50% do valor a ser pago pelos agricultores, beneficiando os cultivadores de algodão, arroz irrigado, feijão, milho, soja, trigo, maçã e uva. O efetivo início das operações se deu no quarto trimestre de 2005, com a concessão R\$2,3 milhões de subvenção ao prêmio. Em 2006, o Governo consolidará o Seguro Rural no País por meio da disseminação de Subvenção ao Prêmio, da revisão da legislação para o resseguro e de alterações no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.



Para manter a liderança de produção e exportação de diversos alimentos, é preciso forte investimento em defesa sanitária, qualidade de produto, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico. Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Sistema Brasileiro de Inspeção Federal por autoridades sanitárias internacionais – Canadá, Comunidade Européia e Estados Unidos – assegurou o aumento das exportações. Em 2005, o Brasil exportou o total de 1,3 milhões de toneladas de carne bovina. Ainda na área animal, exportaram-se 2,8 milhões de toneladas de carne de frango, principalmente para Arábia Saudita, Rússia e Comunidade Européia, 581 mil toneladas de carne suína, notadamente para Rússia e Ucrânia, e 68 mil toneladas de produtos lácteos para vários países. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil é responsável por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel, e 23% do tabaco consumidos mundialmente.

Na defesa sanitária, as perspectivas para 2006 são de fortalecimento do sistema de combate a pragas e doenças que afetam a produção agropecuária nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, nas prevenções do mal da “vaca louca” e da gripe aviária, no combate às doenças de Newcastle, ferrugem da soja e Syngenta Negra. Para tanto, as principais medidas previstas são: i) incremento na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros; ii) melhora da rede laboratorial; e iii) revisão e adequação da legislação vigente.

No momento, é muito importante a continuidade das ações direcionadas à manutenção do *status* sanitário na área vegetal e animal, frente à ameaça de doenças oriundas de outros países. Nesse sentido, são intensificadas medidas preventivas contra a entrada no País de doenças como a BSE (doença da vaca louca), *influenza* aviária e demais pragas e doenças exóticas, por meio do fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito interestadual e internacional de animais, vegetais e de produtos agropecuários. Foram implantadas 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais. Assim, em 2005, realizou-se a classificação de 3,6 milhões de toneladas de produtos vegetais importados, foram realizadas inspeções em 4.000 estabelecimentos produtores de bebidas e fiscalizados cerca de 5.000 produtos registrados no MAPA.

Uma questão essencial relacionada à sanidade agropecuária é a confiabilidade dos serviços de inspeção do País. Em 2005 os Estados de Rondônia, Acre e dois Municípios do Amazonas foram incorporados à zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento internacional feito pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), cumprindo, assim, cronograma previsto no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. A zona livre composta por 15 Estados e o Distrito Federal representava mais de 50% do território brasileiro e comportava em torno de 84% do rebanho bovino. Com a re-introdução da febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná no mês de outubro de 2005, a condição de zona livre foi suspensa pela OIE, com exceção dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rondônia e Acre. Entretanto, a transparência e a rapidez da ação governamental no combate aos focos de aftosa demonstram a seriedade do Governo na matéria, pois todas as medidas para o controle e extinção da doença foram e estão sendo adotadas, conforme as normas previstas no Código de Animais Terrestres da OIE.

No que tange ao combate à febre aftosa, em 2005, salienta-se que o Governo destinou R\$33 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população atingida. Toda a área com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada, foram montados dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos Municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi iniciado rapidamente, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença.

Outro aspecto positivo na defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema laboratorial agropecuário. Com infra-estrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial competitivo, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento dos acordos internacionais. A implantação do laboratório de alta segurança biológica, fundamental aos países em processo de erradicação de doenças como a febre aftosa, peste suína clássica, doença de Newcastle e a prevenção da *influenza* aviária, que se constituem nas principais barreiras não tarifárias ao comércio internacional, é um marco para o Brasil.

Por sua vez, a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é aliar segurança à saúde do consumidor. Em 2006, o Governo Federal pretende: i) estabelecer normas regulamentares de prevenção, controle e monitoramento dos fatores que afetam a segurança dos alimentos, ii) revisar o Sistema de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários; iii) tornar obrigatória, em todo o território nacional, a inspeção dos produtos de origem vegetal industrializados, processados, semi-processados ou minimamente processados, *in natura*, seus subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico; e iv) estabelecer parcerias com associações e lideranças do agronegócio.

Outro exemplo de medida governamental de promoção da competitividade da produção agropecuária é o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que objetiva elevar a produção e, principalmente, a qualidade dos produtos, de modo a atender às rigorosas exigências do mercado internacional, tais como: i) sustentabilidade ambiental; ii) rastreabilidade; iii) trabalho justo; iv) uso adequado de agrotóxicos e da água. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se as normas técnicas de produção integrada de maçã, uva, manga, mamão, caju, melão, pêssego e citros (PIF Brasil), e, ainda, as normas técnicas de outras cadeias produtivas de aves, suínos, grãos e hortaliças. Na cadeia produtiva da maçã, por exemplo, está em implantação o modelo de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas, beneficiando 211 produtores (40% da área total cultivada), com produção de aproximadamente 46.860 toneladas, nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em breve, a maçã terá sua a terceira colheita a receber o selo PIF Brasil e sua participação no sistema chegará a 70% da área total cultivada com a fruta.

Outra ação do Governo Federá consiste em agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se: i) a rastreabilidade; ii) a certificação; iii) a disseminação da cultura de identificação geográfica de origem para produtores e consumidores; iv) a produção integrada; v) o manejo sustentável; e vi) a produção orgânica.



Quanto à agricultura orgânica, apesar de ainda responder por tão somente 3% da área agricultável no mundo, o Brasil perde apenas para a Austrália em área de produção. O País conta com 6.587.637 ha certificados ou em processo de certificação orgânica. Esse universo abrange 12.801 projetos individuais e coletivos, nas cinco regiões brasileiras, com a participação de mais de 20 mil produtores rurais.

Em relação à sustentabilidade ambiental, merece destaque a inclusão no crédito rural oficial da possibilidade de financiamento de projetos de adequação ao meio ambiente. Nesse sentido, como estímulo à produção rural, podem ser elevados em até 15% os limites dos créditos de custeio para os produtores que comprovem a existência de reserva legal e áreas de preservação permanente previstas na legislação, ou que apresentem plano de recuperação com anuência das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente ou do Ministério Público. Esse benefício também alcança os produtores rurais que comprovem a prática de integração de lavoura com pecuária.

Além da agricultura para a produção de alimentos, o Brasil também possui grande potencial para a agricultura energética. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a atuação do Brasil no campo da agroenergia ocorrerá no cerne das principais cadeias produtivas (etanol, biodiesel, biomassa florestal, biogás e resíduos agropecuários e da agroindústria) e sistemas complexos, de forma integrada com os princípios do MDL. Em 2006, o Governo pretende: i) implantar banco de informações sobre os setores sucroalcooleiro e agroenergético; ii) promover estudos sobre o álcool carburante e sobre os custos de produção da cana-de-açúcar; e iii) identificar nichos de mercado para o uso do biodiesel acima de 2%. No campo da pesquisa, o principal objetivo é desenvolver e transferir conhecimento e tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e o uso racional da energia renovável, visando à competitividade do agronegócio brasileiro e ao suporte de políticas públicas.

Para fortalecer as ações nesse campo, serão criados a Embrapa Agroenergia e o Consórcio Nacional de Agroenergia. Ao mesmo tempo em que o novo Centro da Embrapa funcionará como catalisador dos esforços de pesquisa da empresa, o consórcio será o instrumento de compartilhamento de experiências e gestão dos recursos voltados para o financiamento das pesquisas, nas cadeias produtivas eleitas como prioritárias.

Outro setor com recordes históricos é a produção sucroalcooleira, que deverá atingir 436,8 milhões de toneladas de cana e 15,9 bilhões de litros de álcool na 2005/2006. O Governo tem atuado decisivamente na abertura de mercados internacionais e na divulgação da experiência brasileira no uso do etanol como combustível. Resultado disso é o salto de 600 milhões de litros exportados em 2002 para os mais de 2,5 bilhões em 2005. Foi criada a Câmara Setorial da Cadeia produtiva do Açúcar e do Álcool como canal permanente entre o Governo e o setor produtivo nacional.

Ainda nesse campo, destaca-se o desenvolvimento e lançamento do Plano Nacional de Agroenergia, em 14 de outubro de 2005, com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o aumento da participação da energia de biomassa agrícola em nossa matriz energética, minimizando riscos de perturbações nos mercados da agricultura alimentar. O Plano define quatro grandes áreas de atuação: álcool, biodiesel, florestas energéticas cultivadas e aproveitamento de resíduos. Essas

duas últimas áreas aparecem como a grande inovação do Governo Federal, no sentido de conferir tratamento diferenciado para o plantio florestal, com foco na produção do carvão vegetal e no aproveitamento de resíduos, especialmente os dejetos de suínos (produção de biogás), de frigoríficos (produção de biodiesel), além dos resíduos sólidos, como o bagaço de cana (produção de energia elétrica).

O fomento à pesquisa e à cunhagem de novas tecnologias são áreas priorizadas pelo Governo. A biotecnologia, a nanotecnologia e a engenharia genética tornam-se, num cenário competitivo, importantes diferenciais do País que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando fortemente as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo envidará esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética serão prioritários, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas.

Em 2005, o Governo trabalhou com uma carteira de 750 projetos de P&D em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o sequenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Foram geradas 150 novas cultivares, realizados 240 monitoramentos e zoneamentos agropecuários e lançadas 160 novas metodologias científicas de trabalhos. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem assim para o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento territorial. Ainda no campo da pesquisa, os Centros de Pesquisas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) desenvolveram 167 projetos de P&D, com ênfase na recuperação da lavoura cacaueira, sendo que os clones já liberados para os produtores permitiram a ampliação da produção brasileira de cacau.

Por sua vez, o Programa Nacional de Silvicultura, que trata da conservação produtiva de espécies arbóreas nativas e sistemas agroflorestais sustentados nos ecossistemas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, conta com mais de 400 projetos para implantação de sistemas agroflorestais com cacaueiros, implantados em 8.607ha.

Em 2005, foram direcionados recursos não só para a divulgação da doutrina associativista para a sociedade, como também para o aperfeiçoamento gerencial das entidades já constituídas, visando aumentar sua estabilidade e a capacidade de prestação de serviço aos seus associados. O Governo duplicou a verba disponível para atender demandas de capacitação gerencial de cooperativas. Foram beneficiados, em 2005, 14,6 mil cooperados.

Para fortalecer o cooperativismo e o associativismo, ferramentas fundamentais de desenvolvimento no campo, o foco em 2006 será: i) apoio às agroindústrias cooperativas; ii) aumento da atuação das cooperativas nas regiões Norte e Nordeste; iii) incentivo ao crédito cooperativo; e iv) implementação do Plano Brasil Cooperativo.

Além de investimentos em sanidade animal e vegetal, em qualidade, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico, a abertura de novos mercados e a manutenção dos atuais se fazem com negociações internacionais contínuas e



sistemáticas. Em 2006, a perspectiva é de: i) conclusão de acordos comerciais em curso no Mercosul; ii) conclusão das negociações entre Mercosul e União Européia e conformação da área de livre comércio entre os blocos; iii) condução da Presidência Pró-Tempore do Conselho Agropecuário do Sul (CAS); iv) recuperação da condição sanitária que o rebanho brasileiro detinha até setembro de 2005, para a reabertura dos mercados perdidos em decorrência de focos de febre aftosa, assim como a incorporação de novas áreas livres da doença no País; e v) a promoção do agronegócio brasileiro no exterior.

3. Turismo

a) Plano Nacional para o Turismo

Em 2005, para o desenvolvimento das ações e programas do Plano Nacional do Turismo, perfeitamente adaptado ao Plano Plurianual 2004-2007, o Governo Federal priorizou a gestão participativa, realizando ampla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Fórum Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Teve como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de empregos e ocupação e a geração de divisas para o País. Pode-se afirmar que os resultados do setor são, em geral, os melhores de toda a sua história no Brasil e ao projetá-los pode-se pressupor que as metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT) serão alcançadas até o ano de 2007.

No exercício de 2005, foi aplicado em apoio às ações do setor o valor correspondente a R\$740 milhões, o que corresponde a um crescimento de 92,76% em relação ao ano anterior.

Para acompanhamento e avaliação do PNT, o Governo desenvolveu um sistema informatizado com indicadores de monitoramento interno do Ministério do Turismo, e indicadores de monitoramento externo, que permitirão a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da política pública do Turismo.

Os trabalhos desenvolvidos compreendem também a realização de estudos e pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências do turismo nacional e internacional. Entre os principais trabalhos executados estão: i) o Boletim de Desempenho Econômico do Turismo; ii) a pesquisa do comportamento do fluxo turístico receptivo internacional; iii) o estudo de fluxo de turistas estrangeiros para o Brasil; iv) a construção de metodologia de aplicação da conta satélite de turismo no Brasil; v) o estudo da caracterização e dimensionamento do turismo internacional para o Brasil – perfil e o tipo de gasto do turista; e vi) o estudo econômico dos meios de hospedagem.

Também foi iniciado o desenvolvimento, em 2005, estrutura de dados para a implantação da Conta Satélite, recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo, seu reflexo no mercado e o estabelecimento de bases comparativas.

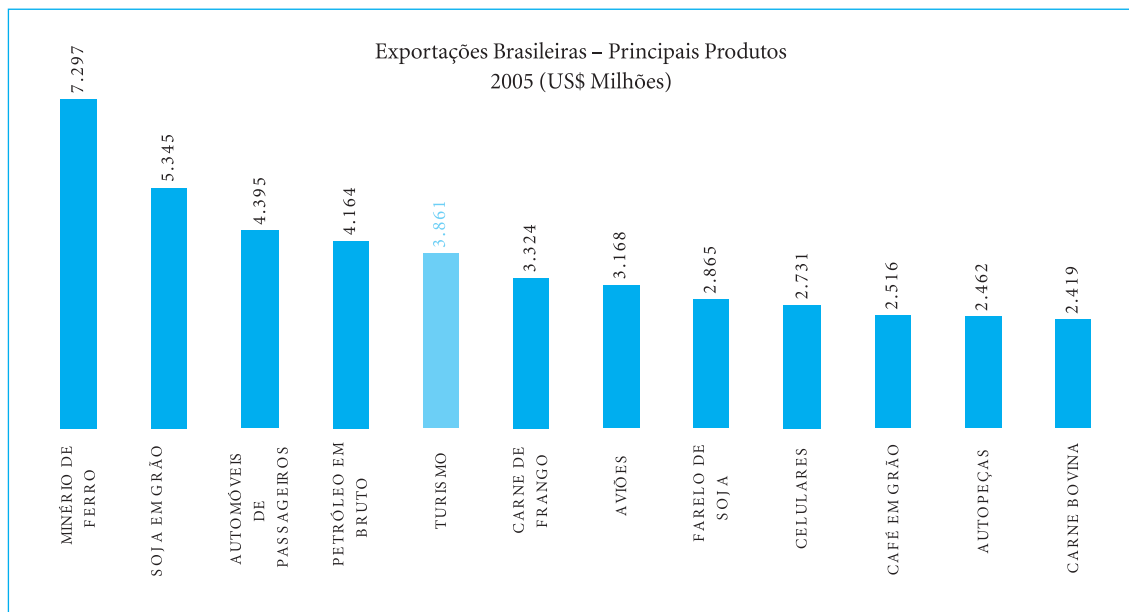
**b) O Setor Turismo cresce no Brasil acima da média mundial**

A execução dos Programas e Ações do Plano Nacional de Turismo inseridos no PPA, considerando a excepcional execução orçamentária de 2005 e ainda a conjuntura externa favorável, propiciou as condições para que o Brasil obtivesse seus melhores resultados em relação ao histórico do setor:

i) desembarque de 6,79 milhões de passageiros de vôos internacionais no ano de 2005 (inclui brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros), 10,5% superior ao total de desembarques no mesmo período de 2004 (6,14 milhões). São 36 meses consecutivos de crescimento (desde janeiro de 2003);

ii) em 2005, o desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 43,1 milhões, 17,8% acima do verificado no ano passado (36,6 milhões de passageiros). Isso significa 27 meses consecutivos de crescimento (desde outubro de 2003), considerando o acumulado de doze meses;

iii) em 2005, os vôos *charters* (fretados), que transportam exclusivamente turistas, apresentaram um recorde histórico de 349,6 mil pessoas, 6,82% superior ao ano de 2004; e



Fonte: Banco Central do Brasil

iv) em 2005, o País alcançou a receita cambial turística de US\$3,86 bilhões, superior em 19,83% à do ano de 2004 (US\$3,22 bilhões), atingindo a marca de 34 meses consecutivos de crescimento (desde março de 2003). Considerando a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e que em todos os meses de 2005 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano de 2004. O Banco Central do Brasil, que faz essa estatística desde 1969, registrou três recordes, um deles em agosto de 2005, quando foi alcançado o resultado de US\$360 milhões no mês;



v) os resultados do turismo no ingresso de divisas para o País foram da ordem de US\$3,861 bilhões, ocupando a 5ª posição na pauta de exportação, o que representa 19,83% acima do resultado alcançado em 2004 (US\$3,222 bilhões).

c) Programa de Regionalização do Turismo e o Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil

O Programa de Regionalização do Turismo, um dos principais elementos da execução da Política do Turismo e referência para todas as ações do Governo, procedeu, em 2004, ao mapeamento das regiões turísticas em todo o País, identificando 219 Regiões Turísticas, que envolvem 3.203 Municípios. Entre essas regiões, definiu-se as prioritárias para serem trabalhadas no estágio da promoção e comercialização, fato que culminou com sua apresentação no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em 2005, como um dos principais eventos do turismo brasileiro.

A realização do Salão, como um esforço conjunto das iniciativas pública e privada, que trabalharam em sintonia para colocar o produto turístico brasileiro nas prateleiras, constituiu um marco do desenvolvimento da atividade no País, gerando resultados que estabelecem um novo patamar para a sua expansão, abrindo perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico para diferentes regiões, ofertando novos produtos e inserindo novas parcelas da população no mercado do turismo, seja pela oferta de novos postos de trabalho ou pela ampliação do consumo para faixas de renda até então excluídas.

Nessa primeira edição, foram divulgados 451 novos roteiros e produtos turísticos de 134 regiões turísticas brasileiras, que envolvem 959 Municípios. O evento foi realizado no principal mercado emissor nacional, que propiciou um ambiente favorável à interação, promoção, divulgação, discussão e reflexão sobre a atividade turística no País, com a participação de agentes públicos e privados, profissionais de turismo e o público em geral, totalizando mais de 110 mil pessoas.

d) Infra-Estrutura do Turismo

O Governo investiu, em 2005, R\$406,7 milhões em infra-estrutura do turismo, incluídos os investimentos em sinalização turística e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito dos PRODETUR, o que deve permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista. Os valores foram aplicados na recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e mini-estações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário, recuperação de mercados e feiras. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, centros de cultura, teleféricos e mirantes, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Esses investimentos são 117,4% superiores aos realizados em 2004 (R\$187,1 milhões).

Os Programas de Desenvolvimento do Turismo, PRODETUR NORDESTE II, PRODETUR SUL, PRODETUR JK e PROECOTUR II visam o desenvolvimento sustentável da atividade turística em grandes regiões do País. Os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), instrumento fundamental para a implementação dos



Programas, foram desenvolvidos de forma participativa por meio dos Conselhos de Turismo dos Pólos existentes nas Unidades da Federação. Os PDITS são instrumentos de planejamento que traçam estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo e definem ações para o desenvolvimento da atividade nos Pólos selecionados pelos Estados. Dada a experiência acumulada com o PRODETUR NE I, foi dada, em 2005, grande ênfase no papel do Município para o desenvolvimento desses Programas, principalmente por serem eles os detentores dos ativos turísticos e, em última instância, as localidades que irão receber os impactos positivos e negativos da atividade.

O PRODETUR NE II abrange os nove Estados da Região Nordeste e a parte norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo 14 Pólos, envolvendo 113 Municípios. Em 2005, foram repassados pelo Governo, como contrapartida federal, o total de R\$18,8 milhões. Os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará já contrataram subempréstimos no montante equivalente a US\$105,3 milhões. Por sua vez, os Estados de Sergipe, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Espírito Santo e Minas Gerais estão em processo avançado de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para obtenção dos respectivos subempréstimos.

O PRODETUR SUL abrange os três Estados da região Sul e o Estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo quatro Pólos, envolvendo 39 Municípios. Em março de 2005, o Programa no valor de US\$150 milhões foi aprovado pelo Comitê de Empréstimo do BID. A minuta de empréstimo foi encaminhada ao Governo Federal dando início ao processo de negociação. A preparação do Programa encontra-se em estágio final, sendo que uma amostra de 30% dos projetos está pronta para a execução. Isto significa que assim que o contrato for assinado os Estados estarão em condições de pleitear subempréstimos. O Governo, em 2005, aportou recursos de contrapartida para preparação do programa no montante de R\$6,4 milhões. Destes, foram investidos R\$1 milhão em infra-estrutura; R\$2,3 milhões em planos, estudos e projetos, como Planos Diretores Municipais, projetos de fortalecimento da gestão em turismo em âmbito estadual e municipal, projetos executivos de obras, entre outros; e cerca de R\$3 milhões em bases cartográficas.

O Governo vem trabalhando em outros dois programas análogos aos já citados, ambos em fase de preparação: o PROECOTUR, na Amazônia Legal, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e o PRODETUR JK, na região central e Sudeste do País (neste caso os estudos de preparação estão sendo iniciados com a elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica para o Desenvolvimento do Turismo na região do cerrado brasileiro).

e) Serviços Turísticos e Produção Associada ao Turismo

Para aumentar a competitividade dos destinos turísticos e a satisfação do turista é necessário fomentar, de forma continuada, a melhoria da qualidade dos serviços turísticos ofertados e os ganhos de produtividade. Isso aponta para a necessidade de uma política pública que privilegia a qualificação profissional e empresarial, referenciada na demanda assinalada pelo setor privado e pelos trabalhadores da cadeia produtiva do turismo.

Sob esta concepção, o Governo criou o Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, o que resultou em um aporte de R\$16,2 milhões para atender a qualificação profissional no País, em 2005. Esses recursos foram aplicados,



em sua maioria, na qualificação de profissionais empregados, atendendo a 62 mil pessoas. Também foram qualificados, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 554 manipuladores de alimentos e estão em andamento, em parceria com outras instituições, cursos para 2.565 manipuladores.

Para incrementar a competitividade do turismo brasileiro, também foram criados o Programa de Certificação de Pessoas, de Turismo de Aventura e de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem. Esse programa, em 2005, possibilitou o desenvolvimento de 13 normas brasileiras referentes a: i) informações mínimas sobre segurança e os aspectos contratuais pertinentes aos produtos ou serviços prestados aos turistas de aventura; ii) competência mínima para condutores de atividade de turismo de aventura; e iii) 11 normas de competências e de ocupações básicas. Registre-se que estão em construção mais dezessete normas específicas para a gestão da segurança e de requisitos mínimos para operação das atividades de aventura, e que está em aplicação-piloto, em 400 empresas de 14 destinos, a norma de sustentabilidade de meios de hospedagem, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para os meios de hospedagem.

Fomentar e valorizar a produção associada ao turismo, em especial o artesanato, é dotar a política pública para o desenvolvimento do turismo de atributos que fortalecem os aspectos naturais, culturais e sociais dos destinos turísticos. Como resultado, promove-se a dinamização econômica das comunidades locais, com a geração de renda e trabalho e com a distribuição dos benefícios do crescimento econômico proporcionado pelo turismo.

Com intuito de alcançar esses objetivos, o Governo executou em 2005, o valor de R\$6,1 milhões para fomentar o desenvolvimento e a adequação dos produtos artesanais e para apoiar a sua promoção. Diversas ações estão sendo realizadas com esses recursos, beneficiando diretamente cerca de 900 artesãos com cursos para adequar os seus produtos ao exigente mercado turístico e voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo, além de ter patrocinado a sua participação em 10 feiras e eventos nacionais, visando agregar valor na apresentação dos produtos turísticos e gerar trabalho e renda. Importante salientar a realização de ações voltadas para agregar conhecimento à cadeia, a exemplo do Seminário Ibero-americano de Turismo e Artesanato, ocorrido durante o Fórum Mundial na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 2005.

f) Promoção do Turismo e Produto Turístico brasileiro

Em 2005, foi dada continuidade a projetos que visam a promoção do turismo brasileiro relacionado ao conceito de diversidade, ou seja, em respeito à defesa do patrimônio histórico, cultural e humano do país.

Como resultados do I Fórum Mundial de Turismo, o Conselho Nacional de Turismo dedicou o ano de 2005 ao Turismo Sustentável & Infância, em homenagem à causa, e durante o evento foram elaborados materiais promocionais e houve o lançamento da campanha **“Brasil. Quem Ama Protege”**, veiculada em todos os meios de comunicação nacional e com mobilização e sensibilização direta nas capitais: Belém, Goiânia e Fortaleza. O conceito da campanha tem sido reconhecido internacionalmente pela sua abordagem eficiente e positiva em torno da valorização dos direitos da infância e da promoção de destinos de turismo sustentável.

Durante o verão e o carnaval de 2005, a campanha destinada a conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira para a proteção da infância no exercício da atividade turística foi divulgada em vários setores do *trade* turístico, no Estado do Rio de Janeiro e nas seguintes capitais: Belém, Fortaleza, Aracaju e Salvador.

Foi criada, ainda, a Câmara Temática “Turismo Sustentável e Infância (TS&I)”, que atua como instrumento de diálogo e subsídios às políticas de prevenção à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo. A Câmara é integrada por instituições nacionais e internacionais como o Confederação Nacional do Comércio, a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureau, o Ministério da Justiça, a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, a World Childhood Foundation (WCF) Brasil, a Save the Children Suécia, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, dentre outras.

O **Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável (FMT)**, foi construído a partir de 2003 e se constitui em um movimento permanente e contínuo, que envolve organizações e indivíduos de todo o mundo em torno de uma causa – contribuir para o desenvolvimento de conceitos e práticas do turismo que promovam e valorizem a diversidade cultural e étnica, desenvolvimento econômico e social, preservação da biodiversidade e condições para paz. Ademais, sua estrutura é baseada em três grandes vertentes: estabelecimento de diálogos, a partir da construção de uma Rede de Redes; promoção e disseminação de realizações concretas e inovadoras, que resultam de Projetos Demonstrativos; e realização de Encontros Anuais, no Brasil no período de 2004 até 2006, com o objetivo de apresentar e analisar resultados de casos concretos e ainda discutir novos conceitos.

O Governo tem incrementado também o financiamento das atividades do setor, assim como da infra-estrutura turística. Destaque para o Programa Turismo é Emprego, com linha de crédito específica lastreada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e para a aplicação de 12% dos recursos dos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO) no desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, podendo atender empresas de qualquer porte, nacionais ou estrangeiras. Em 2005, foi aplicado um montante de R\$1,78 bilhão, 29,8% superior ao aplicado no ano anterior.

Posição em 31/12/2005

R\$ Mil

Mês/Ano	Instituições Financeiras					Total
	BB	CEF	BNDES	BNB	Banco da Amazônia	
2004-Dez	893.590	403.046	17.472	42.457	14.145	1.370.710
2005-Dez	1.008.895	680.822	31.784	40.509	17.717	1.779.727
Δ 2005/4	12,9%	68,9%	81,9%	-4,6%	25,3%	29,8%
Últimos 12 Meses	1.008.895 56,7%	680.822 38,3%	31.784 1,8%	40.509 2,3%	17.717 1,0%	1.779.727 100,0%

Fontes: Relatórios de informações gerenciais das instituições financeiras federais. BNB e Banco da Amazônia: dados relativos a financiamentos do FNE e FNO, respectivamente. BNB e Banco da Amazônia: dados relativos a financiamentos do FNE e FNO, respectivamente.

Considerando tratar-se de meta prioritária, as ações de promoção do produto turístico Brasileiro, em especial na promoção do destino Brasil no exterior, foram contempladas, no ano de 2005, com o maior volume de recursos orçamentários já executado. Essas ações, no Brasil e no exterior, focadas em promoção, marketing e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos, como também no apoio à realização de eventos que atraem os turistas e que evidenciaram as manifestações artísticas e culturais do povo brasileiro, receberam o montante de R\$166,05 milhões.

Para que os investimentos em promoção fossem aplicados de forma adequada, considerando as especificidades dos mercados emissores de turistas para o Brasil, foi instituído o Plano de Marketing do Turismo Brasileiro no Exterior, denominado “Plano Aquarela”, que adota uma estratégia de investimento nos principais mercados emissores.

O Plano Aquarela – Plano de Marketing Turístico Internacional – e o Plano Cores do Brasil (estratégia para o marketing interno) delimitam os mercados, desenham estratégias, sugerem investimentos e fixam metas, até 2010. A EMBRATUR começou a implantar o Plano Aquarela no segundo semestre de 2005 e prevê investimentos de US\$60 milhões por ano no âmbito da promoção, do marketing e do apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior.



Primeiro resultado direto do Plano Aquarela, a Marca Brasil, desenvolvida em 2005, passa a representar a imagem do turismo brasileiro e dos principais atributos de exportação do País no exterior. O símbolo está sendo incorporado a todo o programa de promoção, divulgação e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no mercado internacional. O verde é associado às florestas; o azul ao céu e às águas; o amarelo ao sol e à luminosidade; o vermelho e o laranja às festas populares; e o branco às manifestações religiosas e à paz. A Marca Brasil foi construída tendo como referência pontos como alegria, sinuosidade, luminosidade e modernidade.

Além do Plano de Marketing Internacional (Plano Aquarela) o Governo, instituiu, também, o Plano de Marketing do Turismo para o Mercado Interno, denominado “Plano Cores do Brasil”, que estabelece estratégia e diretrizes para a aplicação de recursos na promoção do ativo turístico brasileiro para os próprios brasileiros, de forma a incentivar o turismo interno e dar conhecimento, no mercado interno, das opções de destinos turísticos brasileiros e as características dos mesmos.

Diversos materiais promocionais foram desenvolvidos pelo governo para divulgar os produtos turísticos brasileiros no Brasil e no exterior, enfocando os ativos turísticos de diversos Estados brasileiros que, por meio dos Fóruns Estaduais de

Turismo, decidiram o que seria promovido. Essa ação inédita na gestão pública do turismo permitiu uma promoção de forma descentralizada, mas seguindo uma mesma metodologia. As propostas foram avaliadas por cada Fórum Estadual, que decidiu pela alocação de recursos de acordo com critérios específicos para cada Estado que teve seus projetos realizados e gerou a confecção de fôlderes, cartazes e bancos de imagens, entre outros materiais. É a primeira vez que um projeto de promoção turística do Governo Federal é feito em parceria com todos as unidades estaduais. Uma grande vantagem é que o País se apresenta com um só *lay out*, evitando a dispersão de investimento e fortalecendo a construção de sua marca e, ainda, do ponto de vista da transparência, cada Estado sabe quanto é destinado a si e aos outros, de maneira antecipada.

Destaque para o efetivo desempenho dos nove Escritórios Brasileiros do Turismo (EBT) no exterior, que são postos avançados de promoção e divulgação do Brasil, seus produtos turísticos, sua cultura e a sua produção associada ao turismo, tais como o artesanato e a gastronomia. Os EBT foram instituídos contemplando os principais mercados emissores de turistas para o Brasil, distribuídos da seguinte forma: Estados Unidos (Nova Iorque); Portugal (Lisboa); Reino Unido (Londres); França (Paris); Alemanha (Frankfurt); Itália (Milão); Espanha (Madri); e Japão (Tóquio). Na sede da EMBRATUR, em Brasília (DF), funciona, desde o final de 2003, o EBT responsável pela América do Sul. Como unidades avançadas de promoção turística do Brasil no exterior, esses escritórios têm a missão de consolidar a imagem do Brasil no exterior como destino turístico competitivo. Em 2005, os Escritórios envolveram mais de 3.200 pessoas – entre operadores de turismo, agentes de viagens e representantes de companhias aéreas – em seminários de venda e em 24 feiras internacionais de turismo, bem como garantiram a presença de 78 novos operadores estrangeiros no País, divididos em dezoito viagens no âmbito da Caravana Brasil – programa voltado para o conhecimento e integração dos operadores estrangeiros com o produto turístico nacional e a realização de dezesseis novos vôos para o Brasil, além de outras ações estratégicas.

Por meio do Caravana Brasil, em 2005, ocorreram 32 viagens que passaram por 17 Estados, contemplando 56 destinos. Grande parte delas foi voltada exclusivamente para profissionais estrangeiros. Tudo em sintonia com os onze produtos promovidos pela EMBRATUR no exterior com o objetivo de diversificar a oferta do Destino Brasil na vitrine internacional. São eles Sol & Mar, Cidades Patrimônio, Resorts, Ecoturismo, Aventura, Mergulho, Pesca Esportiva, Golfe, Festas & Eventos Populares, Negócios & Eventos e Incentivo. Participaram, ao todo 256 operadores estrangeiros e 64 operadores nacionais.

Em 2005, o Governo iniciou a segunda etapa da campanha publicitária **Vire Fã do Brasil**, desenvolvida exclusivamente para alguns mercados da América do Sul, Estados Unidos e Europa. O investimento é de US\$800 mil na América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile, Peru) e de US\$1,5 milhão para os Estados Unidos (Nova York).

O Governo Federal iniciou sua estratégia de vender o país no exterior participando, em 2005, de 39 feiras internacionais de turismo e 10 feiras comerciais. Cerca de 569 co-expositores – entre órgãos públicos, empresas de turismo e companhias aéreas – apresentaram seus produtos, serviços e destinos nos diferentes eventos. Sempre atrelada à agenda das feiras, a inovação ficou por conta da organização de Noites Brasileiras (Chicago, Barcelona, Lima, Buenos Aires e

Santiago, Paris etc.), que enfatizaram a diversidade da cultura brasileira. Foram também realizados diversos seminários de venda Descubra o Brasil (Nova York, Nova Jersey, São Francisco, Los Angeles, Paris, Londres, Santiago e Montevideú etc.), que reuniram milhares de participantes.

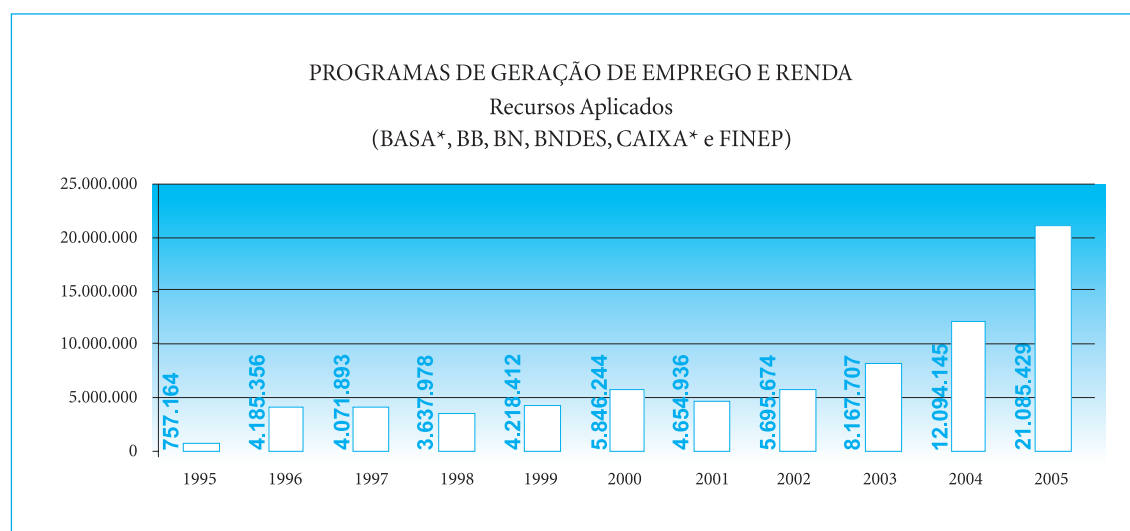
Foram captados, em 2005, um total de 27 eventos internacionais para o Brasil que vão acontecer até 2012 em diversas cidades brasileiras. Juntos, eles devem atrair cerca de 39 mil estrangeiros e gerar US\$12 milhões em gastos desses turistas estrangeiros em território nacional. Trata-se de uma conquista histórica, pois o Brasil é hoje o segundo nas Américas, uma vez que ultrapassou o Canadá em número de eventos internacionais.

4. Trabalho e Emprego

a) Estímulo ao Emprego e Geração de Renda

Um passo importante para criação de novos empregos e o aumento da renda foi dado por meio da ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), via Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

O PROGER é constituído por linhas de crédito voltadas para o financiamento de ações empreendedoras, indutoras de emprego e renda, com respeito às especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micro e pequenas empresas. Destacam-se também entre os objetivos do programa: i) desenvolvimento de infra-estrutura que propicie aumento da competitividade do País e/ou melhore as condições de vida dos trabalhadores, em especial os de baixa renda; ii) estímulo às exportações do País; iii) estímulo ao adensamento das cadeias produtivas; e iv) participação ativa na democratização do crédito produtivo popular.



*Dados preliminares.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

As linhas, voltadas prioritariamente para micro e pequenos empreendimentos, compõem a opção mais barata de crédito, tanto para investimento como para capital de giro. Essa ampliação se deu graças a profundas reestruturações do PROGER, ocorridas a partir de 2003, que contribuíram para o incremento das aplicações dentro dos setores produtivos atendidos pelo Programa, o que viabilizou um maior acesso ao crédito.

Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, foram realizadas mais de 6 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R\$41 bilhões. Apenas em 2005, tivemos cerca de 2,9 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R\$21 bilhões. Comparativamente, entre 1999 e 2002 foram realizadas 3,4 milhões de operações, com valor aplicado de R\$21,6 bilhões, e entre 1995 e 1998, 1,5 milhão de operações, com valor de R\$12,6 bilhões.

Destaque-se o PROGER Urbano, que tem como público alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Entre 1999 e 2002, o PROGER Urbano teve uma média anual de 110 mil operações (440 mil para o período), com valores médios contratados por ano de R\$773 milhões. Apenas em 2003, foram realizadas 470,2 mil operações, com valor total de R\$2,2 bilhões. Em 2004, o número de operações saltou para 1,6 milhão, com valor contratado de R\$4,4 bilhões. Em 2005, mais de 2,3 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R\$6,4 bilhões.

A linha de crédito FAT – Material de Construção, criada neste Governo, também tem apresentado bons resultados. Em 2003, foram quase 54 mil operações (com valor contratado de R\$130,6 milhões); em 2004, as operações saltaram para 401,2 mil, com valor de R\$935,7 milhões; em 2005, foram mais de 255 mil operações, com recursos de R\$550,3 milhões (dados preliminares).

As linhas de crédito já existentes do FAT foram reforçadas pelo lançamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse Programa também será tratado na seção “Microcrédito Produtivo Orientado”, dada sua relevância. O microcrédito produtivo orientado está voltado preferencialmente para microempreendimentos do setor informal – que, devido à carência de opções de crédito e orientação, têm dificuldade em se estruturar e se formalizar. Para chegar a esse público, o PNMPO irá fortalecer, a partir do apoio técnico, as instituições que já operam com o microcrédito. Ao longo de 2005 o Programa foi regulamentado e iniciado o processo de habilitação das instituições que irão operá-lo. Uma outra linha de ação, de fomento a empreendimentos cooperativados e autogestionários, ganhou relevância e escopo no âmbito do Governo, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). No biênio 2004-2005, foram realizadas 43 feiras de economia solidária para estimular o comércio justo e solidário e apoiados, quase 2 mil empreendimentos cooperativados.

Para o conhecimento preciso dos empreendimentos de economia solidária, o Governo tem feito seu mapeamento. Projeta-se a existência de 20 mil empreendimentos, envolvendo mais de 2 milhões de trabalhadores associados. No que se refere à distribuição geográfica, mais de 50% dos Empreendimentos Econômicos Solidários estão localizados nos nove Estados da região Nordeste, seguida pela região Sul, com 20%. Tal mapeamento permitirá alocar os recursos de forma a amplificar os impactos das intervenções em 2006.



O Governo vem implementando estratégia de ação com vistas a fomentar a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários no campo e na periferia das grandes cidades, com destaque para o trabalho já iniciado junto a 200 comunidades quilombolas, atingindo uma população de 76 mil famílias.

O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), parceria da SENAES com a FINEP, FBB, BB, COEP e MDS vem apoiando 50 incubadoras universitárias de cooperativas populares, localizadas na maioria dos Estados e que formam e assistem grupos de produção associada e cooperativas formadas, predominantemente, por desempregados e pessoas socialmente excluídas.

Outras políticas ativas de emprego do Governo Federal precisam ser ressaltadas, notadamente as de qualificação profissional, as de intermediação de mão-de-obra e as de estímulo ao primeiro emprego.

Criado em julho de 2003, o Programa de Qualificação Social e Profissional vem apresentando resultados com nível satisfatório de efetividade social. Um primeiro dado relevante é o da priorização de públicos específicos. Com efeito, a participação de jovens, mulheres, negros, indígenas e pessoas com déficit educacional (grupos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro) superou suas respectivas participações na PEA nacional. Houve, ainda, aumento da participação dos trabalhadores desempregados nos cursos de qualificação. A carga horária média de 62,4 horas, em 2002, evoluiu para 195,6 horas, consolidando o aumento da qualidade pedagógica das ações de qualificação social e profissional. Em 2005, foi contratada a qualificação de 100,4 mil trabalhadores, com recursos da ordem de R\$88,5 milhões. Além disso, foram firmados convênios com 23 entidades para o desenvolvimento metodológico e curricular do programa, com repasse de R\$6,8 milhões.

A ação de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra de trabalhadores em busca de (re)inserção no mercado de trabalho tem contado com uma crescente rede de atendimento. Em 2002, havia 949 postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Hoje, existem 1.150 postos. O resultado da ação tem acompanhado a expansão da rede de atendimento. Neste Governo, até novembro de 2005, já foram (re)colocados 2,59 milhões de trabalhadores no mercado, o que equivale a praticamente 100% do resultado obtido no período de 1999 a 2002. Apenas em 2005, o SINE colocou 856.805 trabalhadores no mercado.

Ainda no âmbito do Sistema Público de Emprego, foram fortalecidas as ações de proteção ao trabalhador – seguro-desemprego e abono salarial. O seguro-desemprego é a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa ou por paralisação parcial ou total das atividades do empregador. Além disso, o seguro-desemprego cobre também trabalhadores resgatados da condição análoga à da escravidão e pescadores artesanais, no período de defeso. Em 2005, 5,3 milhões de trabalhadores receberam o seguro desemprego.

Deve-se ressaltar que o número de pescadores artesanais que passaram a ter direito ao seguro aumentou a partir da Lei nº 10.779/03, que reduziu a exigência de tempo mínimo de registro de pescador artesanal. Em 2005, 206 mil pescadores artesanais tiveram acesso ao benefício.

Outro benefício importante sob a responsabilidade do Governo Federal é o abono salarial pago aos trabalhadores que contribuem para o Fundo de Participação PIS/PASEP e que recebem, em média, até dois salários mínimos. Desde o início do atual Governo, o número de benefícios tem aumentado, a cada exercício. Em 2005, 9,7 milhões de benefícios foram pagos, com dispêndio de R\$2,9 bilhões.

Ressalta-se que, entre novembro de 2004 e agosto de 2005, o MTE, em parceria com o CODEFAT e o Fórum de Secretários Estaduais do Trabalho, realizou 2 congressos nacionais e 5 congressos regionais, mobilizando 1.161 congressistas para debater as propostas de reestruturação do sistema público de emprego e renda. Foi constituída uma comissão tripartite responsável pela elaboração de propostas de revisão da legislação que ordena o sistema, parte das quais deverá ser submetida à avaliação do Congresso Nacional no primeiro semestre de 2006.

b) Recuperação do Emprego Formal

Durante o Governo Lula a economia brasileira tem gerado um número expressivo de empregos. Os números da PNAD/IBGE apontam que, nos anos de 2003 e 2004, foram criados quase 3,9 milhões de empregos – 2,65 milhões deles apenas em 2004.

Uma das mais importantes características dos empregos gerados é que eles são formais, empregos com carteira de trabalho assinada. Também segundo a PNAD, embora os empregos com carteira sejam 31% do total de ocupações no Brasil, 62% dos empregos gerados durante o Governo Lula são com carteira assinada – o que reforça o claro processo de formalização do trabalho.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) também aponta para expressiva criação de empregos formais. Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, o saldo entre admissões e desligamentos do CAGED registrou a criação de 3,423 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada. Esse volume é sem precedentes nas gestões anteriores. Entre 1995 e 1998, por exemplo, o saldo do CAGED apontou para a eliminação de 1,02 milhão de postos de trabalho com carteira assinada, enquanto entre 1999 e 2002, foi gerado 1,8 milhão.

Assim, a média mensal de postos formais gerados neste Governo, até dezembro de 2005, segundo o CAGED, é de 95,075 mil. No período 1995-1998, foram eliminados, por mês, em média, 21,2 mil postos de trabalho formais. Entre 1999 e 2002, foram criados 37,8 mil postos/mês.

O processo de formalização do mercado de trabalho no Brasil é muito importante, pois aumenta a parcela da força de trabalho que conta com proteção social. Assim, no caso da ocorrência de algum risco (como o desemprego ou um acidente de trabalho), uma parcela maior de trabalhadores terá acesso a benefícios como o seguro-desemprego, o auxílio acidente e a aposentadoria.



c) Aumento do Salário Mínimo

Não apenas a geração de emprego, mas também a elevação do valor real do salário mínimo é um compromisso do atual Governo. Por esta razão, nos três primeiros anos, o reajuste do mínimo sempre superou a variação dos preços. Como resultado, o salário mínimo real era, em novembro de 2005, 22,4% superior ao vigente em dezembro de 2002. Outro aspecto importante da evolução recente do salário mínimo é a relação entre seu valor real e o custo da cesta básica do DIEESE. No início deste Governo, um salário mínimo permitia adquirir 1,3 cesta, relação que se elevou para 2,04 em outubro de 2005, correspondendo a um ganho real de 56%. Para esse resultado, além dos aumentos reais do salário mínimo, também contribuiu a desoneração tributária de vários produtos que compõem a cesta básica promovida a partir de 2003.

De forma inédita, o Governo promoveu, em 2005, um amplo processo de discussão sobre a importância estratégica de uma política de valorização do salário mínimo para o País, tendo criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego uma comissão quadripartite, integrada por representantes de trabalhadores, empregadores, aposentados e governo, assegurada, inclusive, representação dos Estados e dos Municípios. Essa comissão iniciou os seus trabalhos em agosto de 2005 e deve apresentar, no primeiro semestre de 2006, uma proposta de política de longo prazo para o fortalecimento do salário mínimo.

Para o ano de 2006, após estudos técnicos e ampla discussão no âmbito do Governo Federal, com participação ativa das centrais sindicais, estabeleceu-se que o valor do salário mínimo a ser proposto ao Congresso Nacional por meio de Projeto de Lei será de R\$350,00, para vigorar a partir de 1º de abril, um mês antes da data prevista. Esse valor reflete o consenso alcançado, resultado do esforço de conciliar a melhoria das condições de vida da população e os efeitos dinamizadores da economia, que advêm do aumento real do salário mínimo, com as limitações impostas pelo orçamento da União, em especial, as derivadas do aumento dos gastos com benefícios pagos pela Previdência Social.

Se aprovado pelo Congresso Nacional nos termos a serem propostos, o salário mínimo de R\$350,00 expressará um crescimento real (já descontada a inflação projetada para o período) de 13% no salário em relação ao ano de 2005, a maior variação desde 1995.

d) Fiscalização dos Direitos do Trabalhador

Outro compromisso do Governo é o fortalecimento da capacidade de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e a garantia dos direitos dos trabalhadores. Com o programa Rede de Proteção ao Trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do FGTS, o trabalho no campo. Em 3 anos, foi registrado 1,98 milhão de trabalhadores sob ação fiscal, contra 1,85 milhão nos quatro anos que antecederam a atual administração. Somente em 2005, foram registrados 746.272 trabalhadores sob ação fiscal.

Um dos mecanismos de estímulo à participação sindical no planejamento anual da fiscalização do trabalho foi a instalação, em 2003, da Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), que atua junto às Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego (DRTs). Trata-se de um canal de comunicação com o Estado para denunciar irregularidades trabalhistas e participar na elaboração do planejamento e avaliação da fiscalização.

O compromisso com a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil foi mantido, com reforço dos instrumentos operacionais a disposição dos auditores fiscais. A política de combate ao trabalho escravo no País foi impulsionada, com a instituição do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e com a criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE). Nesse período, foram criadas equipes especiais de fiscalização nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Bahia que contribuem com ações para a libertação de trabalhadores. Desde 2003, já foram realizadas 218 ações fiscais, com 13.079 trabalhadores libertados. De 1995 a 2002 foram realizadas 175 operações, com a libertação de 5.993 trabalhadores. Merece destaque, ainda, a criação, em 2003, da chamada lista suja com objetivo de informar aos diversos órgãos do Governo Federal os nomes daqueles que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão, para que cada instituição adote as medidas cabíveis em seu respectivo âmbito de competência. O empregador que está na lista suja perde, entre outras coisas, acesso ao crédito bancário para a produção agrícola. Em sua quinta atualização, de novembro de 2005, a lista totaliza 159 empregadores rurais flagrados que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão. Ressalte-se que 2006 será o primeiro ano em que todos os bancos públicos terão respaldo do CODEFAT para restringir o acesso dos infratores ao crédito com recursos do FAT.

O trabalho de crianças, bem como adolescentes com menos de 16 anos (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade), é combatido pelas DRTs, que têm participação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. As ações são dirigidas a atividades econômicas formais e informais. Em 2005, 11.849 crianças e adolescentes tiveram suas situações regularizadas pela ação fiscal. Aqueles que não se enquadraram na condição de aprendizes foram encaminhados para inserção no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Em relação às questões de saúde e segurança no trabalho, além da intensificação das ações fiscais, ressalta-se a revisão e publicação de normas como a Norma Regulamentadora 31, que trata da segurança e saúde no trabalho rural, um marco histórico na promoção da saúde e preservação da vida do trabalhador do campo. Pela primeira vez, desde a publicação da Lei que regulamenta as relações do trabalho rural, em 1973, existe uma norma completa e adequada para a prevenção de agravos à saúde do trabalhador. Merece destaque, ainda, a publicação da Norma Regulamentadora 32, que trata da segurança e saúde no setor de saúde – um dos setores que possui maior índice de acidentes de trabalho no Brasil.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

Além da criação de um ambiente macroeconômico adequado ao investimento e à produção, o Governo conferiu especial ênfase ao marco regulatório e a medidas que permitissem ampliar o acesso do trabalhador e do microempreendedor ao sistema financeiro e ao crédito e elevar o padrão de consumo das pessoas de baixa renda.

Entre as medidas destacam-se: i) elevação das fontes de financiamento para microcrédito; ii) regulamentação do crédito com desconto em folha de pagamento; iii) ampliação da atuação dos bancos públicos em microfinanças; iv) criação do Banco Popular do Brasil, voltado eminentemente para operações de microfinanças; v) a ampliação do Crediamigo do Banco do Nordeste e da adoção da mesma metodologia, a de Microcrédito Produtivo Orientado, pelo BASA; e vi) a permissão para constituição de cooperativas de crédito de livre adesão.



Para ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e os de mais baixa renda, o Governo criou ainda em 2003 a conta corrente e a poupança simplificada pela qual as pessoas podem abrir contas, gratuitamente, em instituições financeiras. Essa medida, que dispensa comprovação de renda, garante cidadania, reduzindo a exclusão social e combatendo a pobreza.

Desde a implantação dessa medida, em 2003, até outubro de 2005 foram abertas nos bancos públicos (CEF, BB, Banco Popular do Brasil, BNB e BASA) 6,3 milhões de contas simplificadas.

a) Banco Postal

O Banco Postal, gerido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atingiu em 2005 a marca de 5.445 unidades operadoras de seus serviços. No ano, foram 162 pontos de atendimento ampliados. Atualmente, 96% das agências da rede dos Correios, em 86% dos Municípios brasileiros, contam com o Banco Postal implantado. Dentre as localidades beneficiadas, cerca de dois mil Municípios não têm nenhum atendimento bancário que não seja o Banco Postal.

O avanço ainda é mais expressivo se tomado o volume de atendimentos. Em 2005, foram abertas mais de dois milhões de contas correntes.

b) Crédito Consignado

O Governo criou o programa de crédito com desconto na folha de pagamento visando ampliar o acesso ao crédito, a taxas de juros mais baixas, pelos trabalhadores assalariados e pelos aposentados e pensionistas do INSS.

O crédito consignado tem crescido mês a mês e essa modalidade de financiamento já representa 45% das operações de crédito pessoal realizadas no Brasil. A taxa de juros cobrada nesse tipo de financiamento tem apresentado uma significativa redução. Para os financiamentos realizados para aposentados e pensionistas do INSS as taxas de juros praticadas têm variado entre 1% a 1,75% ao mês nas operações de até 6 meses; 2% a 2,9% ao mês para operações de 6 a 12 meses; e 2,8% a 3,5% ao mês para operações entre 12 e 36 meses.

Analisando o conjunto das instituições financeiras, dados do Banco Central apontam para uma carteira ativa de R\$32 bilhões, em dezembro de 2005. Desse valor a CEF foi responsável por R\$5,5 bilhões e o Banco do Brasil por R\$3,8 bilhões.

As operações de crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS apontam para o mês de outubro de 2005 cerca de 4,9 milhões de contratos ativos, com R\$9,5 bilhões emprestados.

c) Microcrédito Popular e Microfinanças

Em 2003, o Governo fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista nos bancos a ser destinado ao microcrédito, com taxas limitadas a 2% ao mês. Essa medida, juntamente com a abertura de contas simplificadas, possibilitou que muitas pessoas de baixa renda tivessem acesso às microfinanças e ao microcrédito.

Essa modalidade de microfinanças já realizou, segundo o Banco Central, mais de 11 milhões de contratos, com mais de R\$2,3 bilhões emprestados. A maior parte desse crédito é de uso livre (basicamente para consumo) e cerca de 7% é tomado por pequenos empreendedores, o que pode ser classificado como crédito produtivo.

d) Microcrédito Produtivo Orientado

O microcrédito produtivo orientado se diferencia do microcrédito popular por ser destinado a pequenos empreendedores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, inclusive informais, com a finalidade de iniciarem ou melhorarem seus negócios. O Governo criou em 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que conta com recursos do FAT, operados principalmente por intermédio do BNDES, além de parte dos recursos dos depósitos à vista dos bancos. As taxas de juros nesta modalidade são de 2% até 4%. O programa, executado pelo do Ministério do Trabalho e Emprego, já habilitou 53 Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO), que já atendem a 57 mil clientes (dos quais 56,13% são mulheres), com carteira ativa total de R\$65 milhões.

As instituições operadoras são as cooperativas de crédito, as agências de fomento, as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Os bancos, públicos e privados, também podem operar com o Programa. Para as operações entre as instituições financeiras e as de microcrédito são utilizados como Fundos de Aval o FUNPROGER e o Fundo de Aval do SEBRAE (FAMPE). O Banco do Brasil, por meio do Banco Popular do Brasil, e a Caixa Econômica Federal também estão fazendo parcerias com as instituições de microcrédito para operação do Programa.

O CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste, pioneiro na concessão de microcrédito no País, foi ampliado e fortalecido no atual Governo. De 2003 a 2005, foram realizadas 1,54 milhão de operações e emprestados R\$1,35 bilhão. Em três anos os contratos superaram em 48% o período de 1998 a 2002.

Hoje o CrediAmigo é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul. Os clientes assistidos são, em sua maioria, pessoas que trabalham por conta própria, em negócios de pequeno porte. Metade (54%) é analfabeto funcional e 60% possui renda familiar mensal inferior a mil reais, 62% são mulheres e 38% homens.

6. Política de Incentivo à Aquicultura e à Pesca

Criada em 2003, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) assumiu a missão de promover o desenvolvimento sustentável, articulando atores e ações, estimulando a produção, promovendo a inclusão e contribuindo com a segurança alimentar e o crescimento do Brasil – uma dívida social que começa a ser paga àqueles que nunca tiveram acesso às políticas públicas.

O Brasil tem um potencial reprimido pela histórica dispersão e descontinuidade de políticas e programas para o setor pesqueiro. Além disso, o panorama se completava com a ausência de normas e de uma legislação definida; de infra-estrutura,



logística e alternativas de comercialização insuficientes; reduzida agregação de valor ao pescado; e inexistência de linhas de crédito. Com essa nova política, esses aspectos dão lugar à retomada do desenvolvimento econômico, social, sustentável.

O ano de 2006 será para o Governo o marco da consolidação da política nacional de aquicultura e pesca. Um setor que nunca havia sido olhado pelos últimos Governos terá neste exercício a efetivação de políticas de gestão, ordenamento e apoio. Se no primeiro ano foi necessário organizar e diagnosticar, 2004 foi dedicado à formatação de políticas e em 2005 várias delas saíram do papel, 2006 será o ano de resultados concretos.

As ações estão centradas na promoção da cidadania e no desenvolvimento de infra-estrutura para encurtar o caminho entre o pescador e o consumidor. A eliminação de intermediários, o incremento tecnológico e de infra-estrutura, além da qualificação profissional são os eixos de atuação. As metas são elevar o consumo de pescado, reduzir o preço ao consumidor e contribuir com a qualidade de vida da população, melhorando as condições de vida do pescador e resgatando a sua auto-estima.

a) Ações que fortalecem a inclusão social

O Governo está realizando o recadastramento de todos os cerca de 500 mil pescadores profissionais, numa operação iniciada em 2005, que envolve 50 equipes e que está percorrendo mil Municípios. O recadastramento dos pescadores visa à inclusão social de trabalhadores que até o momento não tiveram acesso a direitos como aposentadoria, auxílio defeso e, ainda, combater a fraude mediante a eliminação do registro do falso pescador.

Em 2006, entra em vigor a nova carteira de pescador profissional, confeccionada pela casa da moeda. Assim projeta-se que os 500 mil pescadores que foram recadastrados, em 2005, tenham acesso a essa nova carteira. O novo registro da pesca fará parte do cadastro único do Governo Federal e o pescador profissional poderá ter acesso mais facilmente a direitos como seguro defeso, aposentadoria, entre outros. Associado ao novo registro está também à conclusão do censo estrutural da pesca, que será o primeiro diagnóstico de embarcações, petrechos e produção – uma radiografia completa da pesca no Brasil.

Os pescadores ainda apresentam um alto índice de analfabetismo. São cerca de 79% entre analfabetos e pessoas com quase nenhuma escolaridade. Em parceria como Serviço Social da Indústria (SESI), Banco do Brasil e entidades ligadas ao setor pesqueiro, o Pescando Letras, uma proposta pedagógica voltada para pescadores no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, que é gerenciado pelo MEC, concluiu a alfabetização, em 2005, de 50 mil pescadores. A meta para 2006 é colocar em sala de aula 100 mil novos alunos.

b) Ações que fortalecem o setor da pesca

b.1) Profrota Pesqueira

Para desenvolvimento da pesca do Brasil, foi criado o Programa de Modernização da Frota Pesqueira Oceânica, o Profrota Pesqueira, o principal Programa de inserção responsável do setor pesqueiro criado nos últimos anos no Brasil, com o

objetivo de garantir a substituição das embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à nossa realidade, possibilitando explorar a riqueza de nossos recursos pesqueiros. Em 2005, o primeiro edital contemplou 10 embarcações, no valor de R\$42 milhões de reais, com mais R\$11 milhões para equalização de juros. Em 2006, será lançado o segundo edital com um potencial de atendimento a 100 novas embarcações, totalizando R\$200 milhões em projetos. Também serão construídas as 10 embarcações que receberam financiamento em dezembro de 2005, devendo, ainda em 2006, já terem substituído as embarcações arrendadas por embarcações totalmente nacionais e adaptadas à nossa realidade.

Em 2006, serão adquiridos equipamentos, no valor de R\$1,5 milhão, para implementar o sistema de monitoramento da frota pesqueira que, por meio eletrônico, vai garantir o controle da frota industrial em atividade em águas marítimas sob jurisdição nacional. Também estará em implantação e operação o Navio Pesquisa Escola, que viabilizará pesquisas de monitoramento e avaliação de estoques e servirá como base para capacitação profissional e tecnológica, representando um investimento no valor de R\$7,334 milhões.

b.2) Subvenção ao preço do óleo diesel

A subvenção ao preço do óleo diesel, passou de 12%, para 20%. Dirigida antes apenas ao setor industrial, agora também chega ao pescador artesanal. Levando-se em conta que o óleo diesel representa pelo menos 50% dos custos de um cruzeiro de pesca, a subvenção possibilita aumento na competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Assim, em 2003, 1.700 embarcações estavam habilitadas e 25 milhões de litros de óleo diesel foram subvencionados, representando um investimento de R\$2,7 milhões de reais; já em 2005, foram habilitadas 2.500 embarcações e 90 milhões de litros de combustível receberam subvenção, representando um investimento de R\$7,7 milhões de reais. Cabe salientar ainda que, dessas embarcações, 15% são da pesca artesanal, quando em 2003 eram apenas 5%.

b.3) Crédito aos pescadores artesanais

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram produzidos importantes canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aqüicultor, seja por meio do PRONAF, seja dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE, FCO) ou de novas carteiras de créditos que estão sendo estimuladas. Com isso, procura-se transformar, na prática, o sistema financeiro estatal em instrumento estratégico de desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 2005, cerca de 40 mil contratos foram aprovados para a pesca artesanal e a aqüicultura familiar. A meta para 2006 é de 100 mil contratos.

b.4) Assistência técnica

Com a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aqüícola, milhares de pescadores e aqüicultores em todo o Brasil recebem orientação e capacitação que garantem o acesso ao crédito, a organização da cadeia produtiva e o incentivo ao



associativismo e cooperativismo. Essas ações melhoram a renda do aqüicultor e do pescador, aumenta a oferta de pescado e integra e facilita o acesso aos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo. Em 2005, em parceria com o MDA, foram viabilizados 42 projetos estaduais de assistência técnica, representando um investimento de R\$7 milhões e beneficiando milhares de pescadores.

b.5) Parques Aqüícolas

Os Parques Aqüícolas tiveram seu marco regulatório definido em 2004, contemplando o modelo de gestão de uso e ocupação das águas federais. Assim, com a emissão dos primeiros títulos de autorização de uso, define-se uma linha divisória entre dois momentos: o primeiro, no qual nenhum produtor estava regularizado, e o outro, com um futuro de possibilidades e garantias diante de um procedimento consolidado.

Em 2005, foram investidos R\$4 milhões de reais em estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura como forma legítima de produção e, atualmente, estão em execução 23 projetos. Começaram a ser demarcados e regularizados parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná, e Tucuruí, no Pará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa. Além destes, está em curso a demarcação de parques nos lagos das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, no Estado de Minas Gerais; em Ilha Solteira, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso; e no Açude Castanhão, no Ceará.

Em 2006, serão concluídos os estudos de zoneamento para garantir a inserção da aqüicultura, marinha e continental como usuário legítimo da água, numa perspectiva de ordenamento e gestão participativa, minimizando conflitos e direcionando investimentos em infra-estrutura para espaços territoriais pré-selecionados. Começará, então, a fase de licenciamento e autorização, que, a partir de entendimentos com os órgãos ambientais e os governos estaduais, deverá passar a ser atribuição dos Estados. Também serão concluídos os Parques Aqüícolas nos reservatórios de Itaipu, Tucuruí e Serra da Mesa, iniciando-se a fase de produção.

Os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura começaram a ser elaborados em 34 Municípios, em sete Estados (AL, PR, SC, SP, RJ, RS e SE), e serão concluídos em 2006, somando um investimento de R\$1,7 milhão. Assim, os parques aqüícolas marinhos proporcionarão a regularização de cerca 1.200 maricultores e a geração de cerca de 6 mil empregos diretos. Estão em construção dois laboratórios de produção de peixes marinhos em São Paulo e na Bahia e 24 unidades demonstrativas de maricultura estão sendo instaladas em Santa Catarina, Alagoas e Bahia, com previsão de conclusão em 2006.

c) Incentivo à comercialização

c.1) Exportação de Pescado Brasileiro

As primeiras exportações oficiais de peixes nativos de cultivo da história do Brasil foram realizadas por meio do Projeto Novos Exportadores, em parceria com a APEX. Além disso, foi desenvolvida uma logomarca para o pescado brasileiro

para divulgação em feiras internacionais, nas quais também foram levados exportadores brasileiros e foram promovidas rodadas de negócios. A meta de exportação de pescados das empresas participantes do Projeto (de US\$33 milhões de dólares) já foi ultrapassada, com expectativas de exportações, resultantes de contatos e negociações realizadas e iniciadas em ações do Projeto, chegando a US\$54,8 milhões nos anos de 2004 e 2005. A meta para 2006 estimada para a exportação pelas empresas participantes do Projeto é de US\$45 milhões.

c.2) Semana do Peixe

A promoção da Semana do Peixe, realizada este ano em setembro, pelo 3º ano consecutivo, ganha espaço significativo na aproximação do consumidor ao produtor. Em parceria com a Associação Brasileira de Supermercadistas (ABRAS), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e diversos parceiros locais, a Semana do Peixe é um incentivo ao consumo de pescado. Além da comercialização, com redução significativa de preços, são realizadas campanhas de difusão de informações sobre os benefícios para a saúde do consumo regular de peixe e a escolha e manuseio na hora da compra. De acordo com dados da ABRAS, o consumo de pescados em supermercados aumentou em 16%, entre 2002 e 2005. Deve ser destacado, também, o programa Feira do Peixe, que viabiliza a venda direta ao consumidor. A SEAP e a CONAB disponibilizam barracas de lona e utensílios (kits feiras) para manuseio e venda do pescado, aumentando assim a renda dos criadores e pescadores, que negociam diretamente com o consumidor.

d) Investimentos na cadeia produtiva

As grandes obras do Governo no setor da pesca, além de valorizar o pescado, beneficiam milhares de pessoas. Todos os esforços são para investir e estimular investimentos, que já chegam a R\$20 milhões de reais na cadeia produtiva, especialmente na parte de recepção de pescado, com frigoríficos, fábricas de gelo e entrepostos. Em 2005, foram instaladas 22 fábricas nas cinco regiões do País, beneficiando mais de 80 mil pescadores artesanais.

Quanto aos Terminais Pesqueiros Públicos, o de Manaus já teve o seu convênio para o início das obras de infra-estrutura assinado, no valor de R\$14 milhões, ficando sob a responsabilidade da SEAP um investimento de cerca de R\$2,5 milhões para equipamentos. Sua inauguração está prevista para outubro de 2006 e suportará uma capacidade de 200 toneladas de peixe por dia. O Terminal de Cabedelo/PB, está em obras, com um investimento de R\$6 milhões e inauguração prevista para dezembro de 2006. Em Laguna/SC, as obras que o tornarão o mais moderno terminal da América Latina, somam R\$2,5 milhões, tendo sua inauguração prevista para março de 2006. Além destes, estão sendo iniciadas as obras dos Terminais de Cananéia/SP, orçada em R\$1 milhão e em Santos/SP, no valor de R\$4 milhões. Encontram-se ainda em fase de negociação os terrenos para os Terminais de Belém/PA, Camocim/CE, Fortaleza/CE e Recife/PE. O de Natal/RN já tem recursos destinados de R\$14 milhões e o de Vitória/ES, que recebeu o terreno em novembro 2005, tem obras orçadas em R\$1,5 milhão.

Em Santana (AP) foi assinado convênio para a obra no valor de R\$3,5 milhões e no Rio de Janeiro já foi publicado o decreto de Utilidade Pública do terreno e depositado em juízo o valor de R\$3,5 milhões. Em 2006 serão elaborados os



projetos executivos e iniciadas as obras dos terminais de Natal, Rio de Janeiro e Belém, para as quais já foram repassados R\$13 milhões.

e) Ordenamento da Pesca

O Governo também tem participado de definição de medidas de ordenamento da pesca marinha, respeitando o uso sustentável do recurso e, fundamentalmente, contemplando os interesses dos próprios pescadores, sob as premissas da rentabilidade econômica da atividade e a equidade social.

A participação e o acompanhamento no processo de ordenamento da pesca de espécies marinhas, assim como de águas continentais, possibilitou a adoção de medidas sobre a pesca da lagosta e a instituição de Mapas de Bordo para a pesca marinha costeira, para aperfeiçoar os métodos de controle e ordenamento pesqueiro, especialmente para os recursos de importância comercial, como piramutaba, pargo, camarões, lagosta, sardinha, pescada, pescadinha, castanha e corvina. A implantação de recifes artificiais também segue a determinação de ordenamento pesqueiro e recomposição dos estoques costeiros.

7. Reforma Agrária e Agricultura Familiar

a) Desenvolvimento Sustentável para o Meio Rural

O Governo Federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares e beneficiários da Reforma Agrária. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando um novo padrão de desenvolvimento do meio rural, com inclusão social e econômica de milhões de pessoas.

Além dos números que serão apresentados a seguir, os maiores da história, é importante dizer que a população rural passou a ser reconhecida na sua diversidade, ampliando-se o alcance das políticas, agora ajustadas às especificidades regionais e às necessidades da agricultura familiar, dos assentados, das comunidades rurais tradicionais, das mulheres e dos jovens. Acesso à terra, água, documentos, educação, crédito, assistência técnica, seguro, eletrificação rural, estradas, programas de comercialização e de apoio às agroindústrias, valorização dos direitos das comunidades quilombolas e apoio à autonomia das mulheres estão entre as muitas iniciativas que transformam em realidade o desenvolvimento sustentável do meio rural no Brasil.

Como perspectivas para 2006, espera-se a resolução de dois temas: i) novo padrão de gestão do Seguro da Agricultura Familiar; e ii) criação do Fundo de Aval para investimentos em agroindústrias familiares e de assentados da reforma agrária.

A aprovação da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005), acompanhada dos atos disciplinadores, possibilitará a implementação de um abrangente programa de

regularização fundiária para os ocupantes de áreas de até 500 ha na Amazônia Legal. Serão mais de 150 mil beneficiados com a regularização de cerca de 8 milhões de hectares.

b) Uma Reforma Agrária de Qualidade

As mudanças na reforma agrária, a partir de 2003, estão levando mais qualidade aos assentamentos. Cumprindo os compromissos assumidos pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Governo está implementando um programa de reforma agrária integral, que reconhece as especificidades de cada público e de cada região. Viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial orientam esse novo modelo, que apenas começa na garantia do acesso à terra e prossegue na criação de infra-estrutura social, estradas, energia elétrica, acesso a direitos e apoio à produção e à comercialização.

c) Fortalecimento do INCRA

A ampliação das políticas de reforma agrária veio acompanhada do fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi estabelecido um plano de carreira, foram contratados 471 novos servidores e está em andamento um concurso para a seleção de mais 1,3 mil servidores. Isso representa uma ampliação de mais de um terço na força de trabalho do órgão.

Além disso, o INCRA está sendo dotado de equipamentos e tecnologia para fazer frente aos desafios existentes, particularmente o de realizar o georreferenciamento e a regularização fundiária no País.

O Governo também está regularizando o licenciamento ambiental dos projetos de assentamentos da reforma agrária promovidos pelo INCRA. Até o momento, estão em andamento 1.066 processos de solicitação de licenciamento de instalação e operação e 231 processos de solicitação de licenciamento prévio.

d) Política de Assentamento

d.1) Mais de 127 mil Novas Famílias Assentadas em 2005

Desde a criação do Incra, há 35 anos, foram assentadas 785 mil famílias no País. Mas a reforma agrária ganhou ritmo e, principalmente, qualidade nos dias atuais. Nos três primeiros anos de Governo foram assentadas 245 mil famílias: mais de 30% do total já realizado em todo o período de existência do Órgão. Em 2005 o INCRA alcançou o melhor resultado da sua história, superando a meta prevista para o exercício: foram assentadas 127.506 novas famílias e a área incorporada à reforma agrária foi de 13.242.124 ha.

Para o próximo ano a prioridade estará no cumprimento das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária e na consolidação das políticas e instrumentos que integram uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Isto



envolve a ampliação do alcance das políticas, o aprimoramento dos mecanismos de gestão e monitoramento, e sua integração, tanto internamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário, como na articulação com ações correlatas de outros órgãos federais.

d.2) Assentar é apenas o Primeiro Passo

A simples concessão do lote, como se fez no passado, não significa reforma agrária. Para reverter esse processo, o Governo está investindo em crédito, assistência técnica, eletrificação, educação, habitação e outros itens. A seguir, os principais resultados obtidos em 2005: i) em obras de infra-estrutura, como estradas e saneamento (abastecimento de água), foram investidos no exercício R\$193,67 milhões; ii) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) atendeu a 74,3 mil assentados, aplicando recursos em educação da ordem de R\$34,66 milhões. O PRONERA foi criado para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais a partir de uma proposta pedagógica adaptada à realidade do campo; iii) foram empenhados R\$591,66 milhões para instalação inicial e recuperação de assentamentos em 2005. Esse recurso, além de habitação, construção e reforma, contempla construção de cisternas no semi-árido e manutenção das famílias até iniciar a produção. Os valores foram ampliados no atual Governo, passando de R\$4,5 mil para até R\$11,3 mil por família; iv) os créditos produtivos disponíveis para assentados foram ampliados para o Plano Safra 2005-2006: a) foi criada uma nova linha de crédito de investimento de até R\$6 mil por família para a recuperação dos assentamentos; b) as mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural (PRONAF B), destinada a atividades produtivas; c) o limite de financiamento do PRONAF A (destinado a investimentos) subiu de R\$15 mil para R\$18 mil; e e) o total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/C do Pronaf, por família assentada, aumentou de uma para três.

d.3) Crédito Fundiário Amplia o Acesso à Terra

De forma complementar aos mecanismos tradicionais de obtenção de terra para a reforma agrária, o Governo conta com o Programa de Crédito Fundiário para viabilizar a aquisição de terras por trabalhadores rurais. São linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva em áreas que não podem ser desapropriadas para a reforma agrária. Em 2005 o programa beneficiou 8.142 famílias.

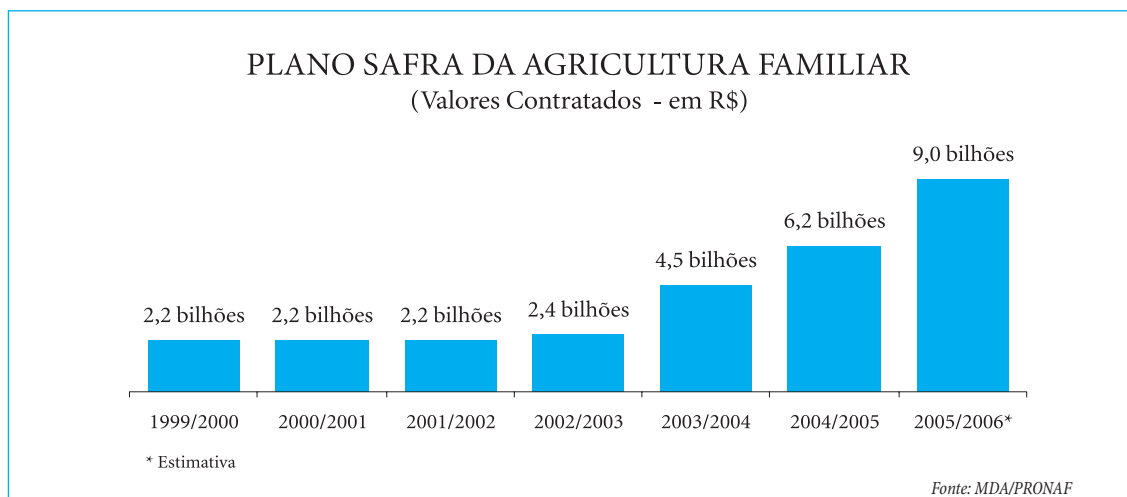
O Programa tem linhas voltadas a segmentos específicos: i) Combate à Pobreza Rural; ii) Consolidação da Agricultura Familiar; iii) Nossa Primeira Terra (jovens de 18 a 24 anos); iv) Terra para a Liberdade (trabalhadores libertados de situação de escravidão); e v) Terra Negra (trabalhadores rurais negros).

e) Apoio à Agricultura Familiar

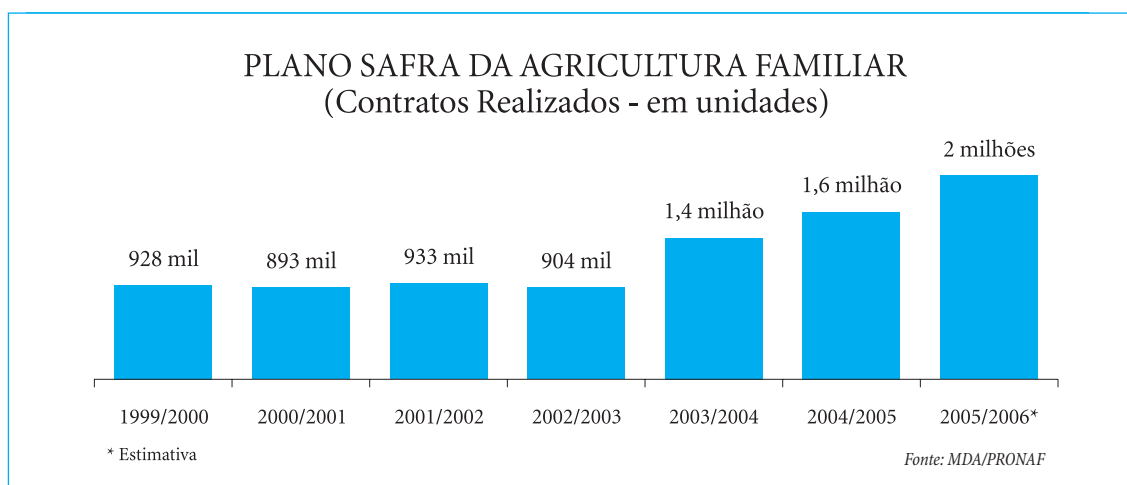
A ação do Governo na reforma agrária se combina com as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. O apoio à agricultura familiar vai muito além do PRONAF. Hoje um conjunto de programas está melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais.

e.1) Ampliação do Crédito

Os empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) chegaram a R\$6,2 bilhões na safra 2004/2005 e devem atingir R\$9 bilhões na safra 2005/2006.



O número de contratos realizados pelo Pronaf chegou a mais de 1,6 milhão na safra 2004-2005. Deverá atingir 2 milhões de contratos na próxima safra.



Mas o Pronaf não apenas cresceu, o programa nacionalizou-se e hoje chega a todos os Estados e a 5.360 Municípios do País. O crescimento do acesso ao crédito nas regiões Norte e Nordeste representa uma importante contribuição para a superação das desigualdades regionais.

DESEMPENHO DO PRONAF POR REGIÃO

Região	SAFRA 2002/2003		SAFRA 2004/2005		VARIÇÃO (%)	
	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)	Contratos	Valores (R\$)
SUL	435.009	1.205.702.271	678.312	2.887.090.668	56%	139%
SUDESTE	118.358	389.899.633	236.370	1.046.935.249	100%	169%
CENTRO-OESTE	30.104	186.663.776	57.704	381.263.745	92%	104%
NORTE	35.145	201.081.157	98.959	591.630.812	182%	194%
NORDESTE	285.595	393.094.834	568.156	1.266.315.125	99%	222%

Fonte: MDA/PRONAF

Entre as medidas implementadas para atingir estes resultados, pode-se destacar:

- nos últimos 3 anos houve maior envolvimento das instituições financeiras, que agora valorizam mais o setor da agricultura familiar e buscam associar sua imagem ao desenvolvimento rural. O Banco do Brasil segue como o principal operador do PRONAF, mas se ampliaram significativamente as aplicações feitas por outros bancos públicos, como é caso do Banco do Nordeste, com crescimento superior a 100% e do Banco da Amazônia, com mais de 500% de aumento nas aplicações. Outros agentes financeiros também participam do PRONAF, como as cooperativas de crédito (BANSICREDI, BANCOOB, Sistema CRENOR e CRESOL) e o BNDES;
- destinação obrigatória de 10% da exigibilidade bancária para aplicações do PRONAF, diminuindo os seus custos para o Tesouro Nacional. Até então, não havia essa obrigatoriedade e apenas o Banco do Brasil adotava tal procedimento;
- outras mudanças importantes, iniciadas a partir da safra 2003/2004, foram a desburocratização do acesso ao financiamento e a ampliação da vigência para cinco anos de seu contrato. Assim, a cada ano, o agricultor não precisa refazer todo o processo;
- desde 2002, novas linhas de crédito foram criadas e outras foram ajustadas para adequar-se às necessidades dos assentados da reforma agrária e para estimular a autonomia econômica das mulheres, a agroecologia, a implantação de agroindústrias e a convivência com o Semi-Árido.

Para 2006, espera-se a conclusão do Plano Safra 2005-2006 com o atingimento das metas estabelecidas: i) R\$9 bilhões de volume total de crédito e 2 milhões de contratos; ii) consolidação das novas linhas; iii) continuidade da expansão do acesso ao crédito nas regiões Norte e Nordeste; e iv) crescimento das operações do PRONAF Mulher e PRONAF Jovem.

e.2) Agricultores Familiares Conquistam Seguro Agrícola

A atividade agropecuária é sujeita a intempéries e, historicamente, os agricultores se descapitalizavam, se endividavam e muitos até perdiam suas terras quando ocorriam calamidades climáticas. Para enfrentar esses imprevistos e garantir a renda dos agricultores o Governo criou o Seguro da Agricultura Familiar, antiga reivindicação dos movimentos sociais do campo, que garante, além de 100% do valor financiado, 65% da receita líquida estimada. A adesão ao Seguro ocorre no momento de contratar o crédito do PRONAF.

Cerca de 550 mil agricultores aderiram ao Seguro da Agricultura Familiar no seu primeiro ano de existência e boa parte deles comprovou sua importância diante dos efeitos da grave seca que atingiu a região Sul do País, especialmente o Rio Grande do Sul, na safra 2004/2005. O Programa beneficiou cerca de 220 mil famílias que, se não estivessem seguradas, estariam com dívidas em atraso nos bancos, não poderiam acessar novos créditos e enfrentariam extrema dificuldade para se manterem até a safra seguinte.

Para atender às especificidades da região do semi-árido (Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo), o Governo fortaleceu o Programa Garantia-Safra. O Programa atende as famílias com renda mensal de até um salário mínimo e meio, sem acesso ao crédito rural e que cultivem algodão, milho, feijão, arroz ou mandioca, garantindo uma renda de até R\$550,00 aos atingidos por seca. A adesão ao programa tem crescido ano a ano, atingindo 287.861 famílias, de 463 Municípios, na safra 2004/2005. Receberam o benefício 106,8 mil famílias, em 116 Municípios.

Além dos instrumentos supramencionados, em 2005, o Governo Federal também pagou um auxílio financeiro emergencial no valor de R\$300,00 para 197.060 famílias de trabalhadores rurais atingidas pela seca e que não estavam cobertas pelo Seguro da Agricultura Familiar.

f) Assistência Técnica

A ampliação do número de famílias com acesso ao Pronaf vem acompanhada por outros serviços e políticas complementares ao crédito, que possibilitam a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, visando garantir a renda dos produtores.

O Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) está sendo reconstruído de forma a oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais, por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. A ATER é uma ação integrada do Governo Federal, governos estaduais e prefeituras, com a participação de organizações não-governamentais e de cooperativas. Até o final da safra 2005/2006 os serviços de ATER chegarão a mais de 1,9 milhão de unidades familiares, com recursos federais da ordem de R\$237 milhões.

g) Apoio à Comercialização

Completando o conjunto de políticas de apoio à produção e à garantia de renda, implementaram-se várias ações voltadas para a comercialização e a agroindustrialização da produção. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destacou-se, em suas diferentes modalidades, na compra da produção de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, vinculadas, sempre que possível, com programas de distribuição de alimentos.

Em 2006, terá início a atuação direta do MDA no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de uma dotação orçamentária de R\$130 milhões, adicionais aos recursos já destinados pelo MDS, que contribuirá para a maior integração dos instrumentos com capacidade de impulsionar o desenvolvimento rural.

Além disso, o Governo vem criando as condições para ampliar o acesso dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais a novos mercados, por meio da participação em feiras internacionais, nacionais e regionais. Destaca-se a Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária que, pelo segundo ano consecutivo, exibiu a riqueza e a diversidade cultural e econômica desses setores.

h) Produção Orgânica

Para fortalecer iniciativas de transição da produção agrícola convencional para a produção orgânica, foram investidos cerca de R\$40 milhões no apoio à assistência técnica, canais de comercialização, validação de pesquisas e de intercâmbio de técnicos e agricultores.

i) Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar

O Governo Federal está implementando o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Além de sua contribuição para a economia de divisas, redução da dependência do petróleo importado e para a melhoria das condições ambientais, o PNPB foi construído para proporcionar novas possibilidades para o desenvolvimento rural, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária. As empresas produtoras têm incentivos (reduções nas contribuições sociais, como PIS e COFINS) quando adquirem produtos da agricultura familiar com certificação feita pelo MDA por meio do Selo “Combustível Social”. Com a realização do 1º leilão, em novembro de 2005, estima-se que cerca de 65 mil famílias serão envolvidas na produção de oleaginosas.

Em 2006, o PNPB envolverá mais 200 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Além do estímulo proporcionado pela Certificação do Selo Combustível Social, destaca-se também o lançamento da linha de crédito adicional do PRONAF para o cultivo de oleaginosas, já em vigência na Safra 2005-2006.

j) Outros Projetos

j.1) Desenvolvimento de Territórios

Outra iniciativa de qualidade nas políticas de desenvolvimento rural está expressa na criação dos territórios rurais. A partir de 2003, ao criar estrutura para esse fim, o Governo reconheceu que a dimensão territorial se apresenta muito mais

adequada a processos de desenvolvimento sustentável. A existência de diferenciações na dinâmica econômica, social e cultural demanda combinações específicas de políticas públicas com foco em territórios delimitados.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apóia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não-governamentais com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais (sindicatos e associações). Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento e mobilizar os atores locais na construção de planos territoriais capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Ao final de 2005, já estavam constituídos 104 Territórios Rurais, envolvendo cerca de 1.700 Municípios, nos quais foram aplicados R\$102,38 milhões.

j.2) Projeto Dom Hélder Câmara

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste (Projeto Dom Hélder Câmara) tem como objetivo fortalecer processos locais, participativos e solidários de construção social e de desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras, na perspectiva da convivência com o Semi-Árido e de superação da pobreza. É um Projeto de ações complementares de fortalecimento da Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

Entre os resultados obtidos, destacam-se: i) 9,3 mil famílias beneficiadas com assistência técnica permanente; ii) 150 unidades demonstrativas de produção agropecuária implantadas; iii) 120 projetos produtivos e sociais implantados; iv) 50 barragens subterrâneas construídas; v) 80 km de adutoras instaladas beneficiando cerca de 1.200 famílias; vi) 361 professores capacitados em educação do campo e convivência com o semi-árido; vii) 9 mil alunos beneficiados com educação do campo e convivência com o semi-árido; e viii) 120 filhos de agricultores familiares formados em técnicas agropecuárias.

j.3) Valorização das Mulheres

A ação voltada para a superação das desigualdades imposta às trabalhadoras rurais e o apoio à sua autonomia abrange vários temas:

- i) documentação civil e trabalhista das mulheres rurais, sem os quais não podem ser beneficiárias da reforma agrária, terem acesso ao PRONAF ou exercerem seus direitos sociais e previdenciários. Em 2005, foram realizados 197 mutirões, com a emissão de 140 mil documentos, sendo que, deste total, 96 mil referem-se a mulheres. O programa de documentação deverá beneficiar aproximadamente 150.000 mulheres rurais em 2006, por meio da emissão de documentos civis e trabalhistas em todas as regiões do país;



- ii) titulação conjunta das terras na reforma agrária e emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF, a DAP, também no nome da mulher, garantindo o acesso a todas as linhas de crédito e ao seguro da agricultura familiar;
- iii) criação de uma linha de crédito específica, o PRONAF Mulher, voltada ao apoio dos projetos produtivos deste público e com uma política setorial de assistência técnica adequada às suas especificidades.

j.4) Levando o Conhecimento ao Campo

Como parte das ações para garantir o acesso a direitos fundamentais às populações rurais, o Governo Federal implementou o Programa Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar.

O acesso à leitura ocorre por meio de bibliotecas móveis, no formato de caixas-estantes, em assentamentos da reforma agrária e comunidades de agricultores familiares e quilombolas. Já são 1.369 Arcas, em 314 Municípios de 16 Estados. Foram distribuídos 321 mil livros e atendidas 112.761 mil famílias.

Essas bibliotecas são planejadas com a participação da comunidade, que indica os assuntos de seu interesse, escolhem o local de funcionamento e os seus agentes de leitura. Os livros são doados por órgãos públicos e privados e contam com a participação voluntária das populações urbanas. Os móveis são fabricados por sentenciados das penitenciárias estaduais, que recebem bolsa de trabalho e redução de suas penas. Além disso, cada penitenciária participante do programa também recebe uma biblioteca completa.

8. Desenvolvimento Regional

No decorrer dos últimos três anos, o Governo concentrou esforços na elaboração da **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**, que introduziu profundas alterações na forma de atuação governamental no território brasileiro. De um padrão de intervenção fragmentado e sem qualquer orientação programática, evoluiu-se para a retomada do planejamento estratégico, com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento territorial, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

A PNDR instituiu mecanismos e instrumentos de definição e implementação de políticas públicas. Foi dada ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo e no envolvimento dos Estados, dos Municípios e da Sociedade Civil para fortalecer a integração, a racionalização de ações e o incentivo à participação social nas decisões, na implementação e no controle das ações de promoção do desenvolvimento regional.

Para conceber, implantar e coordenar essa Política, foi criada a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, por meio do Decreto nº 4.793/2003. O colegiado é composto por 23 ministérios e secretarias especiais do Governo Federal e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

No âmbito da Câmara, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Programas Regionais avançou na materialização da necessária transversalidade das ações e na convergência entre as diversas políticas e os programas de governo. Dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GTI resultou uma agenda de compromissos que reúne iniciativas dirigidas para espaços estratégicos selecionados do território nacional.

Nessa perspectiva, investimentos de grande expressão, particularmente nos programas de desenvolvimento regional e de infra-estrutura, constituem os dois conjuntos principais de ações da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Em consonância com a PNDR, os programas de desenvolvimento regional têm sido implementados em escala sub-regional, em substituição à abordagem macrorregional que prevaleceu no passado. Espaços mesorregionais de baixo dinamismo e renda têm sido apoiados na retomada ou aquecimento de seu desenvolvimento, o que envolve a organização dos atores socioeconômicos, a capacitação local, o apoio ao associativismo e ao cooperativismo e, principalmente, o fortalecimento de atividades produtivas potenciais nos espaços identificados.

Neste enfoque, destacam-se as ações realizadas nas Mesorregiões do Alto Solimões, no Norte; da Chapada do Araripe, no Nordeste Semi-Árido; dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na área menos desenvolvida do Sudeste; e da Grande Fronteira do Mercosul e da Metade Sul do Rio Grande do Sul, no Sul do País.

No Alto Solimões, merecem ênfase as ações de organização da atividade produtiva da pesca, com elevado grau de promoção da inclusão social e de geração de impacto local sobre as práticas de comercialização até então utilizadas. A região apresenta características peculiares pela sua localização e condições de acesso, inclusive entre os Municípios que a compõem, e, por essa razão, em parceria com a RADIOBRÁS, foi implantada uma rádio mesorregional para propiciar a integração e facilitar a organização social da população local.

Na Chapada do Araripe, as ações voltaram-se para a atividade produtiva da ovinocaprinocultura, com resultados expressivos na organização para a produção e melhoria da qualidade do rebanho. Esta mesma atividade é apoiada na Mesorregião de Xingó, destacando-se nessas regiões a criação de uma unidade móvel de assistência ao pequeno produtor rural para promover a sanidade e o aprimoramento genético dos rebanhos.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri compõem uma região conhecida pela baixa qualidade de vida de que dispõe sua população, e concentra os Municípios mineiros que apresentam menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para minorar as desigualdades sociais e regionais lá observadas, foram implantadas ações de dinamização de atividades produtivas para as quais a região apresenta vocação, com alto potencial de inclusão social, como a profissionalização crescente da produção de cachaça e de gemas e jóias, realizada em parceria com a iniciativa privada. A fruticultura



também tem sido apoiada na Região, e as iniciativas públicas têm apresentado resultados e impactos similares aos daquelas de fomento às demais atividades econômicas.

Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, que vem sofrendo as consequências da estagnação econômica provocada pela derrocada na produção de arroz, ressalta-se o apoio ao desenvolvimento de novas atividades produtivas, como a fruticultura e a indústria moveleira. Além destas, ganhou fôlego a atividade extrativa florestal sustentada, com inversões de porte da iniciativa privada.

No extremo oeste da região sul é importante registrar o apoio à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul para o desenvolvimento dos segmentos de turismo rural e de produção leiteira e de embutidos, contribuindo para compassar o avanço da Mesorregião à dinâmica econômica dos Estados que a compõem – Paraná e Santa Catarina.

No Semi-Árido, foi introduzida uma lógica diferenciada de combate aos problemas vivenciados na região, por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER). Rompendo com o padrão de intervenções cíclicas emergenciais na ocorrência de seca, as intervenções para promoção do desenvolvimento regional, calcadas na dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas e na convivência com a realidade do semi-árido, articuladas e integradas com a implantação de infra-estrutura hídrica, vêm contribuindo para a sustentabilidade de atividades econômicas e a inserção produtiva da população da região.

Assim, registra-se o apoio, nessa Região, às atividades de piscicultura em tanques-rede, ovinocaprinocultura, artesanato, mineração, fruticultura irrigada, turismo agroecológico, além da disseminação, em parceria com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil, de tecnologia alternativa para a produção agrícola sustentável junto a 900 famílias em 27 Municípios localizados nos 9 Estados do semi-árido. A esta iniciativa somam-se ações tradicionais de perfuração e manutenção de poços, instalação de dessalinizadores e construção de cisternas, sem deixar de mencionar estudos e pesquisas relevantes, como os destinados à produção de alimentos alternativos obtidos a partir do tratamento de algas que se desenvolvem nos açúdes públicos.

Em 2006, sob a perspectiva das novas premissas e diretrizes da PNDR, serão finalizadas consultas para elaboração e legitimação dos documentos preliminares dos planos macrorregionais de desenvolvimento, com base na sub-regionalização de cada macrorregião. A proposta inicial é de incorporação de quatro novos territórios prioritários no conjunto das ações dos programas governamentais de desenvolvimento regional relacionados à área de influência da BR-163. Esses territórios localizam-se no Seridó (RN-PB), Oeste do Pará e confluência do nordeste do Pará com o noroeste do Maranhão. Além destas, pretende-se redefinir outras três áreas já mapeadas (Xingó, Mangabeiras e Bico do Papagaio). Ademais, espera-se a consolidação definitiva dos Fóruns nas Mesorregiões para acelerar iniciativas de dinamização econômica e inserção social alavancadas em 2005.

Outro território importante sobre o qual assentam-se programas de desenvolvimento regional é a Faixa de Fronteira. Em 2005, foi consubstanciada uma proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da região, que transcendeu

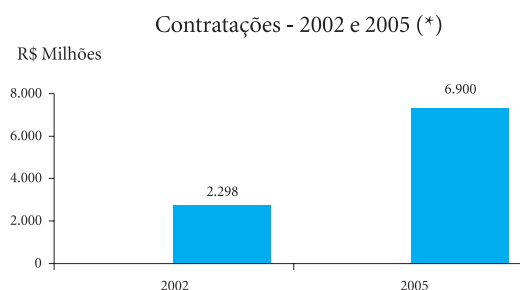
o enfoque apenas geopolítico, para uma abordagem inovadora dos aspectos geoeconômicos, permitindo que essa área seja alvo de uma ação pública federal não exclusivamente focada na segurança nacional para incorporar aspectos típicos do desenvolvimento regional. A perspectiva para 2006 é materializar as diretrizes desse estudo, tendo como âncora o desenvolvimento dos projetos e a ampliação de objetivos e do alcance territorial, tais como os que foram conduzidos para as cidades gêmeas.

Nas Regiões Norte e Nordeste, onde o problema regional é mais agudo, e também no Centro-Oeste, estão sendo definidas estratégias de longo prazo. Dentre estas, cite-se a conclusão do documento-base do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE). Em 2006, espera-se a conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que orientará as ações governamentais para o desenvolvimento da região. Além disso, a aprovação da recriação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste (SUDAM, SUDENE e SUDECO), iniciativa do Governo amplamente discutida com o Congresso Nacional, deverá representar mais uma medida impulsionadora do desenvolvimento de cada uma dessas regiões.

A principal fonte de financiamento para essas macrorregiões consiste nos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, para o Norte; FNE, para o Nordeste; e FCO, para o Centro-Oeste). Os financiamentos contratados evoluíram de R\$2,3 bilhões em 2002, para R\$6,9 bilhões em 2005, apresentando, no período, o expressivo crescimento de 200%.

Fundo	R\$ milhões	
	Ano	
	2002	2005 (*)
FCO	1.439	1.400
FNO	605	1.300
FNE	254	4.200
Total	2.298	6.900

(*) 2005 - Valores Estimados
Valores nominais



(*) 2005 - Valores Estimados

É importante ressaltar a contribuição que os recursos desses Fundos vêm prestando à manutenção e à geração de novos postos de trabalho, ao incremento das produções regionais, à arrecadação de tributos e à redução do êxodo rural. Aos agricultores familiares foi destinado o total de R\$3.091 milhões, financiados nos últimos três anos (2003 a 2005) com o amparo do PRONAF. Nesse segmento, houve um incremento nas contratações da ordem de R\$1,2 bilhão, passando de R\$272 milhões em 2002 para R\$1,5 bilhão em 2005.

Em 2006, deverá ser mantida a tendência de crescimento no volume de financiamentos para as regiões prioritárias, tendo em vista os recursos oferecidos pelo Governo para o fomento às atividades produtivas nestas áreas. No total, serão destinados aproximadamente R\$9,0 bilhões, sendo R\$7,3 bilhões provenientes dos fundos constitucionais de financiamento (FCO, FNE e FNO) e R\$1,7 bilhão dos fundos de desenvolvimento regional (FDA e FDNE), conforme tabela a seguir:

FINANCIAMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS
Estimativa ano 2006

em R\$ milhão			
Recursos (R\$ milhões)	Fundos Constitucionais (FCO, FNE e FNO)	Fundos de Desenvolvimento (FDA e FDNE)	Total
Região Centro-Oeste (FCO)	1.975	-	1.975
Região Nordeste (FNE e FDNE)	3.932	1.026	4.958
Região Norte (FNO e FDA)	1.357	684	2.041
Total	7.264	1.710	8.974

No que se refere à **infra-estrutura**, as ações obedecem a uma lógica articulada com a estratégia de desenvolvimento regional. Destacam-se a modelagem jurídico-financeira para tornar viável a malha ferroviária do Nordeste (Transnordestina); os projetos de macrodrenagem urbana, infra-estrutura hídrica e irrigação; e a revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e a sua integração às bacias do Nordeste Setentrional, de grande impacto no Semi-Árido.

A Ferrovia Transnordestina vai deixando de ser projeto para se tornar realidade e para integrar definitivamente o Sistema Ferroviário do Nordeste com os modais rodoviário, hidroviário e com o complexo portuário local. Foram definidos seus ramais, nos trechos Eliseu Martins/PI–Serrita/PE, Serrita/PE–Pecém/CE e Serrita/PE–Suape/PE. Também foi definida a modelagem econômico-financeira de financiamento do empreendimento, concorrendo recursos de investidores privados, de Fundos de Pensão, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do BNDES, por meio de financiamento e de opções do FINOR. A previsão é de que as obras se iniciem no primeiro semestre de 2006.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2006, apresenta um novo modelo de desenvolvimento na área de influência da rodovia. A partir da valorização do patrimônio sociocultural e natural, busca melhorar a qualidade de vida, promover a gestão democrática e sustentável do território; tornar viável a produção sustentável com inovação tecnológica; implementar e manter obras de infra-estrutura nos setores de transportes, energia, comunicações e saneamento básico e fortalecer a inclusão social e a cidadania. Essa iniciativa atende e beneficia a população residente nos cerca de 70 Municípios que compõem a área de influência do Plano e que, segundo o Censo Demográfico de 2000, somava 1,744 milhão de habitantes.

Quanto aos projetos de infra-estrutura hídrica, importantes avanços foram obtidos com a aprovação de um novo marco regulatório, expresso na Portaria nº 70, de 2 de fevereiro de 2004. Esta introduziu critérios técnicos para a celebração de convênios com a União para a construção de obras hídricas, o que vem permitindo uma significativa melhoria na qualidade dos projetos apresentados. Complementarmente, foi definida, como diretriz, a priorização de conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado possam gerar resultados para a sociedade.

No esforço de oferecer água em quantidade suficiente e de boa qualidade para o abastecimento humano, em 2005, foram concluídos 25 sistemas de abastecimento na região do semi-árido, contemplando a construção de 1.150km de adutoras e aumento de 197 milhões de m³ na capacidade de armazenamento de água, a fim de beneficiar uma população estimada em 3,0 milhões de habitantes, com investimentos da ordem de R\$114,0 milhões.

Nesse sentido, também se deu continuidade a outros grandes empreendimentos, que correspondem a 418km de adutoras e a barragens com capacidade para retenção de 1,5 bilhões de m³ de água, o que permitirá beneficiar 2,8 milhões de pessoas.

Em 2006, projeta-se a conclusão da Barragem do Córrego João Leite (GO) e da Barragem Caçamba (AL), do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios. Serão continuadas, também, as obras das adutoras de São Bento (SC), do Oeste (PE), do Canal do Sertão Pernambucano (PE) e do São Francisco, além das barragens Poço do Marruá/PI, S. Maria Ulghin/RS, Berizal/MG e Jequitaiá/MG.

Especificamente na região do semi-árido, serão implantados cerca de 1.100km de sistemas de abastecimento em 2006, com aporte da ordem de R\$111,0 milhões, compreendendo, dentre outros, os seguintes projetos: 3ª Etapa da Adutora do Feijão/BA, Planalto e Barra do Choça/BA, Lavras da Mangabeira/CE, Serra do Félix – Boqueirão/CE, 2ª Etapa do Padrão Central/BA, Diamantina/MG, 2ª Etapa de Araçuai (MG), Luís Gonzaga/PE, Garrincho/PI e Serra de Santana/RN, que poderão beneficiar cerca de 318 mil habitantes.

Na agricultura irrigada, foram investidos cerca de R\$106,7 milhões em 2005 para a implantação de projetos de infra-estrutura de irrigação de uso comum. Estes representam uma área de aproximadamente 27 mil ha e projetam benefícios para cerca de 135 mil habitantes. Além disso, setenta e três perímetros públicos de irrigação, com área irrigável de 250,6 mil hectares, foram avaliados em parceria com Estados e organizações da sociedade civil, com vistas à transferência da gestão aos produtores. Para tanto, foram aplicados R\$173,0 milhões em 2005, com benefício direto para 300 mil pessoas.

Do montante aplicado para possibilitar a emancipação dos projetos públicos de irrigação, R\$67 milhões foram investidos em trinta e quatro perímetros com expectativa de transferência da gestão em curto prazo. Adicionalmente, outras ações foram desenvolvidas para o aproveitamento das áreas inexploradas, como licitação das ainda não ocupadas, retomada de lotes não explorados, recuperação e modernização da infra-estrutura, assistência técnica e elaboração de proposta, em conjunto com o Banco do Nordeste do Brasil, para oferecer melhores condições de crédito aos produtores dos perímetros irrigados.

Em 2006, há a expectativa de que seja incorporada uma área aproximada de 8.770 ha para a exploração da produção irrigada em etapas dos projetos Tabuleiros de São Bernardo/MA, Luís Alves do Araguaia/GO, Várzeas de Sousa/PB, Gurita/TO, Propertins/TO e Flores de Goiás/GO. Esses projetos também deverão ser objeto de intervenções complementares do Programa Transferência da Gestão, com o objetivo de colocá-los em operação e produção. Dar-se-á continuidade, também, às obras dos projetos São João (TO), Sampaio/TO, Salitre/BA, Santa Rosa/PI, Rio Balsamo/AL, Flores de Goiás/GO e Jenipapo/PI.



No campo da drenagem urbana, algumas obras nas regiões metropolitanas estão sendo implementadas, e, com os recursos adicionais previstos para 2006, será possível a execução de 14,0km de desassoreamento de canais, com a conclusão do Córrego Bandeira (MS) e do Córrego Neblina/TO, Projetos Tabuleiros dos Martins/AL e a continuidade das obras de Canalização e Urbanização em Araçatuba/SP e do Córrego Cascavel/GO.

Seguindo a mesma lógica da PNDR, desenvolvem-se ações de desenvolvimento sustentável nas Bacias do Parnaíba e do São Francisco, objeto de um amplo programa de revitalização e de desenvolvimento sustentável. Para contribuir com a sustentabilidade socioambiental das Bacias, vale destacar a importância que vem sendo atribuída à sua revitalização. Nos Municípios situados próximos aos afluentes dos rios Parnaíba e São Francisco, estão sendo implantados sistemas de saneamento básico, drenagem urbana e projetos de dessalinização de águas, que conduzirão à otimização de poços subterrâneos e ao fomento de sistemas produtivos locais baseados no aproveitamento dos rejeitos da dessalinização para a melhoria das condições de convivência com a seca.

Esse conjunto de ações engloba estratégias de diagnose ambiental e desenvolvimento das potencialidades de regiões específicas. Ressalta-se a restauração do “Barco-Escola São Salvador”, que tem por objetivo integrar educação, cultura e meio ambiente nas comunidades ribeirinhas, para resgatar a história da navegação no Rio São Francisco, atendendo a cerca de 280 mil pessoas.

Ressaltem-se, ainda, as ações de recuperação de estradas vicinais, tal como a que percorre a reserva indígena na Ilha de Assunção, em Pernambuco, com benefício para a comunidade de cerca de 4.100 indivíduos. Essa iniciativa resultará na melhoria das condições de escoamento da produção, o que contribui para o êxito da economia local e para o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

Alinhado a esse propósito, incluem-se os projetos agroflorestais, para a produção de mudas de floras de essências nativas, de capacitação de jovens em técnicas agroflorestais e de treinamento de multiplicadores para recuperação da vegetação. Projeta-se com isso a melhoria das condições de conservação do solo e do próprio ciclo hidrológico, superficial e subterrâneo da Bacia.

Em relação ao projeto Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, foi concluído o Plano Decenal de Recursos Hídricos para a Bacia do Rio São Francisco, aprovado pelo Comitê da Bacia, feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de forma compatível ao Plano Decenal e elaborado o estudo de sustentabilidade hídrica do empreendimento, confirmando-se a sua viabilidade técnica, em face da utilização de apenas 2% da vazão total do Rio São Francisco, o que não prejudicará a população da bacia doadora e trará grandes benefícios às populações das regiões pobres dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O Projeto foi aprovado em janeiro de 2005 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e teve a sua Licença Prévia expedida pelo IBAMA em abril, viabilizando o início de suas atividades em três vetores: elaboração e conclusão do cadastramento fundiário, início da elaboração dos programas ambientais e dos procedimentos licitatórios referentes à aquisição de moto-bombas e contratação da execução e supervisão de obras civis.

Após a celebração, em setembro de 2005, do “Pacto de Sustentabilidade” do empreendimento, entre Ministros de Estado e Governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e concluídos os Estudos de Sustentabilidade Técnica, Administrativa, Financeira e Operacional do projeto, foi obtida a Outorga Definitiva do Uso D’água do Rio São Francisco, com vazão de 26m³/s, aprovada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

a) Defesa Civil

As ações de defesa civil foram marcadas por uma reversão, também inovadora, de uma prática voltada exclusivamente para intervenções emergenciais, passando a congregar ações de prevenção. Os marcos dessa virada foram a criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres e a expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDEC), ampliando em 71% o número de Municípios cobertos, de 2.200, em 2002, para 3.762, em 2005.

Também, em 2005, com o objetivo de fortalecer as Defesas Civas municipais, foram realizados cursos de capacitação para 10.291 técnicos em todos os Estados e no Distrito Federal. Além disso, participaram das atividades da 1ª Semana Nacional de Redução de Desastres 20 mil crianças de ensino fundamental de 859 escolas situadas em 274 Municípios afetados por desastres em 2004. Em 2006, pretende-se capacitar cerca de 11.800 agentes, dando continuidade à estratégia de acelerar o atendimento à demanda dos Municípios pelos cursos de capacitação.

Com a finalidade de atender à população afetada por desastres, o Governo instituiu no início de 2004 o Auxílio Emergencial Financeiro. Esse Auxílio consiste no pagamento de benefício às pessoas residentes em Municípios atingidos por estiagem que tenham o reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública. Com essa medida, foram beneficiados, entre 2004 e 2005, cerca de 160 mil agricultores familiares de 1.490 Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, 12 mil no Estado do Mato Grosso do Sul e, ainda, cerca de 126 mil agricultores na Região Nordeste.

9. Cuidar do Meio Ambiente para o Desenvolvimento do Brasil

A política ambiental implementada pelo Governo integra a estratégia de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável ecologicamente, com equidade social e capaz de reverter o quadro das desigualdades regionais do País.

O desafio de um novo modelo com sustentabilidade socioambiental implica em superar a visão historicamente ultrapassada de um desenvolvimento pautado somente em indicadores econômicos. A política ambiental, até então, era feita de modo setorial e marginal às outras políticas.

Visando mudar esse modelo, o Governo vem implementando uma política ambiental integrada que se expressa na construção de espaços institucionais de articulação e planejamento, dos quais participam os três níveis de governo e a sociedade, que passa a integrar as ações governamentais desde o seu planejamento.



Essa política está apoiada em quatro pilares principais: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas (transversalidade); a participação e controle social; e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Nesse sentido, devem ser destacados os resultados alcançados no ano de 2005 e as perspectivas para 2006 que mais claramente expressam as diretrizes dessa nova política ambiental, que demonstram concretamente que é possível construir no Brasil um novo modelo de desenvolvimento.

a) Plano BR-163 Sustentável

O Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá/Santarém – Plano BR-163 Sustentável, rodovia que corta a Amazônia no sentido Norte-Sul, é um exemplo marcante da nova concepção de política ambiental associada ao modelo de desenvolvimento regional adotado no Brasil.

Conforme mencionado na seção 8 desse capítulo, esse Plano está sendo elaborado por um grupo de ministérios, em parceria com os governos dos Estados, organizações da sociedade civil e o setor privado. O seu objetivo é inserir a pavimentação da BR-163 no planejamento mais amplo do desenvolvimento regional, com ações voltadas ao ordenamento territorial e gestão ambiental, ao fomento a atividades produtivas sustentáveis, à inclusão social e cidadania e à infra-estrutura para o desenvolvimento.

b) Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco

O Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, que tem como objetivo promover sua recuperação, conservação e preservação, é outro exemplo da política ambiental integrada, envolvendo diferentes Ministérios e a sociedade civil.

Entre os resultados alcançados destaca-se a implementação e instalação de estações fluviométricas e estações de monitoramento da qualidade da água; implantação de Comissões Intermunicipais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental, além do fortalecimento das oito Salas Verde/Azul; implementação de Cursos de Educação Ambiental para 48 comunidades e lideranças da região da bacia; instalação de Viveiros-Escola para produção de 2 milhões de mudas de espécies nativas; construção de 5 mil Sistemas de Cisternas de placas; implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Cabrobó/PE, Bom Jesus da Lapa/BA, Petrolina/PE, Penedo/AL, Pirapora/MG, Juazeiro/BA, Salgueiro/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e Caeté/MG; elaboração de projetos básicos de saneamento para 50 Municípios da bacia e elaboração do I Plano de Desenvolvimento Florestal da Bacia do Rio São Francisco e do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco.

Em 2006, será priorizado o fomento a projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, especialmente por meio da implementação do Programa Nacional de Conservação da Água e do Solo e o Fortalecimento do processo de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Os recursos empenhados no ano de 2005, em um montante de R\$58 milhões, destinaram-se às ações de recuperação e revitalização do Rio São Francisco, recuperação dos processos erosivos na bacia, monitoramento da qualidade da água e reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas de Minas Gerais e da região Nordeste.

A partir de 2006, será realizado o cadastramento dos usuários dos recursos hídricos da Bacia, o monitoramento da qualidade da água em pontos estratégicos, o macrozoneamento ecológico-econômico de toda a Bacia Hidrográfica e a elaboração do Projeto Demonstrativo de Gestão Mineral na Bacia, para a recuperação de impactos da atividade minerária, incluindo assessoria tecnológica adequada e configuração de arranjos produtivos minerários sustentáveis.

Ainda está prevista a conclusão da 1ª etapa da obra de proteção contra a erosão da margem direita do Rio São Francisco e o realinhamento do dique nos Perímetros de Irrigação de Continguiaba/Pindoba e Betume. A conclusão das obras beneficiará os ocupantes e os moradores, com a redução do risco da ocorrência de erosão, que poderia resultar na ruptura de estruturas de proteção e operações desses Perímetros. Na Bahia, serão elaborados estudos com vistas à instalação de barragem para atender o Município de Tabocas do Brejo Velho e de adutora para abastecer 438 famílias do Município de Sítio do Mato, bem como ações para contenção do processo erosivo nas proximidades do povoado de Gameleira.

c) Ações Integradas

Foi criado o Programa Nacional de Regularização Ambiental de Rodovias Federais, tendo como objetivo a adequação da malha rodoviária federal pavimentada às normas ambientais. Sua implementação vem produzindo resultados positivos, como a redução de riscos de acidentes com produtos químicos perigosos.

Em outubro de 2003, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente firmaram, perante o Ministério Público Federal, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, objetivando a efetiva utilização do sistema de licenciamento ambiental, e assim o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária promovidos pelo INCRA e a superação de limitações hoje impostas pela falta do licenciamento, como o acesso ao crédito. A partir desse compromisso, o INCRA solicitou aos Órgãos Ambientais Licenciadores – estaduais e distrital – a abertura de 231 processos de licenciamento prévio e 1066 processos de licenciamento de instalação e operação, resultando, em 2005, na expedição de 213 Licenças Prévias (LP) e 82 Licenças de Instalação e Operação (LIO).

Foi realizado, também, em setembro de 2005, o “I Seminário Nacional sobre Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária”, com o objetivo de avaliar a aplicação das diretrizes do Licenciamento Ambiental dos projetos de assentamentos de reforma agrária e discutir propostas para harmonização de procedimentos e de critérios para o licenciamento desses projetos. É importante destacar a presença de representantes dos diversos setores envolvidos no tema e a proposta de adequação da resolução CONAMA 289/2001, que estabelece os procedimentos para o licenciamento de assentamentos, como resultado do evento.

O MMA, o IBAMA e o Ministério de Minas e Energia (MME) têm trabalhado em conjunto, visando assegurar o incremento de oferta de energia de forma ambientalmente sustentável para o País. Nesse sentido, esforços têm sido empreendidos no sentido de identificação de empreendimentos ambientalmente viáveis para serem ofertados nos leilões de energia, já com as respectivas licenças prévias obtidas pelo setor energético, em consonância com o Novo Modelo do Setor Elétrico. Nesse sentido, o aumento de oferta de energia nova, por meio do leilão realizado em dezembro de 2005, ensejou grande esforço e articulação dos órgãos envolvidos, coordenados pelo Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), representando, já com a mencionada obtenção das respectivas licenças prévias, o aporte de 1.579MW de energia ao sistema brasileiro interligado de energia.

Ademais, esse trabalho conjunto permitiu a continuidade do licenciamento de usinas anteriormente licitadas, mediante a identificação de soluções para questões de natureza socioambientais que se apresentavam como obstáculo à continuidade de seus licenciamentos. Alcançou-se assim, no período 2004-05, o licenciamento prévio de 87% da potência envolvida (13.102MW), possibilitando a entrada em geração de 41% desse montante, com a emissão de suas respectivas licenças de operação pelos órgãos ambientais licenciadores competentes. O esforço conjunto dos órgãos de Governo possibilitou o ajuste de cronogramas de empreendimentos e órgãos ambientais, visando uma sinergia entre os interesses privados e governamentais, especialmente no que tange a assegurar o desenvolvimento sustentável.

A sinergia estabelecida entre o setor ambiental e energético proporcionou a efetiva inserção da componente ambiental no planejamento energético, possibilitando a adoção de um novo instrumento de planejamento, desenvolvido e coordenado pelo MMA, a Avaliação Ambiental Integrada de Bacias, cuja implementação é atribuição da Empresa de Planejamento Energético (EPE), e deverá ser aplicada em bacias hidrográficas estratégicas.

O Governo incluiu preceitos de sustentabilidade ambiental no Plano Nacional de Turismo, na Política Nacional de Saneamento (PNS) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

d) Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia

As diretrizes da política ambiental integrada também foram especialmente aplicadas na elaboração e implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, elaborado com a participação de 13 ministérios e lançado em março de 2004, pelo Presidente da República.

O plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamentos na região amazônica considerando fatores econômicos e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas uma vez que não se limita exclusivamente a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla também ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis.

Entre os resultados alcançados destacam-se: i) implantação de 14 bases de fiscalização integradas (IBAMA, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia rodoviária Federal e Exército) no Arco do Desmatamento; ii) realização de grandes

operações conjuntas envolvendo, além dos órgãos acima, o INCRA e as Polícias dos Estados, como as operações Curupira I e II e Ouro Verde que desmantelaram e prenderam quadrilhas de grilagem de terras e de extração ilegal de madeiras; iii) criação de 17 Unidades de Conservação, resultando em 8,4 milhões de hectares para proteção integral ou uso sustentável; iv) implantação do Sistema Compartilhado de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais nos órgãos estaduais de meio ambiente e IBAMA, já implantado em Mato Grosso e Rondônia e em andamento nos Estados de Tocantins, Acre, Amapá, Maranhão, Roraima, Amazonas e Pará; v) elaboração do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe, para o ordenamento da atividade madeireira na Amazônia, a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, a instituição do Serviço Florestal Brasileiro e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; vi) desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas para controle do desmatamento em tempo real, como o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os resultados do Plano sobre o desmatamento já são muito positivos, tendo havido, no primeiro ano de sua execução, redução de 31% da taxa de desmatamento em relação ao período 2003-2004. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 9 anos.

Em 2006, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia será fortalecido por meio de operações de fiscalização e combate às práticas de desmatamento, queimadas, exploração madeireira ilegal e combate à grilagem de terras públicas, assegurando orçamento compatível com as ações conjugadas com todos os ministérios envolvidos.

e) Criação de Novas Unidades de Conservação

Em 2005, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) expandiu-se em 6,2 milhões de hectares com a criação de 20 unidades de conservação e a ampliação e recategorização de uma área. A categoria de manejo mais representativa em área foi Estação Ecológica (3,4 milhões de ha ou 36,5% da área total criada/ampliada em 2005) e em número de unidades foi Reserva Extrativista (oito áreas criadas ou 40% do número total).

Por iniciativa do Governo, foi editada a Lei nº 11.132, de 4 de julho de 2005, possibilitando a decretação de limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental em áreas de interesse para a criação de novas unidades de conservação, constituindo-se em novo instrumento de proteção dessas áreas, especialmente contra invasão e grilagem.

As primeiras cinco áreas limitadas no Estado do Pará totalizam aproximadamente 8,2 milhões de ha, nas quais será criado um mosaico de unidades de conservação para o ordenamento territorial dessa ampla área no entorno da Rodovia BR-163.

Em 2006, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) será expandido para todo o território nacional e terá início a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, priorizando a implantação do SNUC, a mediação de conflitos decorrentes da sobreposição de Unidades de Conservação e a implementação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas.



f) Programa Nacional de Florestas

O Programa Nacional de Florestas (PNF) tem como objetivos a expansão da base florestal plantada, a recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, a expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável e a proteção de áreas com alto valor para conservação.

O PNF desenvolve ou apóia atividades voltadas para a produção e coleta de sementes, reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente, implantação de Sistemas Agro-florestais em áreas de reserva legal, recuperação e conservação de nascentes, crédito, capacitação, assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais.

Como resultados do PNF obteve-se, de 2002 a 2005, um crescimento de mais 300% na área de manejo florestal certificada. Em 2004, a área de manejo florestal certificada era de 1.256.345ha, aumentando para 1.278.486,9 em 2005. Houve um aumento expressivo também na área de plantio florestal, passando de 280 mil ha ao ano, em 2002, para 465.000 em 2004 e para 530 mil ha em 2005, reduzindo, assim, o déficit histórico existente entre áreas desmatadas e plantadas. Aumentou-se, também, a participação de pequenos produtores, passando de 19% em 2002 para 25% em 2005.

Em 2006, o Plano Nacional de Florestas tem como meta aumentar a Base Florestal Plantada em aproximadamente 23%, com relação ao ano de 2005, agregar seis milhões de ha de florestas naturais ao regime de produção florestal sustentável e reflorestar 70.000 ha de áreas degradadas. Ademais, espera-se que em 2006 seja aprovado, pelo Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas.

g) Zoneamento Ecológico-Econômico

O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem como objetivo promover o zoneamento ecológico-econômico do território nacional a fim de planejar de forma sustentável o processo de uso e ocupação, subsidiando a gestão e o planejamento territorial do País. As parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos estaduais possibilitaram ampliar para 23% a área do território nacional sob zoneamento. Em 2006, espera-se ampliar em mais 20% a área do território sob zoneamento.

h) Política Nacional de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem como objetivo assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos seus múltiplos usos, a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem naturais ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte hidroviário. O Plano Nacional de Recursos Hídricos, elaborado no atual Governo com ampla participação social, é um dos instrumentos para atingir esses objetivos.

Um importante avanço foi a implantação, em 2005, do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água, na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Foi implementada a cobrança voluntária na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Os recursos arrecadados são aplicados em ações diretas na própria bacia, voltadas para a recuperação de áreas degradadas e construção de estações de tratamento de esgotos.

Outro importante avanço foi a implementação de um novo modelo de outorga de direito de uso dos recursos hídricos do Sistema Cantareira, no Estado de São Paulo. Por meio desse Sistema, é feita a transposição de águas da bacia do rio Piracicaba para a bacia do Alto Tietê, permitindo o abastecimento de cerca da metade da população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), aproximadamente oito milhões de pessoas. A implementação desse novo modelo de alocação de água entre a SABESP (responsável pelo abastecimento da RMSP) e os usuários localizados a jusante do Sistema Cantareira, na bacia do rio Piracicaba, na qual se concentram três milhões de pessoas, resolve um conflito de uso de recursos hídricos existente há trinta anos.

Em 2006, terá início a elaboração dos Planos de Bacia nas 12 regiões hidrográficas brasileiras com auxílio do instrumento de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e expansão do sistema de cobrança voluntária. O Plano Nacional de Recursos Hídricos terá sua implementação iniciada assim como a implementação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.

Serão ainda ampliadas as atividades de outorga do direito de uso dos recursos hídricos sob domínio da União e dos Estados e será finalizado do Atlas de Obras Prioritárias para a região Semi-Árida.

i) Responsabilidade compartilhada

A política ambiental é, por princípio constitucional, de responsabilidade compartilhada e complementar da União, dos Estados e dos Municípios. O Governo Federal vem promovendo a descentralização dos processos decisórios e dos recursos financeiros de gestão ambiental para os entes federados.

Para consolidação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), estão sendo implementadas em todos os Estados e no Distrito Federal as Comissões Técnicas Tripartites como um espaço formal de diálogo entre os órgãos e entidades ambientais dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

Estão sendo desenvolvidas, também, i) ações de aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento ambiental; ii) elaboração e implementação de um programa nacional de capacitação de gestores e conselheiros municipais de meio ambiente (em implementação em dezessete Estados, visando à inclusão maciça dos Municípios na gestão ambiental compartilhada e incentivando a descentralização de funções compatíveis com o papel municipal); e iii) implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA).

Adicionalmente, gestões estão sendo realizadas com vista à regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que definirá mais detalhadamente as atribuições dos entes federados na gestão ambiental. Nesse sentido, foi elaborado um



Projeto de Lei Complementar fixando normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

j) Esfera internacional

Na esfera internacional, a política ambiental do Governo considera a relevância e o protagonismo do Brasil. Sob essa ótica, o Governo trabalhou junto ao Congresso Nacional pela ratificação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, ações integrantes do Programa Viver sem Contaminação. A implementação desses compromissos internacionais se dará por meio de atividades envolvendo vários setores governamentais e não-governamentais, especialmente no que se refere à elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, que deverá ser concluído até o final de 2006.

A ratificação do Protocolo de Cartagena, que assegura, entre outras coisas, o respeito ao princípio da precaução e da biossegurança no trato com os organismos geneticamente modificados, representa também um passo importante do Brasil rumo ao desenvolvimento biotecnológico com competência científica e responsabilidade social e ambiental.

10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

No âmbito das ações de Ciência e Tecnologia, o Governo se norteou pelas seguintes diretrizes que compõem a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I):

- i) consolidar, aperfeiçoar e modernizar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, expandindo a base científica e tecnológica nacional;
- ii) criar um ambiente favorável à inovação no País, estimulando o setor empresarial a investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- iii) integrar todas as regiões e setores ao esforço nacional de capacitação para Ciência, Tecnologia e Inovação; e
- iv) desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 2005, o Governo consolidou uma nova etapa no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais, promovendo a articulação e integração de diversos atores para alavancar a geração de riqueza e renda no País e promover a Estratégia Nacional de C,T&I. Envolveram-se múltiplos agentes públicos e privados, não mais se limitando apenas a ações do Governo Federal e de alguns Estados da Federação, revertendo o quadro anterior de dispersão e segmentação de instrumentos e iniciativas.



No marco legal-regulatório, destacam-se: a regulamentação da Lei de Inovação em 2005; a aprovação da nova Lei de Informática, com extensão dos incentivos para a Pesquisa e Desenvolvimento no setor; a constituição de incentivos fiscais para a inovação nas empresas nos marcos da Lei nº 11.196, de 2005; e a aprovação da **Lei de Biossegurança**. Esse conjunto de iniciativas instituiu no País um novo ambiente indutor do trabalho integrado de cientistas, pesquisadores e empresários no desenvolvimento de novos processos e produtos, ampliando a participação da iniciativa privada no esforço nacional de geração de conhecimento e inovação. Em 2006, deverá ser aprovada a Lei de Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e regulamentados os incentivos fiscais para inovação nas empresas previstos na Lei nº 11.196, de 2005.

Do ponto de vista da gestão, a formulação da Estratégia Nacional de C,T&I permitiu dar foco às iniciativas do Governo, segundo as prioridades da política de desenvolvimento, acabando com a descoordenação de ações que caracterizou os últimos anos. Destaca-se, aqui, a implementação de novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, que se constituem no principal instrumento de fomento do Governo para essa área. O novo modelo, a ser consolidado na regulamentação definitiva do FNDCT, permitiu integrar grande parte dos investimentos dos Fundos através de ações transversais alinhadas com as prioridades do Governo, evitando a duplicidade ou dispersão de iniciativas e assegurando maior transparência e eficiência na execução dos recursos.

Na formação de recursos humanos qualificados para consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, destaca-se a ampliação da concessão de bolsas via CNPq, cujo valor global passou de R\$439 milhões, em 2002, para R\$598 milhões, em 2005, um aumento, portanto, de 36%. No nível de doutorado, somando-se os programas do CNPq, CAPES e de outras instituições federais e estaduais, o Brasil deverá formar 9.500 doutores, em 2005. Vale destacar neste período a concessão de mais de duas mil bolsas adicionais e o aumento, em 2004, do valor das bolsas em 18%, após 8 anos de congelamento.

Em 2006, serão estruturados os novos Institutos do Milênio, já selecionados em 2005. Também ocorrerão a seleção e a contratação dos projetos de apoio à infra-estrutura institucional de pesquisa, e a seleção e contratação de projetos nas diversas linhas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo a formação e fixação de recursos humanos qualificados.

Cabe destacar a estrutura da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que integra em rede de alta velocidade de transmissão de dados mais de 300 instituições de pesquisa em todos os Estados do País, beneficiando a um milhão de usuários vinculados a atividades científicas e tecnológicas. A velocidade de transmissão da nova rede foi atualizada em 8.558%, alcançando a banda agregada total de 35 Gbps (gigabits por segundo) e, por força da nova tecnologia óptica utilizada, com uma redução de custo por gigabit de 37,8% em relação a 2003, situando a rede acadêmica brasileira, que apóia as instituições de pesquisa do Brasil, no mesmo patamar de conectividade das redes existentes nos países mais desenvolvidos. Em 2006, continuará a expansão da Rede E-Conhecimento, com destaque para a implantação de redes metropolitanas no interior dos Estados e das redes internas das Instituições Federais de Ensino Superior.



O foco em objetivos nacionais de longo prazo permitiu retomar os investimentos em programas estratégicos para o País. Após um prolongado período de restrições, os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), foram ampliados, chegando ao patamar de R\$225 milhões, em 2005, com foco no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e no desenvolvimento, montagem e lançamento dos satélites da “família” CBERS, em parceria com a China. Em 2006, deverá ser construído e lançado o satélite CBERS 2B. Também ocorrerá a construção da plataforma de lançamento do VLS e apoio à infra-estrutura do Centro de Lançamento de Alcântara. O PNAE deverá adquirir grande visibilidade em 2006 com o voo, em parceria com a Agência Espacial da Rússia, do primeiro astronauta brasileiro que realizará experimentos científicos em ambiente de microgravidade na Estação Espacial Internacional (ISS).

O mesmo processo de recuperação e ampliação se verifica no Programa Nacional de Atividades Nucleares, sob coordenação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A CNEN teve o orçamento ampliado de R\$71 milhões, em 2003, para R\$116 milhões, em 2005. O Programa Nuclear tem como foco principal a viabilização da fábrica de enriquecimento de urânio em Resende para fornecimento de material combustível para as usinas nucleares de Angra dos Reis, devidamente autorizada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em 2006, ocorrerá a inauguração e expansão da Planta de Enriquecimento de Urânio da empresa Indústrias Nucleares do Brasil em Resende. Em Recife, Pernambuco, foi inaugurado o Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN-NE). Além de apoiar os pólos médicos das regiões Norte e Nordeste, destacadamente nos campos da Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear, o Centro contribui para a desconcentração das atividades da CNEN, atualmente restritas à região Sudeste. A CNEN adquiriu, em 2005, dois novos ciclotrons, a serem instalados em Belo Horizonte, Minas Gerais, no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), e em Recife, no CRCN-NE, o que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças, contribuindo para fortalecer a utilização da energia nuclear na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Destaca-se também a reestruturação da área de segurança nuclear da CNEN, com foco na modernização dos processos licitatórios e de controle das atividades envolvendo radiação ionizante.

Em 2006, haverá uma ampliação do Programa de CT&I para a Amazônia, com ênfase no investimento de infra-estrutura de pesquisa na região e na formação e fixação de recursos humanos qualificados. Também será estruturada a Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, com o apoio a iniciativas integradas de monitoramento de fenômenos naturais.

O foco na promoção da inclusão e do desenvolvimento social – dimensão ausente em fases anteriores de estruturação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia – permitiu lançar iniciativas pioneiras de universalização do acesso ao conhecimento, bem como de ampliação das capacidades locais de geração de renda e elevação da qualidade de vida. Destaca-se, aqui o Programa Vida de Extensão Tecnológica, que fomenta a transferência de tecnologia e parcerias entre instituições de pesquisa e comunidades carentes. Operando desde 2004, o programa já apóia 349 projetos, com um investimento total de R\$32,5 milhões, em áreas como o processamento de materiais recicláveis e a produção de alimentos para famílias pobres e pequenos criatórios. Em 2006, serão ampliados os programas de transferência de tecnologia, com

ênfase no Programa Vida, na implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) focados em cadeias produtivas locais, e na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo a da agricultura familiar. No âmbito das iniciativas de popularização, cabe ressaltar o sucesso da 1ª e 2ª Semanas Nacionais de Ciência e Tecnologia, em 2004 e 2005, respectivamente, que contaram com a participação de mais de um milhão de pessoas em milhares de atividades. Em 2006, será realizada a 3ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Já a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, realizada em 2005, contou com a participação de 10,5 milhões de estudantes de 31 mil escolas, constituindo-se em um dos maiores certames estudantis de teste de conhecimentos de todo o mundo.

Na área da nanociência e nanotecnologia estão sendo apoiados 27 projetos de pesquisa participativa entre universidades e empresas e investimentos da ordem de R\$7 milhões. Em 2005, foram investidos recursos da ordem de R\$29 milhões. Registra-se o apoio a dez novas redes de pesquisa em nanotecnologia, a 19 projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores (doutores com até cinco anos de formação), a nove projetos de pesquisa participativa com empresas, a três laboratórios estratégicos – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Embrapa Instrumentação e Centro Estratégico de Tecnologia do Nordeste, e a 11 projetos de apoio a incubadoras em nanotecnologia.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em 16 de fevereiro de 2005, o Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estando com um total de 85 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 23% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 133 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

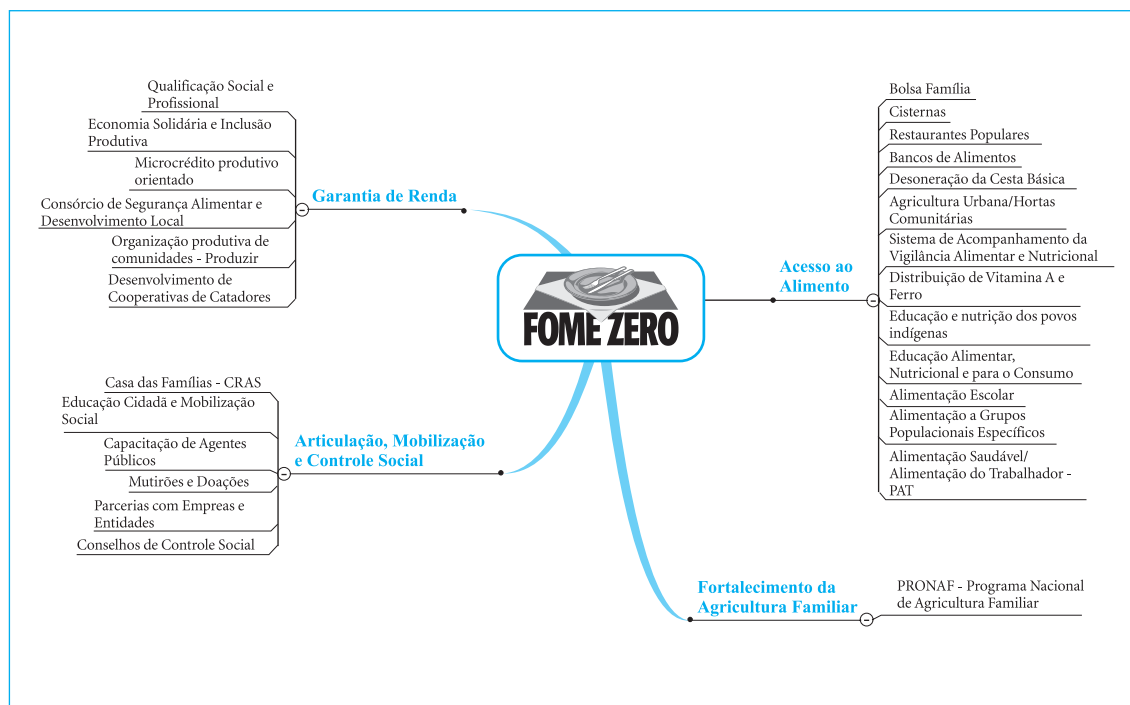
A Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima aprovou 28 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. O Brasil possui, ainda, 83 projetos em processo de validação, reduzindo emissões em cerca de 130 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, o que corresponde a uma redução anual de 18 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes, no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto. Essa redução representa 1,5% das emissões de gases de efeito estufa brasileiras no ano de 1994.



1. Prioridade para os Mais Pobres

A prioridade para os mais pobres vem sendo implementada, sobretudo, por meio do Fome Zero, estratégia conformada por um conjunto de programas de diversos órgãos do Governo, que visam à inclusão social das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza e a garantia, a todos os brasileiros, do direito humano à alimentação.

Tal estratégia articula programas e ações de diversas Pastas em torno de 4 eixos fundamentais no combate à fome: i) ampliação do acesso aos alimentos; ii) fortalecimento da agricultura familiar; iii) geração de renda; e iv) mobilização e articulação dos beneficiários dos programas, e da sociedade civil.



O Governo buscou racionalizar e integrar as políticas de proteção social e promoção da inclusão social envolvendo três grandes áreas: transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social.

a) Transferência de Renda: o Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência condicionada de renda já posto em prática no Brasil e articula três eixos específicos: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias; a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio das condicionalidades que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação; os programas complementares que são ações coordenadas dos governos e da sociedade nas áreas de geração de trabalho e renda e alfabetização.



Em dezembro de 2005, o Bolsa Família alcançou a marca de 8,7 milhões de famílias atendidas em 100% dos Municípios brasileiros, atingindo aproximadamente 77% das famílias com renda familiar *per capita* de até R\$100,00 por mês, que constituem seu público alvo, com investimento total de R\$6,5 bilhões. Das famílias atendidas pelo Programa, 48% se encontram na região Nordeste.

Os recursos repassados pelos programas de transferência de renda do Governo Federal, só no mês de novembro de 2005, somaram mais de R\$627 milhões, o que representa 26,7% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 15,5% do total de Transferências Constitucionais. Na região Nordeste, os recursos repassados pelos programas de transferência de renda equivalem a 39,1% dos recursos repassados pelo FPM e 23,7% do total das Transferências Constitucionais, fato este que demonstra a importância desses programas para os cidadãos e para a economia da região.

Em janeiro de 2005, foi formalizada a Rede Pública de Fiscalização, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério Público Federal (MPF), os Ministérios Públicos Estaduais, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), para fiscalização do Bolsa Família. Com relação ao controle social, foi desenvolvido um conjunto de ações visando o seu fortalecimento culminando na criação de 5.382 Instâncias Municipais de Controle Social (ICS), compostas por representantes das prefeituras e da sociedade civil.

Ademais, o ano de 2005 também foi fundamental para o aperfeiçoamento da gestão do Programa, com destaque para a atualização cadastral, a descentralização da gestão de benefícios, o acompanhamento de condicionalidades e, principalmente, a formalização do compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo na implementação do Programa. Nesse aspecto, 5.382 Municípios tiveram o termo de adesão ao PBF publicados, de um total de 5.548 termos enviados ao Ministério. Ainda, o Distrito Federal e mais 25 Estados tiveram seus termos de adesão publicados.

Vale citar o apoio externo que vem recebendo o Bolsa Família. Em 2005, o Banco Mundial concedeu empréstimo no valor de R\$30,6 milhões ao Programa, sendo eles destinados ao aperfeiçoamento do CadÚnico (Cadastro Único), ao fortalecimento institucional e a ações de monitoramento e avaliação.

Até o final de 2006 está previsto: i) universalização do atendimento a 100% das famílias consideradas pobres; ii) inserção de todos os beneficiários do PETI no Cadastro Único, consolidando a integração com o Bolsa Família; iii) desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON); iv) fortalecimento das Instâncias de Controle Social por meio de acompanhamento e capacitação continuada tanto dos conselheiros como dos formadores no sentido de torná-los aptos para disseminar as principais ferramentas de gestão e acompanhamento do Programa Bolsa Família aos conselheiros; e v) promoção da oferta articulada de programas complementares que possibilitem a autonomia e a inclusão social das famílias beneficiárias.



b) Ações de Assistência Social

Na Assistência Social, o grande avanço se expressa no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), novo modelo de gestão, que institui uma nova forma de financiamento e fortalece o controle da política de assistência social deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. O SUAS tem como objetivo consolidar a assistência social como política pública de seguridade social, tendo como matrizes estruturantes: a centralidade na família; a participação social; a complementaridade da rede de serviços organizada com base no território, de acordo com a complexidade dos serviços, e o financiamento partilhado pelas três esferas de governo.

Esse modelo foi traduzido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elaborada e aprovada em 2004. O SUAS organiza os serviços de proteção social com base em duas modalidades: proteção social básica, cujo objetivo é, sobretudo, a prevenção de situações de risco; e proteção social especial, que se destina a restabelecer direitos já violados.

É importante destacar o papel do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), pilar da modalidade de proteção social básica, que a partir de 2004 passou a integrar a rede de serviços de ação continuada da assistência social, co-financiada pelo Governo Federal (Decreto nº 5.085/2004), assegurando maior sustentabilidade e a possibilidade de expansão contínua nos próximos anos. O PAIF é implementado por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), também conhecidos como “Casas das Famílias”, espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza com capacidade de atendimento adequada aos parâmetros indicados na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Com a expansão das ações em 2005, o número de unidades de atendimento (CRAS) chegou a 1.980 (sendo 38 em comunidades quilombolas e 176 em comunidades indígenas), referenciando cerca de 5 milhões de famílias em 1.353 Municípios. Cabe esclarecer que famílias referenciadas são aquelas que podem acessar os serviços ofertados nos CRAS e que a capacidade média de atendimento destes é estimada em até 750 famílias/ano.

A Política Nacional de Assistência Social incorpora e financia um amplo contingente de serviços e ações voltadas para a infância e juventude, a saber:

- i) crianças de zero a seis anos – em 2005 foram atendidas, por meio de parcerias com Estados, Municípios e Distrito Federal, mais de 1,69 milhão de crianças, em 81% dos Municípios, por meio da disponibilização de serviços de creches, pré-escolas, abrigos, famílias acolhedoras e outras modalidades de atendimento. Foram utilizados R\$264,9 milhões para essas iniciativas;
- ii) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende a mais de 1 milhão de crianças e adolescentes na faixa-etária entre 7 e 16 anos que se encontram em situação de trabalho, em 3.256 Municípios. O Governo investiu R\$533,2 milhões em bolsas e jornada ampliada, sendo que esta última consiste em atividades sócio-educativas desenvolvidas em horário complementar ao da escola;
- iii) Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, de abrangência local e regional (CREAS) prestam ações socioassistenciais e atendimento



psicossocial e jurídico às crianças, adolescentes e famílias vitimadas pela violência. Tiveram sua capacidade de atendimento expandida para 70,4 mil crianças e adolescentes em 1.103 Municípios. Sua operacionalização ocorre de forma descentralizada, em co-responsabilidade com os Municípios e Estados, mediante aporte técnico e financeiro. Os recursos investidos em 2005 promoveram a expansão em mais de 790 Municípios.

- iv) Benefício de Prestação Continuada (BPC) – outra importante ação da área da Assistência Social consiste no benefício mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, incapacitadas para vida independente e para o trabalho cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo. Em 2005, foram atendidos cerca de 1,07 milhão de idosos com um aporte de R\$3,48 bilhões. Além disso, 166 mil idosos, em razão do direito adquirido, permanecem sendo atendidos pela Renda Mensal Vitalícia (RMV), extinta em 1996.

No ano de 2005, 1,21 milhão de pessoas com deficiência foram atendidas, superando a meta prevista para o final do ano de 1,2 milhão de beneficiários. Para esse benefício foram aplicados R\$4,06 bilhões. Outras 370 mil pessoas com deficiências são atendidas pelo benefício RMV, perfazendo um gasto de R\$1,20 bilhão. Além disso, idosos e pessoas com deficiência também são atendidos pelos serviços de ação continuada, co-financiados pelo Governo Federal e executados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal. Em 2005, as ações de Proteção Social da Pessoa Idosa realizadas no âmbito da proteção social básica e especial atenderam a 335,9 mil pessoas em 2.289 Municípios, com gastos de R\$39,4 milhões. Em relação às pessoas com deficiências, os serviços de Atenção à Pessoa com Deficiência atenderam a mais de 150 mil pessoas em 1.532 Municípios, com um gasto de R\$76,6 milhões.

Um fato relevante que deve ser registrado refere-se à execução do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que, em 2005, incluindo despesas discricionárias e obrigatórias, atingiu o total de R\$10,58 bilhões liquidados (R\$99,6% do orçamento).

A partir de 2006, será consolidada a sistemática de financiamento por meio do piso de proteção social básica e do piso de proteção social especial, com repasse automático fundo a fundo. Além disso, serão estabelecidas responsabilidades para os três entes federados no co-financiamento das ações, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A PNAS inclui, também, outros importantes aspectos para uma gestão qualificada da política, tais como o controle social, o Sistema de Informação e de Monitoramento e Avaliação e a Política de Recursos Humanos para a área.

Várias ações serão desencadeadas, com vistas a consolidar o processo de implementação do SUAS, destacando-se: i) elaboração do Plano Nacional de Assistência Social, a partir da V Conferência Nacional de Assistência Social; ii) finalização de regulações dos serviços, programas, projetos e benefícios da PNAS (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial); iii) regulamentação dos arts. 2º e 3º da LOAS; iv) expansão do PAIF, por meio do qual serão atendidas 7,5 milhões de famílias em 2.150 CRAS; v) consolidação e aprimoramento do Sistema Nacional de Informação de Assistência Social (REDE SUAS); vi) elaboração e aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos; vii) implantação de um Sistema de Avaliação e Monitoramento que possibilite acompanhar o desenvolvimento das ações; e viii) elaboração e implantação da Política Nacional de Capacitação da Assistência Social.



c) Ações de Segurança Alimentar

A partir de 2003, o problema da fome e o desafio da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional passaram a ser enfrentados por meio da reestruturação do Estado e do diálogo com a sociedade. Destaca-se a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

São ações de segurança alimentar e nutricional: i) o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); ii) o Programa de Acesso à Água para Consumo Doméstico (Cisternas); iii) a distribuição de cestas de alimentos, os Restaurantes Populares, os Bancos de Alimentos; e iv) as ações de Educação Alimentar e Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública criado para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar por meio da compra da produção familiar. Após dois anos de execução, o PAA apresenta resultados positivos expressivos, como 139.158 agricultores familiares atendidos, 2.482.695 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiadas pelas doações de alimentos em 1.526 Municípios.

Em 2005, o PAA atendeu 11.465 famílias e adquiriu 49.664 toneladas de produtos. Ainda por meio do PAA em sua modalidade Leite (PAA-Leite), o Governo já investiu, até 2005, R\$230 milhões. Diante do sucesso do Programa, foram firmados, em outubro de 2005, novos convênios entre a União e os Estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe, que garantirão a distribuição e aquisição de leite até março de 2007. Em 2005, o PAA-Leite recebeu um grande incentivo, passando de um investimento de R\$61 milhões, em 2004, para R\$107 milhões, em 2005. O Programa está presente em 1.152 Municípios do Semi-Árido e, de janeiro a outubro, beneficiou a 15,3 mil produtores com a compra de leite, que atenderam diariamente a 647 mil famílias.

Para o ano de 2006, está previsto orçamento de R\$46 milhões a ser destinado à aquisição de alimentos para constituição de cestas básicas (1,8 milhão de cestas ou 44 toneladas de alimentos), que serão distribuídas gratuitamente às populações vulneráveis. Para compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, no âmbito do PAA, estão previstos R\$405 milhões.

Nos Municípios rurais do Semi-Árido, por meio do Programa Acesso à Água para o Consumo Doméstico – construção de cisternas para captação de água de chuva – foram construídas, até novembro de 2005, 116 mil cisternas, sendo 80 mil com recursos do Governo Federal e as demais com recursos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e outras organizações. Somente em 2005 foram construídas cerca de 39 mil cisternas com a aplicação de R\$64,2 milhões do Governo Federal.

O investimento no Programa de Construção de Cisternas em 2006 será de R\$69,1 milhões, contabilizados somente os recursos do Governo Federal, sem considerar a contrapartida dos entes parceiros. A meta referente a esses recursos é a construção de mais 52,5 mil cisternas até o fim de 2006.



Até 2005, foram firmados convênios e contratos de repasse para a implantação de 98 Restaurantes Populares, estando mais 40 unidades em processo para celebração de convênio. No mesmo sentido, avançaram as ações para a instalação de Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Sob o enfoque da Educação Alimentar e Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis, foram distribuídas, em 2005, 54 milhões de cartilhas aos alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, bem como 700 mil “Cadernos do Professor” aos professores desse mesmo nível de 140 mil escolas públicas.

Na área de segurança alimentar, foi elaborada pelo CONSEA, com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil, a proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), enviada à Câmara dos Deputados, em outubro de 2005. Essa proposta representa uma importante conquista, pois cria as bases institucionais para que todos tenham uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, conforme deliberação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A proposta da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional dá um importante passo ao instituir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que permitirá integrar e organizar as políticas de segurança alimentar desenvolvidas pelas três esferas de governo e pela sociedade. O SISAN também permitirá o monitoramento da situação nutricional da população, o estabelecimento de ações e políticas de segurança alimentar e nutricional, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade. Além disso, a proposta de Lei institui de forma permanente o CONSEA, órgão formado por representantes da sociedade e do Governo.

Na área de agricultura urbana e periurbana, está previsto para 2006 o gasto de R\$10 milhões com hortas comunitárias, viveiros, pomares e similares, em cidades com mais de 25 mil habitantes. Estima-se ainda que com o orçamento do ano de 2006 seja possível concluir a implantação de 55 Restaurantes Populares e implantar mais 42 unidades de Bancos de Alimentos, o que representa um investimento de R\$36,5 milhões.

As ações são complementadas pela Educação Alimentar, que pretende distribuir 40 milhões de cartilhas educativas e 700 mil Cadernos do Professor ao ensino fundamental da rede pública, em 2006.

Com relação às políticas de desenvolvimento territorial, no ano de 2006 está prevista a consolidação dos 40 CONSAD existentes no Brasil como instância de planejamento e execução de ações de segurança alimentar e desenvolvimento regional nos territórios alvos. Paralelamente, serão implantadas novas experiências de CONSAD. O fortalecimento da comunicação do Governo com o público interlocutor dos CONSAD (lideranças e poder público locais) será outra meta a ser perseguida.

2. Juventude

a) A institucionalização do setor – criação da Secretaria Nacional de Juventude

A criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, em fevereiro de 2005, colocou definitivamente a pauta da juventude brasileira na condição de política estratégica para o País



e definiu um marco institucional para a integração das ações do Governo Federal voltadas a esse público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude é instrumento importante para a incorporação da temática juvenil também no âmbito dos Municípios e dos Estados, de forma a impulsionar e contribuir para a criação de organismos de juventude em todo o País. A Secretaria também dialoga intensamente com o Congresso Nacional, participando de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude.

Criou-se o primeiro Conselho totalmente dedicado à temática da juventude. O Conselho Nacional de Juventude realizou reuniões plenárias, nas quais foram debatidos temas de extrema relevância para a juventude brasileira, tais como a Campanha do Desarmamento, o Plano Nacional de Juventude, o orçamento de programas voltados à juventude e a regulamentação da contratação de aprendizes. A regulamentação da contratação de aprendizes foi efetivada pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005.

No âmbito internacional, o Brasil vem ganhando destaque nessa temática, seja pela dimensão demográfica do País, seja pela qualidade e velocidade com que inúmeros programas e ações foram implantados nos últimos três anos. Por esse trabalho, o Brasil foi anfitrião do Encontro Latino-Americano e Caribenho de Lideranças Juvenis (PANLAC), realizado em parceria com as agências das Nações Unidas, quando as diferentes organizações juvenis de 27 países da região puderam debater e contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Em 2006, a Secretaria desenvolverá um sistema de informações sobre as políticas de juventude no Brasil, por meio de um portal na Internet e do fomento a pesquisas sobre os temas juvenis.

b) ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi lançado em fevereiro de 2005 e iniciou suas atividades em julho de 2005, com a aula inaugural proferida pelo Senhor Presidente da República, em Recife, para 1.200 jovens. O ProJovem é uma iniciativa inovadora, que conjuga elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias. Os jovens que cumprirem 75% da frequência e das atividades programadas para o curso recebem mensalmente um incentivo no valor de R\$100,00, durante os 12 meses do Programa.

O ProJovem oferece a oportunidade de conclusão do ensino fundamental e profissionalização para jovens de 18 a 24 anos, que vivem nas capitais e no Distrito Federal, que não concluíram o Ensino Fundamental e não têm emprego com carteira assinada.

A coordenação do Programa criou uma central de atendimento pela qual mais de 210 mil jovens se inscreveram gratuitamente pelo telefone 0800 642 7777.



O Governo fornece todo o material didático utilizado por alunos e professores, transfere às prefeituras os recursos para pagamento do pessoal, do incentivo financeiro e da alimentação dos alunos, além de instalar mais de 15 mil computadores nas “Estações Juventude”. As prefeituras fornecem as instalações para os núcleos e Estações de Juventude, o acervo para as bibliotecas e manutenção da infra-estrutura. Cerca de dez mil profissionais, entre professores, assistentes sociais e educadores de qualificação profissional foram contratados para o programa em todo o Brasil. Em 2005, foram executados R\$10,5 milhões referentes ao pagamento do auxílio financeiro aos jovens regularmente participantes do Programa.

O ProJovem pressupõe o jovem como protagonista, oferecendo elevação da escolaridade, qualificação profissional e ações comunitárias, e já possui 219.700 vagas conveniadas com as prefeituras das capitais. Em 2006, o Programa estará consolidado, tendo inclusive seus primeiros formandos.

c) Agente Jovem

O Serviço de Proteção Sócio-Assistencial da Juventude, por meio do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, possibilitou a oferta, em 1.560 Municípios brasileiros, de atividades de capacitação teórica e prática, a cerca de 57 mil jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda *per capita* é de até meio salário mínimo. Essas atividades asseguram a participação ativa e efetiva do jovem em sua comunidade, propiciando condições para inserção, reinserção e permanência no sistema de ensino, integração à família e favorecendo o protagonismo dos jovens enquanto agentes de transformação e desenvolvimento da comunidade. Além de possibilitar o desenvolvimento de ações que facilitem a inserção do jovem no mundo do trabalho, diminuem-se, assim, índices de violência, uso abusivo de drogas, DST/AIDS e gravidez precoce e não planejada.

O jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$65,00, mediante o compromisso de permanência na escola e participação nas atividades inerentes ao serviço. Para as bolsas foram empenhados R\$54,4 milhões e para capacitação R\$15,6 milhões.

Ainda na área de políticas para a juventude, deve ser mencionada a continuidade da implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), na qual foi empreendido um esforço sistemático para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho. Após sua reestruturação, em 2005, o PNPE passou a centrar suas ações nos eixos de qualificação sócio-profissional, inclusão social e inserção no mundo do trabalho, qualificando cerca de 45 mil jovens, e dados parciais demonstram que mais de 40 mil já foram inseridos no mercado de trabalho. A execução financeira das ações do Programa foi de aproximadamente R\$70 milhões. Para 2006, existem 917 propostas de prefeituras para atuar na linha Juventude Cidadã, das quais 208 já apresentaram planos de trabalho.

3. Educação

A educação é um elemento estratégico para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Ao gerar coesão social, elevar a escolaridade de nosso povo e produzir conhecimento, tornamos nosso País competitivo e criamos



as condições para a consolidação de um projeto nacional coerente. As ações do Governo nessa área visam à democratização do acesso à educação, à construção de uma escola que aceite e acolha as diferenças e à ampliação do ensino que prepara o jovem para o mundo do trabalho, garantindo uma educação de qualidade em todos os níveis. Para 2006, o Governo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), estruturou seu orçamento de forma a solidificar e ampliar os programas prioritários.

a) Educação Básica

As acentuadas desigualdades socioeconômicas regionais, associadas às diferentes capacidades de Estados e Municípios de financiar a educação, têm sido historicamente um dos principais obstáculos à universalização do acesso e melhoria da qualidade da educação em nosso País.

Com vistas ao enfrentamento dessa situação, o Governo, após exaustivas negociações com Governos Estaduais e Municipais encaminhou, em 2005, ao Congresso Nacional, proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – PEC nº 415/05.

Trata-se de iniciativa que, uma vez aprovada, garantirá mais recursos para que Estados e Municípios ofereçam a educação básica, assegurando ampliação de vagas, especialmente para o ensino médio, com melhoria da qualidade em todo o sistema.

O FUNDEB substituirá o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que financia exclusivamente o ensino fundamental. O FUNDEB pretende atender cerca de 47 milhões de estudantes devendo ser implementado de forma gradativa nos quatro primeiros anos. Além do ensino fundamental, o FUNDEB abrangerá os outros níveis da educação básica – educação infantil e ensino médio – e suas modalidades.

O Brasil tem uma enorme carência de docentes na educação básica, e muitos dos profissionais em sala de aula não possuem a formação adequada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com o objetivo de garantir condições profissionais para que os educadores atuem mais preparados e motivados, o Governo Federal está implementando um sistema nacional de formação de professores que lecionam em escolas públicas.

Milhares de professores da educação básica, que atuam nos sistemas municipais e estaduais, estão sendo beneficiados por programas de formação inicial (ProInfantil, Proformação, Pró-licenciatura) para aqueles sem habilitação legal – magistério e licenciatura, e formação continuada (Pró-Letramento e Rede Nacional de Formação Continuada de Professores), para melhorar e atualizar a didática dos profissionais que já possuem magistério ou licenciatura. Em 2006, o programa de formação de professores terá recursos expressivos, passando dos atuais R\$90 milhões para cerca de R\$120 milhões. Hoje, cerca de 200 mil docentes da educação básica não têm formação superior. Com a implantação do Sistema Nacional de Formação, em parceria com universidades de todo o País, será possível agir de forma concreta para melhorar



a qualidade da educação. Além disso, as escolas também passarão por reformas e receberão equipamentos, permitindo melhorias na sua estrutura física.

Em 2005, pela primeira vez, foram avaliadas todas as escolas públicas urbanas de 4ª. e 8ª. séries do País, pela Prova Brasil, instrumento de avaliação criado para diagnosticar a qualidade da educação básica. A Prova Brasil identifica as experiências positivas e as dificuldades de aprendizado enfrentadas por escolas, alunos e professores. Foram aplicadas provas de Matemática e Leitura em 43 mil escolas envolvendo mais de cinco milhões de alunos.

Ainda na avaliação da educação básica, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Trata-se de um exame individual, voluntário e oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio. Além de ser uma referência para auto-avaliação, o ENEM serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção aos exames de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, e é um dos pré-requisitos às bolsas de estudo do ProUni. A edição 2005 do ENEM teve 3 milhões de inscritos, o que se constituiu na maior participação desde 2000.

Em 2005, foi realizada a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), uma ação dirigida à inclusão social, com o objetivo de incentivar crianças e jovens a se interessar por matemática e descobrir novos talentos para a ciência e a tecnologia. Cerca de 10 milhões de crianças, de 31 mil escolas de 5 mil Municípios brasileiros participaram dessa prova. Promovida pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Educação, a iniciativa foi dirigida aos alunos de 5ª à 8ª séries dos ensinos Fundamental e Médio, que concorreram a prêmios, de acordo com a sua classificação nas provas.

A cerimônia de premiação está agendada para março de 2006, onde serão agraciados 300 alunos com medalhas de ouro, 405 com medalhas de prata e outros 405 com o bronze, além da entrega de 30 mil menções honrosas. Também serão oferecidas 2.001 Bolsas do tipo Iniciação Científica Júnior, do CNPq, para os primeiros alunos colocados. No caso dos Municípios, a premiação irá estimular a prática de esportes entre as comunidades. As cinco cidades das melhores escolas colocadas em cada região geográfica receberão quadras de esporte. As 27 escolas com maior número de pontos em cada Estado receberão laboratórios de Computação e 100 Certificados de Mérito Nacional. Um total de 100 professores também foi premiado com a participação em um estágio de aperfeiçoamento, durante 15 dias, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Em 2006, o MCT diversificará as iniciativas focadas na melhoria da educação em ciências no ensino fundamental e médio.

O programa de distribuição do livro didático para o ensino fundamental beneficia anualmente cerca de 31 milhões de alunos de 1ª à 8ª séries. Em 2005, as escolas públicas de ensino fundamental e de educação especial e as instituições privadas e filantrópicas receberam mais de 110 milhões de livros.

No início de 2005, foi concluída a primeira distribuição da história da educação brasileira de livros das disciplinas de Português e Matemática a alunos do ensino médio. Nessa primeira ação, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio atendeu 1,3 milhão de alunos de 5.392 escolas públicas das regiões Norte e Nordeste. O programa tem o objetivo de suprir a falta de livros nas regiões mais carentes do País.



O Programa Nacional da Biblioteca Escolar beneficiou, em 2005, 16,3 milhões de estudantes com a distribuição de 3,6 milhões de exemplares em 136 mil escolas de 1ª. à 4ª. séries do ensino fundamental.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como “merenda escolar”, é um dos mais amplos programas de alimentação escolar do mundo. A merenda escolar é um importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres. Em algumas regiões do Brasil, o benefício é a única refeição de crianças matriculadas na rede de ensino público. Dessa forma, o PNAE tem contribuído para a melhoria da capacidade de aprendizagem, para a segurança alimentar e ajudando a reduzir a evasão escolar, atendendo a 37 milhões de alunos por ano na educação infantil e no ensino fundamental, desde crianças matriculadas nas creches públicas ou filantrópicas a estudantes de escolas indígenas e de comunidades quilombolas. O reajuste acumulado desde 2004 no valor da merenda por aluno chegou a 38,5%, após 10 anos sem aumento.

Em 2005, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), criado em 2004, por iniciativa do Governo, confirmou a eficácia do repasse automático de recursos aos Municípios que têm alunos residentes em área rural. O objetivo é garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos 3,3 milhões de alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, que utilizem transporte escolar. Foram alocados ao programa, em 2005, recursos orçamentários da ordem de R\$267 milhões. Esse montante de recursos expressa a prioridade e a atenção que o atual Governo atribui ao transporte escolar.

b) Educação Superior

Reconhecendo a importância da educação superior pública e gratuita para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, o Governo está executando um plano de expansão da rede federal de educação superior, após 10 anos de estagnação. Em 2006, estão previstos R\$162 milhões para a expansão. Além disso, já estão autorizadas 4.000 vagas para professor de 3º grau, com nomeação prevista para a partir de junho de 2006.

O Governo está investindo na educação superior, especialmente em cidades do interior, em regiões sem acesso às universidades federais. Estão em processo de criação dez universidades federais – como as universidades federais do ABC (SP), do Recôncavo Baiano (BA) e da Grande Dourados (MS), outras por desmembramento de instituições ou, ainda, por transformação de faculdades isoladas em universidades. Também estão sendo criados ou consolidados novos 40 pólos em dezenas de Municípios brasileiros.

Além da expansão da rede federal de educação superior, o Governo ampliou significativamente os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento das universidades federais. Em 2005, o orçamento global das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) teve significativo incremento, passando de R\$7,7 bilhões para R\$8,9 bilhões. O aumento da verba de custeio (menos pessoal) e investimento foi ainda mais significativo, chegando a R\$958 milhões em 2005. Esse foi o maior incremento orçamentário para as universidades federais nos últimos dez anos.



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

100

Com vistas a se construir as bases de um novo marco regulatório para o ensino superior, o Governo Federal deu continuidade, no ano de 2005, a um amplo processo de discussão. Esse debate, que envolveu a interlocução democrática com mais de 200 entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade civil permitiu a conclusão de aprofundado diagnóstico da realidade do ensino superior no Brasil.

A partir do diagnóstico realizado e da proposta resultante do processo de discussão, será encaminhado ao Congresso Nacional, em 2006, Projeto de Lei que promove a reforma da educação superior. Essa proposta deverá enfatizar a importância que representa a educação superior no contexto da Nação e deverá resgatar o papel do Estado na formulação da política e na gestão da educação superior, vista não como uma mercadoria, mas como um bem público estratégico para o desenvolvimento do País.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi implantando com o objetivo de garantir a qualidade do ensino de todas as instituições públicas e privadas de ensino superior do País, se opondo à expansão desenfreada de instituições privadas de ensino superior com frágil regulação do Estado. Três diferentes instrumentos de avaliação compõem o sistema: a avaliação das instituições (interna e externa), a avaliação dos cursos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O sistema permite uma avaliação completa e integrada dos diversos aspectos da educação superior.

Diferentemente do Provão, que avaliava apenas estudantes do último ano, o ENADE avalia os conhecimentos gerais e específicos de estudantes do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, permitindo aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento de seus estudantes. Além de mais completo, o ENADE avaliará todas as 52 áreas do conhecimento. O Provão avaliou 26 áreas.

O investimento feito pelo Governo no sentido de melhorar a qualidade e ampliar o acesso ao ensino superior foi reforçado com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. O ProUni garante transparência à filantropia revertendo incentivos fiscais em vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas de educação superior, por meio de bolsas de estudo. Já no seu primeiro processo seletivo, o Programa recebeu a adesão de 1.142 instituições de ensino superior privadas e ofereceu 71.905 bolsas integrais e 40.370 parciais de cinquenta por cento, totalizando 112.275 bolsas, distribuídas em todo o território nacional. Em 2006, serão oferecidas mais 130 mil bolsas, quando, então, terão sido beneficiados com a garantia de acesso à universidade, cerca de 242 mil jovens, em dois anos de existência do Programa.

Além de contribuir para o acesso ao ensino superior, o ProUni também está implantando ações para garantir a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade, como a concessão da bolsa-permanência, ajuda financeira de R\$300,00 por mês àqueles que estudam em regime de tempo integral. Com os recursos previstos no orçamento de 2006, o Governo terá condições de oferecer cinco mil bolsas de um salário-mínimo, para quem faz cursos em turno integral. Por seu lado, muitos estudantes que recebem bolsa parcial (50%) do ProUni não têm condições de arcar com a outra metade do custo da mensalidade. Por isso, o Governo direcionou o financiamento do FIES (Fundo de



Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), para cobrir metade da mensalidade não coberta pelo ProUni. Com isso o aluno, com bolsa de 50% do ProUni, paga o equivalente a somente 25% do valor total da mensalidade.

A formação de mestres e doutores contempla cerca de 250 instituições de todas as regiões do País, que atuam no ensino de pós-graduação, mantendo cerca de 26.000 bolsistas de mestrado e doutorado em regime de dedicação integral aos estudos. Todos os bolsistas precisam fazer estágio docente, na graduação ou na rede pública de ensino médio, como forma de contra-prestação de serviço e base para o estabelecimento de parcerias entre as instituições de ensino superior e os demais níveis de ensino. É importante destacar, também, que o valor das bolsas, que estava congelado há uma década, foi reajustado em 18%.

c) Alfabetização e Educação Continuada

Qualquer pessoa com 15 anos ou mais que ainda não teve a oportunidade de aprender a ler e escrever é o público-alvo do Programa Brasil Alfabetizado. O principal objetivo do programa é o de consolidar uma política nacional de alfabetização, além de garantir a continuidade do processo de escolarização por meio da oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de educação básica para maiores de 15 anos que não tiveram oportunidade de estudar. O Programa se realiza em parceria com os Estados, o Distrito Federal, Municípios, instituições de ensino superior e organizações não-governamentais.

O Brasil Alfabetizado atendeu a aproximadamente 2 milhões de adultos e jovens com mais de 15 anos, em 2005, abrangendo cerca de 4 mil Municípios. Os resultados do Programa vêm crescendo tanto em número de alfabetizando, como na cobertura geográfica de Municípios.

O atendimento na educação de jovens e adultos, por meio da ação Fazendo Escola, foi ampliado. Em 2005, passaram a ser apoiados todos os sistemas de ensino que apresentaram matrícula no ensino fundamental de jovens e adultos no Censo Escolar de 2004. Assim, além do Distrito Federal, foram contemplados 4.148 Municípios de todos os Estados brasileiros e beneficiados 3,3 milhões de alunos.

A ação Escola Aberta apóia o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas públicas, abertas nos finais de semana. Em 2005, foram desenvolvidas atividades em 1.237 escolas de 6 regiões metropolitanas. O objetivo é promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Com o intuito de aumentar ainda mais a oferta de vagas no ensino profissional, o Governo já comprometeu recursos da ordem de R\$57 milhões para a implantação de 25 novas Unidades de Ensino Descentralizadas. Foram, também, autorizadas 1.000 vagas para professor nas Instituições Federais de Educação Profissional (IFETs), sendo 500 para 2006 e 500 para 2007.



Com um orçamento de R\$25 milhões para 2005, o Projeto Escola de Fábrica, programa de iniciativa deste Governo, criado por meio da Lei nº 11.180, de 2005, firmou parcerias com 558 escolas, 700 empresas privadas e sete empresas estatais, atendendo a 11,5 mil alunos em 19 Estados. O programa amplia os espaços de formação profissional, transformando a fábrica em sala de aula. Como forma de incentivo aos jovens de 16 a 24 anos, é oferecida uma bolsa-auxílio mensal de R\$150,00 pelo período de seis meses.

Em 2005, foi criada a 1ª Universidade Tecnológica Federal do Brasil, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, que conta com aproximadamente 15.500 alunos e 1.330 professores, distribuídos em sete unidades de ensino. A transformação da instituição em universidade tecnológica federal abre novos horizontes para a pesquisa e a pós-graduação. Também em 2005, iniciou-se a integração entre ensino médio e educação profissional técnica, de modo a garantir não só a formação profissional do aluno como também a elevação da escolaridade de jovens cidadãos brasileiros. Vinte Estados já aderiram à retomada da oferta do ensino médio integrado à educação profissional, com 35.500 matrículas previstas para o ano de 2006.

Além disso, foram investidos R\$12 milhões na recuperação da infra-estrutura da rede federal de educação profissional, somados aos aumentos na verba de custeio das IFETs. As IFETs ampliaram, neste Governo, em mais de 100% as matrículas dos cursos superiores de tecnologia.

4. Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS), de caráter universal, tem garantido o atendimento de milhões de cidadãos nos diversos níveis da atenção à saúde. Dados registrados nos sistemas de informações ambulatoriais e hospitalares indicam que o número de procedimentos assistenciais realizados na rede de serviços do SUS têm crescido de forma acentuada. Estima-se que em 2005 o SUS realizou dois bilhões de procedimentos assistenciais, entre consultas, terapias e exames diversos, o que representa um aumento de 200 milhões de procedimentos realizados, em relação a 2002.

O Governo Federal implementa um conjunto de estratégias para fortalecer o Sistema, apóia e promove ações e serviços que culminem na sua efetiva consolidação e na melhoria da eficiência e eficácia das políticas sociais e práticas empreendidas. Tais esforços visam, essencialmente, gerar impacto na qualidade da atenção prestada, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. A atuação ocorre por meio da formulação e implementação das políticas públicas em todas as áreas de abrangência do SUS, as quais são concretizadas, sobretudo, mediante a cooperação técnica e financeira com Estados e Municípios. Exemplo disso foram os recentes reajustes de 12 procedimentos de Parto, 3 procedimentos de Diária de UTI, 10 procedimentos em Terapia Renal Substitutiva (Hemodiálise) e 26 procedimentos em Radioterapia. O reajuste médio foi de 10%.



a) Atenção Básica

a.1) Saúde da família

O Governo tem priorizado a implementação da estratégia de saúde da família como eixo estruturante da atenção básica. Entre os resultados alcançados, destaca-se o aumento da cobertura populacional tanto das equipes de saúde da família, quanto das equipes de saúde bucal. A cobertura das equipes de saúde da família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 44,4%, em dezembro de 2005, alcançando 78,6 milhões de brasileiros. Atualmente, estão em plena atuação nos Municípios 24.564 equipes de saúde da família e 208.104 agentes comunitários de saúde. Verifica-se que 94% dos Municípios brasileiros já contam com agentes comunitários de saúde e 90% com equipes de saúde da família em atuação. A expectativa é de que, até dezembro de 2006, estejam em atuação cerca de 26 mil equipes de saúde da família, que cobrirão uma população de 89,7 milhões de pessoas. Prevê-se, também, que serão 226.800 agentes comunitários de saúde atuando em todo o País, suficientes para o acompanhamento de cerca de 131 milhões de pessoas.

a.2) Saúde bucal

A Política Nacional de Saúde Bucal, iniciativa deste Governo, é integrada ao programa Brasil Sorridente, que reúne ações em saúde bucal voltadas a pessoas de todas as idades, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico no âmbito do SUS. As principais linhas de atuação são: i) a reorganização da atenção básica – em especial por intermédio da estratégia Saúde da Família; ii) a reorganização da atenção especializada (mediante, principalmente, a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias); e iii) a viabilização da adição de flúor a estações de tratamento de águas de abastecimento público.

A cobertura populacional das equipes de saúde bucal passou de 17,5%, em 2002, para 34,9% em 2005, alcançando 62 milhões de brasileiros. Atualmente, 12.603 equipes estão em plena atuação nos Municípios; 70% do total dos Municípios possuem equipes de saúde bucal em seus territórios. Ao final de 2006, espera-se que haja 15.500 equipes de saúde bucal em atuação.

Em 2005, foram fornecidos 475 consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal da modalidade II. Essa ação beneficiou diretamente 270 Municípios em 18 Estados. Em 2006, serão distribuídos outros 369 consultórios odontológicos para as equipes dessa modalidade.

As ações de atenção à saúde bucal, em 2005, contaram com uma aplicação de mais de R\$274,3 milhões. Desse total, R\$23,0 milhões foram utilizados para a implantação e custeio de CEOs, nos quais são realizados diversos procedimentos, como tratamento de canal e de doenças da gengiva, cirurgia oral e diagnóstico de lesões orais, bem como o atendimento a pacientes especiais e a colocação de próteses. Em 2005, foram implantados 336 CEOs e realizados mais de 1,3 milhão de procedimentos especializados. Outros 232 Municípios já receberam antecipação do recurso financeiro para novas implantações. Em 2006, está prevista a implantação de 139 CEOs, que totalizarão 475 centros funcionando em todo o País.



Ainda na área de atenção à saúde bucal, em 2005, entraram em funcionamento, em seis Estados, 205 novos sistemas de fluoretação da água de abastecimento público, abrangendo 106 Municípios. Outros 363 projetos estão em análise e a meta para 2006 é de que estejam em funcionamento 500 sistemas de fluoretação de águas de abastecimento público.

a.3) Hipertensão e diabetes

A hipertensão arterial (HA) e a *diabetes melitus* (DM) são também prioridades da atenção básica, e afetam principalmente a população adulta e idosa. No combate a esses agravos, em 2005, destacam-se a capacitação de quatro mil profissionais de saúde na rede básica e a ampliação do fornecimento do elenco de medicamentos sob responsabilidade do Governo Federal para 100% dos portadores de HA e DM. Em 2006, será desenvolvido um conjunto de ações específicas para o controle da hipertensão e do diabetes, com previsão de atender 4.194 Municípios. Além das ações específicas, serão desenvolvidas ainda outras, que terão como foco a promoção da prática regular de atividade física e da adoção da alimentação saudável, do combate ao tabagismo e do uso abusivo de bebida alcoólica e dos cuidados especiais voltados ao processo de envelhecimento saudável.

a.4) Recursos humanos

No âmbito da atenção básica, ainda, vale registrar o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) que visa aproximar a formação de graduação no País e as necessidades da atenção básica, que se traduzem, em especial na estratégia de saúde da família. O Pró-Saúde tem como eixo básico a realização do ensino nos ambientes em que ocorre a assistência à saúde pelo SUS. Em dezembro de 2005, foram selecionadas 57 escolas de medicina, 77 de enfermagem e 51 de odontologia, que abrangem todas as regiões brasileiras. Essas escolas se habilitaram a receber financiamento da ordem de R\$1,8 milhão, para os cursos com seis anos de duração; R\$1,5 milhão, para os com cinco anos; R\$1,4 milhão, para os de quatro anos e meio; e R\$1,2 milhão, para os de quatro anos.

a.5) Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras)

Lançado em dezembro de 2005, esse Sistema contempla 121 Municípios fronteiriços. Ao aderir ao SIS Fronteiras, os Municípios recebem 40% a mais do total de recursos que lhes são destinados do Piso da Atenção Básica (PAB fixo), com o objetivo de fortalecer, racionalizar e melhor planejar a organização das ações de saúde nessa região de fronteira, cuja área necessita de incentivos específicos com vistas a cumprir os princípios do SUS.

b) Atenção a populações mais vulneráveis

A política de saúde mental, considerada pelos organismos internacionais de saúde como exemplo de política social inclusiva na América Latina, continuou avançando em 2005. Foram cadastrados 135 novos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), alcançando o total de 738 serviços no País. Em 2006, serão implantados 190 novos Caps e 200 Serviços de Residências Terapêuticas.



O número de atendimentos ambulatoriais – Caps e outros serviços – passou de aproximados 3,4 milhões em 2003, para 6,8 milhões em 2005; e o volume total de gastos na atenção ambulatorial em saúde mental foi igualmente duplicado neste período, passando de R\$58,1 milhões, para R\$115,7 milhões.

O Programa de “Volta para Casa” encerrou o ano com 1.911 beneficiários do Auxílio Reabilitação Psicossocial. Para 2006, a meta é beneficiar 3.500 pessoas. A Política de Álcool e Outras Drogas avançou na definição de mecanismos de cobertura assistencial de cuidados intensivos no nível hospitalar e na expansão de rede específica de Centros de Atenção Psicossocial para Atendimento de Pacientes com Transtornos Decorrentes do Uso e Dependência de Substâncias Psicoativas.

A Política de Saúde Auditiva recebeu um incremento de R\$126,2 milhões para a implantação de sua rede de reabilitação e concessão de aparelhos auditivos. Em 2006, a implementação das Redes Estaduais de Saúde Auditiva envolverá 126 serviços.

Cerca de R\$120 milhões serão aplicados em 2006 para o aprimoramento da rede de atenção SUS, para o atendimento integral e qualificado da pessoa idosa, por meio de ações como: i) distribuição de cinco milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, que conterá informações relevantes sobre a saúde do seu portador, possibilitando um melhor acompanhamento por parte dos profissionais de saúde; ii) distribuição de 50 mil Manuais da Atenção Básica e Saúde para a Pessoa Idosa para as equipes de saúde da família; iii) criação ou implementação de 50 Centros de Referência em Saúde do Idoso, conforme a Portaria nº 249/2002 (atualmente, estão cadastrados e em funcionamento 26 Centros); iv) qualificação de 10 mil profissionais integrantes da estratégia Saúde da Família na área de envelhecimento; v) implantação do selo “Unidade de Saúde Amiga da Pessoa Idosa”; vi) implantação de Ficha de Notificação de Suspeita ou Confirmação de Violência Contra Idosos; vii) implementação do Programa de Atenção Domiciliar para idosos com foco nos seguintes agravos: acidente vascular encefálico, fraturas e traumas, dor e cuidados paliativos. Esse programa será desenvolvido nas capitais e regiões metropolitanas, estando previstos recursos da ordem de R\$30 milhões para a sua implantação; e viii) vacinação contra a gripe de, pelo menos, 70% da população idosa de, no mínimo, 80% dos Municípios.

Na área da saúde da Criança, Adolescentes e Jovens, foram fornecidas 3,5 milhões de cadernetas de Saúde da Criança; distribuídos 50 mil Manuais de vigilância do óbito infantil; implantados quatro novos bancos de leite humano, totalizando 186 unidades e 35 postos de coleta; e credenciados 21 novos Hospitais Amigos da Criança, alcançando assim 328 unidades.

A redução da mortalidade materna e infantil continuará sendo prioridade em 2006, sendo adotadas para esse fim as seguintes ações: i) a qualificação de 100% dos profissionais que atuam em urgências e emergências obstétricas e neonatais em todas as maternidades dos 78 Municípios prioritários do Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família e do Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que totalizarão 400 maternidades de referência; ii) a implementação da Política de Atenção Obstétrica e Neonatal, com ênfase no fortalecimento do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento e sua expansão para 100% dos Municípios, com a realização de 30 cursos ALSO



(Suporte Avançado de Vida em Obstetrícia), atingindo todas as regiões do País; iii) a capacitação de todas as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na atenção às urgências obstétricas e neonatais; iv) a garantia de leitos de UTI neonatal, de exames e de abastecimento de medicamentos e insumos imprescindíveis ao pré-natal, parto e puerpério, preconizados pela triagem obstétrica e neonatal; v) a implantação dos comitês de mortalidade infantil em todas as Unidades da Federação e da nova caderneta de saúde da criança.

Por sua vez, a população penitenciária foi beneficiada com um programa de saúde específico, por meio do qual foram implantadas 122 equipes de saúde nas unidades prisionais de 10 Estados. Em 2006, serão qualificados mais 6 Estados.

Na atenção à saúde da população indígena foram alcançados importantes avanços: houve um incremento de recursos humanos (equipes multidisciplinares de saúde indígena) e crescimento da rede de atenção básica. Hoje, a rede é composta de 717 postos de saúde, 55 Casas de Saúde Indígena e 323 pólos base. Estas funcionam com estrutura logística das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Em 2005, foram destinados recursos da ordem de R\$20 milhões para saneamento em áreas indígenas, que beneficiarão 297 aldeias com ações de abastecimento de água, e 127 aldeias estão sendo beneficiadas com a implantação de melhorias sanitárias, que consistem na construção principalmente de banheiros, pias e tanques. Em 2006, as ações voltadas para a saúde indígena serão intensificadas, com ênfase no controle de doenças como a tuberculose, malária, DST/AIDS e hepatites, na implantação da vigilância alimentar e apoio às ações de promoção da segurança alimentar e nutricional.

c) Atenção Hospitalar e de Alta Complexidade

Na organização da atenção hospitalar, merecem destaque a Política de Reestruturação dos Hospitais de Ensino e a Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte. Em relação à primeira, desde a sua implementação, há um ano, 63 hospitais de ensino aderiram à Política que visa otimizar a relação desses hospitais com o SUS, com a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. A partir da adesão, a instituição assume o compromisso de alcançar, além das metas de produção tradicionais, outras relacionadas à qualidade da assistência, ensino e gestão hospitalar, considerando a sua vocação no atendimento à atenção especializada e na formação de profissionais de saúde. Ao lado disso, deve ser incorporado o desenvolvimento tecnológico da unidade, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidade da população respectiva.

Em 2006, será implementado o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, com a certificação (espécie de qualificação) dos 196 hospitais desta natureza em todo o País e o estabelecimento de novas bases contratuais com exigências destinadas a promover a extensão da cobertura da assistência e a qualificação desses hospitais, além de incentivos à pesquisa.

Quanto à Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte, a principal mudança é que esses estabelecimentos (1.431 hospitais) deixam de receber recursos financeiros somente após a prestação de contas de cada serviço realizado e passam a contar com um orçamento global, ampliando assim sua capacidade de gestão e de planejamento da assistência. Em



contrapartida, os hospitais participantes devem cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, como: i) oferta de atendimento humanizado, com acolhimento apropriado; participação em políticas prioritárias do SUS, como as de saúde da mulher e do trabalhador, de saúde bucal, de prevenção e controle do HIV/DST/AIDS; e ii) de integração no sistema de referência hospitalar no atendimento às urgências e emergências, entre outras. Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico, odontológico e pequenas cirurgias, e constituem importante ponto de apoio para o Programa de Saúde da Família (PSF). Atualmente, 154 hospitais de pequeno porte já integram essa Política Nacional, sendo 64 do Estado do Ceará, 66 no Paraná e 24 em Tocantins. O Piauí será o próximo Estado a integrar o programa; Paraíba, Pernambuco e Rondônia também já formalizaram o termo de adesão.

As ações relativas à expansão da atenção oncológica tiveram investimentos de aproximadamente R\$18,0 milhões em equipamentos e obras, além dos gastos com capacitação de recursos humanos e oferta de consultoria técnica, no processo de implantação dos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) no Acre, Alagoas, Distrito Federal e Pará.

Em 2006, as ações de prevenção e controle do câncer de mama, do colo uterino e da próstata receberão atenção especial, o que abrange desde a captação de usuários no atendimento da atenção básica, até o tratamento nos centros especializados de oncologia. Entre as estratégias a serem implementadas, estão a ampliação da oferta de mamografia e a organização da atenção básica e de média complexidade para exames preventivos de câncer de colo de útero.

Serão gastos, ainda em 2006, R\$80 milhões para credenciamento de 16 novos centros de referência e R\$44 milhões para o controle do câncer do colo do útero e de mama. A criação de redes regionais de atenção oncológica, interligadas a uma rede nacional também está prevista.

Na área de transplante, o País vem apresentando importante crescimento. Em 2005, foram realizados mais de 15 mil transplantes de órgãos e tecidos, o que representa um aumento de 33% quando comparado ao ano de 2002. Para 2006 espera-se um aumento de 10% do número de transplantes e de 15% do número de doações efetivadas de órgãos e tecidos. Recursos do SUS financiam 95% dos transplantes de órgãos sólidos realizados no Brasil. Ressalta-se também o aumento do número de procedimentos ambulatoriais referentes ao acompanhamento de pacientes transplantados: de 169,7 mil, em 2002, para 258,5 mil, em 2005, o que significa um incremento superior a 52%. De 2003 a 2005, os gastos do SUS com transplantes tiveram um acréscimo de 45%, de R\$314 milhões para R\$455 milhões, e os gastos com medicamentos para os pacientes transplantados aumentaram 56% nos últimos três anos, com um acréscimo de R\$118 milhões para R\$184 milhões.

Um outro destaque é a Política de Qualificação da Atenção à Saúde no SUS (QualiSUS), que já começou a ser implementada em 13 capitais (Rio de Janeiro/RJ, Aracaju/SE, Recife/PE, Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Palmas/TO, Maceió/AL, Fortaleza/CE, Macapá/AP, Brasília/DF e Natal/RN). Até o final de 2005, foram assinados 65 convênios, envolvendo um montante de R\$140 milhões, para atender a totalidade das capitais.



O Governo pretende envolver no QualiSUS, em 2006, 74 hospitais em todas as capitais, além da conclusão de 56 obras já em andamento, para o que serão investidos R\$200 milhões. O QualiSUS promove a adoção de um elenco de mudanças nos hospitais, com o objetivo de proporcionar maior conforto ao usuário, entre eles o atendimento de acordo com o grau de risco, a atenção mais efetiva pelos profissionais de saúde e o menor tempo de espera no atendimento e permanência no hospital. Os hospitais que aderirem ao QualiSUS receberão recursos para a compra de equipamentos novos e reforma de suas instalações. Essa Política é resultado de parcerias entre as três esferas de gestão do SUS.

d) Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

Uma grande prioridade na área da saúde é a Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências, com ênfase na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). O SAMU destina-se a melhorar o nível de resposta do sistema de saúde nesses casos e está permitindo a organização e a racionalização da rede pública. A estrutura física requer, além dos profissionais de saúde e dos veículos, Centrais de Regulação Médica das Urgências, com fácil acesso ao público, por via telefônica (192), em sistema gratuito, e o envolvimento de outros profissionais não oriundos da área de saúde, como telefonistas, rádio-operadores e condutores de veículos de urgência.

No ano de 2005, a Rede Nacional SAMU 192 obteve significativa ampliação, tendo sido efetuados investimentos pelo Governo de aproximadamente R\$106,0 milhões. Em dezembro de 2005, já funcionavam 88 SAMU, beneficiando 77,4 milhões de pessoas de 478 Municípios.

Para a sua implementação em todo o País, em 2005, o Governo deu continuidade à distribuição das 1108 ambulâncias, adquiridas em 2004, cujo investimento foi da ordem de R\$126,3 milhões. Também efetivou a entrega de 1.689 equipamentos para ambulâncias adquiridos em 2004 (R\$14,1 milhões) e está realizando a distribuição dos 298 equipamentos para ambulâncias de suporte avançado adquiridos em 2005 (R\$4,1 milhões).

O Governo garantiu o custeio em 50% das equipes de profissionais dos 88 SAMU, no montante de R\$195,6 milhões, em 2005. Também foram feitos investimentos de cerca de R\$10,0 milhões para a adequação de áreas físicas das 88 Centrais de Regulação Médicas do SAMU. Ressalte-se ainda a implantação de Serviços de Telecomunicações nas Centrais de Regulação Médicas de Urgência SAMU 192, em torno de R\$34,8 milhões, e a celebração de convênio com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal para a inserção de helicópteros e ambulâncias nas ações dos SAMU 192. Atualmente, estão trabalhando nos serviços implantados em 24 Estados cerca de 13 mil servidores. Estão previstas também a inserção de sete barcos-ambulância (ambulanchas) na frota da Rede Nacional Samu 192, com investimento da ordem de R\$2,2 milhões, para atendimento de cerca de 4,2 milhões de brasileiros, nas regiões ribeirinhas do norte do País.

A ampliação da rede continuará, com a previsão de que haja 197 SAMU em funcionamento em todo o País até o final de 2006. Serão compradas 1.170 ambulâncias, além de aeronaves, para o início das ações aeromédicas. Unidades não-hospitalares de atenção às urgências (pronto atendimentos) serão reformadas ou construídas, qualificando o acesso às



redes de referência loco-regionais onde estão implantados os SAMU. Está prevista, ainda, a implementação de Núcleos de Educação em Urgências (NEU).

e) Saúde Suplementar

A ação de regulação da Saúde Suplementar obteve um grande avanço, sendo exemplo: i) a efetividade alcançada na implementação da legislação relativa às coberturas assistenciais mínimas obrigatórias oferecidas pelos Planos de Saúde; ii) o não impedimento de ingresso no plano em razão de doença ou idade do beneficiário; iii) a regulação das condições de ingresso, operação e saída do setor; iv) a regulação dos preços, com normas fixadas para os reajustes; e v) o incremento das ações de fiscalização, garantindo um melhor atendimento a 41 milhões de beneficiários de planos de saúde.

Em 2005, foram implementados projetos importantes para a consolidação dessa nova proposta de ação regulatória, cabendo destacar: i) Programa de Qualificação da Saúde Suplementar; ii) implantação de normas para a autorização de funcionamento das operadoras; iii) consolidação do Sistema de Troca de Informações entre operadoras e prestadores de serviços; iv) Programa Cidadania Ativa, com a realização de 12 mil ações de apuração de denúncias de beneficiários e de 1.400 ações de fiscalização junto às operadoras de planos de saúde; v) realização de seis eventos de divulgação aos PROCONS e ao Ministério Público sobre as ações da ANS (Parceiros da Cidadania); vi) realização do concurso público para ingresso de servidores na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e vii) realização de fóruns intersetoriais para a discussão da regulação assistencial, com participação de todos os segmentos envolvidos.

Em 2006, o Governo dará continuidade às ações que têm por finalidade a consolidação do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar, com incorporação tecnológica e revisão permanente das coberturas obrigatórias, a transição dos contratos antigos para contratos sob a proteção da Lei nº 9.656, de 1998, a consolidação do papel da ANS e a sustentabilidade do mercado.

f) Assistência Farmacêutica

Em relação à assistência farmacêutica, é importante destacar inicialmente o crescimento substancial dos investimentos do Governo nessa área. Em 2006, serão investidos R\$4,2 bilhões na assistência farmacêutica, representando assim um aumento de 100% em relação aos R\$2,1 bilhões aplicados em 2002. Em 2005, o Governo Federal reajustou o incentivo para a assistência farmacêutica básica em 65%, passando de R\$1,00 para R\$1,50 em julho, e, a partir de outubro, foi reajustado em valores da seguinte forma: Governo Federal: R\$1,65; Estados: R\$1,00; Municípios: R\$1,00. Para Municípios da região do semi-árido nordestino considerados emergenciais, no âmbito do Programa Fome Zero, o Governo Federal repassa R\$2,00. O incentivo é um valor *per capita*, atualizado anualmente de acordo com informação populacional do IBGE e compõe um fundo tripartite para o custeio de um elenco mínimo obrigatório de medicamentos que deve estar disponível em todas as unidades de saúde – a chamada Farmácia Básica. São medicamentos adquiridos diretamente pelos próprios Municípios.



Atualmente, são destinados 11,5% de todo o orçamento da saúde – o que representa cerca de R\$3,2 bilhões – para a aquisição de medicamentos da atenção básica e de alto custo, nestes incluídos os anti-retrovirais, que compõem o chamado coquetel de medicamentos para tratamento da Aids. Esse valor corresponde a um incremento de 52,4% no gasto com medicamentos, quando comparado ao ano de 2002.

Em 2005, foram produzidas 4,0 bilhões de unidades farmacêuticas. Cabe registrar também a aquisição de uma fábrica de medicamentos – inaugurada em 2005 –, que permitirá quintuplicar a produção e diversificar os produtos.

Um marco relevante em 2005 foi a implantação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), cuja lei de criação foi sancionada em dezembro de 2004. O investimento previsto na implantação da HEMOBRÁS – para fracionar de 400-500 mil litros de plasma/ano – é da ordem de US\$65 milhões. Assim, o País tornar-se-á auto-sustentável na produção de hemoderivados num prazo estimado de cinco anos após o início de funcionamento da Hemobrás. Atualmente, o Brasil investe cerca de US\$100 milhões por ano na importação de hemoderivados. Outro resultado importante alcançado em 2005 foi o acordo, no valor de R\$296,4 milhões, para transferência de tecnologia de produção de *Interferon alfa 2b* humano recombinante e eritropoetina, necessários ao tratamento das hepatites. Esse acordo marcou oficialmente a inauguração de uma nova área de atuação da Fundação Oswaldo Cruz no desenvolvimento e produção de biofármacos.

Ao longo de 2005, foi realizado investimento de cerca de R\$20,0 milhões na estruturação e qualificação de serviços da hemorrede, ampliando o atendimento hemoterápico aos pacientes do SUS, além de contemplar os portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias.

Nesse sentido, ainda cabe destacar que, em 18 meses de lançamento, o Programa Farmácia Popular do Brasil já colocou em funcionamento 78 unidades, em 50 Municípios de 20 Estados. Essas farmácias tornaram disponíveis mais de 10 milhões de unidades de medicamentos, com uma economia para os consumidores de até 90% em relação ao preço de mercado. O elenco de medicamentos conta com 95 itens e, para ter acesso aos medicamentos, basta o interessado se dirigir à farmácia munido de receita médica ou odontológica. A qualidade do atendimento é um dos pontos fortes do Programa que tem uma aceitação de 91% dos usuários, segundo pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde. Outras 273 farmácias populares já foram habilitadas e estão em processo de implantação para funcionamento em 2006, envolvendo 205 Municípios, em 23 Estados. O investimento nesse Programa em 2005 foi de R\$51,4 milhões.

g) Vigilância Sanitária

Nessa área, cabe registrar as medidas de vigilância sanitária dos produtos e serviços colocados para o consumo ou uso da população, voltadas tanto para o controle da qualidade, quanto para o monitoramento de custos. Entre as ações desenvolvidas em 2005, destacam-se:

- i) realização de mais de 1,44 milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, além de cerca de 108 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária;



- ii) início do processo de regulamentação para a propaganda de medicamentos, por meio de consulta pública divulgada no Diário Oficial da União, em 18 de novembro de 2005. A partir da ação de fiscalização para adequação das propagandas, constatou-se que 70% delas passaram a exibir informações essenciais (contra-indicações, efeitos adversos, cuidados e advertências) contra 21% dos casos anteriores;
- iii) implantação do sistema de bula eletrônica para acesso público via Internet (www.anvisa.gov.br/bulas), visando disponibilizar os textos de bula e a notificação de atualização desses textos, bem como o gerenciamento eletrônico das bulas de medicamentos e a disponibilidade do Compêndio de Bulas de Medicamentos para instituições de interesse na área. Essas ações buscam assegurar a melhoria da qualidade da prescrição médica no País e promover o uso racional de medicamentos;
- iv) desenvolvimento de ações conjuntas com órgãos de defesa do consumidor de seis Estados – Paraná, Goiás, Pará, Ceará, Pernambuco e Paraíba – para o monitoramento da comercialização de medicamentos e orientação ao usuário;
- v) implementação do Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos, com o objetivo de diagnosticar a qualidade desses produtos, baseada nas indicações do perfil epidemiológico nacional, abrangendo o monitoramento da qualidade dos medicamentos existentes no mercado;
- vi) proibição da fabricação e distribuição de 130 medicamentos similares, de alto risco sanitário, pela insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, realizados em seres humanos;
- vii) avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.500 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003;
- viii) inspeções internacionais em cerca de 700 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, solicitando o nivelamento ao padrão de qualidade nacional;
- ix) normatização do fracionamento de medicamentos, com o objetivo de reduzir custos e inspeção em empresas fabricantes e distribuidoras, com fracionamento de insumos farmacêuticos ativos, minimizando os riscos do mau uso do produto fracionado decorrente do descumprimento das boas práticas de fabricação;
- x) implantação do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecções em Serviços de Saúde (SINAIS), que possibilitará a interligação de 406 hospitais, visando a prevenção e diminuição dos riscos à saúde dos usuários de serviços de saúde e população em geral;
- xi) implantação da Rede Nacional de Monitoramento da Resistência Bacteriana em Serviços de Saúde, visando diminuir o índice de mortes por infecções hospitalares graves e de projeto de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;



- xii) implantação do registro de componentes de agrotóxicos e reavaliação de agrotóxicos já registrados, com elevado risco aos trabalhadores e consumidores;
- xiii) implementação do projeto Farmácias Notificadoras, que tem como objetivo ampliar as fontes de notificação de casos suspeitos de efeitos adversos e queixas técnicas de medicamentos, em parceria com os centros de vigilância sanitária estaduais e municipais e com os conselhos regionais de farmácia de cada Estado. Em 2006, o projeto será ampliado, com a inclusão de mais sete Estados, além dos três que já estão notificando (60 farmácias, no Pará; 143, em São Paulo; 184, em Santa Catarina) e de Goiás, que já iniciou o processo de implementação, em 2005.

Em 2006, além dessas ações de Vigilância Sanitária, outras serão desenvolvidas, dentre as quais cabe destacar: i) implantação da cosmetovigilância, de modo a garantir a qualidade e a segurança dos cosméticos, criar canal de comunicação com a população e prevenir a ocorrência de reações adversas a esses produtos, bem como o lançamento do Guia de Controle de Qualidade e atualizar o Guia de Segurança de Produtos Cosméticos; ii) regulamentação dos Bancos e dos Serviços de Produção Assistida de Células, outros Tecidos e Órgãos; e iii) ampliação da Rede Nacional de Prevenção e Combate à Falsificação e Fraude de Medicamentos e Produtos para a Saúde, com o objetivo de reduzir a falsificação e desvios de qualidade.

h) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

No âmbito da vigilância epidemiológica para a prevenção e o controle de doenças e agravos, várias estratégias foram desenvolvidas visando a melhoria da eficiência e eficácia das medidas necessárias, entre as quais a implantação de Unidades Sentinela para a identificação exata dos tipos de vírus da gripe que têm circulado no País. Até agora, estão implantadas 46 dessas unidades, localizadas em 20 Estados e no Distrito Federal. Até o próximo ano, cada Estado terá pelo menos uma Unidade Sentinela.

Em 2006, o Governo disporá de um Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, que terá como principal objetivo fortalecer a capacidade do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, para identificar precoce e oportunamente emergências epidemiológicas de relevância nacional. Ao lado disso, propiciará a organização e adoção de respostas adequadas, que reduzam e contenham o risco à saúde da população, além de aperfeiçoar o processo de monitoramento e avaliação dos principais programas de prevenção e controle de doenças.

O Brasil já tomou medidas de preparação para uma possível pandemia de gripe. O Plano de Contingência Brasileiro para uma Possível Pandemia de Gripe já está sendo aprimorado, com a colaboração e participação de vários especialistas e autoridades. O Plano é uma resposta do Brasil para uma possibilidade alertada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que levou vários países a se mobilizarem. Além de medidas de prevenção e vigilância, o Governo já desencadeou o processo de compra do medicamento específico, visando minimizar o impacto da pandemia no País, caso ela venha a ocorrer.



Além disso, em 24 de outubro de 2005, foi criado por Decreto Presidencial o Grupo Executivo Interministerial (GEI), para acompanhar e propor as medidas necessárias para a implementação do Plano de Contingência. O referido GEI conta com a participação de 10 ministérios.

No conjunto das doenças que serão objeto de atenção especial, destacam-se a malária; as hepatites; as DSTs/AIDS; a tuberculose; a hanseníase e a dengue. Em 2006, deverão ser fortalecidas novas estratégias, recentemente adotadas, as quais buscam ampliar a integração entre as áreas de prevenção e de controle e a rede assistencial, visto que um importante foco da ação nesse conjunto de doenças está voltado para o diagnóstico e o tratamento das pessoas acometidas, visando a interrupção da cadeia de transmissão. Espera-se reduzir em 15% a incidência da malária nos Estados da Amazônia Legal e em 10% a letalidade por febre hemorrágica da dengue.

Como resultado das ações preventivas de combate à dengue, adotadas pelo Governo, em parceria com Estados e Municípios, houve uma redução no número de pessoas que contraiu a doença, passando de 794 mil casos, em 2002, para 175.121, entre janeiro e setembro de 2005.

No controle da hanseníase, o Programa Nacional tem adotado como principal estratégia a integração das ações de diagnóstico e tratamento da doença na atenção básica. Uma outra estratégia do Programa é a organização das redes de alta e de média complexidades para a assistência aos portadores de incapacidades ou deformidades físicas decorrentes da doença. Com essa organização, é viabilizado o acesso dos pacientes aos procedimentos de reabilitação, como cirurgias reparadoras, órteses e próteses. Espera-se que, até junho de 2006, pelos menos 14 Estados atinjam a meta de prevalência inferior a 1 caso para cada 10 mil habitantes.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo. O Programa Nacional de Controle da Tuberculose tem notificado, anualmente, cerca de 80 mil casos novos, o que é fundamental para o êxito no tratamento dos doentes e na prevenção de novos casos. O Governo, entre 2004 e 2007, aplicará R\$119,5 milhões no Programa Nacional de Controle da Tuberculose – maior investimento dos últimos 10 anos – destinados ao aprimoramento das ações contra a doença. Esse investimento permitirá, até 2007: i) capacitar profissionais de saúde para o diagnóstico, tratamento e vigilância epidemiológica da doença; ii) integrar informações com o Programa Nacional de HIV/AIDS; e iii) adquirir equipamentos para laboratórios. Quanto ao tratamento curto diretamente supervisionado de portadores de tuberculose, está prevista, para 2006, a cobertura de 80% nas unidades de saúde dos cerca de 315 Municípios prioritários, com o programa de controle da doença implantado.

A implementação do Programa Brasileiro de Prevenção e Controle das DSTs/AIDS é igualmente um destaque importante da ação governamental e envolve um conjunto amplo de ações, que inclui campanhas educativas e distribuição de preservativos, assim como a viabilização do tratamento de 170 mil pacientes com o coquetel de medicamentos anti-AIDS. Em 2006, está prevista a distribuição de um bilhão de preservativos.

A expansão verificada do tratamento aos pacientes com o coquetel é resultado da política de acesso universal e gratuito aos medicamentos anti-retrovirais. Ao contrário de previsões pessimistas, essa política obteve sucesso e reduziu custos



diretos e indiretos, como os de internações hospitalares e de emergência. Uma medida do sucesso da política é o aumento de sobrevida das pessoas que vivem com HIV/AIDS, que saltou de 5 meses em 1996, para quase 58 meses em 2005 e deve chegar a 72 meses em 2006.

Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do Programa Nacional de Imunização indicam que 16,3 milhões de crianças menores de cinco anos de idade tomaram a vacina na primeira etapa, o que representa uma cobertura de 94,6%. A segunda etapa, realizada no dia 20 de agosto de 2005, alcançou uma cobertura de 95,37% e mobilizou cerca de 330 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários, em mais de 100 mil postos de vacinação em todo o País. Nas duas etapas, foram aplicados R\$45,6 milhões. Cabe destacar que, em 2006, haverá ampliação do elenco de vacinas do calendário básico, com a inclusão da vacina contra o rotavírus (responsável por 30% dos casos de diarreia infantil no Brasil).

Já a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, realizada em abril de 2005, imunizou 83,93% das pessoas com mais de 60 anos de idade, o que corresponde a 13 milhões de idosos. O resultado ultrapassa a meta de cobertura recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é de 70%. Em 2005, foram investidos R\$5,6 milhões em infra-estrutura dos laboratórios nacionais produtores de imunobiológicos.

i) Pactos pela Saúde

A distribuição mais equitativa dos recursos humanos e financeiros e da oferta de serviços, a despeito dos avanços aqui destacados, ainda constitui um grande desafio para o SUS, o que exige a adoção de permanentes estratégias intergovernamentais de mediação e gestão cooperativa, além de um arranjo organizacional condizente com as distintas realidades e necessidades do País. Com o propósito de enfrentar esse desafio, o Governo vem aprofundando as discussões baseadas em fundamentos teóricos e metodológicos necessários à construção de um modelo solidário de atenção à saúde, que se expressa no estabelecimento de pactos federativos, no fortalecimento do processo de descentralização e no respeito à autonomia dos gestores.

Nesse sentido, para que sejam explicitados claramente os acordos entre os entes federados que materializam essa proposta, está em andamento a elaboração – mediante pactuação tripartite – de uma Agenda de Compromissos, na qual são selecionadas macro-prioridades articuladas em três dimensões e integradas sob a forma de três pactos: i) Pacto pela Vida; ii) Pacto em Defesa do SUS; e iii) Pacto de Gestão. Por intermédio desses Pactos, pretende-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

Em 2005, para iniciar a concretização do Pacto de Gestão, foi adotada a estratégia de construção de relação de apoio aos Estados e Municípios. Nesse sentido, todas as áreas técnicas foram articuladas com a finalidade de fortalecer a gestão do SUS em todas as esferas administrativas. Essa estratégia de apoio integrado está baseada na contratualização, que envolve co-responsabilização dos diversos atores, de forma a constituir redes de cooperação. Um outro instrumento



importante para apoiar a gestão do SUS foi a implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde (SISPLAM) para programas e ações sob a responsabilidade da esfera federal.

Na implementação do Pacto, outras prioridades serão consideradas, como: i) o fortalecimento da descentralização, priorizando os espaços intergestores – Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite (CIB e CIT) –, como instâncias de pactuação e de deliberação nos quais devem ser realizados todos os pactos intra-estaduais; ii) a adequação da gestão do trabalho na saúde e o redirecionamento dos processos de formação; iii) a avaliação, incorporação e utilização de tecnologias no SUS; e iv) a participação social e controle público.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

No primeiro trimestre de 2003, o Governo criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para desenvolver, de forma pioneira, uma política de Estado para assegurar os avanços que o povo brasileiro espera na construção de um país livre de discriminação e preconceitos raciais. Trata-se de uma resposta concreta e efetiva deste Governo à reivindicação histórica do movimento democrático, com ênfase no movimento negro, por meio de um programa de ações afirmativas que inserem a igualdade étnico-racial na agenda das políticas públicas fundamentais do Estado brasileiro. Além da SEPPIR, o Governo instituiu o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como instância de participação da sociedade no debate e na formulação das políticas para o setor.

Já em novembro do referido ano, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). Com a PNPIR, a sociedade brasileira passou a contar com uma ação consistente, orientada pelos princípios da transversalidade, da gestão democrática e da descentralização. O primeiro princípio estende a Política de Igualdade Racial aos ministérios e demais órgãos da administração pública federal; o segundo assegura a participação direta da sociedade civil; por fim, o terceiro leva a Política aos Estados e Municípios.

O envolvimento dos Estados e Municípios no enfrentamento das desigualdades e da discriminação racial vem sendo buscado pelo Governo Federal por meio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), lançado em 2004, e que nesse mesmo ano já contava com a adesão de 35 administrações municipais e 10 estaduais. Ao final de 2005, o Fórum atingiu a marca de 392 Municípios e Estados com termo de adesão assinados. Dentre estes, 106 Municípios e 23 Estados já possuem organismos constituídos para a implementação de políticas de igualdade racial. O objetivo do Fórum é incentivar a criação de estruturas e de programas de promoção da igualdade racial (ações afirmativas) nos Estados e Municípios. Em 2006, o FIPIR buscará alcançar a meta de 400 adesões, completando o ciclo de crescimento iniciado em 2003.

Além disso, o esforço já implementado pelo Governo para incentivar a adoção de Planos de Promoção da Igualdade Racial nas esferas locais dos demais entes da federação resultará no sistema nacional de promoção da igualdade racial, tornando efetivo o princípio da descentralização previsto na PNPIR.



Após três anos de Governo, a sociedade brasileira já pode perceber os resultados, assim como confirmar a correção dessa orientação em busca da Igualdade Racial. Foram impulsionadas, dentre outras, as políticas nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, justiça, desenvolvimento social, energia, integração nacional, relações exteriores, trabalho e desenvolvimento agrário.

Na área da saúde, por exemplo, criou-se a Política Nacional de Saúde da População Negra, que contém ações estratégicas voltadas para soropositivos, pacientes acometidos de patologias falciformes, além de iniciativas específicas de atenção à saúde da população negra no SUS, bem como no aprimoramento da coleta e divulgação de dados que levam em consideração o recorte racial. Na política de educação, tem-se conferido especial ênfase à promoção da diversidade no ensino superior, por meio da adoção de cotas para afro-descendentes, assim como pela oferta de financiamento e bolsas para assegurar a permanência dos estudantes afro-descendentes de baixa renda na universidade (FIES e ProUni). O Governo, também, tem atuado para viabilizar o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira no sistema de ensino fundamental e médio, nos estabelecimentos públicos e particulares.

Por fim, em 2005, a maior realização do Governo na agenda de participação democrática para a promoção da igualdade racial foi a realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR). A I CONAPIR, precedida de 26 conferências estaduais e uma distrital, mobilizou um total de 92.750 participantes em suas diversas etapas. A iniciativa inédita reuniu 2.823 pessoas na plenária final em Brasília, para discussão, análise e proposições no âmbito da PNPIR.

No início de 2006, será consolidado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial que integrará a PNPIR, incorporando, assim, os resultados da I CONAPIR. Por sua abrangência, legitimidade e ineditismo, o Plano será o principal documento para política pública de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em todos os níveis da Federação, vez que foi elaborado a partir da contribuição oferecida por diversos atores sociais a partir de conferências preparatórias realizadas nas 27 Unidades Federativas, as quais definiram propostas locais e regionais na mesma perspectiva.

Até abril de 2006, será apresentado o Estudo denominado “Revisão do Ordenamento Jurídico para a Igualdade Racial”. Trata-se da revisão, pelo Governo Federal, do sistema normativo nacional voltado à eliminação de anacronismos, inadequação terminológica, bem como o preenchimento de lacunas legislativas que obstaculizam e/ou limitam a efetiva promoção da igualdade racial, combate ao racismo e à discriminação. O Estudo é composto de doze pareceres de juristas renomados nas diferentes áreas do Direito. Esses pareceres subsidiarão a realização de ajustes nas grades curriculares dos cursos de Direito e das escolas de formação e aperfeiçoamento de profissionais, com o propósito de ampliar o debate, familiarizando operadores de Direito com instrumentos de proteção dos grupos tradicionalmente discriminados.

No âmbito das ações afirmativas no mundo do trabalho, o Governo implementará o Comitê Diversidade, que congregará empresas que já aplicam espontaneamente iniciativas dessa natureza no sistema das relações trabalhistas,



particularmente no terreno das negociações coletivas. O Comitê será composto por representantes de empregadores, empregados e órgãos governamentais, e terá a incumbência específica de fornecer apoio técnico quanto à metodologia de indicadores, procedimentos, metas e monitoramento.

No plano internacional, cabe ressaltar três importantes iniciativas. A primeira consiste da elaboração do projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação Étnico-racial, que, além de enfocar novos direitos ligados ao tema da discriminação, proporcionará um mecanismo para defesa dos direitos individuais e de grupos cujo acesso à justiça esteja eventualmente embaraçado ou negado em seus países de origem. A segunda é a realização da Conferência das Américas, com a finalidade de avaliar as políticas de promoção da igualdade no continente, destacando as melhores práticas. E, por fim, a terceira trata da organização da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), com o objetivo de afirmar a identidade africana e estreitar as relações do continente com as diversas regiões que se beneficiaram das diásporas negras e magrebínas. Esses dois eventos serão sediados no Brasil e serão realizados no primeiro semestre de 2006.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Além das ações afirmativas dirigidas à reversão do quadro de desigualdade racial existente na sociedade brasileira, o Governo criou um programa destinado à garantia dos direitos das comunidades remanescentes dos quilombos às suas terras e também à promoção do desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Trata-se do Programa Brasil Quilombola.

Embora a Constituição de 1988 tenha previsto a concessão de titularidade das terras às comunidades quilombolas tradicionais, onde originariamente se encontram desde a resistência à escravidão, somente em 2003 o Estado foi dotado de um instrumento legal consistente para iniciar o procedimento adequado para titulação, o Decreto nº 4.887, editado em 20 de novembro daquele ano.

Dados atuais indicam a existência de, pelo menos, 2.250 comunidades remanescentes de quilombos em território nacional. Para o atendimento dessas comunidades e promoção de seus direitos, o Programa Brasil Quilombola articula um conjunto de políticas sociais e fundiárias que, em aproximadamente dois anos de existência, viabilizou também o fornecimento de luz elétrica, alfabetização, saneamento, habitação adequada, escolas, infra-estrutura e políticas de saúde apropriadas para parte desse segmento comunitário. A execução da política pressupõe a participação direta das lideranças quilombolas nos fóruns institucionais destinados à adequação das políticas públicas aos interesses e necessidades comunitários.

Após a definição do marco legal para a regularização fundiária das terras quilombolas, o Governo dedicou-se a criar a condições técnicas, operacionais, logísticas e financeiras para a realização dessa complexa e vasta tarefa em mais de duas mil comunidades em todo o País. O reconhecimento e titulação desses territórios demandam um conjunto de ações de



regularização fundiária, entre as quais a desapropriação de ocupantes não quilombolas com títulos reconhecidos, o que não era possível anteriormente, pois não havia decisão nem instrumentos legais para isto.

Atualmente, já são mais de 300 territórios em processo de regularização no INCRA, abrangendo mais de 500 comunidades. Desses processos, 28 já obtiveram o reconhecimento do direito à terra por parte do Governo, com a publicação no Diário Oficial da União e dos Estados. Desses, 8 foram concluídos, com a titulação.

Entre as demais ações voltadas ao desenvolvimento dessas comunidades, destaca-se a instalação de energia elétrica em 73 comunidades por meio do Programa Luz para Todos, beneficiando 2.653 famílias. Em outras 52 comunidades as instalações elétricas já foram iniciadas. Essa ação beneficiou até o momento 4.544 famílias. O total de beneficiados pelo Programa, até 2008, chegará a 22.650 famílias em 969 comunidades quilombolas. O Governo vem incentivando programas de atenção à saúde nessas comunidades, por meio do aumento em 50% no repasse de recursos para as equipes de saúde da família que atuam junto a populações quilombolas.

No campo da segurança alimentar e nutricional foi expressiva a distribuição de cestas de alimentos para 24.909 famílias de comunidades remanescentes de quilombos, atendendo situações emergenciais tanto de comunidades quilombolas quanto de comunidades de terreiros. Soma-se a isso as ações de inclusão produtiva, por meio do Programa Bolsa Família, que viabilizaram a capacitação e o cadastramento de famílias quilombolas, sendo que somente no Município de Alcântara/MA, 156 comunidades foram cadastradas e incluídas no Programa, abrangendo cerca de 700 famílias. Em 2006, o Programa Bolsa Família promoverá a inclusão diferenciada de famílias quilombolas em sete Estados prioritários (Bahia, Maranhão, Pará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Na prestação de assistência social e da segurança alimentar e nutricional, em 2006 serão potencializadas ações visando o apoio a essas populações por meio: i) da instalação de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); ii) da capacitação de gestores e da distribuição de cestas de alimentos; iii) do fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar; e iv) da implementação de projetos de inclusão produtiva.

b) Igualdade de Gênero

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, o Governo reconheceu a importância de ações que objetivam mudar o padrão de desigualdade de gênero no Brasil. A SPM percorre uma trajetória de transversalização da perspectiva de gênero, estabelecendo parcerias em diversas instâncias governamentais para enfrentar as desigualdades e as diferenças sociais, raciais, sexuais, étnicas e das mulheres com deficiência. Como consequência, houve a ampliação das ações com criação de programas de promoção da autonomia econômica das mulheres, de gestão da política de gênero, e combate à violência contra as mulheres.

A realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Governo, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), contou com a participação e promoveu o diálogo com diferentes



públicos, que incluem mulheres empresárias, profissionais liberais, camponesas, demais trabalhadoras urbanas e aquelas organizadas nas diferentes redes de organizações feministas.

Cabe ainda mencionar a parceria permanente com a Bancada Feminina do Congresso Nacional no que se refere ao trato legislativo da questão da igualdade de gênero.

Ressalta-se, ainda, a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em dezembro de 2004, que está baseado nas diretrizes da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e tem caráter inovador não só pelo conteúdo das ações propostas, como também, e principalmente, por sua forma de implementação. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, instituído em abril de 2005, com representação de órgãos do Governo e sociedade civil, e a pactuação do PNPM com governos estaduais e prefeituras municipais, que, assim, se comprometem com a implementação do PNPM em suas localidades. Foram realizadas, ao longo de 2005, 100 pactuações, em todas as regiões do País.

Ressalte-se, ainda, que será lançado, em março de 2006, o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG), com o objetivo de disponibilizar um sistema de informações ao grande público por meio da Internet, que traz informações sobre educação, saúde, trabalho e violência, baseadas em pesquisas do IBGE, Ministério da Saúde, do Trabalho e da Educação.

b.1) Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que sistematizou ações nas esferas estaduais e municipais de forma articulada com o Governo Federal. Essa Política compreende as dimensões de prevenção, atenção e proteção às mulheres em situação de violência e do combate à impunidade dos agressores. Os principais resultados alcançados com a implementação da Política são:

- i) implantação e/ou reaparelhamento de 35 Centros de Referência ou de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Destaca-se o projeto modelo, em desenvolvimento desde 2004, do Centro de Referência da Maré, no Rio de Janeiro, o qual prestará atendimento às mulheres em situação de violência na cidade universitária, Ilha do Fundão, e será um centro de pesquisa e capacitação na área de violência de gênero. A sua inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2006;
- ii) implantação de 10 novos serviços de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), e reaparelhamento de 50 DEAMs por meio da entrega de viaturas;
- iii) criação ou reaparelhamento de 50 Casas Abrigo para mulheres em situação de risco de vida, que são apoiadas financeiramente;



- iv) implantação de 10 Defensorias Públicas ou núcleos de atendimento à mulher em situação de violência;
- v) atendimento de 635 casos de violência pela Ouvidoria da SPM, com um grau de resolução de 89%;
- vi) criação da Central de Atendimento à Mulher (LIGUE 180), com a finalidade de receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. A partir de março de 2006, a Central de Atendimento será ampliada, passando a funcionar em regime de 24 horas;
- vii) capacitação de 5.000 profissionais das áreas de segurança pública, saúde, centros de referência, casas abrigo e organismos de políticas para as mulheres estaduais e municipais. Destaca-se a capacitação de 940 policiais das DEAMs; e
- viii) elaboração de proposta de norma técnica para qualificar o funcionamento das DEAMs. Em 2006, a aplicação desta norma será negociada com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em conjunto com a SENASP. Além disso, serão desenvolvidas ações para que se proceda, também, a uma normatização do funcionamento das Casas Abrigos, seguindo a mesma metodologia utilizada para as DEAMs.

No ano de 2006, as redes de serviços serão ampliadas, em atendimento à demanda espontânea, oriunda de Estados e Municípios, e por um sistema de indução já iniciado. Nesse sistema, cinco Estados e/ou Municípios, onde existam condições favoráveis de negociação política e um embrião da rede já formado, serão escolhidos, ainda no primeiro semestre, para configuração das redes, sua capacitação e funcionamento integrado.

b.2) Autonomia, Cidadania e Trabalho

Em relação à Autonomia, Cidadania e Trabalho, cabe ressaltar as seguintes ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

- i) lançamento do Programa Pró-Equidade de Gênero, em 2005, que tem o objetivo de premiar com o Selo de Pró-Equidade de Gênero as empresas que adotarem práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no seu âmbito. No primeiro ano, participaram apenas empresas públicas, e a partir do segundo serão incluídas empresas e instituições do setor privado. Em 2005, o Programa recebeu a adesão de 14 grandes empresas dos setores de energia elétrica, petróleo e financeiro, entre outros. A premiação do Programa será entregue em 2006 e um novo período de inscrições será aberto.
- ii) instalação da Comissão para a Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho, atendendo as Convenções 100 e 111 da OIT que tratam da equidade e combate à discriminação no mundo do trabalho. A comissão é de caráter permanente, tripartite e consultivo;



- iii) celebração de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, visando à capacitação dos agentes de crédito, de forma que estes possam atender mais adequadamente as mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito produtivo;
- iv) assinatura do Protocolo de Cooperação com o Banco Popular do Brasil, com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres;
- v) capacitação de 5.500 mulheres quilombolas com vistas à geração de emprego e renda e construção de uma agroindústria no quilombo Calunga;
- vi) emissão de 202.000 documentos civis para as mulheres com foco no meio rural, por meio da realização de 293 eventos; e
- vii) lançamento de um programa de crédito para as mulheres rurais em março de 2005. Na safra 2003/04, chegou-se a 227.000 contratos concedidos às mulheres e 322.000 contratos para a safra 2004/05. Além do aumento do número de contratos, o montante de recursos disponíveis para as mulheres cresceu de R\$568 milhões em 2003/2004 para R\$1,2 bilhão na safra 2004/2005.

Cabe destacar que, em 2006, será assinada a Convenção 156 da OIT, que trata da conciliação entre vida familiar e trabalho fora do lar, e serão apoiadas as iniciativas de avaliação do Programa Bolsa Família com enfoque de gênero.

b.3) Iniciativas no plano legislativo

- i) elaboração de proposta de revisão da legislação punitiva, que trata da interrupção voluntária da gravidez, pela Comissão tripartite composta de representantes de órgãos governamentais, além de representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de entidades da sociedade civil. A proposta foi apresentada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em 27/9/2005;
- ii) encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 4.559/2004, que se destina a coibir a violência doméstica contra a mulher. Esse Projeto encontra-se em tramitação, tendo sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Seguridade e Família. O projeto prevê entre outras medidas a criação de Juizados Especiais para o julgamento dos casos de violência doméstica contra a mulher.

b.4) Articulação Internacional

O Governo tem buscado cumprir os compromissos assumidos frente a organismos multilaterais, como a ONU e a OEA, além de participar ativamente no âmbito regional da Reunião Especializada da Mulher (REM), fórum pertencente à estrutura do Mercosul.



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

122

Em abril de 2005, o Brasil apresentou à ONU o VI Relatório Periódico à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que deverá ser analisado pelo Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, em 2006.

O Brasil ocupa, pela primeira vez a presidência da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), órgão da Organização dos Estados Americanos, responsável pela promoção da igualdade de gênero. Nessa gestão da CIM, cabe destacar a criação do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), composto por peritas no tema da violência contra a mulher dos 29 Estados-parte da Convenção, com o objetivo de monitorar a implementação dos compromissos assumidos.

c) Povos Indígenas

Em consonância com a prioridade atribuída às comunidades tradicionais nas ações e programas do Governo, entre as quais destacam-se os povos indígenas, tem sido feito um grande esforço no sentido de considerar suas características e especificidades sócio-culturais na implementação das políticas públicas, tendo sempre como diretrizes o respeito à diversidade e à sustentabilidade sócio-ambiental.

Em 2005, o Governo confirmou seu compromisso de garantir a participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos direitos desse crescente segmento da população brasileira. Essa participação foi marcante na condução das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI – Índios), que acolheu a proposta das representações indígenas de criação de uma Comissão Nacional de Política Indigenista, com ampla participação indígena. Essa Comissão funcionará até a instalação do Conselho Nacional de Política Indigenista, outra conquista há muito perseguida pelos povos indígenas e que será alcançada em 2006.

A consolidação de espaços de participação indígena no Estado, também, foi caracterizada pela realização das Conferências Regionais de Política Indigenista, que estão sendo promovidas desde 2005 e servirão de base para realização da esperada Primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que ocorrerá em abril de 2006.

Durante as Conferências Regionais, destacou-se a expressiva presença dos representantes dos diversos grupos étnicos de todas as regiões do Brasil, que discutiram temas fundamentais, como autonomia política, autodeterminação, etnodesenvolvimento, gestão territorial e ambiental.

Outro ponto que se destaca com a valorização dos povos indígenas é o crescimento demográfico de suas populações, o que vem merecendo atenção das diferentes instâncias da administração pública que têm ações dirigidas a esse segmento da sociedade brasileira.

Por sua vez, a regularização fundiária das terras indígenas alcançou metas expressivas em que se destaca a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR, que, após um longo e difícil processo que perdurou por duas décadas,



reconhece às etnias Ingarikó, Makuxi, Taurepang e Wapixana o direito ao seu território tradicional. Em 2005, o governo homologou a demarcação de 8 terras indígenas, com uma área correspondente a 2,7 milhões de ha. Também no último ano, foram regularizadas 22 terras indígenas, com uma extensão de 670 mil ha.

No campo da segurança alimentar e nutricional, destaca-se ainda a distribuição de 277.176 cestas de alimentos, atendendo situações emergenciais de famílias indígenas e também a inclusão produtiva.

No Mato Grosso do Sul a ação de inclusão produtiva e de infra-estrutura, resultou na redução da mortalidade infantil em 60% desde o início da sua atuação do Governo, em maio de 2005, com redução de mais de 35% das internações hospitalares em toda a região sul do Estado.

Em âmbito nacional, com relação ao Programa Bolsa Família, destaca-se a ação de inscrição de 28.914 famílias indígenas no Cadastro Único, das quais 19.091 são beneficiadas pelo Programa.

Em 2006, o Programa Bolsa Família promoverá a inclusão diferenciada das famílias indígenas dos territórios delimitados por sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) considerados prioritários: Xavante, Mato Grosso do Sul, Cuiabá, Interior Sul, Litoral Sul, Potiguara e Vilhena.

Já no combate ao trabalho infantil, 629 crianças indígenas são atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ainda no campo da assistência social e da segurança alimentar e nutricional, serão potencializadas as ações de ampliação do espectro de apoio a estas populações, por meio, entre outros, da instalação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do aumento da inserção no Programa de Atenção Integral à Família, da capacitação de gestores e da distribuição de cestas de alimentos conforme especificidades alimentares e culturais de cada grupo ao longo de 2006.

Serão priorizados ainda o fortalecimento dos Conselhos de Segurança Alimentar e a implementação de projetos de inclusão produtiva nas áreas indígenas, o que conferirá maior dinamismo no reconhecimento e apoio a essas populações, sempre atuando no sentido do respeito das suas especificidades.

6. Direitos Humanos

O Governo tem dado passos largos na defesa dos direitos humanos, com ações promovidas para a intermediação de conflitos agrários e no combate à exploração sexual de crianças e adolescente, dando continuidade às parcerias com outras esferas governamentais e entidades da sociedade civil para o real enfrentamento desse crime.

Em relação ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a Comissão Intersetorial para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e desenvolvimento da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração



Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes concluiu o levantamento que tem como objetivo subsidiar as políticas públicas para a superação do problema no País. A Matriz, fruto da parceria do Governo com o Unicef e o Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES), do Departamento de Serviço Social da UnB, identificou cerca de 930 Municípios e localidades brasileiras em que ocorre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. O estudo apresentou ainda, informações sobre os programas federais existentes nesses Municípios, bem como as organizações da sociedade civil e da cooperação internacional que possuem ações nessas localidades. O estudo permite constatar que esse fenômeno se distribui por todas as regiões do País, sem qualquer distinção entre cidades de maior ou menor concentração populacional e que se verifica uma crescente interiorização da exploração sexual no Brasil.

Durante o ano de 2005, houve expansão do Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR), cuja metodologia foi implementada nos Municípios listados na matriz. Além disso, foi lançada a campanha dos trabalhadores dos transportes, para enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como foram entregues equipamentos (carros e computadores) para conselhos tutelares. Em 2006, o Governo fortalecerá o diálogo com atores sociais e institucionais de forma a integrar as ações e consolidar a política nacional de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Governo também tem trabalhado na formulação de uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de seres humanos (TSH) para fins de exploração sexual. Foram realizadas, em 2005, diversas oficinas regionais de capacitação sobre TSH para policiais civis, militares e federais de todas as Unidades da Federação, bem como ações para o resgate de adolescentes brasileiras traficadas para países vizinhos.

O horário de funcionamento do Disque Denúncia de violação de direitos de crianças e adolescentes (0800 99 0500) foi expandido e o disque também tem funcionado como ferramenta de denúncia de casos de tráfico de seres humanos, independentemente da idade das vítimas, e para receber informações do paradeiro de crianças desaparecidas.

Em 2005, foi implantado o serviço de prevenção ao desaparecimento de crianças, incorporando novas tecnologias da informação e recursos de informática para atualização do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, junto as Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente, bem como a capacitação de todos os Delegados titulares e operadores do sistema. O lançamento do Serviço Integrado de Atenção ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes (SECRIAD), fruto de parceria entre Governo e a Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal, possibilitou o suporte psicológico e social às famílias, a investigação dos desaparecimentos e a projeção digital de envelhecimento das vítimas, além da divulgação e prevenção dos casos de desaparecimento.

Além disso, em 2005, foram elaborados, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos federais e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), consolidados na Resolução nº 101, de 17 de março de 2005. A lista com todos os projetos aprovados foi divulgada no Diário oficial da União, no dia 22 de agosto de 2005.



Iniciadas em outubro de 2003, as mobilizações nacionais pelo fim do subregistro de nascimento (crianças nascidas vivas por ano e não registradas no prazo legal), realizadas em parceria com governos estaduais e 63 entidades de âmbito nacional, já apresentam os primeiros resultados. Segundo dados do IBGE, registrou-se uma queda de 8 pontos percentuais no índice de subregistro, que passou de 24,4% (2002) para 16,4% (2005).

No âmbito do Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, em 2005, foi possível assegurar a manutenção de 17 Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Provita) nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e São Catarina, além do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, que atende aos casos de proteção dos Estados em que não existem programas implantados. O Sistema Nacional possui capacidade conjunta de proteção e assistência de 830 pessoas. Foram mantidos ainda 14 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), com capacidade média de atendimento de 250 pessoas/ano.

Em 2006, além desses Programas, será fortalecido e ampliado o Programa de Proteção do Adolescente Ameaçado de Morte. Serão desenvolvidas, ainda, ações para articular a integração dos programas de proteção a vítimas de violência e testemunhas ameaçadas implementados por outros órgãos.

O Governo também tem buscado assegurar espaços para a implementação de serviços de prevenção e combate a homofobia, com o objetivo de orientar o público GLTB sobre como agir em casos de discriminação, violência física ou psicológica sofridas por motivo de sua orientação sexual. A idéia do serviço é ser um local de atendimento especializado para esse público, além de oferecer informações gerais para qualquer cidadão que tenha algum de seus direitos violados. Nesse sentido, foram aprovados 17 projetos que abrangem todas as regiões do País.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos está sendo estruturado nos Estados do Pará, Espírito Santo e Pernambuco, em parceria com os governos estaduais e organizações da sociedade civil. Em 2005, foi realizado um seminário nacional de metodologia, assim como a primeira capacitação de policiais para trabalho específico no âmbito do Programa.

No tocante às pessoas com deficiência, o avanço na questão da acessibilidade foi marcado pela edição do Decreto nº 5.296, de 3 de dezembro de 2004, a partir do qual iniciou-se a efetiva implementação do Programa Nacional de Acessibilidade, e o cumprimento das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, que dispõem sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ressalte-se que conceito de acessibilidade, que estava restrito à supressão de barreiras físicas, atualmente tomou contornos muito mais amplos e nele estão inseridos aspectos como as barreiras na comunicação e informação, nos sistemas de transporte público coletivo e, de forma ainda mais abrangente, na eliminação de qualquer tipo de preconceito e atitudes discriminatórias.

A edição do citado decreto, que gerou grande expectativa na sociedade brasileira, permitiu a realização de acordos de cooperação técnica com diversos órgãos e instituições, como a INFRAERO, a Caixa Econômica Federal, o CONFEA, o



Banco do Brasil, e a ANATEL. A parceria com o Sistema CONFEA/CREA possibilitou as capacitações de profissionais em acessibilidade e a cooperação técnica com a INFRAERO teve como objetivo tornar os aeroportos brasileiros acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, capacitar os seus empregados para atender a esse público e realizarem atividades conjuntas de divulgação dos Direitos Humanos no espaço físico dos aeroportos.

Com relação às telecomunicações, os acordos de cooperação técnica resultaram na aprovação da Norma para Certificação e Homologação de Telefone de Uso Público, por meio da Resolução nº 412, de 9 de agosto de 2005. A norma estabelece os requisitos mínimos a serem demonstrados na avaliação da conformidade dos Telefones de Uso Público (conhecidos popularmente como “orelhões”). Passam a ser obrigatórios os seguintes itens: i) comprimento do cordão do monofone para 0,80m – o que facilita a utilização por usuários de cadeiras de rodas; ii) tecla suplementar destinada a aumentar o volume do sinal recebido da linha telefônica – o que facilita o uso por pessoas com deficiência auditiva; e iii) display que facilite a visualização das informações; entre outras.

Em 2006, será dado seguimento à implementação do Decreto nº 5.296/2004 no que se refere às normativas de adaptação do sistema de transporte, assim como da comunicação e da informação para as pessoas com deficiência sensorial nos meios de radiodifusão de sons e imagens e impressão em Braille.

No mesmo sentido, destaca-se a edição do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos currículos dos cursos destinados à formação de docentes e profissionais que trabalham diretamente com pessoas surdas ou com deficiência auditiva e que são usuárias dessa Língua. A LIBRAS foi reconhecida como língua oficial no País pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, mas até a edição do mencionado decreto não havia sido implementada devido à ausência de regulamentação.

Deve ser registrada a realização, pela primeira vez no Brasil, da Conferência da Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Políticas de Atenção às Pessoas com Deficiência e Idosos (RIICOTEC), na qual representantes governamentais e da sociedade civil dos 21 países que integram a rede discutiram políticas públicas voltadas para a integração das pessoas com deficiência. Na ocasião, o Centro Internacional para a Reabilitação (CIR) premiou o Brasil com o “Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento”, em consideração aos esforços realizados no País para desenvolver políticas públicas e promover a inclusão das pessoas com deficiência.

A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência será realizada, em Brasília, de 19 a 23 de março de 2006. Serão 1.100 delegados e convidados, com paridade entre representantes governamentais e não-governamentais, para debater o tema central: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”. Esta é a primeira vez que o Governo convoca uma conferência nacional para deliberar sobre o futuro da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada desde 1989.

Quanto ao combate ao trabalho escravo, o Governo tem atuado preventivamente, por meio de ações integradas com outros órgãos governamentais e entidades não-governamentais, buscando coibir ocorrências de trabalho escravo e



outras formas degradantes de trabalho nos Municípios identificados como principais focos de aliciamento de mão-de-obra. Em convênio com diversas organizações não-governamentais, o Governo tem atuado nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rio de Janeiro e Mato Grosso, beneficiando diretamente uma população de mais de 3.400 pessoas. No âmbito desse trabalho, o Instituto Ethos está elaborando um estudo sobre a cadeia produtiva do trabalho escravo, identificando em quais atividades ocorre a prática deste crime. A partir daí, foi lançado o Pacto para Erradicação do Trabalho Escravo, que conta com a adesão de várias empresas se comprometendo a não comprar produtos das linhas de produção onde for identificada a prática do trabalho escravo.

A prevenção a essa violação de direitos humanos terá continuidade em 2006, principalmente por meio da capacitação de lideranças, da implantação de serviços e da realização de campanhas para a sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos e formas de evitar o envolvimento com exploradores de mão-de-obra escrava.

O Governo também tem auxiliado a organização de serviços integrados de atenção ao idoso nos Estados e Municípios, com foco central na prevenção à violência. Para tanto, no ano de 2005, priorizaram a capacitação de técnicos e profissionais de órgãos governamentais e entidades da sociedade civil para a estruturação de seus serviços, com a realização do Seminário Internacional “Direitos Humanos e Envelhecimento”, de cursos, simpósios, confecção de cartilhas e capacitação de gestores das Instituições de Longa Permanência. Além disso, investiu-se na construção de instrumentos importantes de elaboração de política pública voltada para essa parcela da população, como os Indicadores sobre as Condições de Vida da População Idosa Brasileira, a contratação de pesquisa sobre o Perfil das Instituições de Longa Permanência para Idosos e o Plano de Ação para o Enfretamento da Violência contra a Pessoa Idosa.

A I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada nos dias 23 a 26 de maio de 2006. A iniciativa é inédita e reunirá especialistas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais de todo o País. O tema da Conferência será “Construindo a Rede de Proteção de Defesa da Pessoa Idosa”.

Em 2006, serão desenvolvidas também ações para consolidar e difundir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e fazer com que seja apropriado por Estados, Municípios, universidades, escolas, polícias e pela sociedade em geral, por meio de encontros estaduais, conferências, articulação de comitês (estaduais e municipais), articulação com o MEC (sistema formal de ensino) e com a rede de organizações sociais responsáveis pelos programas de educação não-formal, compreendendo: educação universitária, ensino fundamental, ensino não-formal, mídia e segurança.

Será realizada a Décima Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que reunirá ativistas e representantes de organizações governamentais e não governamentais, bem como será apresentado o Relatório de Cumprimento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), no qual constarão os programas e ações desenvolvidos pelo Governo para a garantia, promoção e reparação dos direitos humanos.

No que se refere aos mortos e desaparecidos políticos, será elaborado, em 2006, o relatório final sobre o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e pelo desaparecimento de pessoas por motivação política durante



a ditadura militar. O Governo Federal fará, ainda, o acompanhamento da implantação do Centro de Referência sobre a Repressão Política no Brasil, no período de 1964 a 1985, e criará um Banco de DNA dos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Está prevista para 2006, também, a constituição do Disque Direitos Humanos, uma central nacional permanente de recebimento e registro de alegações de violações de direitos humanos via telefone, de forma gratuita, confidencial e ininterrupta para todo o país. Essa central será capaz de assegurar o acompanhamento dos casos denunciados junto aos órgãos competentes, além de possibilitar a formação de um banco de dados amplo, capaz de fornecer automaticamente dados a respeito de padrões de ocorrência das violações de direitos humanos registradas, inclusive com informações desagregadas por gênero, cor da pele, condição social, local de moradia e orientação sexual das vítimas e/ou dos agentes, dentre outras informações relevantes para a formulação de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos humanos.

Finalmente, terão continuidade os esforços para a implementação e o fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), reordenando a rede de atendimento, melhorando sua qualidade, alcançando com isso maior equidade, a fim de contribuir para a inclusão social dos adolescentes em conflito com a lei, por meio do apoio aos sistemas estaduais e municipais de atendimento socioeducativo, além da ampliação e consolidação das parcerias com órgãos governamentais e com empresas socialmente responsáveis.

7. Previdência Social

No exercício de 2005, o Governo manteve o processo de mudança no âmbito da Previdência Social, com vistas ao atendimento aos interesses do segurado e dos beneficiários da Previdência Social, bem assim para o aperfeiçoamento da legislação, a redução de custos e modernização gerencial.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Dando prosseguimento à Reforma Constitucional Previdenciária consubstanciada pela Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 19/12/2003, que, dentre outras medidas, fortaleceu a posição da previdência pública básica como instrumento fundamental de proteção social, especialmente para os brasileiros mais idosos e de baixa renda, obteve-se a aprovação parcial da PEC 227, de 2004, conhecida como PEC Paralela, promulgada como EC nº 47 em 5/7/2005.

No Regime Geral da Previdência Social (RGPS), as principais mudanças trazidas pela Emenda Constitucional nº 47 resultaram no tratamento diferenciado para concessão de aposentadoria por causas que possibilitem a redução da capacidade física para o trabalho e na criação de mecanismos que beneficiam o trabalhador de baixa renda ou sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência.

Em 2005, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 23,9 milhões, sendo que 21,1 milhões desses benefícios são previdenciários e acidentários, com um valor médio nominal de R\$532,20, e 2,8 milhões são benefícios



assistenciais, no valor de 1 salário mínimo e são custeados pelo Tesouro Nacional. De janeiro a novembro de 2005, cerca de 5,2 milhões benefícios haviam sido requeridos, dos quais 2,5 milhões (48%) por incapacidade laborativa. No mesmo período, a Previdência Social gastou R\$123,6 bilhões (em valores correntes) com pagamento de benefícios. No ano de 2005, foram realizadas 9,5 milhões de perícias médicas, considerando as perícias iniciais e também o passivo agendado.

Para 2006, no âmbito do RGPS, a arrecadação previdenciária projetada é de R\$119,1 bilhões, enquanto a despesa com benefícios previdenciários estimada será de R\$165 bilhões. Com isso, o déficit projetado para o referido regime é de R\$45,9 bilhões.

Durante este Governo os aposentados e pensionistas foram atendidos em suas reivindicações mais justas, afastando-se da incômoda situação em que a cada plano econômico eram vítimas de medidas que resultariam em reduções ou estagnações inexplicáveis em seus benefícios. Um caso exemplar foi o expurgo de até 39,67% do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), ocorrido em fevereiro de 1994, que trouxe enormes perdas aos beneficiários da Previdência Social. Este Governo reconheceu essas perdas e negociou proposta, que resultou na Lei nº 10.999, de 15/12/2004, que instituiu pagamento parcelado dos atrasados e correção imediata da renda mensal, além de prorrogar o prazo para ajuizamento de ações por mais cinco anos. O valor total desse reconhecimento supera os R\$12 bilhões e beneficiou quase dois milhões de aposentados e pensionistas. A implementação da medida resultou na revisão de 1.952.675 processos de benefícios, dos quais 1.329.091 tiveram correção do valor. Só não foram revistos os processos dos beneficiários que preferiram a via judicial.

Outra importante realização gerencial, em 2005, foi o Censo Previdenciário. Esse Censo foi iniciado, em outubro de 2005, por meio da rede de atendimento bancário. A atualização cadastral do banco de dados de benefícios resultante desse Censo reduzirá a possibilidade de fraudes e desvios de recursos, bem assim contribuirá para a realização de estudos e projeções atuariais com maior segurança. Esse trabalho está sendo realizado em três etapas e seu resultado final deverá ser conhecido até o início de 2007.

A primeira etapa, abrangendo 2,5 milhões de beneficiários, agrupados em três fases, teve início em outubro de 2005 e tem término previsto para março de 2006. Esses beneficiários participam do censo nas agências bancárias, onde recebem seus benefícios, evitando deslocamentos desnecessários até as unidades de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O aviso da necessidade de atualização dos dados é feito de maneira personalizada e nenhum benefício é suspenso sem prazo determinado e sem que o beneficiário seja comunicado por diversos meios.

No ano de 2006, a atualização dos dados dos beneficiários da Previdência Social prossegue com a continuação do Censo Previdenciário, quando serão convocados mais 13,1 milhões de segurados. Espera-se repetir o clima de tranquilidade verificado na primeira fase, uma vez que aposentados e pensionistas selecionados para o Censo continuarão recebendo o aviso por meio dos terminais de auto-atendimento bancário, na data do pagamento do benefício.

Atuando sobre a camada da população conhecida como “socialmente desprotegidos” – que não contribuem para a Previdência Social –, foram desenvolvidas campanhas educativas visando à ampliação do número de segurados



contribuintes e, dessa forma, colaborando para a redução dos níveis de pobreza. Procura-se conscientizar o trabalhador quanto à importância de sua inscrição e permanência no RGPS, o que garantirá, futuramente, renda para o seu sustento e de sua família. As categorias que melhor têm respondido a essas campanhas têm sido as dos trabalhadores rurais, enfermeiros, vendedores ambulantes, empregados domésticos, pescadores, pedreiros e motoristas, confirmando a tendência de crescimento da proteção aos trabalhadores de menor poder aquisitivo.

Entre as diretrizes para 2006, destaca-se a inserção da Previdência Social nos parâmetros curriculares nacionais, como tema transversal a ser trabalhado nos ensinos fundamental e médio. O objetivo é conscientizar o jovem estudante da importância da Previdência, tanto em relação ao seu futuro quanto para os seus familiares, informando-os e orientando-os sobre os seus direitos e deveres.

O Governo pretende, também, em 2006, incrementar as ações voltadas para a saúde do trabalhador. Por isso, já está em curso a implementação de uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, desenhada de maneira integrada e em consenso com a sociedade. O objetivo é buscar o estabelecimento de diretrizes e metas para enfrentar o trabalho insalubre, perigoso, penoso e degradante.

Além disso, está em pauta, para 2006, a extensão dos direitos de seguridade social a um maior número de trabalhadores brasileiros no exterior, bem como de estrangeiros no Brasil. Assim, serão intensificadas ações para a celebração de novos acordos internacionais na área de Previdência Social. Nesse sentido, está prevista a continuidade da implementação do Acordo Multilateral de Previdência Social do Mercosul, bem como avanços na criação de um novo acordo bilateral entre Brasil e Portugal e entre Brasil e Espanha. Também está prevista evolução nas negociações para a criação de acordos bilaterais entre Brasil e os seguintes países: Alemanha; Japão, Canadá, Estados Unidos, Guiana Francesa, Holanda e Chile, com destaque, para a negociação do Acordo Multilateral Ibero-Americano.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

O Governo foi pautado pela difícil tarefa de realizar a reforma nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), visando o alinhamento das regras desses regimes com as do RGPS e à obtenção do equilíbrio das contas que vinham exigindo a cada dia aportes mais crescente de recursos do Tesouro Nacional. Essa tarefa, que consistiu na essência da EC nº 41, foi cumprida a partir de um amplo debate com a sociedade organizada e conferiu ao sistema dos servidores públicos maior sustentabilidade e justiça social.

Os resultados numéricos da aludida reforma já estão sendo alcançados. Em termos absolutos, a necessidade de financiamento dos regimes dos servidores públicos federais e dos Estados tem se mantido constante desde a promulgação da EC nº 41, revertendo a tendência de crescimento verificada até então.

Por seu turno, a EC nº 47 amenizou os efeitos da reforma de 2003 (EC nº 41), sobretudo ao flexibilizar as regras de transição para concessão de benefícios previdenciários e ao conferir tratamento especial a servidores públicos em virtude de causas que possibilitem a redução de sua capacidade de trabalho.



Em 2006, será dada continuidade à análise da legislação dos 5.559 entes federados, especialmente em razão das alterações realizadas na Constituição Federal. Além disso, está prevista a elaboração de proposta de projeto de lei dispendo sobre os RPPS, na qual serão definidas as regras para aposentadorias, inclusive especiais, e pensões dos militares dos Estados. Encontra-se em andamento, também, a elaboração de ato para regulamentação do Sistema Integrado de Informações de Remunerações, Proventos e Pensões de todos os servidores públicos da federação (SIDARP).

c) Previdência Complementar

No âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), o ano de 2005 foi muito peculiar. A edição da Medida Provisória (MP) nº 233, em 30 de dezembro de 2004, conferiu estrutura própria aos órgãos regulador e fiscalizador das EFPCs. Entretanto, a não apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo no prazo regimental fez com que os mencionados órgãos retornassem à situação que vigorou até o ano de 2004.

No exercício de 2005, a regulamentação da previdência complementar teve prosseguimento, concentrando-se em especial nos aspectos relacionados: i) aos institutos previstos na legislação (portabilidade, resgate, autopatrocínio); ii) ao regime tributário aplicável à previdência complementar; e iii) à governança corporativa e controles internos das entidades fechadas e à previdência associativa, acessível aos associados e membros das entidades de classes, sindicatos, associações e cooperativas.

Em relação ao papel fiscalizador do Poder Público, foi empreendido, neste Governo, um conjunto de ações com vistas a zelar pela segurança, liquidez e solvência do patrimônio dos planos de previdência, e, em última instância, assegurar aos beneficiários do regime os direitos contratados no âmbito da previdência complementar, das quais cabe destacar:

- i) análise anual de 900 políticas de investimento dos planos de benefícios das EFPCs e acompanhamento semestral dos relatórios de execução das políticas, elaborados pelas entidades e aprovados por seus Conselhos Fiscais;
- ii) análise e aprovação de 16 Planos de Enquadramento das aplicações dos Planos de Benefícios das EFPCs às novas diretrizes e limites de aplicação e investimento ditadas pela Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional (CMN), assim como acompanhamento dos relatórios semestrais de execução dos planos de enquadramento aprovados;
- iii) edição, revisão ou aperfeiçoamento de normas referentes às diretrizes de investimentos para os fundos de pensão (EFPCs); ao alongamento, pelas EFPCs, de suas carteiras de títulos públicos marcados na curva; e à aquisição, pelas EFPCs, de quotas do fundo PIBB (papéis índice Brasil Bovespa);
- iv) desenvolvimento interno de um novo sistema informatizado de captação das informações de investimento das EFPCs, o DAIEAWEB, adaptado às novas diretrizes e regras de aplicação e investimento, mais fácil de ser preenchido e mais eficiente na tarefa de supervisão e auditoria das informações;



- v) assinatura de convênios entre a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a CETIP, Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID) e preparação de outros que serão firmados brevemente com o Banco Central do Brasil (BACEN), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), visando à troca de informações, experiências e conhecimentos, de forma a permitir uma melhor supervisão das aplicações das EFPCs por parte da SPC, assim como a conferência e checagem das informações rotineiramente prestadas por essas entidades; e
- vi) elaboração do “Guia do participante: acompanhe mais de perto seu fundo de pensão”, com intuito de orientar o participante e assistido a fiscalizar seu próprio plano, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades do Poder Público. O referido guia pode ser consultado pela Internet, no endereço: <http://www.previdencia.gov.br/spc/guia.asp>.

No que tange ao tratamento tributário das entidades de previdência complementar, foram construídas, em 2005, as condições para aplicação das regras estabelecidas pela Lei nº 11.053, de 30 de dezembro de 2004. Essa Lei constitui o marco legal de fomento à previdência complementar e de estímulo à formação de poupança previdenciária de longo prazo, estando suas diretrizes de acordo com as práticas adotadas pelos principais países do mundo. No foco dessas medidas estão: i) a extinção da incidência de Imposto de Renda sobre os ganhos e rendimentos das aplicações financeiras, atendendo a antiga reivindicação do Sistema; e ii) a instituição de regime alternativo de tributação pelos rendimentos auferidos de planos de benefícios, com alíquotas regressivas de acordo com o prazo de acumulação das reservas previdenciárias.

Em 2006, será dada continuidade ao processo de incremento na fiscalização e supervisão das EFPCs, incluindo o exame e aprovação prévia dos regulamentos dos planos de benefícios e dos estatutos dessas entidades, dos convênios de adesão e das retiradas de patrocínio. A programação de fiscalização para 2006 estará centrada na continuidade da avaliação do plano e cronograma de adequação das EFPCs aos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos.

d) Atendimento ao Cidadão

A disponibilização de serviços em canais virtuais, como o teleatendimento (PREVFONE 0800 780191), a prestação de serviços pela Internet (PREVNET e <http://www.previdenciasocial.gov.br>) e os quiosques de auto-atendimento (PREVFÁCIL) representam meios adicionais de comunicação entre a Previdência Social e a população. Entre os principais serviços destacam-se a inscrição no RGPS e o agendamento para atendimento com hora marcada nas Agências da Previdência Social (APS). De janeiro a dezembro de 2005, somente o PREVFONE recebeu mais de 28,3 milhões de ligações no atendimento eletrônico e respondeu a cerca de 6,4 milhões de consultas pelo teleatendente.

A capacidade de atendimento do PREVFONE está sendo ampliada com o incremento de serviços eletrônicos disponíveis. Desde 21 de novembro de 2005, o Prevfone passou a funcionar 24 horas por dia, de segunda a sábado, o que representou um aumento real de 12% na capacidade de atendimento. Em dezembro de 2005, havia 62 posições de atendimento, com 154 operadores e 14 supervisores em quatro turnos de 6 horas. A perspectiva para 2006 é atingir um aumento real de capacidade de atendimento de 52% em relação a dezembro de 2005.



Por sua vez, a Ouvidoria-Geral da Previdência Social vem cumprindo o importante papel de agente conscientizador e mobilizador da cidadania, permitindo ao beneficiário ou contribuinte, assim como ao cidadão em geral, participar da gestão previdenciária ao exigir um atendimento mais digno e serviços de melhor qualidade.

A cada ano o número de usuários cresce. Desde sua criação, em 1998, até dezembro de 2005, a Ouvidoria recebeu e registrou 1.034.215 manifestações dos usuários, das quais 91,63% foram solucionadas. O crescimento da demanda pelos serviços da Ouvidoria tem sido constante e passou de 30 mil usuários, entre 1998 e 1999, para mais de 260 mil ao ano, entre 2003 e 2004, representando um acréscimo da ordem de 866% no período.

Em 2005, houve uma pequena queda no número de novas demandas pelos serviços prestados por esse meio. A Ouvidoria-Geral iniciou o exercício com registros girando em torno de 20 mil manifestações/mês e no último mês do exercício recebeu demandas da ordem de 10 mil manifestações, totalizando 186.786 novos casos no ano. Essa leve tendência de queda aconteceu a partir do mês de junho de 2005, o que nos permite avaliar que o bom índice de resolatividade das questões apresentadas à Ouvidoria tem ajudado a melhorar a satisfação do usuário.

8. Cultura

O ano de 2005 foi marcado pela consolidação de profundas mudanças na forma de atuação deste Governo na área da Cultura, decorrentes do esforço de estruturação de políticas sólidas e duradouras para o setor. A Cultura passou a ser compreendida como agente indispensável à formação da cidadania da população à margem dos benefícios decorrentes do processo de desenvolvimento do País. A acessibilidade aos bens culturais, a geração de emprego e renda, a inclusão social, os direitos da cidadania e a valorização da diversidade e das expressões artísticas de nosso povo constituíram-se nos pilares da estruturação da nova política cultural brasileira. O Governo, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC) vem alterando substancialmente sua trajetória de ação, consubstanciada por meio de editais públicos amplamente divulgados, com critérios definidos, de modo a atender às inúmeras formas de expressão da diversidade cultural do País. O foco das ações passou a ser o conjunto da sociedade.

A área da Cultura logrou significativa ampliação dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, com concomitante crescimento de sua execução. No que diz respeito às Leis do Mecenato (Rouanet e Audiovisual), observou-se uma ampliação do teto de renúncia fiscal, que em 2005 chegou perto dos R\$300 milhões. Tais conquistas permitiram que as ações da Cultura chegassem a segmentos sociais, como populações carentes, comunidades quilombolas, povos indígenas, dentre outros, que anteriormente se situavam à margem dos investimentos públicos.

Novos instrumentos de financiamento foram criados, como as linhas de crédito do BNDES para pequenas e médias empresas culturais, visando à construção de salas de cinema, além dos Fundos de Investimento em Cinema. A desoneração da cadeia produtiva dos livros reduziu os seus preços. Os patrocínios culturais das empresas estatais agora estão em sintonia com as políticas públicas do setor. Com isso, têm-se mais recursos, investidos de modo mais eficaz e abrangente por meio das Leis de Incentivo à Cultura.



Destacam-se dentre os Programas e iniciativas deste Governo no campo da cultura:

i) o Programa Cultura Educação e Cidadania, implantado em 2004, que envolve um conjunto de ações distribuídas em cinco eixos: Pontos de Cultura, Cultura Digital, Agentes Cultura Viva, Griôs (mestres dos saberes) e Escola Viva. Os Pontos de Cultura, eixo central do Programa, são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, e são desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social. Os Pontos de Cultura surgiram da necessidade de consolidar uma rede democrática de acesso à cultura como alternativa à tendência de concentração dos meios de produção e de transmissão que caracterizam a indústria cultural no Brasil. São instrumentos importantes da política de inclusão social do Governo, ao valorizar o potencial que a Cultura tem revelado, mas ainda pouco explorado pelo Poder Público, que é o de se afirmar como poderoso instrumento de resgate da auto-estima das populações marginalizadas, e como elemento de afirmação e de cidadania.

Em 2005, foram mantidos e conveniados 449 pontos de Cultura, beneficiando diretamente 18.300 pessoas e, indiretamente, cerca de um milhão e cem mil pessoas. Em parceria com o Programa Primeiro Emprego, foram concedidas 12.500 bolsas para profissionalização de jovens oriundos das comunidades carentes onde os Pontos de Cultura estão inseridos.

Estão previstos para 2006 recursos da ordem de R\$48,3 milhões em projetos de inclusão social para o Programa.

ii) A política do audiovisual, mediante o Programa Brasil Som e Imagem, passou a focar a ampliação do público para o cinema brasileiro, direcionando seus investimentos para setores-chave como: distribuição, formação de público, aumento do número de salas de exibição e criação de circuitos comerciais paralelos. O grande objetivo dessa estratégia é aumentar a participação do cinema nacional no mercado interno. A abertura de novas frentes resultou no fomento a projetos de curtas-metragens, roteiros e documentários orientados para públicos estratégicos – como o infanto-juvenil – e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

Em 2005, o Programa apoiou a produção de 35 documentários para TV e a realização de 24 oficinas estaduais para formação de projetos cinematográficos, que reuniram 780 participantes – ambas as iniciativas por meio do Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DocTV). Também foram realizados 40 filmes pelo projeto *Revelando os Brasis* e 14 projetos cinematográficos nacionais foram apoiados pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE), dos quais 8 relacionados à finalização de obras. A participação dos filmes nacionais no mercado brasileiro, que era de 8% em 2002, cresceu para 21,4% já em 2003 e, nesse mesmo período, constatou-se ampliação de 200% no número de espectadores. Em 2005, a platéia brasileira que usufruiu a produção cinematográfica nacional superou o patamar de 22 milhões de pessoas. Trata-se de um setor em franca expansão, que possui alta capacidade de produzir parcerias e de criar resultados em curtíssimo prazo.

É importante ressaltar que investimentos da ordem de R\$25,0 milhões estão previstos para as áreas do cinema e do audiovisual, em 2006.



iii) As iniciativas referentes ao Patrimônio Histórico Material e Imaterial agregam três Programas: Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu Memória e Cidadania. Direccionam-se para a preservação e recuperação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, tanto em seu aspecto material como imaterial e, ainda, para a manutenção das estruturas físicas e operacionais dos museus do País.

Na área do Patrimônio Imaterial destacou-se, em 2005, a conclusão de 38 projetos de inventário, dos quais nove foram concluídos e 29 estão em fase de conclusão; sete bens registrados e 23 em curso; e encontram-se em andamento 16 projetos de salvaguarda de bens da expressão cultural brasileira. Merece destaque a continuação do projeto Rotas da Alforria – trajetórias da população afro-descendente na região de Cachoeira, na Bahia, iniciado no ano de 2004. No tocante ao Patrimônio Material, destacaram-se: a realização de 46 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 39 Municípios, a recuperação das estruturas de 109 museus e espaços culturais públicos e privados de 16 Estados, além dos 28 museus e três centros culturais mantidos tradicionalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já na área de Promoção do Patrimônio Cultural, houve concessão de 100 bolsas para capacitação de artífices. Para 2006, estão previstos recursos da ordem de R\$71,7 milhões, na preservação e recuperação do patrimônio histórico e artístico nacional.

No âmbito do Programa Monumenta, foram iniciados projetos em 82 Municípios históricos para promoção de atividades econômicas, implantação, modernização e ampliação de núcleos de educação profissional em restauro e conservação patrimonial, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); foram concluídas 44 obras de recuperação em sítios históricos de 18 Municípios contemplados pelo Programa e outras 13 obras estão em fase de conclusão em nove Municípios. Outra iniciativa de destaque é a parceria entre IPHAN e UNESCO para Especialização em Patrimônio, que concede bolsas de estudos para profissionais recém-formados em diversas áreas, visando sua inserção no campo da preservação cultural.

Sob a ótica de ampliar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais, o Programa Engenho das Artes realiza uma série de ações que contribuem para a produção e difusão cultural no País. Os beneficiários são a sociedade – que tem acesso às apresentações e espetáculos a preços acessíveis ou gratuitamente, contribuindo para a formação de platéias e profissionais das artes – que encontram nesse Programa apoio para a continuidade de seus trabalhos e manifestações.

O Programa representa o principal instrumento das políticas de ampliação do acesso da população aos benefícios da Arte e Cultura. Suas iniciativas contam com parcerias de governos estaduais, prefeituras, organizações do setor cultural, empresas estatais e empresas privadas.

Em 2005, no campo da Música, destacam-se as seguintes iniciativas: o Projeto Pixinguinha, que promoveu 160 espetáculos nas capitais dos Estados e nas principais cidades do País; e o Projeto Bandas, que distribuiu gratuitamente 1477 instrumentos de sopro às bandas civis. Em outros segmentos artísticos, deve-se frisar o Apoio a Festivais, que promoveu 22 projetos de Artes Cênicas e Música; e os festivais “Arte sem Barreiras”, direcionados a pessoas portadoras



de necessidades especiais, que reuniram cerca de 75.000 participantes no desenvolvimento de experiências inovadoras de conteúdo estético e artístico em favor da valorização da percepção e da expressão individual desse segmento da sociedade. Nas Artes Cênicas, as Caravanas de Circulação Regional apoiaram 90 montagens de Teatro e Dança, em diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. Nas Artes Circenses, 94 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras premiações, nos segmentos de Arte Contemporânea e Dramaturgia, beneficiaram 48 artistas nacionais, que poderão contar com o apoio do MinC para o desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens estéticas nessas áreas. Deve ser registrada, também, a melhoria das estruturas físicas de 40 teatros públicos ou privados sem fins lucrativos de diversas localidades brasileiras, que tiveram seus equipamentos de iluminação cênica modernizados por meio do apoio do Órgão.

Em 2006 será dada continuidade aos projetos de sucesso, como o Pixinguinha, Caravanas de Circulação Regional – que contempla espetáculos de teatro e dança em, aproximadamente, 500 Municípios do País –, e Arte sem Barreiras – voltado para pessoas portadoras de deficiências.

No que concerne à Diversidade Cultural, constatou-se expressiva alteração na política cultural brasileira que, atualmente, não se circunscreve apenas às ações de estímulo às diferentes expressões de nossa Cultura, já realizadas pela grande maioria das programações do MinC. Passou a consagrar, também, outros aspectos humanos relacionados com a aceitação do outro e com a harmonização de diferenças, sejam de ordem social, cultural ou de gênero. A promoção da cultura da paz é um dos grandes pilares dessas iniciativas. Determinados agrupamentos humanos têm se firmado socialmente por expressões próprias, que os distinguem dos demais.

Nesse sentido, merecem destaque as manifestações originárias das sociedades indígenas, o movimento hip-hop, a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos enquadrados nesse novo rol de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) foi reconhecido por sua importância para a construção de um ambiente de tolerância, de combate à discriminação e à homofobia. Outros segmentos, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra, hoje se encontram plenamente inseridos nas iniciativas do Governo.

A Cultura Negra, particularmente, conta com programa próprio: Cultura Afro-Brasileira, cuja atuação tem se dado em diversos campos, dos quais os mais significativos dizem respeito ao fomento a projetos culturais da cultura afro-brasileira e ao desenvolvimento sócio-econômico de comunidades negras rurais. Essas ações foram responsáveis pelo apoio a 248 projetos, em 2005, criados por comunidades negras em linguagens diversas, como teatro, artesanato, cinema, capoeira, música, artes plásticas e literatura. Um grande diagnóstico sócio-cultural das comunidades quilombolas também foi objeto de suas realizações, definindo políticas públicas específicas para esse segmento social. Cerca de 317 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição social e étnica, que permitirão o estabelecimento de convênios para execução de ações voltadas para seu etnodesenvolvimento e que, também, garantirão assessoria jurídica às comunidades tituladas.



No campo internacional, o ano de 2005 foi marcado pela realização do Ano Brasil na França, que promoveu cerca de 436 eventos culturais em 161 cidades francesas. Envolveu 2.129 artistas e palestrantes brasileiros, a realização de 224 exposições sobre o Brasil, 864 espetáculos, 1.298 exibições de audiovisual e 83 eventos literários. Algo em torno de 15 milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. O sucesso desse empreendimento alavancou a realização da Copa da Cultura na Alemanha, programada para 2006.

O princípio de que o Estado pode e deve estimular um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas e de criadores, para que o mercado possa ampliar-se e realizar seu potencial, não apenas de auto-sustentabilidade, mas de ganhos sociais (emprego, renda, inclusão ao consumo de bens culturais), será o ponto de partida do MinC em 2006, a partir do qual será desenvolvida uma nova iniciativa: *Economias da Cultura ou Economias da Criatividade*. O ano de 2006 deverá ser marcado por relevantes conquistas para as políticas culturais, resultantes da concretização de diversos planos estratégicos, cuja estruturação foi iniciada a partir de 2003. O Plano Nacional de Cultura e dos Sistemas Nacional e Federal de Cultura será um marco histórico quanto à construção de parcerias entre os entes federativos e o setor privado para o estabelecimento de ações concretas de curto e de longo prazo em favor da cultura brasileira. Os frutos dos debates das Câmaras Setoriais já resultaram em ações práticas prevendo-se ganhos expressivos com a implementação do Conselho Nacional de Políticas Culturais – órgão colegiado articulador entre os diferentes níveis de governo e da sociedade civil, para o desenvolvimento das atividades culturais em todo o território nacional.

9. Esporte

A grande transformação do esporte no Brasil continuou em 2005. O foco principal das ações do Governo na área esportiva é a inclusão social, com destaque para o Programa Segundo Tempo, além de outras iniciativas, que atingem o esporte de base, a renovação do futebol, a realização de jogos escolares, a descoberta e o apoio de talentos esportivos, entre outras.

O ano de 2006 será de consolidação da Política Nacional de Esporte e de Lazer e do Sistema Nacional do Esporte, que passarão a ter versões setoriais – educacional, de alto rendimento e de desenvolvimento do esporte e lazer. Será realizada a 2ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizará uma vez mais a comunidade esportiva de todo o País. Serão fortalecidos outros instrumentos de participação da sociedade, como o Conselho Nacional de Esporte, órgão superior do esporte, e os fóruns de Gestores Estaduais e Municipais do Esporte e Lazer.

Os avanços obtidos no Programa Segundo Tempo, em 2005, viabilizaram o atendimento a aproximadamente de 1 milhão de crianças e adolescentes em todo o País, em mais de 800 Municípios. Ao criar um turno a mais na escola, com reforço alimentar, reforço escolar e material esportivo, esse Programa viabiliza o ensino integral a baixo custo. Por meio das parcerias com Estados, Municípios, organizações não-governamentais, clubes sociais e demais entidades públicas e privadas, encontrou-se a possibilidade de disponibilizar espaços físicos para uso da comunidade escolar, de forma organizada e com orientação didático-pedagógica. Nos cerca de 2500 núcleos implantados, são oferecidos aos alunos modalidades esportivas como natação, futebol, basquete, capoeira, vôlei e tênis de mesa. Mais de 100 entidades parceiras



participam do Segundo Tempo, com destaque para o Serviço Social da Indústria (SESI), com cerca de 50 mil crianças atendidas.

Em 2006, o Programa estará em condições de manter 1 milhão de crianças e adolescentes atendidos em todo o País. O cadastramento dos inscritos estará completamente informatizado e serão capacitados mais de 5 mil professores e monitores, em convênio com a Universidade de Brasília (UnB). Será dada continuidade, também, às ações de implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do “Esporte Educacional”, com a construção de quadras esportivas em estabelecimentos escolares de todo o País.

O Programa “Esporte e Lazer da Cidade” – em sua dimensão de projeto social – tem se voltado para a consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer, que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social. Esse Programa fortalece os mecanismos de participação popular no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações no desenvolvimento da política de lazer do Município, apresenta a possibilidade de formação continuada de gestores e agentes sociais de esporte e lazer, e define parâmetros para a construção de equipamentos de lazer. Já são mais de 500 núcleos implantados em 15 Estados.

Em 2006, será ampliada ação que utiliza a estrutura do SUS e do Programa Saúde da Família para incentivar a prática esportiva e de lazer, como forma de promoção de saúde. Será o “Ano do Esporte e Saúde”.

Os programas “Pintando a Liberdade” e “Pintando a Cidadania” produzem material esportivo, principalmente em prisões, para distribuição à rede pública de ensino. O programa ressocializa e profissionaliza os internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei, e absorve a mão-de-obra de pessoas que residem em comunidades carentes em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a inclusão social e geração de renda. Já são mais de 70 unidades de produção, que produziram, em 2005, em torno de 1,2 milhão de itens de materiais esportivos, atendendo 3.832 entidades e beneficiando mais de 5 milhões de indivíduos residentes nessas comunidades. São bolas, agasalhos, bolsas, redes, raquetes, mesas e até pistas de atletismo feitas com sobras de pneus. Nesses Programas participam 13.000 presidiários e adolescentes.

Em termos de articulação internacional, como parte de sua política externa, o Governo assinou acordos de cooperação técnica com Moçambique e Angola, para implantação de Unidades de Produção de material esportivo naqueles países, nos moldes do Programa Pintando a Liberdade. Está prevista, também, a implantação de fábricas de material desportivo em Cuba e no Haiti.

Em 2005, foram revitalizados os “Jogos Nacionais” (Escolares, da Juventude, Universitários e Indígenas) e criadas as Olimpíadas Escolares e as Olimpíadas Universitárias, que ganharam novo formato. Esses jogos propiciam uma ampla mobilização de milhares de jovens e indígenas, promovendo a integração e o incentivo para a realização da prática de



esportes. Em 2006, além da ampliação dos jogos, será implantado, um programa de apoio ao esporte de aventura. Várias medidas estão sendo tomadas na área do esporte de alto rendimento. Foi dado início à implantação de programa de “Descoberta de Talentos”, que consiste na avaliação, com testes e medidas, de crianças e jovens escolares, visando à detecção de indivíduos com possibilidades de se tornarem um talento esportivo. Já foram avaliados cerca de 80 mil jovens em todo o Brasil, e criado um banco de talentos. Uma vez identificada sua aptidão, a criança será encaminhada para núcleos de alto rendimento, a serem montados em parceria principalmente com clubes sociais. Estão sendo implantados cinco centros de treinamento de grande porte, um em cada região do País, aproveitando infra-estruturas já existentes. O do Norte, em Manaus/AM, já está em operação.

Em 2005, iniciou-se a concessão de bolsas a atletas – Bolsa Atleta – ajuda pecuniária mensal a atletas destacados, desde o talento estudantil recém-descoberto ao mais alto rendimento, que não possuem outro tipo de apoio financeiro, garantindo uma manutenção pessoal mínima e buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. No ano passado, o Bolsa Atleta apoiou 975 atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional, olímpica e para-olímpica em 22 Estados.

Na área do Futebol também têm sido registrados avanços significativos. Por proposta do Governo, foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que cria uma nova loteria, a *Timemania*, que contribuirá para o saneamento financeiro dos times de futebol. Com esses recursos, os clubes poderão quitar suas dívidas com a Previdência Social, com a Receita Federal e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Pretende-se, assim, tornar mais transparente a contabilidade dos clubes, melhorar as relações entre estes e os atletas, e contribuir para a promoção da paz nos estádios.

Para a preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro, o Governo criou uma secretaria especial para acompanhar os preparativos do Pan e uma comissão interministerial que articula as ações federais relativas ao evento. Já em obras, a Vila Pan-Americana, onde ficarão hospedadas as delegações, contou com financiamento da Caixa Econômica Federal (CAIXA) da ordem de R\$190 milhões. O Governo, também, fará significativos investimentos na Vila Militar de Deodoro, que receberá diversas modalidades esportivas, e cuidará do Programa de Segurança. Financiará, também, toda a infra-estrutura tecnológica do evento, as cerimônias de abertura e encerramento e o Para-Pan, destinado a atletas portadores de necessidades especiais, e parte significativa dos custos de segurança.

10. Energia – Luz para Todos

Até dezembro de 2005, o Programa Luz para Todos ultrapassou a marca de 2,2 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2005, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1,89 milhão de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados 187 mil assentados, 24 mil remanescentes de quilombos e 10.800 índios.

O Programa deverá atender cerca de 3,0 milhões de pessoas no ano de 2006. Nessa soma estão incluídos 695 mil assentados e 20 mil remanescentes de quilombos, que totalizará em mais de 5,0 milhões de beneficiados desde o início das obras em todo o País.



A universalização do acesso à energia elétrica será concluída nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com 1,45 milhão de pessoas atendidas nessas Unidades da Federação, somente em 2006.

Deverão ser assinados novos contratos entre os agentes executores e o Governo Federal, no montante de R\$1 bilhão, o que viabilizará a utilização de aproximadamente 1,4 milhão de postes, 200 mil transformadores e 133 mil km de rede.

11. Inclusão Digital

O Governo tem dado atenção especial às ações na área de inclusão digital, por entender que todos os cidadãos devem ter acesso ao conhecimento, mediante o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação.

Pesquisa recente demonstra que apenas 15% da população brasileira têm acesso à rede mundial de computadores. Para reduzir esse hiato digital e diminuir esse número de excluídos o Governo tem desenvolvido programas de inclusão digital que permitirão ampliar o acesso à informação, trazendo como resultado, a construção de uma sociedade mais justa.

O Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) alcança atualmente 3.200 pontos de presença em todo o território nacional, incluindo 200 telecentros, 2.400 escolas e outras 200 entidades da sociedade civil, como ONGs, comunidades indígenas, de quilombos e de assentamentos rurais. Para 2006, está programada a ligação de mais de 1.200 pontos, quando será atingida a marca de seis milhões de pessoas atendidas.

O projeto Casa Brasil tem o propósito de implantar, junto às comunidades carentes, um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. O projeto propõe o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação, visando capacitar os segmentos excluídos da população para a inserção crítica na sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza. Esses espaços comunitários, de acesso livre e gratuito, contemplam, entre outros módulos, um telecentro, uma sala de leitura e um miniauditório.

Em 2006 serão estruturadas as noventa primeiras “Casas Brasil” selecionadas em 2005 e contratados novos projetos de inclusão digital. Para o edital já lançado foram apresentadas 220 propostas, das quais foram selecionadas 89 (além da unidade piloto de Valente/BA). O CNPq está concluindo os últimos contratos com os Parceiros Estratégicos do Projeto. Foram firmados diversos convênios, que resultaram no funcionamento experimental de 34 unidades das 90 unidades iniciais. Estão sendo alocados, ainda, R\$20 milhões na instalação dos projetos selecionados para abrigar outras 90 Casas Brasil, em diversos Municípios do País.

Por meio do Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos, foi implementada uma série de medidas com o objetivo de viabilizar a aquisição de microcomputadores. Além de proporcionar a pessoas físicas a oportunidade de acesso à tecnologia, o Programa também beneficia microempreendedores, escolas e prefeituras. Os computadores



utilizam *software* livre, são isentos de PIS/COFINS e possuem condições especiais de financiamento. Essas medidas resultaram na redução dos preços dos computadores, que chegam hoje a, no máximo, R\$1.400,00, financiados em até 24 meses, a juros de até 2% ao mês. Ademais, é garantido o suporte técnico por um ano.

Em 2006, o Programa Computador Conectado induzirá a ampliação do mercado interno de computadores em 1 milhão de unidades, reduzindo o mercado informal de aparelhos e periféricos de informática, além de estimular a inclusão digital.

Na área de inclusão digital, destaca-se, também, o acordo firmado entre o MCT/CAIXA para operacionalizar a implementação de telecentros voltados para a popularização carente dos Municípios brasileiros. Esse Programa objetiva a alfabetização em técnicas de informática, melhoria do ensino público (fundamental e médio), capacitação para o primeiro emprego e disponibilização da Internet para a população carente. Esses telecentros são implantados em escolas públicas, bibliotecas e centros comunitários públicos. Em 2005, foram atendidos aproximadamente 600 Municípios, beneficiando em torno de 300.000 pessoas.

Em 2005, também, merece destaque o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a telecentros comunitários, por meio da criação de uma rede nacional de condicionamento e doação de computadores descartados pela administração pública, no Projeto Computadores para a Inclusão. A esse Programa está vinculada a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), em parceria com o Programa Nacional de Primeiro Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda na área de inclusão digital, deve ser registrado o fato de que muitos pescadores estão se aproximando do mundo da informática e dos computadores, com acesso às novas tecnologias, à Internet e ao processo de democratização da comunicação, por meio do Telecentro Maré. São salas, geralmente cedidas pelas comunidades atendidas, com 10 computadores cada, conectados à Internet banda larga por satélite e com uso de “software-livre”. Em 2005, foram iniciadas as instalações de 21 telecentros, que atenderam a 3 mil pescadores e, em 2006, serão concluídas as instalações, com o objetivo de promover a inclusão digital de 6 mil pescadores artesanais.

12. Justiça e Segurança Pública

Os esforços do deste Governo no campo da Justiça e da Segurança Pública priorizam a reconstrução das instituições republicanas, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública e a criação do Sistema Penitenciário Federal, permitindo ampliar a justiça e a cidadania no País.

a) Reconstrução da Institucionalidade

O Governo tem promovido uma série de medidas destinadas a fortalecer a Polícia Federal (PF) com os recursos necessários e suficientes para a consecução de seus objetivos e de sua missão constitucional, tornando-a uma instituição isenta e confiável, que não privilegia e não persegue.



Nesse sentido, merece destaque a recomposição do quantitativo de recursos humanos pertencente aos quadros da PF. Apenas em 2005, ingressaram, por meio de concurso público, 841 novos servidores para as carreiras de agente de polícia, delegado, perito, escrivão e papiloscopista. O objetivo é realizar novos concursos para totalizar, até 2007, um efetivo de aproximadamente 15.000 homens e mulheres engajados no combate à criminalidade, ou seja, um acréscimo de 61,5% em relação ao número de policiais existentes no início de 2003.

O Governo também tem promovido um incremento substancial, ano-a-ano, na dotação orçamentária da PF, possibilitando a realização de investimentos em obras, equipamentos e sistemas. O valor empenhado em 2005 (R\$580,1 milhões) é cerca de 14% superior à execução orçamentária de 2004 (R\$509,4 milhões). O maior volume de investimentos tem proporcionado uma melhor qualificação dos policiais, dotando-os também de meios tecnológicos modernos no combate à criminalidade.

Destacam-se os investimentos realizados na aquisição de equipamentos destinados ao novo Instituto Nacional de Criminalística (INC) e às Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal (DPF) – R\$110 milhões em 2005 –, como Laboratórios de Análises Químicas, de Documentoscopia, de Fotografia, de DNA e à implantação da Rede de Radiocomunicação Digital nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e nas respectivas unidades táticas móveis para os demais Estados.

É importante lembrar, ainda, que a Rede de Radiocomunicação Digital (TETRAPOL), que está sendo implantada, atuará como base tecnológica do sistema de radiocomunicação dos órgãos de segurança pública nos Estados, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura, integrando as polícias estaduais à Polícia Federal e Rodoviária Federal. Assim, os investimentos em tecnologia de ponta realizados pela PF não atendem apenas ao órgão, mas proporcionam o desenvolvimento da base tecnológica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O fortalecimento institucional, aliado à cooperação do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário e da Polícia Rodoviária Federal, entre outros, vem garantindo à PF efetividade nas operações deflagradas, desarticulando redes ligadas ao tráfico de drogas e esquemas de fraudes em várias regiões do País, inclusive dentro da administração pública.

Os reflexos dessa ação intensa são extremamente positivos, permitindo a elucidação de crimes de forma integrada, efetiva e rápida, a exemplo do que aconteceu no caso da execução da missionária norte-americana, Irmã Dorothy, no Estado do Pará, em fevereiro de 2005. Apenas no último ano, foram deflagradas 82 operações, que resultaram em mais de mil prisões.

A Polícia Rodoviária Federal, por seu turno, também deu continuidade à ampliação do quadro de servidores, e em 2005, foram admitidos mais 1.100 policiais rodoviários federais por meio de concurso público.

Na área de tecnologia, os investimentos também são significativos. Até 2005, 80% das unidades operacionais da Polícia Rodoviária Federal (PRF) receberam a instalação de sistemas de comunicação, e a previsão é atingir os 100% ainda no primeiro semestre de 2006.



Aliada aos investimentos em recursos humanos e materiais, está a valorização da área de Inteligência da PRF, responsável por subsidiar as atividades policiais de ponta, de forma que os esforços empregados gerem resultados mais expressivos e representativos.

Nesse contexto, vale ressaltar as 48 operações nacionais que foram alimentadas pelo trabalho da Inteligência, como o combate à exploração sexual infantil, que ocorreu por meio do monitoramento e identificação dos pontos de prática deste tipo de ilícito. Na área de meio ambiente, principalmente na fiscalização dos transportes de cargas e produtos perigosos, em apenas uma operação, realizada em novembro de 2005, no Estado de São Paulo, cerca de 1.048 notificações por irregularidades no transporte foram expedidas. Nas regiões com grande presença de florestas nativas, operações específicas alcançaram o número de 65.946 animais silvestres recuperados, apenas em 2005.

b) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

A implementação do SUSP tem como principal característica promover a integração entre os entes federados, permitindo que a segurança pública desenvolva uma identidade nacional, desde políticas até procedimentos.

A coordenação do SUSP nos Estados e no Distrito Federal é efetivada pelo respectivo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI), composto por representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, PF, PRF, Polícia Civil, Polícia Militar e da Guarda Municipal, que age como um Fórum Deliberativo e Executivo que opera por consenso, sem hierarquia, e respeitando a autonomia das instituições que o compõem.

Em vinte e quatro Unidades da Federação, os GGIs estão em pleno funcionamento, sendo que nos Estados do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Sergipe e Rondônia vêm sendo desenvolvidas ações integradas nas áreas de combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes, prevenção ao uso de drogas, polícia comunitária, conflitos agrários e combate à pirataria.

O ano de 2006 deve marcar a consolidação dos GGIs como instrumentos de implementação e sustentação do SUSP, com a criação de Câmaras Técnicas Temáticas para difusão de conhecimento em Segurança Pública e do Sistema de Informações para monitoramento e avaliação dos resultados alcançados pelos Gabinetes.

Seguindo o objetivo de promover maior integração entre os órgãos de segurança pública em todo o País, foi criada a Força Nacional de Segurança Pública, que é um grupo de elite inspirado na atuação das forças de paz da ONU. Controlada pelo Governo Federal, a Força Nacional atua em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados e em eventos que exijam reforço na segurança, mediante requisição pelos governos estaduais ao Governo Federal, ficando sob o comando do solicitante e respeitando, assim, o princípio da não-intervenção.

Formada por policiais de todo o País, a Força Nacional tem o importante papel de estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que dificultam a cooperação entre as Polícias estaduais e geram conflitos de jurisdição, favorecendo a atuação desmedida de grupos criminosos.



Até o final de 2005, foram formados 4.690 Policiais e Bombeiros Militares de todo o País – homens e mulheres. A previsão é de que, até dezembro de 2006, a Força Nacional tenha 10.000 integrantes, aptos a atuar em qualquer ponto do Território Nacional em ações de segurança pública. Também em 2006, a Força Nacional deve receber treinamentos específicos para a preparação da segurança dos Jogos Pan-americanos, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2007.

Outro avanço importante a ser destacado na área de Segurança Pública é a implementação do Sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça (INFOSEG), que está operacional para as 27 Unidades da Federação, englobando informações oriundas dos seguintes órgãos: DPF, DPRF, Receita Federal, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). A rede foi totalmente reestruturada pelo Governo Federal, com a participação de técnicos de todos os Estados e órgãos federais, sendo acessada por meio da Internet, equipamentos de rádio e celulares.

Atualmente, são mais de 40 mil usuários cadastrados no INFOSEG em todo o Brasil, todos integrantes de forças de segurança pública. Em 2005, o número de acessos ao sistema foi de aproximadamente 10 milhões, um aumento de cerca de 150% em relação ao ano de 2004.

Outra iniciativa do SUSP refere-se à adequação dos portos e terminais brasileiros às normas internacionais de segurança do comércio marítimo, que é responsável por US\$73 bilhões em exportações anuais. Atualmente, 80% dos portos e terminais brasileiros estão total ou parcialmente adaptados à nova legislação mundial contra o terrorismo.

c) Criação do Sistema Penitenciário Federal

O Governo, em atenção ao determinado na Constituição, iniciou a implementação do sistema penitenciário federal, com o intuito de abrigar os líderes de grupos criminosos e, assim, desmobilizar a atuação do crime organizado. O sistema será constituído por cinco estabelecimentos de segurança máxima, totalizando 12,6 mil m² de área construída e 1.000 celas individuais, abrangendo cada uma das regiões do País, nas seguintes localidades:

- i) Município de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. As obras foram iniciadas em outubro de 2004, no valor de R\$17,04 milhões, e a previsão é de entrega das obras até o final do mês de março de 2006.
- ii) Município de Catanduvas – Paraná. Iniciada em dezembro de 2004, no valor de R\$16,94 milhões, a obra deve ser entregue até o final do mês de março de 2006.
- iii) Município de Mossoró – Rio Grande do Norte. As obras foram iniciadas em outubro, sendo o valor contratado de R\$16,70 milhões. O prazo para entrega das obras é outubro de 2006.
- iv) Município de Porto Velho – Rondônia/RO. A previsão é de início das obras em março de 2006, ficando a conclusão prevista para fevereiro de 2007.



- v) Quinta Penitenciária Federal – será localizada na região Sudeste, estando em fase de definição a localidade em que a penitenciária será instalada.

Para o efetivo funcionamento das penitenciárias federais, já foi realizado concurso público para o preenchimento de 368 vagas de Agente Penitenciário Federal. Os estabelecimentos penais federais, ao tutelar os presos de maior periculosidade, contribuirão para estabelecer o clima de paz necessário ao bom andamento da execução penal nas Unidades da Federação e oferecer maior segurança à sociedade civil.

c.1) Política Penitenciária

Além da construção das penitenciárias federais, em 2005 foram conveniadas 3.478 novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de financiamento aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais. Também no último ano, foram disponibilizadas aos Estados 6.454 vagas, conveniadas em exercícios anteriores.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde nas Penitenciárias, foi ampliado o número de equipes nos Estados qualificados em 2004 (Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro) e foram qualificados 5 novos Estados em 2005 (Bahia, Goiás, Rondônia, São Paulo e Tocantins), totalizando a implantação de 116 equipes de saúde em 105 unidades prisionais. Em dezembro de 2005, foi concluído procedimento licitatório para aquisição de equipamentos médico-hospitalares para suprir a necessidade de 37 unidades prisionais nos Estados qualificados.

A garantia da qualidade na prestação dos serviços penais no País foi um ponto sensível da política adotada pelo Governo, que no exercício da democracia e do diálogo com as gestões estaduais construiu uma plataforma para alavancar a formação, a capacitação e a valorização dos operadores da Execução Penal. O ano de 2005 foi o ponto alto dessa virada, com a celebração de convênios, da ordem de R\$1,8 milhão, para a implantação de 08 Escolas de Administração Penitenciária, nos Estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Sergipe, Piauí e Espírito Santo e o apoio técnico e financeiro a diversos projetos.

Com relação ao Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a expectativa para 2006 é finalizar o desenvolvimento dos módulos que formarão a estrutura para o cadastro de presos, controle de visitas e cadastro de servidores.

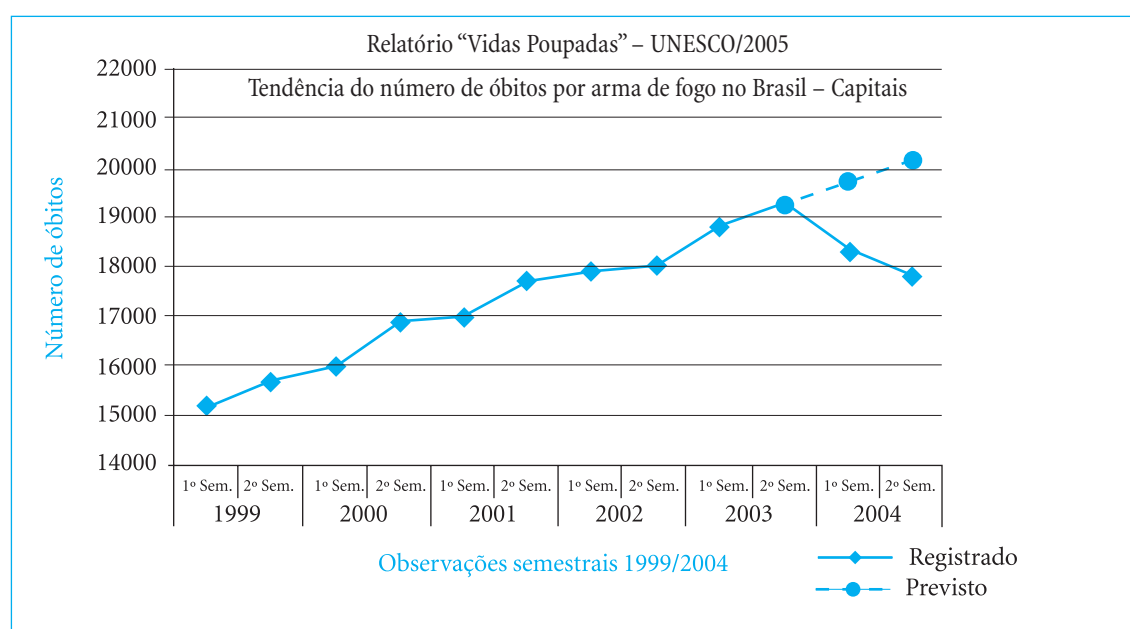
d) Desarmamento

Devido ao resultado surpreendente verificado em 2004, quando recebeu inclusive o Prêmio Unesco na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz, a Campanha do Desarmamento foi estendida até setembro de 2005, sendo recolhidas cerca de 460 mil armas e pagos R\$46 milhões em indenizações, superando a meta inicial em 475%.



Um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde com relação ao impacto da campanha do desarmamento, divulgado em agosto de 2005, demonstrou que a mortalidade por arma de fogo no País decresceu 8,2% em 2004. O ano de 2004 foi o primeiro ano, desde 1992, a mostrar um decréscimo nesses números.

Outro estudo, desta vez realizado pela UNESCO, também apresenta evidências de que a estratégia de desarmamento (Estatuto e Campanha) em 2004, não só anulou a tendência de crescimento anual de 7,2% pré-existente, mas também confirmou uma forte queda de 8,2% no número de óbitos registradas em 2003. Essa queda aponta que o desarmamento possibilitou evitar 5.563 mortes, só em 2004.



e) Plano Nacional de Combate à Pirataria

O Combate à Pirataria é um tema que deixou há muito de ser problema meramente econômico. O Governo tem encarado a Pirataria como uma ação do crime organizado, que traz prejuízos generalizados para o setor produtivo, para a Administração Pública e para a sociedade em geral.

É fato que os produtos piratas podem, inclusive, colocar em risco a vida e a saúde da população, uma vez que as organizações criminosas têm atuado na falsificação, dentre outros produtos, de remédios, preservativos, equipamentos cirúrgicos, peças de automóveis e brinquedos.

Além disso, a Pirataria está diretamente relacionada com máfias internacionais que também atuam no tráfico de drogas, de armas e de munições. A produção em larga escala, aquela que é vinculada ao crime organizado, normalmente ocorre no exterior e entra ilegalmente no mercado interno, fazendo com que o Brasil seja o grande prejudicado com a ação dos piratas dentro de seu território, sob vários aspectos, tais como: evasão fiscal, perda de renda interna, desestímulo à



produção intelectual, queda nos investimentos, fortalecimento do crime organizado, desrespeito aos direitos do consumidor e, sobretudo, aumento do desemprego – este apontado em pesquisas recentes como a principal preocupação do brasileiro. Segundo estudos que apontam os efeitos danosos na cadeia produtiva nacional, cada vendedor de produtos piratas retira do mercado de 6 a 10 empregos formais no País.

É justamente na área de combate à Pirataria, que a PF, com o auxílio da PRF e da Secretaria da Receita Federal, tem mostrado seus melhores resultados. Operações emblemáticas, como Comboio Nacional Hidra, por exemplo, resultaram no fim dos vergonhosos comboios que adentravam às nossas fronteiras, desrespeitando as autoridades constituídas do País, problema que até então era dado como insolúvel. Apenas nessa operação, deflagrada em maio de 2005, foram mobilizados 750 policiais nos Estados do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, sendo efetuadas 72 prisões.

Em 2005, houve um aumento de cerca de 120% no número de apreensões de produtos piratas em relação ao ano anterior, demonstrando a evolução do trabalho em rede dos órgãos federais no combate à Pirataria, os quais já contam com o engajamento dos órgãos repressivos estaduais.

Os resultados dessas operações, por si só, não revelam a abrangência que a Política Nacional de Combate à Pirataria vem assumindo. Em um curto espaço de tempo, o Brasil deixou de ser acusado de conivência com a ação delituosa e passou a ser referência internacional no enfrentamento do problema, a exemplo das recentes declarações do Diretor Geral da INTERPOL.

f) Cidadania e Justiça

f.1) Reforma do Poder Judiciário e legislação infraconstitucional

Não há cidadania sem a garantia de acesso aos serviços de Justiça, que devem ser prestados indistintamente para todos os cidadãos, de forma ágil e transparente.

Seguindo esse objetivo, o ano de 2005 marcou o início da implementação de mudanças importantes, introduzidas pela EC nº 45, referentes à estrutura das organizações ligadas ao Poder Judiciário, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nesse sentido, 2005 marcou ainda a continuidade das reformas legislativas, com a aprovação de alterações importantes em sede infraconstitucional.

Considerado um dos mais importantes projetos que compõem a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, o Projeto de Lei nº 52, de 2004, que altera o processo de execução civil, foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal, dando origem à Lei nº 11.232, de 2005. A nova lei dará mais racionalidade e agilidade à tramitação de ações de cobrança, responsáveis por grande parte do congestionamento de processos nos tribunais brasileiros.



Em outubro de 2005, o Presidente da República sancionou o Projeto de Lei nº 72, de 2005 (Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005), segundo o qual os agravos (recursos de decisões judiciais interpostos no meio do processo) só serão julgados no momento da apelação, salvo em casos de possível lesão irreparável.

f.2) Modernização da Justiça

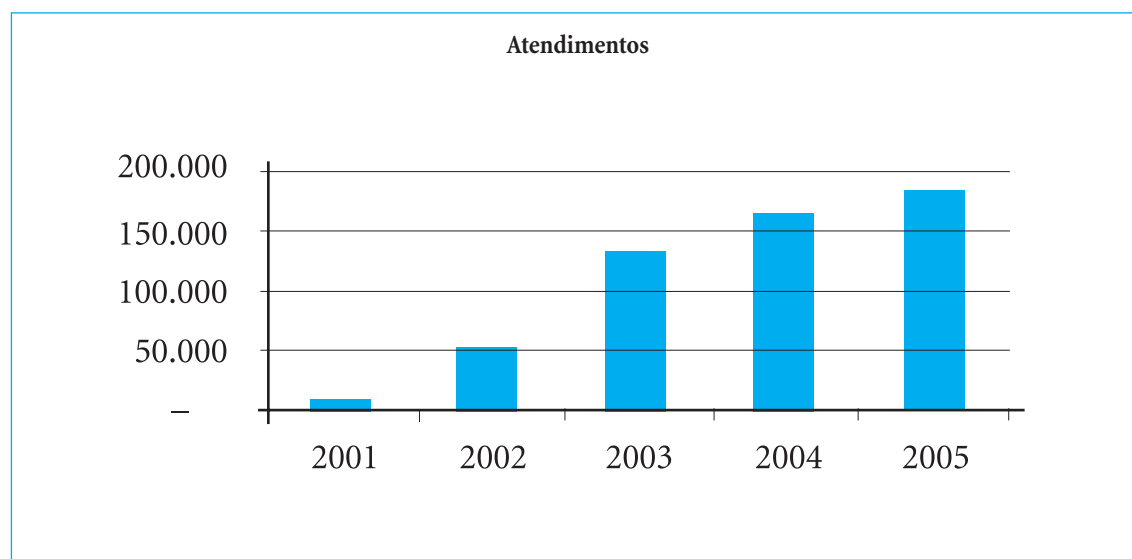
Como forma de propiciar a modernização operacional da Justiça, o Governo promoveu, em 2005, a segunda edição do Prêmio *Innovare*, que tem como principal objetivo disseminar práticas inovadoras e meritórias de modernização na gestão das organizações ligadas ao Poder Judiciário, de forma a melhor atender às demandas da sociedade por meio de um serviço público eficiente, transparente e desburocratizado.

Em 2005, a Comissão Executiva do Prêmio *Innovare* recebeu 167 inscrições, das quais foram premiadas quatro projetos que apresentaram práticas inovadoras e de relevância para a modernização e eficiência da Justiça.

O Prêmio *Innovare* não se encerra com a escolha dos projetos vencedores. A partir da identificação das práticas inovadoras que contribuam para a modernização e eficiência da gestão da Justiça, inicia-se um trabalho de sistematização das iniciativas, que são cadastradas em um banco de dados para que possam ser implementadas em todas as instâncias do Judiciário brasileiro.

f.3) Melhoria do acesso à Justiça

Para garantia do acesso integral e gratuito à Justiça, a Defensoria Pública Geral da União (DPU) ampliou sua abrangência a 20 Unidades Federadas, possibilitando um grande salto no número de atendimentos, que foi de 163.963, em 2004, para cerca de 200.000, no exercício de 2005, conforme demonstra o gráfico que se segue.





Também merece destaque o projeto Defensoria Pública Itinerante, que permite a realização da assistência jurídica gratuita à população carente de localidades longínquas, onde não existem Núcleos da DPU instalados. Em 2005, o projeto foi implementado em Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Amazonas, Alagoas e Tocantins, atendendo 4.440 pessoas. Merece destaque o projeto Pronto Atendimento Itinerante (PAI), no Amazonas, que consiste na participação de vários órgãos do Governo Federal desenvolvendo ações em um grande barco, visitando as mais distantes localidades da região.

Para 2006, a DPU prepara a implantação de um serviço '0800', de âmbito nacional, à disposição dos cidadãos para a prestação de informações institucionais, de assistência jurídica e agendamento de atendimentos nos Núcleos instalados em todo o País.

f.4) Controle de Estrangeiros – Acordos Internacionais e Refugiados

O ponto que merece destaque, referente às ações relativas à situação jurídica do estrangeiro no Brasil, bem como de brasileiros no exterior, está relacionado com o incremento da negociação e fechamento de acordos internacionais, principalmente na área de extradição e transferência de pessoas condenadas. Em 2005, foram negociados 7 tratados referentes à transferência de pessoas condenadas e 9 tratados sobre extradição. Ainda no último ano, foram negociados 10 tratados no âmbito do Mercosul e Estados associados, referentes a diversas áreas.

Por seu turno, o Governo destacou-se ainda na concessão de refúgio a estrangeiros vítimas de perseguições em seus países, sendo que, em 2005, foram reconhecidos 181 refugiados, número cerca de 12% superior ao verificado em 2004, o que evidencia a posição de destaque do Brasil no cenário internacional em questões relacionadas a refúgio.

f.5) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

O Governo assumiu, definitivamente, o seu papel como coordenador do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), conforme preconiza o Código de Defesa do Consumidor, formulando e propondo políticas públicas voltadas ao tema.

Com esse escopo, o Governo Federal participou de Comissões e Grupos Nacionais e Internacionais de Trabalho, destacando-se, dentre outras, a do Comitê do CODEX de Rotulagem de Alimentos, o Comitê Permanente dos Consumidores, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONIQ) e o Programa de Monitoramento para a Proteção dos Consumidores Celíacos. O Governo implantou nova gestão para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Como resultado dessa política para a Defesa dos Direitos Difusos, o número de projetos apresentados ao Conselho Gestor desse Fundo, no triênio 2003/2005 (1.473) setuplicou em relação ao número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188). É importante ressaltar que os critérios de seleção e de aprovação de projetos ganharam transparência com a inclusão do Relatório de Atividade anual no sítio na Internet. Na Defesa da Concorrência, deve-se destacar a conclusão e envio ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, do Projeto



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

150

de Lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). As principais medidas são a unificação da instrução e julgamento em um único órgão, aumento do grau de autonomia das autoridades de defesa da concorrência e maior aporte de recursos materiais e humanos. A reformulação do SBDC e da Lei nº 8.884, de 1994, aumentará a eficiência da atuação do Estado no campo da política da defesa da concorrência, em especial, no combate aos cartéis e na redução do tempo de análise dos processos de concentração econômica.

Independentemente dos aprimoramentos legislativos e institucionais, merece ênfase à avaliação feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a lei e a política de concorrência brasileira (*peer review*), consubstanciada em um extenso relatório, no qual foram identificados diversos avanços da atuação dos órgãos e das próprias instituições. De fato, o desenvolvimento de técnicas investigativas sofisticadas, a partir de 2003, permitiu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) julgar e condenar um número maior de cartéis, dentre outras condutas anticoncorrenciais. Além disso, a elaboração de guias e diretrizes de análise diminuiu o tempo de instrução dos processos de fusão e aquisição, além de aumentar a transparência das decisões, o que contribui para que a sociedade monitore a consistência e a aplicação justa da lei. Nesse sentido, deve-se destacar, em 2005, a realização de consultas públicas sobre a revisão e consolidação de Portarias que regulamentam os processos administrativos que tramitam no SBDC, além da Portaria Interministerial (MF/MJ), que estabelece mecanismos de cooperação e de instrução conjunta entre os Ministérios da Fazenda e da Justiça.



IV - INFRA-ESTRUTURA

2006



1. Minas e Energia

No ano de 2005, o Governo buscou consolidar a tarefa de resgatar o papel de formulador de políticas para os setores energético e mineral, reestruturando e preparando os respectivos órgãos federais para viabilizar e garantir o suprimento de energia necessário ao crescimento sustentado e ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Dentre os programas criados neste Governo, no âmbito energético, destacam-se o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), ambos em pleno funcionamento e propiciando, no primeiro caso, maior participação da indústria nacional na produção de bens e serviços para o setor petrolífero e de gás, e, no segundo, incremento do número de empreendimentos que utilizam novas fontes alternativas de geração de energia, pautados pelo mecanismo de desenvolvimento limpo e sustentável, em consonância com o Protocolo de Quioto.

Tendo como eixo de sua política a universalização do acesso e a geração de renda, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) já conta com várias usinas em operação e em fase de construção, beneficiando a agricultura familiar e gerando renda para famílias de assentados em todo o País. Também inserido nesse contexto, o Programa Luz para Todos, já mencionado na seção “Energia – Luz para Todos”, que visa universalizar o acesso à energia elétrica para o meio rural em todo o País, em 2005 levou energia elétrica a mais de 1,8 milhão de pessoas, propiciando geração de emprego e renda e uma melhor qualidade de vida para esses brasileiros, além de contribuir para o aumento da eficiência produtiva em determinados logradouros.

As perspectivas para o ano de 2006 são de continuidade e consolidação das políticas de reestruturação e expansão do Setor Energético, bem como o fortalecimento do setor mineral.

a) Garantindo Energia a partir do Novo Marco Regulatório para o Setor Elétrico

a.1) Leilão de geração

Dando consecução à política do novo modelo para o setor elétrico, foram realizados na área de geração, no ano de 2005, três leilões de energia que visaram, predominantemente, garantir a contratação da energia descontratada, conhecida como energia “velha”, e reduzir os riscos das empresas de geração. Foram negociados nesses leilões 177.371.856MWh, para contratos na sua maioria de 8 anos de duração, com início de suprimento entre 2006 e 2009, a preços médios que variaram no intervalo de R\$62,95 a R\$94,91/MWh, num montante negociado de R\$15 bilhões.

Nessa linha, em dezembro de 2005, foi realizado o 1º leilão de energia “nova”, no qual foram comercializados 494.650GWh a preços médios que oscilaram de R\$106,95 a R\$132,26 para os diversos produtos. Foram arrematados sete novos empreendimentos hidrelétricos, correspondendo a 776,4MW, e sete térmicos, correspondentes a mais 998,72MW de potência instalada. Complementaram o leilão 15 usinas hidrelétricas e 22 térmicas que iniciaram a operação a partir de 2000 e não tiveram sua energia contratada, perfazendo um total de 2.302MW médios.



a.2) Leilão de Novas Linhas de Transmissão

Os resultados do esforço recente para implementação do novo modelo estão esboçados, tanto nos leilões de geração de energia existente quanto nos de novas linhas de transmissão. Nesse contexto, o planejamento da expansão tornou-se crucial para o sucesso do modelo, e o investimento privado indispensável na construção e operação desses empreendimentos.

Na transmissão realizou-se, no ano de 2005, um leilão de concessão de linhas de transmissão, gerando investimentos de aproximadamente R\$2,875 bilhões, criando mais de 10 mil empregos diretos e indiretos e perfazendo a extensão de 3.056km de novas linhas contratadas. Com um deságio de cerca de 40% sobre os preços estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Governo assegurou o objetivo de manter a expansão e melhorar a segurança do sistema interligado nacional, preservando o atributo da modicidade tarifária.

O Programa de Financiamento de Geração de Energia Elétrica, lançado no ano de 2005, difere das condições padronizadas em situações anteriores, principalmente nos seguintes aspectos: primeiro, a participação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi elevada para 80% dos itens financiáveis; e, segundo, a exigência de capital próprio foi reduzida para 30%. Tais alterações nas condições de financiamento aumentam o retorno do investidor e reduzem os riscos dos projetos.

b) Planejamento do Setor Energético

No ano de 2006, a retomada dos estudos de planejamento da expansão do setor elétrico será consolidada com a elaboração dos planos descontinuados em gestões passadas, como a Matriz Energética Nacional, o Plano Nacional de Energia e o Plano Decenal de Expansão de Energia, além da continuação do Balanço Energético Nacional.

Estão previstas, para o início deste ano, divulgação dos relatórios da Matriz Energética Nacional 2023 e do Plano Decenal de Expansão de Energia 2006/2015, e, posteriormente, da Matriz Energética Nacional 2030, do Plano Nacional de Energia 2030, do Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016 e Balanço Energético Nacional 2006.

Em 2006, deverão ocorrer dois leilões de linhas de transmissão, um com 2.159km de linhas e investimentos de R\$1,1 bilhões e um outro leilão, no 2º semestre, com 3.155km de linhas e investimentos de R\$4,3 bilhões. Na área da geração serão leiloados 5.000MW em novas usinas.

c) Expansão do Setor Energético

Energia Elétrica

Expansão da Geração: a potência instalada de usinas geradoras de energia elétrica totalizou 92.865MW ao final de 2005. Neste ano, o incremento de capacidade do sistema elétrico correspondeu a **2.187MW**, representando um crescimento de 2,4% em relação a 2004.



As principais realizações na expansão da geração foram: a implantação de mais uma parte (750MW) da segunda etapa da UHE Tucuruí, dos 4.125MW projetados para esta usina; a UHE Aimorés, com 330MW; a UHE Barra Grande, com instalação da primeira de três unidades geradoras, de 232MW, e a UTE Termorio, com 423MW, movida a gás natural.

O Brasil, em 2006, deverá superar os valores de expansão de potência instalada registrados nos últimos anos. A conclusão da segunda etapa da UHE Tucuruí e o início da entrada em operação das usinas do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) serão os destaques dos 5.685MW previstos para serem incorporados ao Sistema Elétrico Nacional. Com esse incremento, o País terá, até o final de 2006, 106.772MW de capacidade disponível, computando-se a energia importada.

Para expansão da Geração Termelétrica, até dezembro de 2006, está prevista a conversão de sete usinas termelétricas para operação bi-combustível, com investimentos de US\$245 milhões. São elas: Termobahia, 172MW (BA); Nova Piratininga, 385MW (SP); Ibitité, 226MW (MG); Termorio, 1.036MW (RJ); Eletrobolt, 379MW (RJ); Canoas, 161MW (RS) e Termo Ceará, 220MW (CE).

Expansão da Transmissão: a extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, no final de 2005, a marca de 82.834km. Naquele ano, foram construídos 3.036km de linhas de transmissão, um incremento de 3,8% em relação a 2004, e implantados 5.415MVA de potência de transformação em nove subestações distribuídas em todo o território brasileiro. Esse significativo crescimento no sistema de transmissão proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, aproveitando a diversidade hidrológica do País e garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Entre as regiões Norte e Nordeste, destaque para a linha de transmissão Teresina II/Sobral/Fortaleza II, em 500kV, com 545km, que ampliou a capacidade de recebimento da Região Nordeste em 19%. Entre as regiões Sul e Sudeste, destaque para a linha de transmissão Londrina/Assis/Araraquara, em 500kV, com 364km, que ampliou a capacidade de transferência do Sudeste para o Sul em 67%.

Em 2006, a infra-estrutura de transporte de energia elétrica será reforçada com a entrada em operação de 2.705km de linhas de transmissão associadas à rede básica, totalizando 85.539km em operação até o final do período. Além disso, haverá a ampliação de 43 subestações com acréscimo de 9.770MVA na capacidade de transformação.

d) Petróleo e Gás Natural

O Governo deu continuidade, em 2005, à política que propiciou a ampliação da capacidade de refino nacional com a modernização das refinarias existentes, representando ganhos de eficiência com reflexos positivos para a balança comercial.



No início de 2005, as reservas provadas de petróleo sob concessão da Petrobras no Brasil eram de 13.023 milhões de barris de óleo equivalente – boe (pelo critério SPE – Society of Petroleum Engineers) alcançando, ao final daquele ano, a marca de 13.232 milhões de boe. Registre-se que a produção em 2005 foi de 673 milhões de boe, enquanto a apropriação de reservas foi de 882 milhões de boe.

Ainda em 2005, a produção de petróleo alcançou seu ponto máximo em 19 de dezembro, quando foi batido o recorde de produção diária, com 1,857 milhão de barris. Sendo que em maio, pela primeira vez na história, a produção média de petróleo superou a demanda interna por derivados.

É esperado que o ano de 2006 seja o marco da auto-suficiência na produção de petróleo no País, fato que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre, com a entrada em operação da plataforma P-50 no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos. Também está previsto o início da operação de duas outras plataformas: a PMNT-1 no Campo de Manati, na Bacia de Camamu-Almada em abril; e a P-34 no Campo de Jubarte, na Bacia de Campos, em junho de 2006.

A 7ª Rodada de Licitações foi realizada em outubro de 2005 e considerada um grande sucesso, não somente pelos recordes alcançados, mas devido à continuidade do planejamento governamental, que tem propiciado ao empreendedor uma maior segurança para os seus investimentos, ensejando, por parte das empresas, participação recorde. Dos 1134 blocos exploratórios e 17 campos marginais licitados, 251 blocos e 16 campos, respectivamente, foram arrematados, totalizando a concessão de aproximadamente 194 mil km² de área para os blocos e 88km² para os campos. Foi arrecadado o valor de R\$1,088 bilhão a título de Bônus de Assinatura. Tem-se a previsão de investimentos da ordem de R\$1,758 bilhão a serem executados no período de 2006 a 2013. Os números de blocos licitados, blocos arrematados e valores de bônus de assinatura foram recordes para as licitações no Brasil.

Ainda em 2006, haverá duas licitações específicas para Áreas Inativas de Campos Marginais, sendo uma no primeiro semestre e a outra concomitante à 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, que deverá ocorrer em novembro. Essas iniciativas são fundamentais para a manutenção da auto-suficiência na produção de petróleo.

As políticas de incentivo para a ampliação da capacidade de refino nacional permitiram também a disponibilização de derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso do petróleo nacional.

Para o aumento da oferta e a melhoria da qualidade dos combustíveis e a adequação do perfil de processamento ao tipo de petróleo produzido no País, estão previstos investimentos da ordem de US\$1,0 bilhão nas refinarias nacionais. Nesse sentido, deve-se destacar a parceria com a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) no projeto de construção de uma nova refinaria em Suape/PE, de US\$2,5 bilhões, cujos estudos estão sendo desenvolvidos.

Concomitantemente, o Governo tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. Em 2005, de um total de 4.687km de novos gasodutos em preparação até 2008, que representam investimentos da ordem de US\$4,5 bilhões nos próximos três anos, foram construídos 389km, correspondentes a investimentos de US\$381 milhões.



Em 2006, entrarão em operação os gasodutos Campinas–Rio de Janeiro/SP–RJ, Vitória–Cacimbas/ES e Dow–Aratu–Camaçari/BA. Estão previstos ainda os gasodutos Atalaia–Itaporanga/SE e Carmópolis–Pilar/SE–AL. Serão iniciados outros sete empreendimentos, destacando-se os gasodutos Coari–Manaus/AM, Cabiúnas–Vitória/RJ–ES, com principal objetivo de escoar a produção de gás natural da Bacia de Campos/RJ para o mercado consumidor do Nordeste, e Urucu–Porto Velho/AM–RO.

Na área de petroquímica, destaca-se a inauguração, em 2005, do Complexo Petroquímico Rio Polímeros, capaz de produzir 540 mil toneladas anuais de polietilenos.

e) Valorização dos Fornecedores Nacionais para a Indústria de Petróleo e Gás

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), lançado em dezembro de 2003 com objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços em bases competitivas e sustentáveis na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior, tem revertido tendência anterior, trazendo de volta para o Brasil a construção das plataformas de produção de petróleo da Petrobrás. Em paralelo, passou-se a exigir um nível de conteúdo nacional desses empreendimentos, variando entre 65% e 75%. Como consequência, a indústria naval brasileira foi reativada, com a encomenda de oito plataformas e investimentos que totalizam R\$4,5 bilhões, com estimativa de geração de 32.500 empregos diretos.

Para responder à grande demanda de recursos humanos especializados, gerada pelos novos projetos do setor de petróleo e gás natural, em 2006, será implementado o Plano de Qualificação Profissional do PROMINP, que prevê a qualificação de 70 mil profissionais em 12 Estados da Federação.

Com o mesmo intuito, na área de materiais e equipamentos, iniciaram-se investimentos da ordem de R\$75 milhões, para execução de 35 projetos de capacitação de fornecedores, visando o desenvolvimento de produtos e a substituição competitiva de importações.

Pode-se destacar também, em 2005, a licitação para construção de um novo dique seco para construção de plataformas de petróleo e o lançamento do “PROMINP Recebíveis”, uma operação que permite a antecipação de recebíveis para financiamento de capital de giro a empresas com contratos de fornecimento de bens e serviços com a Petrobras.

Atualmente, o PROMINP conta com a participação de 2700 colaboradores, 241 empresas, 13 associações de classe e sete federações da indústria.

f) Fontes de Energia Sustentáveis

f.1) Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, tem por base a diversidade de oleaginosas e matérias-primas do País, a garantia do suprimento, a qualidade, a competitividade frente aos demais



combustíveis e uma política de inclusão social e desenvolvimento regional que beneficia agricultores familiares de todo Brasil e, de modo especial, das regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido, por meio do mecanismo Selo “Combustível Social”.

A forma como o PNPB foi concebido, e vem sendo implantado, cria condições amplamente favoráveis para a inclusão social, por meio da geração de emprego e renda para pequenos produtores das regiões mais carentes do País. Serão aproximadamente 150 mil postos diretos de trabalho somente com a produção necessária à mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral, que passará a ser obrigatória em todo o território nacional a partir de janeiro de 2008, passando para 5% em 2013.

Além de atender os princípios orientadores básicos de promover a inclusão social e atenuar disparidades regionais, o PNPB diminuirá nossa dependência do petróleo importado, com uma economia de divisas de até US\$160 milhões/ano, proporcionando ainda ganhos ambientais e o adensamento da estratégica cadeia produtiva de energias renováveis e limpas, com amplo potencial de inserção no mercado internacional, já que a demanda por combustíveis renováveis vem crescendo no mundo ante as preocupações ambientais que se acentuam continuamente.

Além do marco legal e regulatório totalmente definido, o PNPB conta com modelo tributário e linhas de financiamento próprias às necessidades de toda a cadeia produtiva, incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, intercâmbio com outros países e ampla rede de informações. Tudo isso vem despertando crescente interesse na produção de biodiesel por parte de empresários, cooperativas e associações de produtores, o que foi reforçado no final de 2005 com a garantia de aquisição, por meio de leilões públicos promovidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de todo biodiesel produzido sob as condições previstas no mecanismo Selo “Combustível Social”. No primeiro leilão de aquisição de biodiesel foram arrematados 70 milhões de litros, a serem entregues durante o ano de 2006, beneficiando 65 mil famílias de agricultores.

No final de 2005, o País já contava com cinco usinas de biodiesel em operação e mais onze em construção, perfazendo uma capacidade instalada de 156 milhões de litros/ano.

A obrigatoriedade de adição de 2% de biodiesel ao diesel mineral cria um mercado potencial interno nos próximos anos de pelo menos 840 milhões de litros anuais. Em 2013, com a obrigatoriedade de 5%, esse mercado será ampliando para cerca de 2 bilhões de litros/ano.

Em 2006 serão realizados novos leilões de compra de cerca de 500 milhões de litros de biodiesel, para entrega até dezembro de 2007. Até o final de 2006 estima-se a ampliação da capacidade instalada em 568,7 milhões litros/ano, o que resultará em capacidade de produção de 724,7 milhões litros anuais, representando investimentos da ordem de R\$448 milhões. Como as necessidades para atendimento do percentual de mistura de 2% situam-se ao redor de 840 milhões de litros anuais e novos projetos deverão ser instalados, a demanda deverá ser plenamente atendida a partir de 2008, contribuindo para consolidar a introdução do biodiesel como novo combustível renovável na matriz energética nacional.



f.2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Visando diversificar a matriz e permitir o desenvolvimento de novas tecnologias energéticas, o Governo desenvolve o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por meio do PROINFA a contratação de energia de Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIE) de fontes alternativas eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e biomassa vai permitir o aumento da oferta de energia elétrica, a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Quioto, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Como principais ações do Programa, em 2005, deve ser destacado que, em abril, foi lançado o aperfeiçoamento do programa de apoio do BNDES para o PROINFA, ampliando o período de amortização e aumentando o financiamento para até 80% dos investimentos, excluindo bens e serviços importados e a aquisição de terrenos. Em outubro do mesmo ano foi definido o plano anual do PROINFA, estabelecendo a quantidade de energia a ser adquirida pela Eletrobrás no ano de 2006, resultando em 207,08MW médios (Pequena Central Elétrica – PCH 40,08MW médios – eólica 33,47MW médios – biomassa 133,52MW médios).

Até o final de 2005, estavam em implantação 13 empreendimentos de PCH (227,74MW), 19 de biomassa (394,66MW) e 12 de eólica (474,34MW), totalizando 44 empreendimentos e uma potência de 1096,74MW (33,2% do programa).

Segundo dados do BNDES, 55 empreendimentos estão em sua carteira de projetos, sendo que 28 estão em enquadramento, três em carta-consulta, 11 em análise, dois aprovados e 11 contratados, totalizando 1.470MW (44,55% do programa) e financiamento de R\$4,1 bilhões. Destes, duas Pequenas Centrais Elétricas (PCH) estão aprovadas, além de outras três PCHs, sete biomassas e uma eólica que foram contratadas.

Os benefícios esperados compreendem a redução anual da emissão de gases de efeito estufa de 2,8 milhões de toneladas de CO₂; geração anual de cerca de 150.000 empregos, diretos e indiretos, em todo o País; demandas industriais, com a exigência mínima de 60% na nacionalização de equipamentos e serviços; e internalização de tecnologias de ponta.

Para o ano 2006, está previsto o comissionamento de 37 empreendimentos do PROINFA, perfazendo 915MW instalados, sendo 10 empreendimentos de PCH, 10 de Eólica e 17 de Biomassa, distribuídos em 13 Estados, gerando aproximadamente 1.338GWh. São os primeiros empreendimentos a entrar em operação por meio do programa.

g) Reluz – Eficiência Energética na Iluminação Pública

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, tem contribuído para as ações do Governo voltadas para a melhoria das condições de segurança, a redução de custos e o uso eficiente da energia. Pretende-se, até o ano de 2010: i) tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de Iluminação Pública; ii) reduzir em 540MW a carga no horário de ponta; iii) economizar 2.400GWh por ano; e iv) instalar três milhões de novos pontos de iluminação pública.



Essas ações, além de melhorar as condições de iluminação das cidades brasileiras, têm propiciado também outros benefícios, como a redução de despesas municipais com eletricidade, melhoria das condições para o turismo, comércio e lazer noturnos, geração de novos empregos e aumento da qualidade de vida da população urbana em todo o País. No ano de 2005, foram investidos R\$57,3 milhões em 347.500 pontos de iluminação. Com essas medidas, conseguiu-se uma economia de consumo de 57 mil MWh nos 229 Municípios atendidos.

Em 2006, o Governo pretende investir cerca de R\$145 milhões para a melhoria da iluminação de 544 Municípios. A previsão é de uma economia de energia na ordem de 58.893MWh/ano e redução da demanda em 13.591kW.

h) Resgate do Papel do Estado no Setor Mineral

No setor mineral, o Governo continuou investindo na recuperação da gestão pública dos recursos minerais e na geração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. Esses dados são essenciais para a atração de novos investimentos e para implantação de projetos de exploração mineral.

Os efeitos econômicos e sociais dos investimentos públicos na produção do conhecimento geológico básico estão bem expressos nos dados de exportação e de empregos no setor da mineração. A mão-de-obra direta ocupada na indústria extrativa mineral é de 246 mil pessoas, no entanto, deve-se considerar ainda que cada emprego gerado nesta indústria induz a criação de outros dez na cadeia produtiva. Estima-se que 2,7 milhões de brasileiros trabalham direta ou indiretamente para o setor de mineração.

No comércio exterior, observa-se que o setor mineral registrou saldos positivos nos chamados “minerais sólidos” e, incluindo os produtos da primeira transformação, foi responsável, em 2005, por cerca de 31% do saldo da balança comercial, à semelhança do que ocorreu em 2004.

Em 2005, foram mapeados geologicamente 220.000km² e 553.000km² do território brasileiro constituíram objeto de levantamento aerogeofísico, no âmbito do Programa Geologia do Brasil. Esse Programa tem como meta mapear, até 2007, 30% do território nacional com geologia, geoquímica e aerogeofísica. Estima-se que investimentos públicos em levantamentos geológicos, da ordem de R\$150 milhões/ano, induzirão investimentos privados anuais em pesquisa mineral, que poderão alcançar R\$900 milhões em médio prazo.

Para 2006 está programada a execução de 228.000km² de levantamentos geológicos e 155.000km² de levantamentos aerogeofísicos, atingindo até o final de 2006 um acumulado de aproximadamente 10% e 9,0% do território nacional, respectivamente. Serão realizadas ainda avaliações de recursos minerais, com prioridade para a região Amazônica, e 33 levantamentos hidrogeológicos, estes prioritariamente na região do Semi-Árido nordestino.

Esses investimentos demonstram a prioridade do Governo em prover a infra-estrutura indispensável ao crescimento econômico, garantindo o suprimento nacional sustentado da indústria mineiro-metalúrgica, e criando as condições para o início de um novo ciclo de descobertas de jazidas.



2. Transportes

Importante vetor estrutural para a sustentação do crescimento econômico de longo prazo, a infra-estrutura de transportes, ao longo das últimas décadas, recebeu investimentos proporcionalmente decrescentes quando mensurado em relação ao PIB — aproximadamente 3% nos anos 70; 1,5% nos anos 80; e, 0,7% nos anos 90. Esse comportamento provocou uma redução da capacidade da oferta de transportes, que não conseguiu acompanhar a evolução da demanda, mesmo no contexto de baixo crescimento da economia ocorrido na última década. A deterioração da infra-estrutura tem gerado reflexos negativos sobre a produtividade e a eficiência do sistema de transportes, comprometendo a competitividade do setor produtivo, notadamente no complexo exportador.

Diante dessa realidade e a partir dos diagnósticos sobre o setor no que tange à eficiência dos modais, à situação do patrimônio público e a dificuldades de gestão organizacional, e tendo como objetivo um aumento imediato da capacidade operacional da malha física, o Governo priorizou remover os pontos de estrangulamento da malha existente, privilegiando a conclusão das obras em andamento e estabelecendo critérios rigorosos na seleção de novas obras. Dessa forma, tem-se buscado: i) atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento, principalmente do comércio exterior; ii) reduzir os níveis de ineficiência em número de acidentes, tempos de viagem e custos de transportes; iii) estruturar corredores estratégicos de transportes; iv) estimular maior participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade; v) apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo; e vi) consolidar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração física na América do Sul.

a) Ampliação da Capacidade de Investimento

O Governo conseguiu aumentar sua capacidade de investir, especialmente em transportes, a partir de negociações que resultaram na utilização de recursos, não incluídos no cálculo do superávit primário, para investimentos em infra-estrutura. Em 2005, foi iniciado o Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Grande parte dos recursos do PPI foi destinada à recuperação da malha rodoviária federal; à adequação e duplicação de rodovias; e a melhorias das infra-estruturas portuária e ferroviária.

Ao mesmo tempo, para ampliar o atendimento às demandas de transportes, foram adicionadas outras modalidades de financiamento da infra-estrutura, buscando criar condições para participação de investimentos privados, sem prejuízo da utilização de instrumentos tradicionais como as concessões e os arrendamentos.

Destaca-se a aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPP), no final de 2004, e a seleção, com base em critérios técnicos, de quatro projetos candidatos à PPP, quais sejam: a BR-116/BA, a BR-493 – Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, o Ferroanel de São Paulo e a Variante Ferroviária Guarapuava–Ipiranga, no Paraná.

Para 2006, em termos de política e planejamento, destacam-se: i) a elaboração do Plano Nacional de Logística de Transportes; ii) a gestão da regulação e supervisão das rodovias concedidas pelos Estados por meio de convênios de



delegação; iii) a implementação da 2ª e início da 3ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais; e iv) a aprovação do plano de outorga do projeto da rodovia BR-163/MT/PA.

Em outra área importante, a de regulação dos transportes terrestres, as ações para 2006 abrangem: i) o aprimoramento do cenário regulatório com a edição de resoluções relativas à receita alternativa, comunicação de acidentes, plano trienal de investimentos, monocondução ferroviária, investidor dependente, transporte ferroviário de produtos perigosos e revisão da resolução de tráfego mútuo e direito de passagem; ii) a implantação de novos sistemas de acompanhamento de informações das concessionárias, permitindo maior confiabilidade dos dados e maior volume de informações; iii) o investimento de R\$3,0 bilhões pelas concessionárias ferroviárias; e iv) a elaboração de modelo para estudo de viabilidade de linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros, instrumento importante para analisar a viabilidade das linhas existentes e a definição de parâmetros para a licitação de linhas, que deverá ser realizada até o ano de 2008.

b) Transporte Rodoviário

As ações rodoviárias visaram melhorar níveis de conforto e segurança para os usuários da malha e contribuir para o escoamento das exportações. Em 2005, o Governo contratou, por meio da ação de conservação, mais de 36,5 mil km da malha rodoviária federal, recuperou 3,2 mil km de rodovias e sinalizou 2,9 mil km. Por seu lado, com o objetivo de evitar a deterioração das rodovias, foi implementada importante ação de controle de excesso de peso dos veículos, por meio da instalação de balanças nas rodovias, contando hoje com 42 unidades em funcionamento, das quais 19 em caráter educativo. Em 2006, está prevista a instalação de mais 30 balanças para controle do excesso de peso nas rodovias, totalizando 72 em pleno funcionamento no País.

Para 2006, está prevista a conservação de 38 mil km e a recuperação de 9,3 mil km de rodovias federais. Além disso, terá continuidade o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, com intervenções de recuperação de pavimento e sinalização horizontal em rodovias de 25 unidades da Federação, numa extensão total de 26,5 mil km, onde serão investidos R\$440 milhões.

Obras estruturantes de construção, pavimentação, duplicação e ampliação de capacidade das rodovias federais terão continuidade em 2006. Nesse sentido, é importante ressaltar os passos finais para a consolidação do Corredor Mercosul, com a conclusão da duplicação das pistas das Rodovias: Fernão Dias (BR-381 – trecho Belo Horizonte–São Paulo), Régis Bittencourt (BR-116 – trecho São Paulo–Curitiba) e da BR-101 – trecho Curitiba–Florianópolis (já entregues ao tráfego). Também foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101/Sul, no trecho entre Palhoça/SC e Osório/RS, com previsão de conclusão em 2007. Esse trecho ampliará a ligação entre os principais mercados consumidores brasileiros e os países vizinhos do Mercosul.

Outras obras de duplicação e adequação de capacidade estão em andamento, com recursos disponibilizados no PPI, atendendo importantes eixos econômicos, tais como a BR-050/MG (Uberaba – Uberlândia), a BR-381/MG (Belo Horizonte–Governador Valadares), a BR-060/DF/GO (Brasília/DF–Anápolis/GO) e a BR-153/GO (Aparecida de Goiânia–Itumbiara).



Destaca-se, ainda, a conclusão das obras de construção da BR-116/BA, no trecho entre Tucano e Ibó, restando a finalização de uma obra-de-arte especial na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, completando, dessa forma, a ligação pavimentada do Norte ao Sul do País pela BR-116. Com o mesmo objetivo, encontra-se em andamento a obra na BR-116/CE, trecho Fortaleza–Pacajus. Ainda em 2005, foram iniciadas as obras de duplicação da BR-101/Nordeste (trecho Natal/RN–Palmares/PE), de extrema relevância econômica, turística e de integração nacional.

Para 2006, além da continuação das obras já citadas, ressalta-se a previsão da construção de trechos rodoviários estratégicos como a BR-364/AC (Sena Madureira–Cruzeiro do Sul), a BR-401/RR (Boa Vista–Bonfim–Normandia/fronteira com Guiana), a BR-156/AP (Ferreira Gomes e Oiapoque/fronteira com a Guiana Francesa), a BR-230/PA (Itaituba–Altamira–Marabá – divisa TO/PA), a BR-158/MT (divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira), a BR-346/MT (Diamantino–Sapezal–Comodoro) e a BR-153/PR (Ventania–Alto do Amparo).

Em relação à integração nacional, cabe destacar as ações de implementação da BR-156/AP (Macapá–Oiapoque), da BR-158/MS (Selvíria–Três Lagoas) e da BR-364/RO (Porto Velho–Candeias do Jamari). Além dessas, visando promover a integração física com o continente sul-americano, foi concluída a Ponte sobre o Rio Acre, na BR-317/AC, incluindo os acessos rodoviários, possibilitando a ligação Brasil-Peru, via Assis Brasil (Brasil) e Iñapari (Peru). Para 2006, está planejada a construção de pontes binacionais sobre o Rio Oiapoque (BR-156/AP), fronteira com a Guiana Francesa, e sobre o Rio Itacutu (BR-401/RR), fronteira com a Guiana, além do desenvolvimento de projeto executivo para a construção da segunda ponte na região de Foz do Iguaçu (BR-277/PR), fronteira entre Brasil e Paraguai.

No âmbito da regulação, o Governo vem pautando a atuação na intensificação da fiscalização, no aperfeiçoamento e provimento de marcos regulatórios para disciplinar as relações entre usuários e prestadores de serviços de transportes regulados. O objetivo é garantir eficiência, equilíbrio da concorrência e melhorias na logística de transportes, resultando em melhor desempenho econômico do setor e das atividades econômicas dele dependentes.

Nesse sentido, foram revistos todos os Programas de Exploração Rodoviárias (PER) nas concessões rodoviárias, em especial o da concessionária da rodovia BR-290/RS, trecho Osório–Porto Alegre, no qual foi incorporado um novo trecho e solucionado o acompanhamento físico do contrato. Além disso, foi transferida para o Programa de Concessões da BR-116/São Paulo–Curitiba a execução de algumas obras complementares e a construção de um trecho de 30km na Serra do Cafezal.

O transporte de passageiros também contou com ampliação nas ações de fiscalização, com apoio de universidades federais, agências reguladoras estaduais, departamentos de Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, com ênfase no combate ao transporte irregular, controle das autorizações de transporte eventual e turístico e vistorias operacionais e financeiras nos terminais e garagens.

Cabe, ainda, destacar o início do processo de reorganização do Transporte Rodoviário de Cargas, com o objetivo de aumentar a segurança e criar as bases para a modernização desse setor, principal responsável pelo transporte de carga



no País. Sendo assim, foi implantado o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), que envolveu o cadastramento de transportadores e veículos do transporte rodoviários de cargas, realizado em 182 pontos do País, e que atingiu 544 mil registros de transportadores, entre autônomos, empresas e cooperativas, e 847 mil veículos. No transporte rodoviário internacional de cargas, foi concluída a implantação do sistema de cadastramento e controle, o qual está disponibilizado para a fiscalização nos 22 postos de fronteira.

c) Transporte Ferroviário

Praticamente toda a malha ferroviária brasileira, de 28,6 mil km, foi transferida à iniciativa privada, no período, 1996/99, restando apenas os 200 km já construídos da Ferrovia Norte Sul, que são explorados pelo Estado, com operação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Como parte do processo de Revitalização do Setor Ferroviário, em 2005, foram realizados, pelas concessionárias, investimentos da ordem de R\$2,1 bilhões na expansão e modernização das malhas, com destaque para as encomendas de aproximadamente nove mil vagões, o que resultará na revitalização da indústria ferroviária.

De forma a melhorar as condições operacionais das ferrovias e segurança da população, estão em andamento estudos, projetos e obras voltadas à implantação e adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. O intuito é corrigir graves conflitos entre a malha ferroviária e o sistema viário urbano decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário e do desenvolvimento das cidades.

Com relação à expansão da malha, destaca-se em primeiro lugar, a Ferrovia Norte-Sul, onde, a partir de 2005, com recursos do PPI, foram aceleradas as obras de construção do tramo norte – entre Aguiarnópolis e Araguaína no Tocantins, com 147 km de extensão, previstos para conclusão até outubro de 2006 – e do Pátio Multimodal de Araguaína. Em relação à Norte-Sul, é prevista para 2006, a modelagem de licitação do trecho operacional Araguaína-Palmas e a continuidade da execução da obra ferroviária no trecho Anápolis/GO (km 0,0) – Ouro Verde/GO, totalizando 40km.

Além dessas ações, terá início em 2006 a Nova Transnordestina, que envolve investimentos privados da ordem de R\$4,5 bilhões – por meio de uma alternativa importante de financiamento, o “Project Finance”. Com essa ferrovia, será criado um novo corredor ferroviário de alta capacidade, em bitola larga, entre Eliseu Martins, no Piauí, e os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará.

Outras importantes ações previstas para este ano são: i) a conclusão de viaduto sobre a ferrovia em Alagoinhas/BA; ii) o início da construção de contorno ferroviário no Município de São Felix/BA; iii) a conclusão de passagem inferior sobre a ferrovia em Vespasiano/MG; iv) a retomada das obras do contorno ferroviário de Campo Belo/MG; v) o início da adequação de ramal ferroviário no perímetro urbano de Barra Mansa/RJ; vi) a conclusão da ponte ferroviária de Lins/SP; e vii) o início da construção de contorno ferroviário de São Francisco do Sul/SC. Prevê-se, ainda para 2006, um encaminhamento conclusivo para a Rede Ferroviária Federal (RFFSA), atualmente em processo de liquidação.



d) Transporte Marítimo e Hidroviário

No período 2003-2005, deve ser destacada a evolução da produtividade dos portos. Houve no citado período um crescimento de 18,21% na movimentação geral de cargas, incluindo granéis sólidos, líquidos e carga geral, passando de 571 milhões de toneladas em 2003, para 675 milhões de toneladas em 2005. Incremento mais acentuado foi o obtido, no mesmo período, na movimentação de unidades de *containers*, da ordem de 44,4%, passando de 2,7 milhões de unidades em 2003, para 3,9 milhões de unidades em 2005.

Contribuindo para esses resultados, o Governo realizou obras de recuperação e de melhoramentos em 17 portos públicos. Destaca-se a instituição do grupo de trabalho interministerial, denominado “Agenda Portos”, que em 2004 visitou 11 dos principais portos brasileiros – responsáveis por 93% de todas as exportações via portos marítimos – identificando gargalos de natureza operacional.

A programação da Agenda Portos principalmente nos portos de Rio Grande, Itajaí, São Francisco do Sul, Santos, Sepetiba, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aratu e Itaquí, incluem as seguintes ações em curso: i) implantação de sistemas de controle de acesso de pessoas, cargas e veículos às áreas dos portos organizados; ii) dragagens de aprofundamento e de manutenção; iii) derrocagens diversas; construção de complexos administrativos portuários; iv) construção de instalações portuárias para inspeções fitossanitárias; v) recuperação de berços e do pavimento de áreas internas; vi) recuperação de molhes de abrigo; vii) modernização da sinalização náutica; viii) melhoramentos na infra-estrutura portuária como em sistemas elétricos, instalação de balanças, construção de pátios de estacionamento, de centros de controle de tráfego marítimo e terrestre; e ix) melhoria nos acessos, com destaque para o processo licitatório em curso para a construção das avenidas perimetrais do Porto de Santos, além da elaboração de termo de contratação de empresa especializada para implantação de Portal e realização de estudos para o Sistema de Controle e Monitoramento dos Portos (SISPORTOS), que fornecerá dados em tempo real das movimentações portuárias.

Para 2006, espera-se a continuidade das ações de melhoria da infra-estrutura portuária e da segurança nos portos públicos federais e delegados, principalmente investimentos em dragagem e derrocagem, recuperação de cais, construção de *dolphins* de atracação, sinalização e iluminação, construção de instalações portuárias e controle do acesso de pessoas e cargas para fins de atendimento a normas internacionais de segurança. Observa-se ainda a inclusão de recursos para a repotencialização do sistema de atracação de navios no Terminal Salineiro de Areia Branca e de construção do cais 4 no Porto de Suape.

Em prosseguimento às atividades desenvolvidas em 2004, devem ser destacadas também as ações de melhoria da operação portuária, visando tornar mais competitivo e seguro o comércio exterior, representadas principalmente pela adequação do sistema portuário brasileiro às normas internacionais de segurança da Organização Marítima Internacional (IMO) denominadas ISPS Code – *International Ship and Port Facility Security Code*. Em 2005, 10 portos brasileiros – Areia Branca, Natal, Fortaleza, Itajaí, Itaquí, São Francisco do Sul, Suape, Pecém, Santana e Porto Velho – obtiveram a Declaração de Cumprimento (certificado da CONPORTOS). Além disso, foram solicitadas inspeções para certificação pelos Portos de Santos, Belém, Vila do Conde, Santarém, Salvador, Aratu e Ilhéus.



Visando o atendimento às demandas de transporte de carga e passageiros de relevância para a integração regional, o Governo iniciou um programa para construção/ampliação de 30 terminais hidroviários na Região Amazônica. As prioridades para 2006 reforçam ainda a intensificação do programa para construção e ampliação de 65 terminais hidroviários na Região Amazônica.

No âmbito da Navegação Interior, estão sendo desenvolvidas atividades de supervisão e manutenção das condições de navegabilidade em 9,4 mil km de rios, incluindo atividades de dragagem, sinalização e balizamento, desobstrução de canais, garantindo a trafegabilidade e a segurança da navegação interior.

No exercício de 2005, foram emitidas 49 autorizações para a exploração de serviços de transporte aquaviário e 15 autorizações para a construção/ampliação de terminais de uso privativo exclusivo ou misto.

Para 2006, no âmbito do transporte aquaviário, estão previstas: i) a continuidade do aperfeiçoamento do marco regulatório, buscando a ampliação da competição por meio do aumento da oferta dos serviços de transporte e de exploração da infra-estrutura portuária, principalmente, no que tange à navegação de cabotagem; e ii) a realização de levantamento e identificação da demanda e da capacidade operacional dos portos nacionais, para subsidiar a formulação de políticas para o subsetor e o incremento das ações fiscalizatórias a partir de implantação das unidades administrativas regionais previstas para o início do exercício.

e) Fomento à Indústria Naval

Aspectos fundamentais para o desenvolvimento da indústria naval residem nos marcos legais e nos mecanismos de financiamento ao setor. O Governo vem trabalhando no sentido de adequar e complementar as normas legais imprescindíveis à atividade e de aprimorar os procedimentos para a concessão de financiamento para os projetos prioritários de construção e reparação de embarcações, e construção e modernização de estaleiros.

Ressalte-se o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Arrecadação do Adicional de Frete para a renovação da Marinha Mercante (MERCANTE), que deu tratamento adequado às informações provenientes das operações de transporte de carga, implantando rotinas com a participação de aproximadamente 20.000 usuários, como empresas de navegação, agências de navegação, consignatários de cargas, despachantes aduaneiros. Esse Sistema está conferindo ao setor maior agilidade, por meio de medidas de desburocratização e otimização de procedimentos, gerando redução de custos operacionais para liberação de cargas nos portos brasileiros.

Essas medidas resultaram na retomada dos investimentos na infra-estrutura de transportes, com maior disponibilidade de recursos no setor de construção e reparação naval. No ano de 2005, foram entregues 27 embarcações, sendo liberados aproximadamente R\$215,3 milhões para construção de 82 embarcações, construção de 1 cábrea e modernização e ampliação de um terminal portuário. Foram contratadas 19 obras, o que demandará a aplicação de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no montante aproximado de R\$400 milhões. Por seu turno, 41 obras, já contratadas, encontram-se em andamento.



Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira encontra-se em um momento de revitalização, reativando-se antigos estaleiros, ampliando-os ou implantando novas áreas industriais. Com o incremento na contratação de empreendimentos estima-se a geração de mais de 28 mil empregos diretos e indiretos por essas atividades.

Cabe ressaltar a inclusão de novos agentes financeiros para realização de operações com o FMM, o que foi regulamentado por meio do Decreto nº 5.543, de 20 de setembro de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.893, de 2004.

A previsão orçamentária de destinação de recursos ao FMM, em 2006, é de R\$1,5 bilhão. A perspectiva será contratar as obras priorizadas pelo Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (89 projetos), cujas operações totalizam o montante de R\$1 bilhão e os navios da Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE), operadora de navios da TRANSPETRO.

Na área *offshore*, a indústria naval brasileira conseguiu, em curto espaço de tempo, colocar-se entre aquelas de ponta em nível internacional, sendo que para os próximos anos, o potencial de crescimento do setor deverá ampliar-se com a perspectiva de financiamento, em curto prazo, de pelo menos 54 embarcações, entre essas, 22 navios da TRANSPETRO, 20 navios em fase de negociação com a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) e 12 navios da iniciativa privada.

f) Cooperação do Exército Nacional

A engenharia militar do Exército participou da melhoria da infra-estrutura de transporte e de saneamento no País com a construção da BR-282/SC e a recuperação de inúmeros trechos de rodovias federais, dentre elas a BR-153/SP/MG; a BR-163/PA; a BR-174/RR; a BR-324/BA a BR-135/BA; a BR-364/RO; a BR-343/PI e a BR-230/PI. São relevantes, ainda: a construção do trevo da cidade de Uberlândia/MG; a construção do anel rodoviário em Barreiras/BA; pavimentação urbana em Lages/SC, Barreiras/BA e Cuiabá/MT; obra de saneamento básico da cidade de Araguari/MG; implantação de estradas vicinais e rede de energia elétrica em assentamentos do INCRA, em Santa Rosa do Purus/AC e em diversas localidades em Mato Grosso; restauração do dique do Poti Velho, em Teresina/PI; serviço de conservação ferroviária na Ferrovia Centro-Atlântico; construção da pista do Aeroporto Internacional de Natal/RN; e a recuperação da pista do Aeroporto de Marabá/PA.

Além dessas obras, o Exército Brasileiro iniciou a duplicação da BR-101/RN/PB/PE e está executando a adequação de um segmento da BR-381/MG, trecho Governador Valadares – Belo Horizonte. Participa também da manutenção preventiva das rodovias, dentre as quais a BR-020/PI e a BR-407/PI, a BR-316/MA e a BR-324/BA, bem como a recuperação de 10 postos de pesagem espalhados pelo território nacional. Há cooperação também em obras de infra-estrutura aquaviária, como a recuperação de berços no porto de São Francisco do Sul/SC e na construção de molhes do porto de Rio Grande/RS, assim como em análises de suporte às obras de construção da eclusa de Lajeado/TO.

Foram também firmados convênios com Governos Estaduais para conservação de rodovias no Rio Grande do Norte (RN-076 e RN-226), em Minas Gerais (MG-235) e em Mato Grosso (estrada vicinal Poconé/Boqueirão, MT-040 e MT-361).



3. Aviação Civil e Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária

O setor de transporte aéreo encontra-se atualmente em recuperação, em relação a meados de 2003. Ao final de 2005, o desempenho do setor no mercado doméstico se mostra expressivo, com resultados operacionais positivos, com taxas médias de aproveitamento e ocupação das aeronaves crescendo de 53%, ao final de 2002, para 69%. Registraram-se assim os maiores índices de aproveitamento e ocupação das aeronaves dos últimos cinco anos.

Uma das prioridades do Governo, nos últimos três anos, foi a ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária, além de fortalecer o setor de aviação civil, de modo a contribuir diretamente com o desenvolvimento sustentável do Brasil. Os projetos concluídos nos últimos três anos elevaram a capacidade instalada nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO) de 97 para 117,3 milhões de passageiros/ano. Também o fluxo de cargas nos aeroportos aumentou em cerca de 28%. A modernização dos aeroportos, além de gerar cerca de 50 mil empregos, dotou o País de estrutura aeroportuária adequada para desenvolvimento do turismo interno e internacional.

Coroando o esforço de vários anos, com a participação de entidades de representação dos empresários, dos trabalhadores, do Congresso Nacional e do Governo, contando com significativas contribuições de técnicos e especialistas dos diversos setores da aviação civil, foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com a promulgação da Lei nº.11.182, de 27 de setembro de 2005, constituindo um marco na aviação civil brasileira. Seu funcionamento promoverá a ordenação do setor, mediante a coordenação e supervisão dos serviços de transportes aéreos, da infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica.

Com o funcionamento da ANAC, previsto para o início de 2006, criam-se condições para uma maior estabilidade regulatória e sinalização positiva para maiores investimentos privados no setor de transporte aéreo.

A criação de uma nova linha de financiamento, em moeda nacional para comercialização de aeronaves de fabricação nacional para venda no mercado interno, e a criação da ANAC representarão um novo cenário para o setor em 2006.

4. Comunicações

Em 2006, as comunicações no Brasil darão um salto com as novas tecnologias, como o Sistema Brasileiro de TV Digital além da ampliação de serviços ao cidadão.

a) TV Digital

O Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) – aberto e gratuito –, a ser apresentado no primeiro trimestre de 2006, será um dos mais modernos do mundo. Em junho, na Copa do Mundo, já teremos transmissões para testes, em São Paulo. Em setembro, as emissoras de TV poderão começar a operar comercialmente.



A educação será uma das áreas mais beneficiadas com a nova tecnologia, que permite levar, de forma mais rápida e com mais qualidade, imagens de programas educativos para as escolas em qualquer ponto do País. Outra grande vantagem é a interatividade. A TV digital permite o acesso à telefonia e à Internet e, ainda, a participação direta do telespectador, resultando em maior aproveitamento nos programas de educação à distância.

Em 2005, foram feitas as contratações dos consórcios de pesquisa, que estão em fase final de desenvolvimento dos seus protótipos, relatórios, algoritmos e modelos. Foram investidos nas pesquisas, até outubro de 2005, mais de R\$42 milhões, incluindo os trabalhos da Fundação CPqD e dos consórcios de pesquisas contratados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

b) Serviços Postais

Para atender com qualidade a demanda crescente por serviços postais, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) aplicou, em 2005, mais de R\$1,7 milhão na abertura de 190 novas agências. Foram também investidos mais de R\$5,5 milhões na ampliação da infra-estrutura de produção e distribuição.

Dentre os serviços prestados pela ECT, destacam-se: i) a entrega domiciliar de medicamentos; ii) o pagamento de benefícios a mais de 800 mil aposentados da Previdência Social Básica; e iii) o incremento do comércio, com o acesso da população de regiões remotas aos produtos não disponíveis em seus mercados locais.

Destacam-se, também os serviços de que dispõe a ECT para facilitar o comércio com outros países. O Exporta Fácil dá oportunidade para micro e pequenas empresas exportarem, para qualquer lugar do mundo, produtos com valores de até US\$10 mil dólares por operação. Em 2005, foram exportados R\$32 milhões por meio desse instrumento, contribuindo positivamente para a balança comercial. Por seu lado, no mesmo período, o Importa Fácil possibilitou a 200 entidades científicas trazerem para o País material de pesquisa mais barato e sem burocracia.

c) Rádio Digital e Comunitária

Em 2005, foram concedidas 381 outorgas para os serviços de radiodifusão sonora e de televisão e seus ancilares e auxiliares, além de 627 licenças definitivas de radiodifusão comunitária. Em 2006, será lançado o rádio digital permitindo que a mais comunidades, universidades e escolas tenham sua própria emissora.

A ampliação das rádios e TVs comunitárias é um dos compromissos do Governo. O objetivo é dispor de pelo menos uma emissora em cada Município, passo determinante e ousado na universalização e na democratização dos meios de comunicações.

5. Saneamento

Em 2005, foi mantida a iniciativa do Governo de priorizar os investimentos em saneamento. A revisão de todos os programas e ações do Plano Plurianual e a adoção de critérios técnicos transparentes para a concessão de

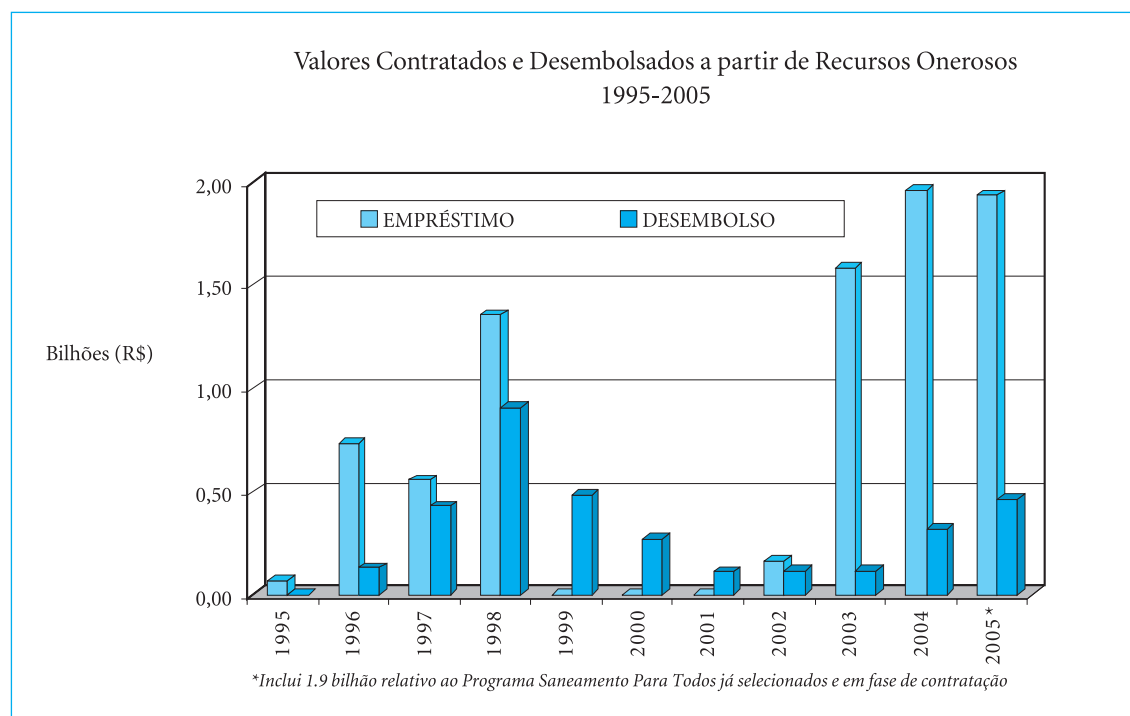


financiamentos foram medidas de melhoria na qualidade do gasto público nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Essas medidas aumentaram a eficiência, a sustentabilidade e o atendimento às áreas mais necessitadas do País.

Um avanço significativo remete à aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, maior fonte de financiamento para o setor de saneamento, com criação do Programa Saneamento Para Todos, em substituição ao Pró-Saneamento. Esse novo programa garantiu maior eficiência das ações financiadas com recursos do FGTS, adotando mecanismos de incentivo financeiro para os projetos de maior sustentabilidade econômica e condicionando o acesso aos recursos a níveis mínimos de qualidade na prestação dos serviços. Ainda no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, estão em fase de contratação por meio de processo seletivo, que teve sua primeira etapa concluída em 28 de dezembro de 2005, recursos de R\$1,9 bilhão para ações de saneamento, dos quais R\$861 milhões (44%) foram direcionados a 22 Municípios que integram oito regiões metropolitanas em risco.

Esse volume de contratações segue a trajetória de retomada dos financiamentos iniciada em 2003, assegurando a manutenção do viés crescente de desembolsos para investimentos no setor. Além disso, em 2006, deverá ser contratado R\$1,7 bilhão destinado à segunda etapa do processo seletivo a ser finalizada em abril.

No gráfico que se segue, podem ser observados os valores contratados e desembolsados de recursos onerosos a partir de 1995.



Fonte: Ministério das Cidades.



No que tange aos recursos do Orçamento Geral da União, foi comprometido um montante da ordem de R\$1,6 bilhão na área de saneamento em 2005. Isso significa melhoria na qualidade de vida de mais de 1,7 milhão de famílias, diminuição dos gastos com saúde e geração de mais de 250 mil empregos diretos. Destaca-se a continuidade do Projeto Saneamento Ambiental em Regiões Metropolitanas, que apóia iniciativas de abastecimento de água, esgoto e lixo, priorizando o atendimento à população com renda familiar inferior a três salários mínimos. Nesse âmbito, foram firmados 165 convênios com os governos municipais e estaduais de todas as Unidades da Federação e comprometidos recursos no total de R\$186,6 milhões. Esses valores deverão beneficiar cerca de 207 mil famílias com abastecimento de água, esgotamento sanitário e ações de resíduos sólidos urbanos. Também teve bom desempenho o Programa PAT-Prosaneat, cujos recursos são oriundos de empréstimo da União junto ao Banco Mundial (BIRD). Foram investidos, no âmbito desse Programa, em 2005, R\$32,8 milhões, em planos de desenvolvimento e projetos de saneamento integrado visando à recuperação ambiental de áreas degradadas, ocupadas por população de baixa renda, em cidades com mais de 75 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, beneficiando cerca de 8 mil famílias.

Ressaltam-se também os investimentos do Governo em saneamento em aldeias indígenas que, em 2005, alcançaram R\$18,5 milhões. Atualmente, os serviços de saneamento em aldeias indígenas atendem a 280.000 índios de uma população total de 450.000 índios existentes no País. Também foi priorizado o atendimento em áreas remanescentes de quilombos em que foram aplicados R\$7,3 milhões em 19 comunidades, beneficiando cerca de 2.200 famílias com serviços de abastecimento de água e destino adequado de dejetos.

Além de aumentar os investimentos e melhorar a qualidade do gasto, o Governo se empenhou em formular um marco regulatório para o setor de saneamento. Após um amplo processo de discussão com os diversos segmentos da sociedade civil, atuantes no setor, o Governo já encaminhou ao Congresso Nacional para aprovação, o Projeto de Lei que estabelece as diretrizes gerais e uma política nacional para os serviços públicos de saneamento básico.

6. Habitação

O Governo vem orientando suas atividades na área de habitação em duas linhas de atuação: a reestruturação institucional e legal do setor; e o incremento nos investimentos com a revisão dos programas.

No sentido de articular as ações e os recursos para habitação nos três níveis de governo e direcioná-los para o atendimento das famílias de baixa renda, foi sancionada a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), oriunda de iniciativa popular que tramitava há 13 anos no Congresso Nacional. Há que se ressaltar, também, que essa Lei é uma demanda histórica da sociedade brasileira, sendo o projeto que deu origem a esse normativo foi apresentado ao Congresso Nacional por meio de iniciativa popular.



A criação do SNHIS foi um avanço institucional para o setor e representa a possibilidade de recuperação do planejamento e organização das políticas de prioridades e investimentos. Tal medida é fundamental para estruturação da Política Nacional de Habitação, cujo projeto de lei, resultante de um processo participativo e democrático, que contou com a contribuição de diversos setores da sociedade, será encaminhado ao Congresso Nacional, em 2006.

Atendendo às diretrizes estabelecidas pelo SNHIS para a aplicação dos recursos do FGTS, o Conselho Curador do Fundo fez uma completa revisão nos critérios para concessão de subsídios em seus programas habitacionais, direcionando-os ao atendimento de famílias na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Passou-se a considerar a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis, de acordo com o porte e localização dos Municípios, o que potencializou as parcerias com esses entes e os Estados, ampliando o acesso à moradia dos cidadãos de menor renda.

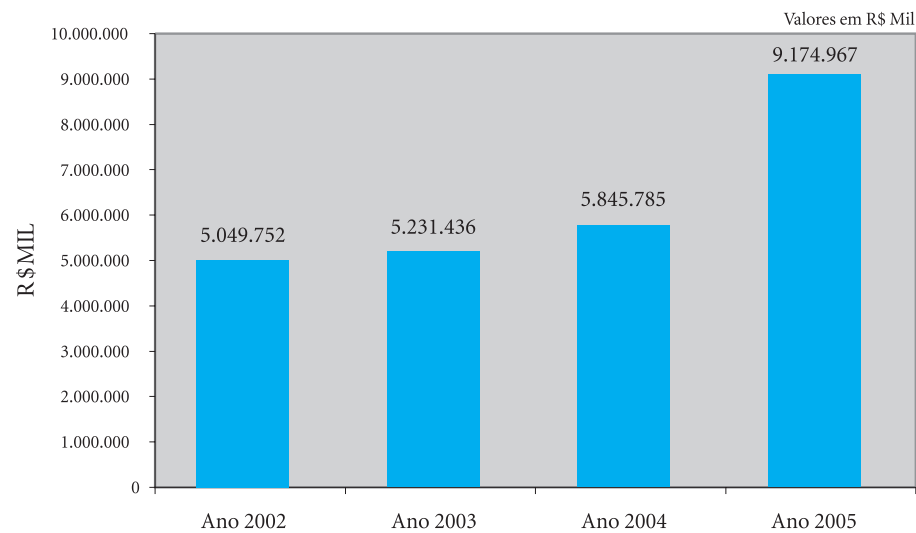
No exercício de 2005, somente com recursos do FGTS, foram alocados R\$1 bilhão em subsídios, dos quais 50% foram destinados a famílias com renda até três salários mínimos, faixa responsável por mais de 80% do déficit habitacional do País. Ademais, para contribuir na ampliação da habitação de mercado foi sancionada a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que cria mecanismos de segurança para financiamentos imobiliários e incentivos fiscais para os compradores de imóveis.

Essas medidas se somaram às alterações no direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança, adotadas pelo CMN, que impulsionaram a oferta de crédito pelos agentes financeiros para a classe média, possibilitando contratações da ordem de R\$4,2 bilhões (62% a mais de recursos em relação ao mesmo período do ano de 2004), com 49.820 atendimentos, estimulando o setor da construção civil, a geração de empregos e o aumento no número de atendimentos.

Assim, em 2005, os investimentos do Governo no setor habitacional foram marcados por um significativo incremento em relação aos anos anteriores. No total, os investimentos dos diversos programas habitacionais totalizaram R\$9,1 bilhões, beneficiando cerca de 458 mil famílias. Não obstante o crescimento do volume investido, destaca-se o seu direcionamento em favor das classes de menor renda. Houve um incremento significativo, notadamente no tocante ao número de famílias atendidas nos segmentos com renda familiar de até 5 salários mínimos. Em 2002, foram atendidas 175 mil famílias, o que correspondia a 57% do total de beneficiados, ao passo que, em 2005, alcançou-se 70% de atendimentos nessa faixa de renda, o que equivale a 343 mil famílias. Para tanto, teve grande contribuição a ação de Subsídios à Habitação de Interesse Social (PSH), que abarcou R\$433,1 milhões em 2005, beneficiando 25.239 famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos.

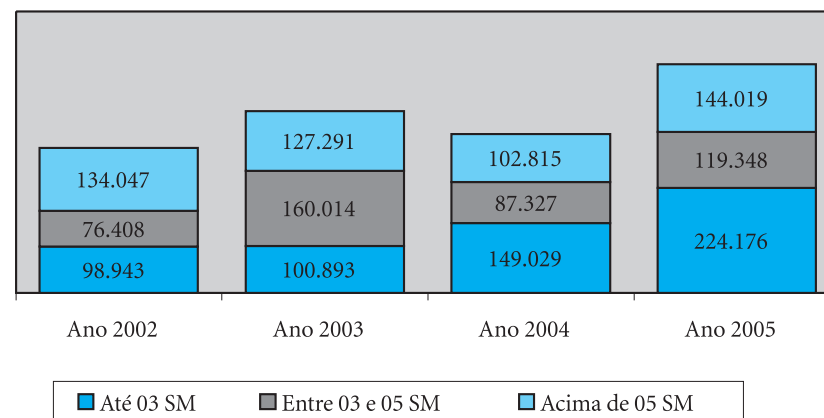
A seguir, está demonstrada graficamente a evolução dos investimentos em habitação e o número de atendimentos por faixa de renda desde o ano de 2002.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO



Fontes de Recursos: FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA
 Fonte de Informação: MCidades e Relatório CEF
 Informações atualizadas até 31 dez 05

Atendimento por Faixa de Renda



Fontes de Recursos: FGTS, FAR, FDS, OGU, FAT, CAIXA
 Fonte de Informação: MCidades e Relatório CEF
 Informações atualizadas até 31 dez 05

7. Planejamento Territorial Urbano

A gestão da situação fundiária dos assentamentos de população de baixa renda em lotes regularizados, a prevenção e contenção de riscos em assentamentos precários – normalmente distantes, sem acesso, desprovidos de infra-estrutura e equipamentos mínimos – e o estímulo à reabilitação de áreas centrais em Municípios estratégicos foram objeto de ações desenvolvidas com recursos do Orçamento Federal.



Nessa linha, a campanha “Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos” representa um movimento inovador de apoio ao planejamento municipal, que mobilizou 25 Estados brasileiros e já alcança, em parceria com diversos segmentos da sociedade, cada um dos 1.700 Municípios que têm a obrigatoriedade de elaborar seus planos diretores, segundo o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade, base da Reforma Urbana e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, traz os instrumentos para tornar as cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. Somente em 2005, foram empenhados R\$16,5 milhões para o apoio à implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades e à elaboração de Planos Diretores, disponibilizando recursos a 136 Municípios para a elaboração ou revisão de seus planos diretores participativos.

Em 2006, espera-se a finalização de 184 contratos firmados com Municípios e Estados, para apoio à elaboração e capacitação para planos diretores participativos, assim como a conclusão de cerca de mais 200 planos diretores apoiados com recursos de parcerias com outros ministérios.

O Programa Papel Passado constitui uma ação inédita que apóia a regularização fundiária de assentamentos humanos em parceria com Municípios, Estados e entidades da sociedade civil. Em 2005, foram aplicados recursos da ordem de R\$10,4 milhões, beneficiando mais de 90 mil famílias com processos de regularização. Até o final de 2006, espera-se alcançar 910.000 famílias de baixa renda com processos de regularização iniciados, 848.000 famílias com processos de regularização em estágio avançado, 596.000 famílias com títulos concedidos e 364.000 famílias com títulos registrados em todo o País.

8. Transporte e Mobilidade Urbana

Em 2005, foi elaborado um anteprojeto de lei do marco regulatório da mobilidade urbana. Espera-se, em 2006, o seu aprimoramento, por meio de seminários regionais com ampla participação social. Posteriormente, o projeto de lei deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, havendo a expectativa da aprovação desse importante instrumento ainda no exercício de 2006.

Diversas iniciativas inovadoras foram implementadas pelo Governo na área de mobilidade urbana. No tocante aos sistemas de circulação não motorizados, merece destaque a criação do Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, que incentiva o uso da bicicleta como meio de deslocamento, promovendo sua integração aos demais sistemas de transporte urbano. Em 2005, foi financiada a construção de oito ciclovias e um projeto de ciclovia, em diversos Estados.

No âmbito dos sistemas motorizados, ressalta-se o apoio do Governo à implantação de corredores estruturais de transporte coletivo urbano e às intervenções viárias em benefício dos sistemas já existentes. Nesse sentido, em 2005, foram apoiados 57 projetos que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para população, totalizando investimentos da ordem de R\$117 milhões. Destaque-se o empenho de R\$75 milhões, no escopo do PPI, para



o apoio à implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano de São Paulo, no trecho Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes, que irá beneficiar diretamente cerca de 1,5 milhão de pessoas carentes de serviços de transporte coletivo inseridas em sua área de influência. Em 2006, outros 15 projetos de corredores expressos deverão ser contemplados, totalizando investimento de R\$7 milhões. Além disso, há previsão de gasto de R\$1 milhão em estudos e projetos de sistemas integrados de transporte, visando racionalizar a oferta e estimular o planejamento, principalmente em grandes cidades e regiões metropolitanas.

No que tange aos sistemas metroviários urbanos, foram retomados os projetos de ampliação e implantação dos sistemas de Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA e Belo Horizonte/MG. Destaque-se a implantação do Trecho Eldorado–Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte, incluído em 2005 no PPI, com aporte de recursos da ordem de R\$83,5 milhões. Assim, assegurou-se um ritmo mais adequado às obras e viabilizou-se a operação plena do trecho, ainda em 2005. Com intuito semelhante, foram empenhadas, no escopo do PPI, as dotações respectivas de R\$140 milhões e R\$100 milhões para investimentos nos sistemas de Fortaleza e Salvador. Ainda nesse setor, foi assinado convênio entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e a Companhia de Transportes de Salvador (CTS), formalizando a transferência do sistema de trem metropolitano e a sua gestão para a companhia municipal, seguindo o preceito constitucional de descentralização desse serviço da União para os Estados e Municípios.

A Proposta de Lei Orçamentária para 2006 prevê recursos da ordem de R\$293,5 milhões para as ações de investimento em transporte metro-ferroviário. Tal montante permitirá grandes avanços nas obras de implantação dos sistemas de Salvador e Fortaleza, ações que compõem o PPPI, além de intervenções menores em Natal, João Pessoa e Maceió. Em Salvador, estão previstos investimentos de R\$158 milhões para dar continuidade às obras civis e à implantação dos sistemas de eletrificação e sinalização. Em Fortaleza, há previsão de investimentos da ordem de R\$124 milhões, que permitirão a continuidade dos serviços na Linha Sul e o início da modernização da Linha Oeste, entre João Felipe e Caucaia, com a remodelação da via permanente, reforma de estações e recuperação da frota de material rodante. Em João Pessoa, continuarão os serviços de recuperação dos carros de passageiros. Já no sistema de Maceió, será iniciada a recuperação da frota de carros transferidos da RFFSA.

O Governo vem atuando não só nos projetos de natureza ferroviária, mas também em planos integrados de transportes, evoluindo em termos de planejamento, estudos e projetos, do enfoque estritamente ferroviário para uma visão de sistemas de transporte associados ao desenvolvimento urbano e social. Assim, foi desenvolvido um projeto piloto de apoio à implantação e modernização de sistemas de transportes metroferroviários, denominado “Desenvolvimento Urbano Integrado das Áreas de Influência dos Sistemas de Transporte sobre Trilhos”, tendo a escolha de local recaído sobre a Região Metropolitana de Natal. Para 2006, está prevista a conclusão da fase de diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades para a capital potiguar e o início do desenvolvimento de projeto semelhante para as cidades de João Pessoa e Maceió.

9. Trânsito

No ano de 2005, o Governo manteve seu propósito de implementar ações voltadas à estruturação e ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Ressalta-se a continuidade da implementação do Registro Nacional



de Informações Interestaduais (RENAINF), já implantado nos principais Estados da Federação e no Distrito Federal, abrangendo cerca de 89% da frota de veículos no País, bem como os avanços no Programa de Implantação da Municipalização do Trânsito, que integrou 212 Municípios em 2005, totalizando 708 Municípios integrados ao SNT.

Além disso, no âmbito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), foram discutidas e aprovadas 43 resoluções, modernizando e regulamentando a legislação de trânsito. Destaca-se em especial o término da exigência da Autorização Especial de Trânsito (AET) para bitrens de até 57 toneladas e 19,80 metros de comprimento, beneficiando proprietários de cerca de 80 mil composições, que anualmente eram obrigados a obter a autorização para cada veículo, sem que houvesse qualquer restrição de horário e de percurso.

No Programa de Capacitação para Profissionais do SNT, foram realizados 101 cursos, capacitando 3.520 técnicos e gestores de trânsito em 1.180 Municípios, abrangendo todos os Estados da Federação. Também, foram realizadas campanhas educativas nos mais variados temas, como Direção Defensiva e Semana Nacional de Trânsito e de Segurança.

Em 2006, além da conclusão da implantação do RENAINF, espera-se: i) aprimorar a oferta de informações e melhorar a segurança, com a reformulação do Sistema Nacional de Estatísticas de Trânsito (SINET); ii) implantar a Identificação Automática de Veículos (IAV), do Programa de Inspeção Técnica de Segurança Veicular; e iii) adotar novos requisitos de segurança nos documentos do veículo e do condutor. Além disso, será implementado o Programa de Educação para a Cidadania no Trânsito e realizados o Exame Nacional de Instrutores e Examinadores e o VI Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito.



V - POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

2006



1. Política Externa

Em 2005, o Governo brasileiro continuou priorizando, em sua ação externa, a promoção da democracia nas relações internacionais, aprofundando seu compromisso com o multilateralismo, e o estreitamento das relações do Brasil com todas as regiões do globo, conferindo impulso renovado à universalidade de nossa diplomacia. Nesse sentido, o Brasil participou de forma decisiva na luta pela liberalização do comércio internacional, em prol do sucesso da Rodada de Doha, e nos esforços para a reforma do Conselho de Segurança da ONU, de modo a torná-lo mais representativo da realidade contemporânea.

As posições assumidas pelo Brasil hoje refletem maior firmeza e ativismo nas negociações multilaterais. Essa postura firme e decidida contribuiu para a consolidação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que vem desempenhando papel central nas negociações da Rodada de Doha, sob a liderança do Brasil. O G-20 é ouvido nos fóruns internacionais e reconhecido como legítimo interlocutor do mundo em desenvolvimento, além de potencializar a cooperação sul-sul. Tal postura foi importante, também, para imprimir maior flexibilidade ao processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), levando em conta a assimetria das economias latino-americanas e o conjunto de acordos pré-existentes com países da região e no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). A definição das posições brasileiras resultou de debate que contou com ampla participação da sociedade civil.

A reestruturação da agenda das negociações na ALCA, com a retirada da pauta negociadora de itens sensíveis para o Brasil, o fortalecimento do MERCOSUL, a preservação da capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento e o aumento da transparência e da participação da sociedade civil constituem conquistas recentes da diplomacia brasileira. Na IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005, MERCOSUL e Venezuela sustentaram não estarem dadas as condições necessárias para se lograr uma ALCA equilibrada e equitativa. Dessa forma não foi possível o estabelecimento de um novo calendário para a retomada das negociações hemisféricas, o que deverá ocorrer apenas depois de conhecidos os resultados da Rodada de Doha da OMC.

Para o ano de 2006, o Brasil deverá continuar seguindo os compromissos supracitados. Destacam-se na agenda: i) a continuidade à política externa orientada pela integração com a Argentina e a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA); ii) a promoção de nossas exportações e a articulação de interesses com o G-20 nas negociações da OMC; iii) a mobilização de recursos para o combate à fome e à pobreza; iv) a democratização das relações internacionais e o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança; v) o aprofundamento da parceria com a Índia e a África do Sul; vi) a aproximação com outras regiões do mundo em desenvolvimento, como a África, e os países árabes e a América Central e Caribe; e vii) o desenvolvimento de nossas relações com parceiros tradicionais (EUA, Europa, Japão), além de China e Rússia.

A América do Sul permaneceu como eixo central da política externa brasileira. Com a protocolização junto à Secretaria da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 2005, do Acordo de Livre Comércio com o Peru, o MERCOSUL consolidou as condições materiais para a consecução da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).



Além desse fato, em dezembro de 2005, o MERCOSUL acolheu a solicitação de incorporação da Venezuela como Estado Parte, a efetuar-se nos termos do Tratado de Assunção e do correspondente processo de adesão.

Em 2005, o Brasil sediou a I Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações, cuja essência é o entendimento político e a integração econômica e social da região. A parceria estratégica com a Argentina fortaleceu-se com a negociação de numerosos acordos, no contexto das comemorações de vinte anos da Declaração de Iguazu. No mesmo espírito, buscou-se dar continuidade ao processo de fortalecimento institucional e econômico do MERCOSUL. Com o objetivo de melhorar as condições de competição no interior do grupo, foi criado o Fundo para Convergência Estrutural, que beneficia os sócios menores e as regiões de menor desenvolvimento; eliminou-se a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) entre os Estados Partes; e firmou-se compromisso de criar o Parlamento do Mercosul. O impulso dado pelo Governo à integração sul-americana começa a concretizar-se, tendo, inclusive, sido concluídos acordos comerciais que, na prática, estabelecem uma área de livre-comércio sul-americana, objetivo que vinha sendo perseguido há mais de dez anos.

As missões empresariais organizadas pelo Itamaraty, muitas delas acopladas a visitas presidenciais, contribuíram para o crescimento expressivo das exportações brasileiras nos últimos doze meses. O crescimento acelerado das exportações para países em desenvolvimento, que hoje respondem por mais de 50% de nossas vendas ao exterior, reflete o empenho do Governo em ampliar as relações comerciais do Brasil com os países sul-americanos, africanos, asiáticos e do Oriente Médio. No âmbito da OMC, nossas vitórias em dois importantes contenciosos – o do algodão, contra os Estados Unidos, e o do açúcar, contra a União Européia – simbolizam o novo período. Trata-se de passo importante na eliminação das graves distorções que caracterizam o mercado internacional de produtos agrícolas.

O G-20 teve participação ativa na VI Conferência Ministerial da OMC (Hong Kong, 13-18 de dezembro de 2005). Com posições tecnicamente sólidas e politicamente equilibradas, o Grupo pôde articular-se com amplo espectro de alianças, do Grupo de Cairns ao G-90. Os resultados alcançados preservaram os interesses do Brasil e dos demais países em desenvolvimento. De acordo com os resultados de Hong Kong, espera-se a intensificação do processo negociador e da atuação política do G-20, com vistas a se alcançar um acordo satisfatório no primeiro semestre de 2006.

Em 2006, na área comercial, a atuação do Brasil seguirá pautada pelo objetivo de alcançar um acordo significativo na Rodada de Doha da OMC. A meta é assegurar efetiva abertura de mercados para os produtos brasileiros e o aperfeiçoamento das regras do comércio internacional. Seguir-se-á buscando avanços nas negociações comerciais extra-regionais do Mercosul, com vistas a assegurar o aumento e a diversificação das exportações brasileiras.

Também a África continua a receber atenção prioritária. Em 2005, foram realizadas viagens presidenciais à República dos Camarões, à Nigéria, a Gana, a Guiné-Bissau e ao Senegal; e foram recebidos no Brasil os Presidentes de Angola, da República do Congo, de Botswana, da Gâmbia, de São Tomé e Príncipe, da Nigéria, e de Cabo Verde. Em todas essas oportunidades, foram celebrados acordos e projetos que buscam reforçar as relações bilaterais, com destaque para o papel do Brasil como prestador de cooperação técnica. Foram reabertas as Embaixadas do Brasil na República dos

Camarões, na Etiópia (também Representação junto à União Africana), na República Democrática do Congo e na Tanzânia. Guiné-Conacri e Guiné Equatorial iniciaram a instalação de Embaixadas residentes em Brasília.

A aproximação com os países árabes foi fortalecida com a realização da Cúpula América do Sul – Países Árabes. A iniciativa, que tem como objetivo criar novas frentes de aproximação cultural, comercial, econômica e científico-tecnológica entre as duas regiões, responde tanto à determinação presidencial de aprofundar relações com parceiros do mundo em desenvolvimento, como à premissa de que o processo de integração sul-americano é aberto e inclusivo. Deu-se início, em novembro, a negociações entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), com o objetivo de concluir um acordo bi-regional de livre comércio.

O Brasil tem, ao mesmo tempo, fortalecido suas relações com parceiros tradicionais, notadamente os Estados Unidos e a Europa. Realizaram-se, em 2005, importantes encontros, entre os quais as visitas dos Presidente Bush (EUA) e Zapatero (Espanha) ao Brasil e do Presidente Lula à França (no contexto do “Ano do Brasil na França”), Rússia, Portugal e Itália. Prosseguem as negociações para um acordo de associação Mercosul-União Européia, o qual deverá aprofundar os vínculos entre as duas regiões.

Para o ano de 2006, no plano extracontinental, buscar-se-á aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento: China, Índia, Rússia e África do Sul. No segundo semestre de 2006, ocorrerá no Brasil a II Reunião do Cúpula do Fórum de Diálogo África do Sul, Brasil e Índia (IBAS). As relações com os países africanos continuarão a merecer particular atenção, estando previstas, entre outras iniciativas, visitas presidenciais à África do Sul, à Argélia, à Etiópia (União Africana) e ao Quênia. Será realizada em Salvador a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Estima-se que o evento reunirá cerca de 1.000 intelectuais e personalidades políticas. Prevê-se a abertura de Embaixadas do Brasil no Benin, na Guiné-Conacri, na Guiné-Equatorial, no Sudão, no Togo, em Belize, nas Bahamas e em Granada. O Brasil deverá, igualmente, dar seguimento às decisões emanadas da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Sul-americanos e Árabes. Nesse contexto, participará da Reunião de Ministros da Cultura das duas regiões, em Argel, em fevereiro; da Reunião de Ministros da Economia e Áreas Afins, em Quito, em abril; além de engajar-se na execução de projetos bi-regionais específicos, tais como a criação de portal na Internet sobre Ciência e Tecnologia, o estabelecimento da Biblioteca Árabe-Sul-Americana, e outras iniciativas de cunho cultural.

O Presidente da República participou da Cúpula de avaliação dos cinco primeiros anos da Declaração do Milênio, junto a cerca de 150 outros Chefes de Estado e Governo. O Documento Final da Cúpula traz diretrizes sobre temas centrais da agenda internacional, como desenvolvimento, direitos humanos, paz e segurança internacionais, e fornece orientações sobre a reforma das Nações Unidas. Outro acontecimento importante em 2005 foi o fato do Brasil ter quitado sua dívida com as Nações Unidas, eliminando a inadimplência de mais de dez anos.

No que se refere à reforma do Conselho de Segurança, ganhou terreno a concepção defendida pelo Brasil, favorável a novos membros permanentes, entre os quais países em desenvolvimento. Também foi perceptível a crescente aceitação da candidatura brasileira a assento permanente num Conselho reformado. Entre os meses de abril e maio de 2005, foram



enviados 27 emissários especiais, portando mensagens do Presidente da República, a 104 países de todas as regiões do mundo, com prioridade para América Latina e Caribe, África, Ásia, Pacífico e Leste Europeu. Em setembro, foram enviadas oito novas missões a 28 países de várias regiões da África. Em alguns casos, tratou-se da primeira visita realizada por autoridade do Governo, o que permitiu o fortalecimento das relações bilaterais em áreas onde a presença brasileira era menos ativa. O Brasil encerrou, em 31/12/2005, seu nono mandato como membro eletivo do Conselho de Segurança. Nos dois últimos anos presentes no órgão, o Brasil teve destacada atuação em diversos temas, como Guiné-Bissau, Timor-Leste e Haiti.

O Brasil continuou a liderar os esforços de mobilização para a identificação de fontes inovadoras de financiamento do combate à fome e à pobreza. Em Davos, no G-8 e no Plenário das Nações Unidas, o Brasil propôs um fundo mundial contra a fome, com adesão imediata de 60 Chefes de Estado e apoio de outros 140. Junto com os cinco países que patrocinam a iniciativa (França, Chile, Espanha, Alemanha e Argélia), o Brasil vem trabalhando para o aprofundamento da discussão. O lançamento de projeto-piloto de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas deverá demonstrar a viabilidade de esquemas de taxação internacional na geração de recursos adicionais, em bases estáveis e previsíveis, para o combate à fome e à pobreza.

Nas Nações Unidas, a candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança e a maior participação dos países em desenvolvimento continuarão a ser defendidas, com vistas a revitalizar e democratizar o sistema multilateral. O Brasil continuará também a promover a discussão sobre fontes inovadoras de financiamento do combate à fome e à pobreza.

A colaboração do Brasil para a reconstrução do Haiti colocou o País num novo patamar no cenário internacional. O bom desempenho das tropas e do comando militar brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), aliado ao amplo leque de cooperação técnica prestada, projeta o Brasil como importante parceiro regional do Haiti, em particular, e dos demais países que integram a Comunidade dos Estados do Caribe, em geral. O Presidente do Brasil foi o único Chefe de Estado sul-americano presente à Reunião entre Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana, em setembro, na Guatemala. A importância do Brasil para a região vem-se materializando no formato de missões interdisciplinares de cooperação técnica ao Caribe. Em 2005, iniciou-se processo de abertura de Embaixada residente nas Bahamas e em Belize. Barbados e Jamaica anunciaram intenção de abrir Embaixada residente no Brasil.

Na área cultural, o Brasil continuará priorizando a América do Sul. Estão previstos, também, um Festival de Dança no âmbito do Foro IBAS e os mencionados projetos com os países árabes. Serão realizados, também, grandes eventos em países desenvolvidos com os quais o Brasil mantém tradicionais relações de amizade, tais como a “Copa da Cultura” na Alemanha e a exposição itinerante “Tropicália”, em 2006.

No âmbito da cooperação técnica multilateral, estão em execução 450 projetos nas mais diversas áreas, entre as quais: i) o combate à pobreza rural e urbana; ii) a qualidade da educação e saúde pública; e iii) a administração pública e o meio ambiente. Além disso, o País recebeu cooperação técnica em parceria com os Governos do Japão, Alemanha, Reino Unido,

França, Canadá, Países Baixos, Estados Unidos, Itália e Espanha. Em 2005, um total de 310 projetos e atividades, que internalizaram US\$86 milhões de recursos externos, sem contrapartida, consolidaram importante mecanismo de transferência de tecnologia.

Em 2006, o Brasil deverá participar da primeira reunião do Fórum de Governança da Internet, na Grécia, e continuará a contribuir ativamente para a consolidação de um regime do espaço cibernético multilateral, transparente e democrático. Será realizada em março, em Curitiba, a VIII Conferência das Partes na Convenção de Diversidade Biológica e a III Reunião das Partes no Protocolo sobre Biossegurança.

O tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre cooperação de longo prazo na utilização do Veículo Lançador Cyclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), promulgado em 28 de abril de 2005, estabelece a criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, responsável pela construção, desenvolvimento e operação do sítio de lançamento do foguete Cyclone-4 para prestação de serviços de lançamentos a clientes comerciais e aos programas espaciais do Brasil e da Ucrânia. Com capital previsto de US\$105 milhões, com participação de 50% para cada parte, aguarda-se a conclusão dos termos do Estatuto que regerá a Empresa binacional. Isto permitirá o início imediato dos trabalhos da Alcântara Cyclone Space, que colocará, em breve, o Brasil no bilionário mercado internacional de lançamento de satélites, restrito hoje a um seleto grupo de países.

Em relação às comunidades brasileiras no exterior, elas já atingem 4 milhões de pessoas. Ciente da importância de assegurar apoio e garantir a assistência a esses cidadãos brasileiros, o Governo ampliou os “Conselhos de Cidadãos” junto às Embaixadas brasileiras e a ação de “Missões Consulares Itinerantes”, para atendimento às comunidades brasileiras que residem fora da sede dos postos consulares. Foram abertos sete novas embaixadas e cinco novos consulados, em Genebra, Atlanta, Paris, Beirute e Iquitos, além do Vice-Consulado em Puerto Ayacucho (Venezuela).

Em 2005, continuaram sendo negociados acordos de isenção de vistos de turistas, facilitando a circulação de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil. Negociaram-se também acordos de regularização migratória com o Suriname e a Bolívia, ambos em vigor, e que permitem a regularização da residência de migrantes brasileiros naqueles países e de bolivianos e surinamenses no Brasil.

Em 2006, serão implantados novos passaportes e documentos de viagem, dentro dos novos padrões internacionais, associados a um sistema de controle de documentos de viagem, que contemplará a informatização do processo de solicitação, emissão e controle dos documentos de viagem e do processo de obtenção de vistos em passaportes estrangeiros, além das atividades relacionadas ao processo de emissão daqueles documentos, tais como o controle de emolumentos consulares e consultas estatísticas e gerenciais sobre os documentos de viagem e vistos.

2. Soberania

O Governo tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

Em 2005, o Governo, por intermédio do Ministério da Defesa, apresentou à sociedade a Política de Defesa Nacional (PDN), documento condicionante de mais alto nível de planejamento de defesa, e que tem por finalidade estabelecer os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores civil e militar, em todas as esferas do Poder Nacional. A PDN anterior datava de 1996 e já não mais se adequava às necessidades do País.

Em 2006, deverá ser concluída a revisão da “Política Militar de Defesa” e da “Estratégia Militar de Defesa”, documentos que delinearão a arquitetura militar que o País requer, a fim de atender as suas demandas nessa área nas próximas décadas.

Na Amazônia, o Exército Brasileiro deu continuidade à transferência da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, de Niterói/RJ para São Gabriel da Cachoeira/AM, o que aumentará o efetivo militar na região em cerca de 2.400 homens. Prevê-se para o final de 2008 a transferência e implantação definitiva dessa unidade de selva.

Para 2006, o Comando do Exército dará prioridade à ativação de unidades militares nas fronteiras amazônica e sul do País. Entre outras ações, está prevista a completa desativação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, no Rio de Janeiro, por meio da transferência de seus meios para o reforço da Região Sul do País.

Ainda com esse objetivo, parceria entre o Ministério da Defesa e os Ministérios da Saúde e da Educação incentivou profissionais da área de saúde a prestarem o serviço militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada à distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de residência médica em medicina comunitária e de médico da família. O grupo de profissionais envolvidos no programa é composto de 1.071 efetivos, contemplando médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários de várias especialidades.

Foi ampliada a área de abrangência do Programa Calha Norte, que passou a contemplar a Ilha de Marajó (16 Municípios) e os Estados de Rondônia (27 Municípios) e Acre (22 Municípios). Dessa forma, o Calha Norte, anteriormente com 74, agora cobre 151 Municípios, sendo 95 deles na faixa de fronteira, em seis Estados da Federação, com uma população de cerca de 5.300.000 pessoas, aí incluindo 30% da população indígena do Brasil. Ao final de 2005, foram celebrados 43 convênios com Municípios integrantes do Programa Calha Norte, atingindo cerca de R\$60,2 milhões. Esses recursos permitirão atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saneamento básico e infra-estrutura em 21 Municípios carentes. Para 2006, estão reservados cerca de R\$40 milhões, destinados a obras de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região.

Por sua vez, o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) foi concluído, em julho de 2005, antes do término do prazo contratual e com economia superior a US\$50 milhões do valor financiado. A implementação do SIVAM propiciará uma nova era no trabalho integrado das instituições governamentais no monitoramento da Região Amazônica.

Foi intensificada a realização de exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, possibilitando a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizando a eficiência operacional dos



meios militares brasileiros. Além disso, essas operações foram sempre direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Ressalte-se, ainda, que nessas operações os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas foram intensivamente testados, relativamente aos seus atributos de segurança e efetividade. Para 2006, estão previstas diversas operações militares, pelos diversos Comandos Militares.

No tocante às obras de engenharia militar, em 2006 estão previstas a terraplanagem do novo aeroporto de Natal/RN, a restauração da BR-343/PI, conservação da BR-163/PA, a pavimentação da rodovia MT-040–MT-361, a implantação da BR-030/MG, a recuperação do Porto de São Francisco do Sul, a construção do trevo da BR-050 x BR-262/MG e a revitalização da BR 381/MG.

No âmbito internacional, as Forças Armadas brasileiras foram convidadas a manter sua participação nas Missões de Paz no Timor Leste e no Haiti. Após seis anos de atividades e com os objetivos de apoio e pacificação plenamente alcançados, foi encerrada a participação brasileira na Missão de Apoio da ONU ao Timor Leste, com o retorno ao País do 13º contingente de 125 militares, permanecendo ainda alguns observadores brasileiros para acompanhar a evolução do processo de estabilização daquele país irmão. No Haiti, o Brasil participa da missão da ONU com um efetivo de 1.200 militares, representando um dos maiores efetivos entre os países contribuintes. Além desses efetivos, a Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, participando com 150 militares, tem apoiado o Governo do Haiti em obras de infraestrutura, compreendendo recuperação e construção de estradas, pontes e equipamentos públicos de uma forma geral.

Em 2006, o Brasil ainda se fará representar em Missões da Organização das Nações Unidas, tais como na de Observadores em Prevlaka – Croácia e em Chipre.

Em 2005, 88.888 jovens foram selecionados para cumprir o serviço militar obrigatório. O Plano Geral de Incorporação, relativo ao ano de 2006, prevê a prestação do Serviço Militar Inicial por cerca de 57.000 jovens na faixa etária de 19 anos.

Em 2005, 24.775 jovens receberam formação profissional no âmbito do programa Soldado-Cidadão, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com suporte das Forças Armadas, em apoio ao programa Primeiro Emprego.

O Projeto Rondon foi retomado em janeiro de 2005, depois de permanecer desativado por 14 anos. Foram realizadas três operações nos Estados do Acre, Amazonas e Minas Gerais. Participaram dessas operações 700 estudantes universitários de diversas instituições de ensino superior do País, em 40 Municípios brasileiros. A missão do Rondon é levar, durante o período de férias escolares, estudantes universitários a regiões carentes do País, possibilitando a esses jovens brasileiros o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária.

Merece destaque, também, a ativação das linhas do Correio Aéreo Nacional (CAN) no Acre e ao longo dos rios Juruá e Purus, levando apoio às comunidades carentes e integrando, cada vez mais, o nosso território e o nosso povo. Subsidiariamente a essa atividade, já foram realizados mais de 10.000 atendimentos médicos e odontológicos àquelas



populações. Para 2006, pretende-se priorizar o atendimento e o apoio a essas comunidades carentes. Além das linhas nacionais, foi reativada a primeira linha internacional do CAN, entre as cidades de Brasília, Assunção, Buenos Aires e Montevideu, contribuindo para a integração na área do MERCOSUL e para a aproximação dos países sul-americanos.

Também cabe mencionar a criação de três bases aéreas no arco amazônico, em São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé e Vilhena. Essas bases aumentarão a presença da Aeronáutica e do Estado Brasileiro na região, trarão desenvolvimento e possibilitarão uma maior vigilância e controle de nosso espaço aéreo próximo à fronteira oeste.

No âmbito da construção naval, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro prossegue na construção da Corveta “Barroso” e do 4º submarino nacional, o “Tikuna”, lançado ao mar em 2005. Também foram finalizadas as obras de modernização na primeira das 6 unidades das Fragatas da classe “Niterói”.

A Marinha do Brasil prevê, a partir de 2006 e com prazo de 4 anos, iniciar o Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval (PERPN). Contempla a modernização das fragatas classe “Niterói”, a mencionada continuidade da construção do submarino “Tikuna” e da corveta “Barroso”, a modernização dos submarinos da classe “Tupi”, a revitalização do Arsenal da Marinha e a continuidade do Programa Nuclear da Marinha.

De forma segura e gradativa, o Programa Nuclear da Marinha vem inserindo o Brasil no reservado conjunto de países capazes de produzir combustível a partir da tecnologia nuclear. No projeto de desenvolvimento do ciclo de combustível, a tecnologia de enriquecimento de urânio está dominada e, como resultado, a Marinha do Brasil está construindo ultracentrífugas para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB). No projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LAB-GENE), atingiu-se cerca de 61% do andamento físico, com conclusão programada para os próximos 10 anos. Essa instalação servirá de base e de laboratório para qualquer outro projeto de reator nuclear no Brasil, contribuindo como alternativa para a matriz energética nacional.

Recursos foram investidos na implantação do Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea, destinados à aquisição e modernização de 124 aeronaves de diversas categorias. Ainda prossegue a modernização da frota de aviões, que inclui a substituição dos Mirage, a incorporação de novos supertucanos, aviões de patrulha e de transporte e a modernização das aeronaves AM-X e F-5.

Em 2006, no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), prevê-se a entrada em operação das aeronaves AL-X (supertucanos), produzidas pela EMBRAER, a modernização das aeronaves F-5, o projeto de modernização das aeronaves AM-X, a aquisição das aeronaves de transportes CL-X e a modernização das aeronaves P-3, destinadas ao patrulhamento do nosso território.

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) deu continuidade aos projetos dos veículos de sondagem. O VSB-30 foi qualificado, em junho de 2005, para lançamentos a partir dos centros europeus. Foi assinado contrato com a Agência Espacial Russa para a análise da documentação dos processos de construção, ensaios e operação do Veículo de



Lançamento de Satélites (VLS). Atualizou-se o Projeto Básico da Torre Móvel de Integração do VLS-1, que atualmente encontra-se em licitação para construção.

O Exército Brasileiro, além da renovação gradual dos seus meios, iniciou a implantação de quatro novas brigadas – a de Infantaria de Selva, a de Forças Especiais, a de Garantia da Lei e da Ordem e a de Forças de Paz.





1. Articulação com a Sociedade Civil

O Governo tem adotado como método o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Essa interlocução permanente e qualificada permite que a sociedade passe a ser protagonista na formulação de políticas públicas, e não apenas instância consultiva, opinativa ou de fiscalização.

Em 2005, o Governo realizou 412 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. O presidente da República tem participado diretamente desse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso, sendo que nesse período foram realizados 98 encontros do Presidente com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil nacional e internacional. Destacam-se os encontros com as centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

Também são exemplos dessa nova orientação as centenas de encontros, reuniões e eventos realizados por ocasião das visitas do Presidente da República aos 26 Estados brasileiros. Nessas ocasiões, o Governo vem colhendo importantes subsídios para implementação e aperfeiçoamento de programas e políticas públicas, ouvindo e incorporando sugestões da população diretamente beneficiada. Em 2005, foram realizados 133 viagens e eventos nas várias regiões do País, nos quais foram mantidos contatos com entidades e movimentos sociais locais, regionais e nacionais.

A sociedade pode se expressar em várias mobilizações como no Grito da Terra, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida, nos eventos organizados pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária, bem como nas mobilizações decorrentes da estiagem da região Sul. Ainda, em 2005, foram realizadas 9 Conferências que mobilizaram a sociedade civil e o Governo, e em muitos casos, envolveram também Estados e Municípios.

Por meio do diálogo e da negociação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, foi possível criar e consolidar o Plano Safra 2005/2006, já em andamento, disponibilizando R\$9 bilhões para a agricultura familiar. Na elaboração do Plano houve uma ativa participação do CONSEA.

A partir da consolidação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal, avançou-se em pontos relevantes da política salarial e funcional. Ainda na área trabalhista, houve importantes negociações com as centrais sindicais na definição do salário mínimo e da correção da tabela do imposto de renda dos assalariados, bem como na reforma sindical. Nesse âmbito, foi criada, em agosto de 2005, a Comissão Quadripartite, cuja



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

192

composição plural (empresários, trabalhadores, aposentados e representantes dos 3 níveis de governo) demonstra espaço para o diálogo e intenção de fazer da valorização do salário mínimo uma política de Estado e não apenas de governo. Outra iniciativa foi a participação do Governo nas audiências públicas sobre o projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco e sobre o desenvolvimento de políticas públicas para as áreas de segurança, integração nacional e radiodifusão comunitária.

Outra ação importante é a coordenação do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instituído em 2005 com a finalidade de reconhecer, estimular e difundir ações e projetos que contribuam para que o País atinja as metas de desenvolvimento estabelecidas pela ONU, a serem alcançadas até 2015. O Prêmio é uma iniciativa do Governo em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foram recebidas 920 inscrições de iniciativas em todo o País e selecionadas 27 por um júri de renomados especialistas.

Em 2006, o Governo continuará consolidando e fortalecendo a relação entre o Estado e a sociedade civil de forma a ampliar os espaços de intervenção cidadã na formulação das políticas públicas. Os canais de participação social, como as Conferências, Mesas de Negociação, os Conselhos de Direitos, Fóruns, Ouvidorias, mantidos pelos diversos ministérios e secretarias especiais do Governo Federal continuarão a funcionar como importante instrumento para a construção das políticas públicas. Será também dado prosseguimento às discussões para a efetivação de mecanismos de acompanhamento dos programas do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

De forma a aprofundar o diálogo com a sociedade civil, prevê-se em 2006 a qualificação de gestores públicos para uma política de participação social, por meio de atividades de formação com as principais escolas de governo, seja em forma de capacitações de curta duração, seja na formação de gestores públicos.

a) Diálogo Internacional

Outro fato marcante ocorrido no Governo Lula foi ampliação de espaços para que os movimentos sociais brasileiros participassem ativamente de negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do MERCOSUL, entre outros. Isso possibilitou incluir na dinâmica das negociações a visão da sociedade civil na sua pluralidade, além de ter significado a abertura de espaço inédito a setores tradicionalmente sem voz, como a agricultura familiar, no caso das negociações de salvaguardas.

Para fortalecer o MERCOSUL, por meio de maior participação cidadã, o Governo, em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL, promoveu os “Encontros com o MERCOSUL”, um ciclo de seminários que reuniu, em 2005, mais de 1.500 representantes de vários setores da sociedade civil e autoridades locais em Recife, Salvador, Belém e Belo Horizonte. Em 2006, o Brasil assume a presidência *pro-tempore* desse Mercado Comum e será dado prosseguimento ao fortalecimento do conceito de MERCOSUL CIDADÃO, visando maior participação da sociedade civil no bloco. Entre outras iniciativas, continuarão a ser realizados encontros e seminários de debate para lideranças de movimentos sociais



e populares, organizados em parceria com o Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul. Outra atividade de destaque foi a participação expressiva de representantes do Governo brasileiro nos Fóruns Social Mundial em Porto Alegre e em Bombaim, na Índia. Por sua vez, na 2ª fase da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação da ONU, ocorrida na Tunísia, o Governo esteve presente no stand “Casa Brasil” e apresentou projetos de inclusão digital e cultura digital como os Telecentros, os Pontos de Cultura, o Computador para Todos e a urna eletrônica brasileira. Em parceria com a ONG Software Livre Brasil, foi apresentado o livro “Desafios de Palavras na Sociedade da Informação”, escrito em quatro idiomas por diversos ativistas e intelectuais de software livre dos cinco continentes.

No âmbito da Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), cuja coordenação é do Governo brasileiro, iniciou-se a Primeira Rodada de Consultas Estratégicas para a construção da Visão Estratégica Sul-Americana. A partir da deliberação da IV Reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA, da qual participam ministros de planejamento e de infra-estrutura dos 12 países, foi firmado compromisso entre os países de construir uma abordagem estratégica que forneça uma visão de longo prazo para a integração regional. No Brasil, foram realizadas, em 2005, uma oficina nacional e duas oficinas regionais com ampla participação da sociedade. Em 2006, o Brasil assume a presidência *pro-tempore* da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e o Governo dará continuidade aos debates sobre a integração física, energética, de transporte e comunicações entre os países, além da consolidação do processo de construção da visão estratégica Sul-americana.

Outra marca do Diálogo Internacional foi a inserção do eixo social no calendário do Ano Brasil na França, quando mais de 200 lideranças francesas e brasileiras puderam discutir modelos de agricultura familiar e de desenvolvimento rural sustentável, a função social da cidade, economia solidária, segurança alimentar e os novos mecanismos para financiar o desenvolvimento.

Como membro e fundador do grupo intergovernamental Ação Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Presidente Lula na Assembléia da ONU, em 2004, e composto pelos governos da França, Espanha, Chile, Alemanha, Argélia e Brasil, o Governo continuará, em 2006, a mobilizar as entidades da sociedade civil nacional e internacional em relação às propostas elaboradas nesse fórum, tais como as taxações internacionais para o combate à pobreza extrema, dentro do objetivo de alcançar as Metas do Milênio até 2015.

Foi intensificado o contato do Governo com o mundo acadêmico, o movimento sindical e com intelectuais dos Estados Unidos, a partir de encontros com essas lideranças. Com ênfase na questão dos migrantes brasileiros, ocorreram encontros com comunidades de brasileiros nos Estados Unidos e em Portugal.

O Governo continuará a envolver a sociedade civil brasileira na agenda internacional do Presidente da República. Ao mesmo tempo, será mantido o diálogo permanente com a sociedade civil mundial sobre a situação do Brasil, as ações do Governo e as novas faces da globalização; o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais; as inovações da sociedade mundial da informação e conhecimento; e as propostas da Ação Global contra a Fome e a Pobreza, entre outras.



2. Articulação Federativa

A continuidade e o aperfeiçoamento do diálogo federativo entre União, Estados e Municípios constituiu-se em uma ação permanente do Governo, que tem adotado uma série de iniciativas objetivando o fortalecimento da Federação e, dentro dela, o papel dos Municípios.

Dentre essas iniciativas, merece destaque o amplo processo de mobilização e capacitação de equipes dos governos municipais para a elaboração dos Planos Plurianuais municipais (PPAs). Esse processo envolveu os Secretários de Planejamento e de Administração dos Estados, além das entidades representativas dos Municípios, dos tribunais de contas estaduais e governos municipais. Como resultado do processo, obteve-se intensa mobilização dos prefeitos para a importância do PPA municipal e para o conceito de planejamento territorial integrado – reforçando a articulação federativa por meio dos Planos Plurianuais da União, dos Estados e dos Municípios.

As ações que fortalecem o Município, como ente federado, têm sido desenvolvidas com a consciência de que existem contenciosos federativos, como a expressão das desigualdades regionais e assimetrias entre os entes federados. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por exemplo, vem instituindo mecanismos e instrumentos de definição e implementação de políticas públicas, com ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo e no envolvimento dos Estados, Municípios e sociedade civil. Tal iniciativa vem fortalecendo a integração, a racionalização de ações e o incentivo à participação social nas decisões, na implementação e no controle das políticas públicas.

Com os Estados e o Distrito Federal, vem-se consolidando o relacionamento com as representações oficiais dessas unidades em Brasília, e incentivando o diálogo em diversas questões, como o papel dos entes federativos na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento econômico com equidade social, assim como a execução compartilhada de programas de investimento em infra-estrutura econômica e social de interesse mútuo. O programa Bolsa-Família é caso emblemático de um programa desenvolvido após amplas negociações entre União, Estados e Municípios.

3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) vem ampliando, de forma inédita, os espaços de interlocução do Governo com a sociedade. A perspectiva e a capacidade de definir os grandes rumos do País de forma compartilhada encontram-se em franca evolução. O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade. No CDES, trabalhadores, empresários, movimentos sociais e personalidades de reconhecida competência e liderança nas suas áreas de atuação discutem em posição de igualdade questões fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

O reconhecimento desse espaço se traduz na presença e compromisso dos Conselheiros nas atividades do CDES. Mais que ouvir e falar ao Governo, os Conselheiros ouvem uns aos outros, forjando novas sínteses, abrindo possibilidades de



entendimento. O debate sincero, o processo de esclarecimento entre diferentes, o diálogo ativo em prol do interesse coletivo e a proposição legítima ao Presidente da República são a essência do CDES e o resultado maior que ele pode apresentar à sociedade.

As contribuições do CDES aumentaram a qualidade e legitimidade das ações de Governo, avançou-se na construção do processo de diálogo entre os Conselheiros, Entre conselheiros e Ministros e/ou representantes do Governo. Os diálogos em torno de temas fundamentais para o desenvolvimento do País produziram resultados concretos, encaminhamentos e políticas públicas. Em 2005, o CDES realizou 4 reuniões plenárias, nas quais debateu os temas Oportunidades de Desenvolvimento para 2005; Micro e Pequena Empresa, Autogestão e Informalidade; Composição do Conselho Monetário Nacional; Aprovação da Agenda Nacional de Desenvolvimento; Desindexação da Economia; e Segurança Pública e Cidadã. O Grupo de Acompanhamento das Políticas Sociais (GAPS) realizou três reuniões sobre a criação do Observatório Social da Equidade. No Plenário do CDES foram aprovadas diversas matérias, como a Agenda Nacional de Desenvolvimento e a Moção sobre Reforma Política.

A perspectiva do CDES, para 2006, é de se consolidar como *lôcus* privilegiado de diálogo social, de tratamento hábil dos contraditórios e de construção de sínteses unificadoras que atendam aos interesses maiores do Governo e da sociedade brasileira.

O processo de diálogo social iniciado pelo Governo Lula gerou frutos importantes que comprovam seu processo de amadurecimento e a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) é um produto concreto desse processo. O compromisso com o Brasil, a disposição em dedicar tempo e esforço intelectual, o desprendimento e a capacidade de diálogo dos Conselheiros fez possível essa construção coletiva com o potencial de vir a ser considerada uma referência histórica. A AND é, também, um marco nas relações Estado-Sociedade e um exemplo de participação democrática nos processos de Governo.

O CDES irá, ainda, atender ao chamado para ampliar sua participação em outros Conselhos Econômicos e Sociais, no debate mundial sobre instrumentos e instâncias de diálogo social como elemento importante para o desenvolvimento nacional e para a superação de conflitos. Nesse contexto, o CDES assume a sua vocação de liderança para a disseminação da cultura do diálogo social na América Latina, num momento em que se espera a consolidação de várias instituições de diálogo social no hemisfério latino-americano. Torna-se possível, inclusive, como desdobramento dessa nova situação, a criação de instâncias regionais de diálogo social.

O CDES vem atuando, também, na disseminação e na difusão da cultura do diálogo, por meio de Diálogos Regionais, ferramenta de promoção do desenvolvimento econômico e social que permite estabelecer interlocução entre o poder público e a sociedade civil organizada, num dado território do País.

4. Conferências Nacionais e Encontros

As Conferências Nacionais realizadas neste Governo garantiram a participação e a influência decisiva da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas. Além da participação dos delegados nacionais, há que se



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

196

considerar a realização das conferências preparatórias em diversos Municípios e Estados, o que propiciou o aprofundamento da descentralização, o fortalecimento da democracia e a emergência de novos atores sociais na gestão das políticas públicas.

Em 2005, foram realizadas as seguintes conferências:

- i) II Conferência das Cidades;
- ii) II Conferência Nacional de Meio Ambiente;
- iii) VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- iv) I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- v) I Conferência Nacional de Cultura;
- vi) III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador;
- vii) III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (III CNCTI);
- viii) V Conferência Nacional de Assistência Social;
- ix) Encontro Nacional dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADS).

Estão previstos para 2006 as seguintes Conferências Nacionais e encontros:

- i) II Conferência Nacional do Esporte: será realizada em Brasília no período de 4 a 7 de maio, com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”;
- ii) 1º Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva (CONBIDE): será realizado em Brasília no período de 25 a 28 de abril, com o objetivo de catalisar esforços e iniciativas de pesquisadores e instituições brasileiras vinculadas à informação e documentação esportiva, fortalecendo a interlocução da comunidade acadêmica e de gestores esportivos com seus congêneres internacionais; iii) I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: será realizada em Brasília, de 12 a 15 de maio, com o tema central: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”. É a primeira vez que o governo brasileiro convoca uma conferência nacional para deliberar sobre o futuro da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada desde 1989;
- iv) I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: será realizada nos dias 23 a 26 de maio e terá o tema “Construindo a Rede de Proteção de Defesa da Pessoa Idosa”. O objetivo geral é definir as estratégias para



implementação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. A iniciativa é inédita e reunirá cerca de 500 pessoas, entre especialistas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais de todo o País;

- v) II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca: ocorrerá no mês de março de 2006, consolidando a organização do setor e o diálogo com a sociedade civil organizada, e será organizada pelo Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE);
- vi) I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que ocorrerá em abril de 2006. Trata-se de iniciativa inédita, esperada há anos pelos povos indígenas; e
- vii) X Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que reunirá ativistas e representantes de organizações governamentais e não-governamentais.

a) Encontros, Seminários e Outros Eventos

Outros eventos e iniciativas ocorridas, em 2005, buscaram fomentar o debate sobre temas de interesse nacional, incentivando a participação e a influência decisiva da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas públicas. Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento da democracia, propiciando e consolidando a emergência de novos atores sociais na gestão das políticas públicas.

Na área de segurança alimentar e assistência social, destaca-se a atuação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), iniciativa de promoção do desenvolvimento local de caráter microrregional em áreas periféricas do País, que enfatiza a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda como estratégia principal para emancipação sócio-econômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza. O CONSAD constitui mais uma modalidade eficiente de cooperação entre o poder público e a sociedade civil. Estão em fase de consolidação e constituição jurídica 40 CONSADs, envolvendo 562 Municípios, em 26 Estados.

No Seminário Nacional “a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social”, foram discutidos aspectos conceituais e operacionais com 60 especialistas de universidades brasileiras públicas e privadas. Também, em 2005, após ampla discussão com a sociedade civil, foi aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Essa aprovação possibilitou a regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no que se refere à gestão e financiamento do Sistema. Outros eventos, ainda no âmbito do SUAS, foram o Seminário Nacional “Construindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Perspectiva do SUAS”; a 1ª Oficina Nacional sobre Gestão da Informação em Assistência Social; e as Teleconferências, realizadas com o objetivo de promover a disseminação de informações e orientações quanto às alterações e procedimentos relativos à sistemática de transferência de recursos federais fundo a fundo, para o cofinanciamento dos serviços sócio-assistenciais de ação continuada.



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

198

No contato com a sociedade civil organizada, entre eventos e iniciativas destacam-se também: i) o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, que permitiu o diálogo interinstitucional e entre diferentes áreas de políticas públicas, contribuindo para a construção dessas políticas de forma democrática; ii) o Seminário Nacional Políticas Públicas para Culturas Populares, que objetivou elaborar uma pauta nacional das Culturas Populares; iii) o III Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do SIPEC, que contou com a participação da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e iv) a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), que acompanha ações governamentais e não-governamentais para a erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente, além de ser responsável pelo monitoramento do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Por fim, outra forma de diálogo são as consultas públicas. Em 2005, aconteceu a Consulta Pública para a Nova Lei de Estrangeiros e deu-se continuidade, entre outras, às Consultas Públicas do Plano BR-163 Sustentável, que à exceção das representações indígenas, que contarão com três consultas públicas específicas, abrangeu a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos.



VII - GESTÃO DO ESTADO E COMBATE
À CORRUPÇÃO

2006



As ações desenvolvidas pelo Governo na área de gestão têm como objetivos principais promover melhorias na gestão pública; aumentar a qualidade dos gastos governamentais; e estabelecer instrumentos mais adequados de gerenciamento e avaliação de resultados. Os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão são: a busca da eficiência na aplicação de recursos públicos; o uso intensivo da tecnologia da informação; o aumento da transparência; a valorização dos servidores públicos; a modernização da gestão; a melhoria do atendimento ao público; o combate à sonegação e à evasão fiscal; e a intransigência com a corrupção e o resgate da ética.

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Os processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo, foram otimizados, com o objetivo de alcançar melhorias na qualidade das compras e dos serviços contratados, além da ampliação da transparência e do controle social. O pregão eletrônico é a forma mais econômica de aquisição, porque funciona como um leilão reverso – vence quem oferecer o melhor preço. Em 2005, o crescimento da utilização dessa modalidade foi 204% superior em relação ao ano anterior, e o montante de recursos utilizados foi da ordem de R\$478 milhões, contra R\$147 milhões em 2004.

Essa ferramenta além de conferir maior celeridade aos processos licitatórios, em relação às demais modalidades, tem viabilizado uma economia de 29% nas compras realizadas pelo setor público. A partir do Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005, a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, foi estendida para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, quando da celebração de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos.

A aquisição de bens e serviços de uso comum, em 2006, será feita na quase totalidade por meio do pregão presencial e do pregão eletrônico, resultando em redução da despesa pública e com o incremento da transparência no processo de aquisição.

O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) já está funcionando, a partir de 2005, em vários órgãos da administração pública federal, e deverá ser utilizado por todos os órgãos, inclusive autarquias e fundações, e contribuirá para a transparência, racionalização e economia de recursos na realização de viagens.

Criado em 2005, o **PPI** tem por finalidade desenvolver um padrão diferenciado de investimento público. Novos paradigmas de gestão, coordenação, planejamento e controle foram adotados, tendo como objetivo superar as dificuldades históricas de execução de investimentos e melhorar a qualidade da alocação dos recursos públicos disponíveis. Foram garantidos os recursos necessários à execução de investimentos nas rodovias mais importantes do País, para o comércio exterior, nos principais portos, nos metrô de Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador, na Ferrovia Norte-Sul (trecho Aguianópolis–Araguaína), em perímetros públicos de irrigação que serão concedidos à iniciativa privada, na estruturação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos na região do semi-árido, na



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

202

modernização dos sistemas de administração das receitas fiscal e previdenciária, na modernização do sistema nacional de meteorologia, no Centro de Desenvolvimento de Biotecnologia da Amazônia e nos estudos de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e de gás natural. Para o monitoramento do PPI – atualmente integrado por 138 projetos – foi desenvolvido mecanismo de gestão de contratos pertinentes a cada projeto com vistas a acelerar e maximizar a alocação dos recursos.

Dessa forma, a execução desses investimentos tem monitoramento intensivo do Governo, de forma a propiciar tempestividade nas decisões, em especial na eliminação de gargalos e na garantia de liberação de limites orçamentários e financeiros. Como resultado, em 2005, a emissão de empenhos foi superior a 99%, atingindo R\$3,58 bilhões. Em consequência, a execução física efetiva em 2006 deverá ser elevada, com forte impacto na logística do País, pela combinação de obras em andamento do PPI 2005 com as obras do PPI deste exercício.

Com a aprovação das **Parcerias Público Privadas (PPP)**, o Governo vem trabalhando para viabilizar a implementação de projetos de infra-estrutura que tenham alto impacto na competitividade da produção nacional e na eliminação de gargalos logísticos em corredores estratégicos de exportação. Foi instituído o Comitê Gestor, responsável por autorizar a licitação das PPP federais, formado pelos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e Casa Civil, e autorizada a integralização de cotas do Fundo Garantidor das PPP (FGP), no valor aproximado de R\$4 bilhões em ações, a ser gerido pelo Banco do Brasil.

Em 2006, serão lançados os editais de cinco projetos de Parceria Público-Privada – a continuidade da Ferrovia Norte-Sul, a BR 116/BR 324, o Ferroanel São Paulo, a Variante Ferroviária Ipiranga-Guarapuava e o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro.

A evolução dos investimentos nas estatais manterá, em 2006, sua curva ascendente. Em 2002, os investimentos totais das estatais ficaram em R\$19,0 bilhões, em 2003 R\$21,8 bilhões, em 2004 R\$24,8 bilhões e R\$35,5 bilhões estão programados para 2005. Em 2006, a projeção é de R\$41,7 bilhões, contribuindo substantivamente para o crescimento da economia nacional.

No âmbito da captação de recursos externos com Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais, em 2005, o Governo adotou medidas objetivando assegurar maior eficiência na execução dos projetos financiados com recursos oriundos desses organismos, desenvolveu uma série de ações no campo institucional visando ao fortalecimento de seu papel na programação, supervisão, monitoramento e avaliação dos projetos. Foi elaborada proposta de metodologia para o acompanhamento da carteira de projetos; foi efetivada busca de novas parcerias estratégicas para investimentos em infra-estrutura, bem como para formulação de posição negociadora brasileira, sobretudo nos acordos iniciados com o México, Canadá, Chile, União Européia e, principalmente, no avançar da rodada de Doha, da OMC e do MERCOSUL; foi publicado o Manual de Financiamentos Externos; e deu-se início à elaboração do Manual de Financiamentos Externos para o setor privado.



Foram analisados, em 2005, pelo Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) 53 projetos, perfazendo um montante de R\$1,935 bilhão, tendo recebido 83 cartas-consulta, com demanda de recursos externos da ordem de US\$3,5 bilhões. A COFIEEX recomendou a preparação de 47 projetos no valor total de US\$5,4 bilhões, tendo sido aprovados, no âmbito dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, a concessão de financiamentos da ordem de US\$1,4 bilhão, distribuídos em 8 projetos. Nesse mesmo ano, o Brasil contratou um total de 17 projetos, somando cerca de US\$2,3 bilhões. Merece destaque o cancelamento de US\$112,8 milhões de recursos, tendo-se evitado o pagamento de comissão de compromisso sobre esse montante não desembolsado.

2. Informatização de Serviços – Investimento em Tecnologia de Informação (TI)

Iniciativas na área de tecnologia de informação (TI) propiciaram a utilização na administração pública de ferramentas e sistemas que viabilizaram níveis avançados de integração da ação de Governo, simplificação de procedimento e redução da burocracia, melhoria da qualidade, segurança e rapidez dos serviços prestados pelo Estado, prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária, incremento da eficiência com a redução de custos, otimização das ações do Governo perante o cidadão e a sociedade e a democratização da informação.

No âmbito do Programa Governo Eletrônico, destaca-se a implantação da Infovia Brasil, que representa a infra-estrutura básica de comunicação para uma administração pública integrada, na qual os processos e fluxos de informação transitam sob padrões de desempenho elevados, viabilizando novos serviços, como videoconferência e discagem direta a ramal entre órgãos. Além disso, essa infra-estrutura proporcionará redução de custos com serviços de telecomunicações e aumento de segurança no fluxo de informações governamentais, sendo também utilizada para apoiar iniciativas de inclusão digital. A primeira etapa da Infovia, em Brasília, entrou em operação em 2005, envolvendo obras de adequação em trechos da rede de dutos de energia elétrica, interligando com fibras óticas cerca de 50 órgãos localizados na Esplanada dos Ministérios e regiões adjacentes.

A segunda etapa já está em fase de implantação e atenderá a praticamente todos os órgãos públicos localizados na Capital Federal. Para tanto, foi ampliado o contrato de compartilhamento de dutos e postes para passagem dos cabos óticos, e está em curso processo licitatório para o lançamento de mais 30 km de fibras. Paralelamente, estão sendo realizados estudos para a extensão da Infovia a outras regiões do país, o que consolidará sua implantação em nível nacional, ligando órgãos e entidades da administração pública federal em nível nacional, já em 2006.

A implantação da Infovia Brasil garantirá, também, uma infra-estrutura de comunicação de voz, dados e imagem capaz de suportar as demandas de serviços dos projetos de governo eletrônico, com segurança, economia, disponibilidade, velocidade e performance, oferecendo novos serviços de telecomunicações, como videoconferência e telefonia IP.

O Ministério da Cultura, por exemplo, aumentou em nove vezes a velocidade da rede, e o novo cabeamento supre a necessidade do seu prédio pelos próximos 10 anos, além de permitir o aperfeiçoamento da Intranet e proporcionar novos serviços ao usuário. Ainda na área da cultura, foram implantados o Sistema de Gerenciamento de Editais, que se mostrou



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

204

eficaz no processo de seleção das entidades inscritas no 3º e 4º editais dos Pontos de Cultura; e o Sistema Central de Atendimento às demandas internas, que está na fase final de preparação e possibilitará a transferência para meio eletrônico de muitos processos outrora encaminhados fisicamente em memorandos.

No âmbito dos Sistemas de Gestão Setorial do Plano Plurianual – PPA (InfraSIGs), foram desenvolvidas ações de suporte à implantação de sistemas de apoio ao planejamento e gestão setorial. Esses sistemas, em funcionamento em vários Ministérios e Secretarias Especiais, foram apresentados e discutidos, em 2005, em oficina que versou sobre aprimoramentos no desenvolvimento e utilização dos sistemas de informações sob a ótica do planejamento governamental, com especial destaque para os sistemas desenvolvidos em plataforma não proprietária. A interoperabilidade desses sistemas com o Sistema de Informações Gerenciais do Plano Plurianual (SIGPlan) proporcionará automação na transmissão dos dados sobre execução física e financeira das ações e programas governamentais.

Em 2005, foi lançado o documento, “Guia Livre – Referência de Migrações para Software Livre do Governo Federal”, durante o II LACFree – Conferência Latino-Americana e Caribe para o Desenvolvimento e Uso do Software, cujo objetivo é disseminar orientações de migrações para software livre. A partir desse Guia, foi elaborado o Plano de Padronização do Ambiente e de Migração para Software Livre do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que passou a servir de referência para instituições que estão começando o processo de migração como Ministério do Desenvolvimento Agrário, RADIOBRÁS, MP dentre outros. A implementação do software livre no Governo já representou uma economia de R\$28 milhões. Dentre os vários órgãos do Governo que vem utilizando soluções livres, destacam-se a Fundação Manguinhos, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Ministérios da Cultura e da Educação, Itaipu Binacional, SERPRO e a DATAPREV.

O projeto Acerta Silva, desenvolvido em convênio com a OCIP Acessibilidade Brasil, que disponibilizou ferramentas de auxílio e reparos para apoio a *Webdesigners* e desenvolvedores para adequação e construção de sítios acessíveis na Internet, em *software* livre, foi concluído em 2005.

A continuidade, em 2005, no processo de modernização de Sistemas Criptográficos – projeto João de Barro, permitiu o desenvolvimento de quatro projetos que darão origem aos produtos que irão compor a solução da plataforma criptográfica para a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil. O primeiro deles está voltado para a construção do *hardware* propriamente dito, que ficará a cargo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). O *software* de aplicação da AC Raiz caberá ao meio acadêmico, liderado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que supervisiona o grupo de criptografia da Rede Nacional de Pesquisa, do qual fazem parte a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ficando com o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), da Marinha do Brasil a responsabilidade pelas especificações de todos os produtos.

Para 2006, por meio de acordo com a *Sun Microsystem*, está prevista a formação de 500 jovens brasileiros em *software* livre visando o atendimento de suporte e consultoria. Após a conclusão do curso, os 200 primeiros serão selecionados



pelo Ministério do Trabalho e Emprego para receber os benefícios do Programa Primeiro Emprego. Ainda em 2006, a perspectiva é de continuidade da Fiscalização e Auditoria das Autoridades Certificadoras, por se tratar de uma atividade rotineira e imprescindível, e a continuidade do projeto João de Barro, por se tratar de uma nova tecnologia a ser implantada, além da Assistência Técnica para Implantação e Manutenção de Telecentros – Projeto Casas Brasil.

No atendimento à população, merece menção o projeto de modernização e expansão da capacidade de tecnologia de informação da Previdência Social, que tem por objetivo a reforma do complexo tecnológico da Previdência. O seu escopo abrange desde a compra de novas máquinas para os centros de processamento de dados até a compra de estações para as agências do INSS, bem como o desenvolvimento dos novos sistemas computacionais que darão o suporte para a implantação do Novo Modelo de Gestão da Previdência Social.

O estágio atual de execução do projeto aponta para uma considerável melhoria das condições gerais de evolução dos serviços prestados pela Previdência Social. No ano de 2005, foram adquiridos dois computadores de grande porte para suprir a necessidade de processamento central, além de 27 mil computadores e nove mil impressoras. A compra foi realizada por pregão eletrônico e resultou numa economia de aproximadamente R\$90 milhões aos cofres públicos.

O aumento do investimento em tecnologia da informação deverá reduzir a vulnerabilidade dos sistemas e eliminar a dependência tecnológica e acarretar redução no tempo de atendimento aos beneficiários e de processamento de benefícios, conforme prevê o Programa de Gestão de Atendimento (PGA).

Até o final de 2006, serão investidos R\$46 milhões na aquisição de equipamentos e aplicativos para adequação do parque computacional da Dataprev. A topologia da rede de telecomunicações da Previdência Social também será alterada, para possibilitar economia de recursos financeiros, tanto na aquisição de equipamento quanto na construção da infraestrutura necessária.

Ainda no atendimento à população, o Ministério do Trabalho e Emprego investiu na implantação de sistemas de suporte aos seus programas sociais. Foi desenvolvida uma solução automatizada para desburocratizar o pagamento da subvenção econômica às empresas participantes do Programa Primeiro Emprego. O sistema possibilita o pagamento de todas as empresas que aderiram ao programa e estão cumprindo as regras de contratação de jovens, num processo quase totalmente automatizado, pois o único trabalho manual é a checagem das certidões. Visando maior controle e racionalidade, a partir de 2006, será elaborado plano de migração do sistema tecnológico para plataforma aberta, mais avançada e flexível, que possibilitará concorrência entre diversas empresas e maior controle, pelo Ministério do Trabalho, de suas bases de dados.

No início do Governo, verificava-se um grande acúmulo nos pedidos de Certidões Positivas ou Negativas de Naturalização, as quais demoravam até um ano para serem expedidas, em função das precárias condições de consulta a livros e pastas do tempo do Brasil Império. Para melhorar a gestão desse processo foi feita a microfilmagem e digitalização de todo o acervo relativo a registros de naturalização, no âmbito do Departamento de Estrangeiros, do



Ministério da Justiça. Com a conclusão desse projeto, a emissão de cerca de 1500 pedidos mensais dessas certidões passará a ser imediata, via Internet, impressa pelo próprio interessado, de qualquer lugar em que se encontre, com todos os itens de segurança e confiabilidade, bastando para isso acessar o sítio do Ministério da Justiça. Os livros, antes utilizados para consulta, passarão a compor o acervo a ser exposto no Centro de Memória da Imigração no Brasil, projeto com previsão de conclusão para meados de 2006.

3. Transparência da Administração

Para facilitar o acesso dos cidadãos aos dados e informações dos órgãos e entidades do Governo, foi desenvolvida a página “Transparência Pública”, na qual cada órgão deverá manter em seus sítios eletrônicos uma página com acesso a diversas informações. Entre elas, execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, despesas com passagens e diárias dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, além de outros conteúdos a serem estabelecidos, ampliando a transparência e a visibilidade das ações do Governo. A iniciativa visa atender ao Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, que incumbe a Controladoria-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de disciplinar a divulgação de dados e informações por parte dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

A partir de 2005, além das informações já disponibilizadas acerca das transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, o portal passou a conter dados sobre as aplicações diretas dos órgãos federais. Em dezembro último, como resultado dos aprimoramentos foram incluídas também informações referentes aos gastos feitos com os cartões de pagamento pelo Governo Federal, as quais serão mensalmente atualizadas.

Hoje, o Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br) abriga mais de 264 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R\$1,5 trilhão. Em 2006, o Portal vai exibir informações sobre operações feitas no âmbito dos programas oficiais de financiamento.

Na Previdência, destaque para o serviço de Ouvidoria disponibilizado aos usuários. A atuação da Ouvidoria se dá a partir de cada uma das manifestações que são encaminhadas pelo público, na forma de reclamações, sugestões, elogios, e denúncias, nas quais estão inseridas manifestações contra corrupção de diversas fontes. A Ouvidoria procura oferecer uma resposta para a questão levantada, no prazo de até 30 dias, contados da data do seu recebimento. Em 2005, foram recebidas 18.703 denúncias das quais 10.067 foram esclarecidas. A atuação da Ouvidoria, tem contribuído para o aperfeiçoamento de ações dentro da Previdência Social, destacando-se o combate à evasão de receitas e à sonegação fiscal, que, por meio da apuração de denúncias, resultaram na recuperação de mais de R\$1 bilhão aos cofres da previdência.

Em 2005, o Ministério da Saúde adotou uma série de medidas voltadas a ampliar a transparência, efetividade e controle social na gestão do SUS. Registra-se s duas mil auditorias de unidades do SUS nos sistemas estaduais e municipais de saúde, a implementação o Sistema Nacional de Ouvidoria – que recebeu mais de nove milhões de ligações dos usuários – e a criação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS, que envolve o Ministério, os Estados e os Municípios.



Ao lado disso, o Ministério da Saúde valorizou o controle social como importante ferramenta para a gestão, apoiou a ação dos Conselhos de Saúde, mobilizou os movimentos populares pelo direito à saúde e realizou Conferências, com a participação de gestores, trabalhadores e usuários do SUS. A perspectiva para 2006 é de implementar essas atividades, de modo a possibilitar maior participação da população na gestão do SUS.

O Programa de Transparência do Ministério da Justiça criou um sítio na Internet para a divulgação de seus atos e gastos, no qual a quantidade e o nível de detalhamento das informações disponíveis propicia um acompanhamento mais profundo e efetivo daquilo que é realizado, com o conseqüente aprimoramento constante de sua gestão. Além da execução orçamentária mensal, o sítio traz a íntegra de todos os contratos e convênios firmados, dos editais de licitações publicados e ainda um banco de preços com todos os valores unitários pagos pelas unidades do Ministério e pelos órgãos vinculados, para comparação e controle do cidadão.

O Portal do Ministério da Justiça possibilita também o acompanhamento do desempenho do Ministério, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no processamento e punição de irregularidades praticadas pelos seus servidores, por meio de estatísticas que são atualizadas mensalmente. É divulgada, ainda, a íntegra das atas de reuniões dos Conselhos vinculados à Pasta, além de todas as passagens e diárias pagas a servidores e colaboradores eventuais do Ministério e dos órgãos vinculados.

No Ministério da Ciência e Tecnologia, o Projeto Transparência, tem por objetivo colocar à disposição do cidadão, por meio de consulta, o acompanhamento das despesas empenhadas pelo Ministério, tanto das unidades da administração direta como da administração indireta. Permite a busca por ano, órgão (Administração Central, Agências e Unidades de Pesquisa), tipo de despesa e período de abrangência, por meio do sítio www.mct.gov.br.

No Ministério das Cidades, avanços significativos foram registrados no tocante à padronização dos critérios adotados na seleção de propostas para implementação de ações e respectiva aplicação de recursos. Implantou-se processo de Seleção Pública de propostas para escolha das iniciativas a serem apoiadas ou financiadas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do regulamento. Além disso, tornou necessária a comprovação de pleno andamento de obras anteriormente financiadas ou apoiadas com recursos da União, para acesso a novos recursos. E finalmente, condicionou-se o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços.

O MinC também investiu no fortalecimento da transparência na gestão de suas políticas, que se materializou com os editais públicos para a seleção de projetos culturais a serem apoiados, implementando mudanças profundas na forma de atendimento das demandas apresentadas ao Governo, passando de uma política de balcão – em que os projetos eram encaminhados aleatoriamente, sem vinculação direta com um resultado almejado – para uma política de transparência, baseada nos mencionados editais públicos, amplamente divulgados, com critérios definidos, de modo a atender às inúmeras formas de expressão da diversidade cultural brasileira.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, procurando também ampliar a transparência do processo de seleção e apoio a projetos propostos por entidades públicas e privadas, passou não somente a divulgar, anualmente, um “Manual



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

208

de convênios”, como também a lançar portaria de convocação de projetos e de divulgação dos termos de referência destinados aos governos estaduais e municipais e às organizações da sociedade civil interessados em apresentar projetos no âmbito de suas ações.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) investiu na contratação de pessoal e aquisição de computadores para a equipe do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no projeto “Estoque Zero”, buscando agilizar e dar maior transparência à tramitação dos processos. O “Projeto Estoque Zero” é um conjunto de ações e procedimentos adotados pelo CNAS e pelo MDS que visa agilizar a análise e decisão dos processos encontrados pendentes, em julho de 2004, referentes aos pedidos de registro, concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS). Assim, o projeto tem por objetivo manter o quantitativo adequado à rotina regular do CNAS, dando maior celeridade e transparência aos mesmos. Nesse sentido, desde agosto de 2004, todos os processos pendentes de primeira análise foram examinados, normalizando a rotina de tramitação dos mesmos no CNAS e prevenindo novos acúmulos.

O Governo investiu fortemente na melhor disseminação das informações de natureza estatística e sócio-econômicas, tanto internamente quanto para a sociedade, em iniciativas conduzidas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Destaca-se o “Radar Social”, trabalho que apresenta uma síntese das condições sociais da população brasileira, tendo como referência as seguintes áreas da política social: educação, saúde, trabalho, renda, habitação e segurança. Nele foram selecionados os principais indicadores que retratam a problemática atual dessas áreas. A análise é feita comparando a situação entre os Estados brasileiros, assim como a situação do Brasil no cenário internacional. Finalmente, é feita uma correlação entre os principais problemas identificados em cada área com os resultados das políticas e programas federais pertinentes.

Os mecanismos de coleta e disseminação de informações de natureza estatística vêm sendo aprimorados pelo Governo nos últimos anos. Quanto às informações de natureza sócio-demográfica, destaca-se a riqueza de informações que levanta e disponibiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Com a publicação “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 – Volume Brasil”, pela primeira vez, abrangendo todo o território nacional, com a inclusão da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Também foi divulgada a “Síntese de Indicadores”, que apresenta resultados selecionados da pesquisa referentes a 2003 e 2004, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos ao período de 1994 a 2004, para o conjunto do País e Grandes Regiões.

No final de 2005, ocorreu a implantação da nova sistemática de divulgação das estimativas de safra agrícola, que objetiva a antecipação da publicação nacional dos indicadores conjunturais produzidos mensalmente pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Além disso, houve a implementação do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000), o qual será a base para os sistemas Geodésico e Cartográfico, permitindo assim maior precisão no mapeamento do território brasileiro e na demarcação de suas fronteiras. Foi estabelecido um período de



transição de dez anos, durante o qual o SIRGAS2000 poderá ser utilizado em concomitância com os outros sistemas de referência (SAD69 e Córrego Alegre).

4. Valorização dos Servidores

O Governo tem investido fortemente na reestruturação de sua força de trabalho e na valorização do servidor público, que foi sendo continuamente desestimulado pelas reformas administrativas implementadas nos anos anteriores a esta gestão.

Em consonância com a política do Governo de substituir funcionários terceirizados ou temporários por servidores públicos naquelas atividades em que a terceirização se configuraria como inapropriada, em 2005, foram realizados estudos e análises que resultaram na autorização de concurso público para o provimento de 23.275 cargos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Essa ação contribuiu para repor as perdas decorrentes de aposentadoria, substituir trabalhadores terceirizados que executam atividades inerentes a servidor público, estruturar órgãos sem quadro próprio de pessoal e profissionalizar o serviço público.

Como prova inequívoca do compromisso do Governo com a profissionalização, o fortalecimento e a modernização do serviço público, 70% dos cargos de confiança, os chamados Direção de Assessoramento Superior (DAS), deverão ser obrigatoriamente preenchidos por servidores públicos, conforme regulamentação aprovada, em 2005, por meio do Decreto nº 5.497, de 21 de julho.

Os serviços terceirizados indevidamente, exercidos por profissionais contratados via organismos internacionais ou temporários, estão sendo substituídos por processos de seleção simplificados ou pela ampliação de concursos. Nas agências reguladoras, no DNIT, na SUSEP, nas carreiras da seguridade social e do trabalho e no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), novos concursos fortalecerão essas atividades, que são típicas de Estado e intransferíveis. Em 2006, 18.223 novos servidores públicos concursados substituirão aqueles contratos e garantirão o funcionamento adequado dos serviços públicos nesses e em outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Em 2005, como consequência das Negociações Coletivas no Setor Público, foram publicadas 25 leis alterando diversas carreiras das 35 existentes no Serviço Público. Em solenidade realizada em outubro de 2005, foram instaladas oito Ouvidorias do servidor no INSS e nos Ministérios de Ciência e Tecnologia; Educação; Fazenda; Trabalho e Emprego; Transportes; Saúde; e Previdência Social. Além dessas, também a Presidência da República já havia aderido ao sistema.

No que se refere à capacitação, em 2005, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), capacitou cerca de 17 mil servidores. Na área de Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras, foram matriculados 425 alunos e em cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* foram capacitados 75 servidores. Na área de Desenvolvimento Gerencial, foram capacitados 15.854 servidores. Nessa área, é importante destacar, a consolidação da experiência da articulação de cursos em programas, resultado do desenvolvimento da capacitação dos servidores de forma complementar e integrada. Além do



Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS), foram oferecidos nesse ano o Programa de Capacitação em Gestão de Pessoas, o Programa de Capacitação em Logística Pública e o Programa de Capacitação em Gestão do PPA. Os programas reúnem cursos que podem ser realizados isolados ou sequencialmente, permitindo, aos servidores, uma visão sistêmica do processo de trabalho por intermédio da capacitação, mesclando as modalidades de ensino presencial e a distância.

Vale destacar, também, o desenvolvimento de novas oportunidades de capacitação como os Curso de Liderança: reflexão e ação e o Curso Gestão Integrada de Recursos, ambos adaptados da experiência da instituição parceira Escola Canadense do Serviço Público (CSPS), e o Curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos. No final de 2005, ocorreu, também, a revisão de nove cursos regulares da Escola com o intuito de promover a melhoria dos conteúdos programáticos e assegurar a qualidade permanente dos cursos oferecidos pela ENAP.

O Governo, por intermédio do MDS, também investiu fortemente na capacitação de agentes federais e de outras esferas de governo responsáveis pela implementação das políticas sociais, num esforço nunca empreendido desde a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. Em 2005, foi realizada a oficina nacional para construção da Política Nacional de Capacitação e de fóruns de capacitação referente à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contando com a participação de conselheiros, gestores e universidades.

Em 2005, também foi realizado o “Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais”, em obediência à diretriz básica de fortalecer a atuação do Estado no âmbito das políticas sociais, bem como com fito a promover a disseminação da prática de avaliação de programas sociais a gerentes e formuladores dessas políticas.

5. Gestão

a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

O planejamento governamental, consubstanciado no PPA 2004/2007, apresentou como inovação, além do caráter participativo na sua elaboração, a preocupação com a institucionalização de seu modelo de gestão. Esse modelo, conforme estabelece o Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, contempla a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas.

Esse modelo institucionalizou o Sistema de Monitoramento e Avaliação, criado pelo art. 9º, a Lei nº 10.933, de 2004, composto por uma Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) e por Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMA) em cada ministério e secretaria especial. O sistema tem por pressuposto o fortalecimento das funções de monitoramento e avaliação nos órgãos setoriais e a disseminação de práticas que subsidiem e qualifiquem o processo de tomada de decisão. Compete também à CMA proceder a avaliação prévia de viabilidade sócio-econômica e ambiental de projetos com custo total superior a R\$10,5 milhões (quando se tratar do orçamento fiscal e da seguridade



social) ou a 5% do total de investimentos da empresa (no caso do orçamento de investimentos) de forma a priorizar os projetos de maior retorno.

O Governo investiu também na gestão matricial e na coordenação da ação governamental, consubstanciando essa preocupação com a retomada do funcionamento das Câmaras do Conselho de Governo, desativadas no final do Governo anterior, além de vários grupos de trabalho interministeriais, que contaram com a colaboração e participação de órgãos governamentais, inclusive de Estados e Municípios, organizações da sociedade e técnicos.

Também, para articular e integrar as ações de diversos órgãos da administração federal, foram criados vários grupos de trabalho.

No campo da cooperação técnica nacional e internacional, o Governo, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vem desenvolvendo ações de apoio à melhoria dos processos e das condições para implementação de políticas públicas dos órgãos e entidades da administração pública, dentre os quais destacam-se:

- i) Projeto de cooperação com os países da União Européia (Eurobrasil 2000), iniciado em julho de 2004, que atendeu, em 2005, a 1.478 servidores por meio de Educação à Distância, Estudos Técnicos e participação em Eventos relacionados à modernização do Estado, com a realização dos cursos “Ética e Serviço Público” e “Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira”;
- ii) Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF), concebido como instrumento de parceria entre o Governo Brasileiro, BID e PNUD, que visa fornecer aporte financeiro e técnico à reforma do aparelho do Estado. Durante o ano de 2005, o PMPEF desenvolveu um conjunto de ações que deverão se traduzir em contratos de melhoria e modernização nas áreas de redesenho e modelagem de processos, de desenvolvimento de sistemas e políticas de gestão do conhecimento e capacitação de técnicos, impactando positivamente os órgãos responsáveis pelos sistemas estruturantes do Governo;
- iii) Programa Nacional de apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), retomado nesta gestão, alcançou os seguintes resultados, em 2005: elaboração dos 27 projetos Estaduais, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para a eficiência e transparência administrativa, com vistas à elevar a qualidade do gasto público; a realização de eventos de capacitação para a execução (normas de aquisições e procedimentos de planejamento, execução e controle de programas com financiamento externo); estabelecimento de procedimentos de execução (aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP); elaboração do Manual de Execução do Programa); e negociação do Contrato de Empréstimo entre o Governo Federal e o BID.
- iv) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX), cujo objetivo é apoiar os Tribunais de Contas Estaduais na constituição de uma rede de



transparência, que permite o acesso integrado a informações municipais e estaduais pela sociedade civil, possibilitando também o acesso e acompanhamento do cumprimento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Os principais resultados, em 2005, foram: elaboração dos 33 projetos dos Tribunais de Contas, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo, pelo incremento da eficácia, eficiência e efetividade das ações de controle e dos mecanismos de articulação social; realização de eventos de capacitação para a execução (normas de aquisições e procedimentos de planejamento, execuções e controle de programas com financiamento externo); estabelecimento de procedimentos de execução (aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP); elaboração do Manual de Execução do Programa); e assinatura do Contrato de Empréstimo entre o Governo Federal e o BID, em setembro de 2005.

a.1) Estruturação e Reestruturação de Órgãos da Administração

Em 2005, vários Ministérios e órgãos passaram por processos de reestruturação organizacional, com vistas à obtenção de maior agilidade em seus fluxos de trabalho e processos decisórios. Dentre esses processos, devem ser destacadas a reestruturação do INSS, os projetos de estruturas organizacionais dos Institutos e Hospitais federais do Rio de Janeiro, bem como a reestruturação do DNPM/MME, IBAMA e MMA. Foram, ainda, analisados sete projetos de lei para a criação de Universidades Federais.

a.2} Gestão do Patrimônio da União

No que se refere à Gestão do Patrimônio da União, em 2005, foi desenvolvido um conjunto de ações orientadas para os seguintes eixos estratégicos: destinação socioambiental dos imóveis; ampliação e consolidação de processos de arrecadação e cobrança; qualificação e ampliação da base cadastral; redução do estoque de processos e redução dos valores de débitos em aberto. Em 2005, a arrecadação foi de aproximadamente R\$230 milhões, o que representou crescimento de cerca de 10% em relação a 2004. Vale ressaltar que, para a redução do estoque de processos e redução dos valores de débitos em aberto, foram emitidos cerca de R\$227 milhões em débitos, referentes a 399 mil DARFs. Para alcançar tal intento, foi implementado, no Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA), o módulo de envio automático de débitos para a Dívida Ativa da União.

b) Gestão Estratégica – Projeto Brasil em 3 Tempos

O projeto Brasil em 3 Tempos está voltado para a definição de objetivos estratégicos nacionais de longo prazo, que possam levar à construção de um pacto entre sociedade e o Estado acerca de valores, caminhos e soluções para a conquista desses objetivos estratégicos, e criar condições para a institucionalização da gestão estratégica dos objetivos nacionais.



O projeto – iniciado em 2004 – visa oferecer subsídios conceituais e metodológicos para conformar um processo de planejamento estratégico governamental, com adequação dos instrumentos e meios à disposição do Estado para atingir um conjunto de objetivos desejáveis de desenvolvimento com inclusão social. Com horizonte temporal mais amplo que o Plano Plurianual (PPA 2004-2007), o Projeto busca realizar o alinhamento dos planejamentos macroestatais e setoriais do Governo central com os demais esforços e iniciativas de planejamento regional, estadual e local, nos demais níveis da federação e das agências públicas encarregadas de programas de desenvolvimento regional. Uma síntese dos principais resultados mostra que: i) foram publicados os 5 primeiros números da série Cadernos do NAE: Projeto Brasil 3 Tempos: 2007, 2015, 2022; e ii) foi concluído em 2005 o trabalho de redação integrada dos documentos “Fatos Portadores de Futuro” “Análise da Conjuntura”, “Análise Retrospectiva”.

Deve ser registrada a execução da “Consulta Delphi”, abordando os 50 temas estratégicos apontados pelos estudos publicados. Essa Consulta foi feita em duas fases, de maio a agosto de 2005: na 1ª, foram convidados a participar 50.000 pessoas do setor público; produtivo; academia; imprensa; e sociedade organizada. Na 2ª fase, foi montada uma consulta aberta que permitiu selecionar 10 temas prioritários dentre os 50 temas estratégicos. Ao final, foram apontadas, pela Consulta, as 5 prioridades estratégicas: Melhorar a qualidade do ensino, Reduzir a desigualdade social, Reduzir a carga tributária, Reduzir os índices de criminalidade e violência, Universalizar e melhorar a qualidade do SUS.

Está em fase de conclusão o periódico “Cadernos NAE 6 – Prospectiva” que apresenta os cenários prospectivos gerados pelo Projeto. A família de cenários será utilizada para facilitar a identificação das janelas de oportunidades, para a conquista dos objetivos estratégicos que compõem os temas do Projeto Brasil 3 Tempos.

c) Melhoria do Atendimento ao Público: Previdência Social

O Ministério da Previdência Social investiu fortemente na melhoria do atendimento ao público, por meio do Programa Gestão do Atendimento (PGA). O programa tem como objetivos promover a excelência no atendimento ao cidadão; a simplificação das rotinas de trabalho; a implementação de um modelo de gestão mais participativo, com focos nos processos e nos resultados; a valorização dos servidores e a melhoria da imagem da Instituição.

Implantado a partir de outubro de 2004, o PGA tem como grandes metas, até dezembro de 2006, a redução de 40% no estoque de represamento de benefícios e também a redução de 50% do tempo médio de espera para atendimento nas unidades da Previdência Social. Começou em 30 agências e até o final de 2006 estará implantado em todas as unidades de atendimento do INSS.

Em 2005, 585 Agências da Previdência Social foram fisicamente adequadas. Até dezembro de 2006, outras 109 serão reformuladas, totalizando 694 das 1.197 existentes. Na Grande São Paulo algumas agências terão o horário de funcionamento ampliado em quatro horas (de 8h às 18h), aumentando a capacidade de atendimento em 40%. Outra novidade é a criação de Agências de Benefícios por Incapacidade, que virão com a revisão do Modelo de Perícia Médica.



Destaca-se como parte do planejamento estratégico da Previdência Social para o início de 2006: i) finalizar a instalação de 27 mil novos computadores e 9 mil impressoras, que começou no final de 2005 e que vai gerar significativa redução dos custos operacionais e ampliará a capacidade de atendimento das Agências da Previdência Social; ii) a implementação do Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Atendimento (SGA) em todas as Agências da Previdência Social; e iii) a criação de uma página de serviços na Internet, bem como o PREVcidade (parcerias com Governos Municipais, objetivando a capilarização da rede de atendimento nos Municípios onde não existem Agências da Previdência Social).

6. Combate à Corrupção

O Governo vêm atuando desde seu início, de forma articulada, a fim de tornar efetivo e eficiente o combate à corrupção e à impunidade. Destacam-se nesse trabalho os órgãos de fiscalização: a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal e da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Recuperação de Ativos, da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria da Receita Federal, do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

a) Sorteios Públicos

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, executado pela CGU, experiência inovadora implantada por este Governo, em abril de 2003, atingiu inequívoco sucesso. A cada edição, 60 áreas municipais são sorteadas, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais. O Programa encontra-se na 19ª edição. Foram fiscalizados 981 Municípios, correspondendo a 17,64% do total de Municípios brasileiros. O montante dos recursos fiscalizados, até o momento, é da ordem de R\$5,6 bilhões. Em 2005, foram fiscalizados 300 Municípios, em 5 edições do Programa. O montante dos recursos fiscalizados foi da ordem de R\$1,6 bilhão. O Programa de Sorteios também foi estendido à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados. Foram realizadas, em 2005, três edições, com 36 fiscalizações concluídas.

A consolidação do Programa vai permitir, em 2006, o trabalho de cruzamento de dados e informações, para o planejamento de ações de combate e prevenção a modalidades específicas de desvios. No âmbito do Programa, será intensificado também o foco nas ações de capacitação de gestores e na orientação e mobilização de lideranças comunitárias para o exercício do dever cidadão de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos.

b) Auditorias

Em 2005, foram realizadas 2.785 auditorias e 1.631 Tomadas de Contas Especiais encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, as quais representam um retorno potencial aos cofres públicos da ordem de R\$448,5 milhões

Na ECT, iniciou-se auditoria especial com o objetivo de avaliar a gestão de suprimento de bens e serviços naquela empresa, em face de denúncias amplamente divulgadas pelos meios de comunicação. Os trabalhos, já concluídos,



abrangem as seguintes áreas: obras de engenharia, compras, serviços de informática e suprimento de materiais e serviços em geral. Foram divulgados 30 Relatórios de Auditoria, relativos à análise de 257 contratos e aditivos, totalizando um montante aproximado de R\$8,37 bilhões. Todos os relatórios encontram-se disponíveis na página www.cgu.gov.br e foram encaminhados à ECT, ao Ministério das Comunicações, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

c) Apuração de Denúncias

Em 2005, foram realizadas mais de 1.000 outras ações de controle decorrente de denúncias e demandas externas. Os casos mais graves foram enviados ao Ministério Público para fins de proposição de ações penais e civis. Nessas ações de controle, identificaram-se diversas tipologias de irregularidades, entre as quais se destacam, pela frequência em que ocorrem, as seguintes: fraudes em licitações e contratos; ausência de certame licitatório; alteração do objeto constante do ajuste firmado com o órgão federal; pagamento superior ao valor contratado; pagamento antecipado; constatação de esquema de fraudes; lavagem de recursos públicos; identificação de empresas “fantasmas” e “laranjas”; desvio de finalidade de Convênio; emissão de notas fiscais inidôneas; e adulteração de documentos.

Ressalte-se que as investigações abertas, no âmbito do Governo, sobre as denúncias de desvios publicadas a partir de maio último, já levaram a mais de 50 exonerações e afastamentos de dirigentes e servidores que ocupavam funções estratégicas em empresas estatais; mais de 20 sindicâncias e processos disciplinares já foram instaurados; e cerca de 60 outros procedimentos dessa natureza já tiveram instauração determinada.

d) Outras Ações

Prevenção e Capacitação – a fim de incentivar a participação direta do cidadão no controle da utilização dos recursos públicos e de orientar a atuação dos agentes públicos municipais, no que diz respeito ao cumprimento dos dispositivos legais, a CGU desenvolveu o Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, que contempla as seguintes ações: i) capacitação de agentes públicos municipais em gestão e controle de recursos públicos; ii) mobilização dos conselhos municipais como instrumentos de controle social; e iii) elaboração e distribuição de cartilhas informativas destinadas tanto aos agentes públicos municipais, contendo orientações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, como à população em geral, contendo informações e orientações básicas sobre a corrupção e sobre as formas de denunciá-la e combatê-la.

Nesse sentido, a CGU realizou 10 Seminários de Capacitação de Agentes Municipais, Conselheiros e Lideranças, com o objetivo de fomentar o controle social e a capacitação. Foram capacitados 504 agentes municipais, 492 conselheiros e 317 lideranças, atingindo um total de 73 Municípios, contemplando todas as regiões do País. A Controladoria também treinou 64 multiplicadores – servidores públicos federais dos seus quadros – para atuar na capacitação em gestão e controle de recursos junto a agentes públicos municipais nos Estados onde estão lotados.

No que concerne às cartilhas e manuais de orientação, a Controladoria distribuiu: i) um milhão de unidades da cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público”, dirigida, principalmente, às populações dos pequenos e médios Municípios, com o



objetivo de incentivar o cidadão a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos e auxiliar na identificação dos casos mais comuns de desvios de recursos públicos; e ii) 26 mil unidades do Manual de “Gestão de Recursos Federais”, que tem por objetivo orientar os agentes municipais no tocante aos procedimentos necessários para a obtenção, aplicação e controle de recursos públicos federais.

Em 2005, foi formalizada a Rede Pública de Fiscalização do programa Bolsa Família, por meio da assinatura de termos de cooperação com o Ministério Público Federal (MPF), os Ministérios Públicos Estaduais, a CGU, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o MDS, com vistas ao incremento do monitoramento e do controle das execuções locais desse Programa.

Sistema de Ouvidoria – as ouvidorias têm por finalidade garantir ao cidadão o direito de petição, ouvindo e examinando o que a sociedade tem a dizer sobre os procedimentos e as ações dos agentes, órgãos e entidades públicas, propondo a adoção de medidas que visem a corrigir e prevenir falhas e omissões na prestação do serviço público. No início de 2003, o Poder Executivo Federal contava com 40 ouvidorias. Hoje, são 124;

Transparência Pública: o Governo, por meio do Decreto nº 5.482, de 30 de junho de 2005, instituiu o Portal da Transparência e criou a exigência de que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal mantenham suas próprias páginas de transparência, na Internet. Entre outros órgãos, o Ministério da Justiça e a CGU já implementaram essa medida, divulgando informações completas sobre suas execuções orçamentárias;

Divulgação dos Relatórios de Auditoria: o Governo, por meio do Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, estabeleceu a obrigação de que cada órgão e entidade do Poder Executivo Federal dê, em seu sítio na Internet, ampla divulgação ao relatório de gestão, ao relatório e ao certificado de auditoria;

Sindicâncias Patrimoniais: por meio do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, o Governo instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, a sindicância patrimonial, procedimento administrativo sigiloso e investigatório, destinado à apuração de fatos relativos à compatibilidade da evolução patrimonial de agentes públicos com sua renda declarada;

Sistema de Corregedorias: outra ação do Governo, por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, foi a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades.

Elaboração de Projeto de Lei para a Criminalização do Enriquecimento Ilícito: em 30 de junho de 2005, foi encaminhando projeto de lei ao Congresso Nacional que criminaliza o enriquecimento ilícito.

Anteprojeto de lei sobre Conflito de Interesses: em 2006, o Governo pretende elaborar um projeto de lei que visa definir e prevenir o conflito de interesses público e privado, no exercício de cargo ou emprego da Administração Pública Federal direta e indireta.



e) Combate ao Desvio de Recursos Públicos e ao Crime Organizado

No enfrentamento da impunidade e como forma de buscar o ressarcimento aos cofres públicos de recursos desviados ou mal aplicados, a CGU implantou um programa de capacitação de servidores em Processo Administrativo Disciplinar e em Tomada de Contas Especial. Com efeito, a carência de servidores aptos a integrar comissões disciplinares e a realizar tomadas de contas especiais foi identificada como um dos principais problemas a alimentar a impunidade na esfera administrativa e o baixo volume de ressarcimentos ao erário público. Em 2005, a Controladoria capacitou 1272 servidores federais em Processo Administrativo Disciplinar e 168 em Tomada de Contas Especial, organizando um cadastro de agentes treinados ao qual podem recorrer os órgãos públicos, no momento da instauração desses procedimentos.

Em 2006, mais 2.000 servidores devem ser capacitados Processo Administrativo Disciplinar e em Tomada de Contas Especial, juntando-se aos mais de 3.600 servidores já capacitados para esse fim.

A Polícia Federal (PF) tem sido um importante instrumento do Governo Federal no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado no Brasil. Nos últimos 3 anos, em 67 operações especiais de combate à corrupção, foram presas 1.300 pessoas por corrupção, dentre as quais 515 servidores públicos, federais, estaduais e municipais e 130 policiais federais e rodoviários federais, além de políticos e empresários, acusados de crimes que vão do superfaturamento na compra de derivados de sangue à adulteração de leite em pó.

Em 2005, vale destacar as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas conjuntamente pela Polícia Federal e o IBAMA, no âmbito do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, com a participação do Ministério Público Federal, visando o desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. Só na operação Curupira I, no Estado do Mato Grosso, foi descoberta uma quantidade inicial de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi 1,98 milhão de m³ (equivale a uma fila de 76 mil caminhões, que enfileirados cobririam a distância Brasília – Rio de Janeiro).

As operações atacaram problemas históricos do Brasil, como as fraudes detectadas na Justiça de São Paulo, INSS, desmatamento na Amazônia, contratações ilegais de funcionários públicos e desvio de dinheiro, além de operações exitosas de combate ao narcotráfico, tráfico de armas, pirataria, sonegação, fraudes e outras.

f) Combate à Lavagem de Dinheiro

Dentre as ações desenvolvidas para o combate à lavagem de dinheiro está a organização anual da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos (ENCLA), que está em sua 3.^a edição. A ENCLA envolve participantes de mais de quarenta entidades dos Poderes Públicos e está baseada no princípio da articulação permanente dos órgãos que cuidam do assunto. As ações coordenadas pela ENCLA visam desestruturar as organizações criminosas mediante recuperação de ativos provenientes de crime e utilizar os ativos recuperados para financiamento do combate ao crime organizado.



A elaboração anual da Estratégia com a definição de metas, prazos e responsáveis, aliada ao seu acompanhamento pelo Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), gerou resultados positivos, como o incremento dos indicadores do volume de inquéritos, denúncias e sentenças relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro.

Em 2006, o Governo vai implantar os módulos que compõem o Sistema Brasileiro de Recuperação de Ativos (SISBRA), entre eles, o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos e o Sistema de Alienação Eletrônica de bens apreendidos. Este exercício deve marcar, ainda, a implantação do módulo de interoperabilidade de Sistemas de Informações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos e o Escritório de Informações Estratégicas, possibilitando a recuperação de bens de origem ilícita como um efetivo instrumento de combate ao crime organizado.

g) Combate aos Cartéis

O Governo avançou substancialmente na implementação de uma política voltada para o combate aos cartéis. A conduta de cartel é uma conduta criminosa, com efeitos danosos evidentes para toda a sociedade. Quando envolve compras públicas, o cartel prejudica diretamente as políticas formuladas pelo Estado. Para reprimir essa prática, o Governo criou no Ministério da Justiça uma coordenação destinada unicamente a investigação de cartéis que atuam por meio de fraudes em licitações públicas e foram consolidadas parcerias com os Ministérios Públicos, PF e Advocacia-Geral da União.

Foram concluídos diversos processos nos quais foram empregadas técnicas avançadas de investigação e produção de provas, a saber: ações de busca e apreensão de documentos na sede das empresas e seus sindicatos, contratação de peritos e aplicação de cálculos econométricos, para verificar a suposta divisão de vantagens financeiras entre os participantes dos cartéis.

Destaca-se que, por meio das provas colhidas por essas novas técnicas de investigação, o primeiro processo de cartel envolvendo compras públicas – o Cartel das Britas – foi julgado pelo CADE, em 2005, e resultou na condenação das empresas envolvidas em multa correspondente a 15% ou 20% de seus faturamentos brutos. Além disso, as pessoas físicas foram denunciadas criminalmente pelo Ministério Público de São Paulo, tendo sido imputada a eles pena de multa correspondente a 20% do salário bruto, nos próximos 4 anos.

h) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

O Governo intensificou as ações para diagnosticar e combater fraudes e sonegações contra a previdência social. Nesse sentido, a Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE), do Ministério da Previdência Social, centrada no intercâmbio com outros órgãos dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, tem intensificado o combate a essas ações lesivas, que culminam na evasão, tanto na área de benefícios como de arrecadação. O trabalho consiste na formação de equipes de inteligência para identificação de quadrilhas, grupos e pessoas que atuam praticando crimes em detrimento dos cofres da Previdência Social, em parceria com a PF, para conclusão das investigações, com o Ministério Público Federal, para representação judicial e com o INSS, na obtenção de recursos humanos e logísticos.

Em 2005, foram detectadas irregularidades em 7.769 benefícios previdenciários, que geraram economia mensal de R\$4,5 milhões, com possibilidade de recuperar R\$113 milhões que foram pagos indevidamente ao longo do tempo. Foram realizadas 158 prisões de pessoas do público externo e interno, que estavam envolvidas diretamente nas fraudes; 104 mandados de busca e apreensões de elementos de provas de materialização das fraudes; e 190 inquéritos policiais instaurados pela Polícia Federal para investigação de fraudes.

Atuando de forma integrada – Serviço de Inteligência, Forças Tarefas, Ministério Público Federal e Polícia Federal, deflagraram 28 operações, sendo que, em 26 delas, houve cumprimento de mandados de prisão.

Operações 2005	Principais Resultados
Sol Poente (CE)	Buscas e apreensões e prisão de 2 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 1 servidor, adulterava documentação com a finalidade de obter benefício previdenciário de forma fraudulenta.
Caronte (PA)	Buscas e apreensões e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 15 servidores, falsificava comprovantes de pagamento de contribuições previdenciárias.
Ajuste fiscal (RJ)	Buscas e apreensões e prisão de 13 servidores. A quadrilha atuava extinguindo, ampliando ou criando débitos de grandes e médias empresas.
Paulo Afonso (BA/PE)	Estancamento de um esquema de fraudes em benefícios rurais nas regiões de Paulo Afonso/BA e Tacaratu/PE. A quadrilha, que tinha atuação do principal Sindicato Rural de Tacaratu, forjava documentação dos seus afiliados com a finalidade de obter aposentadoria.
Psique (MG)	Buscas e apreensões. A quadrilha, com envolvimento de servidores, médicos peritos e intermediários atuava na concessão de benefícios por incapacidade.
Quati (PR)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com envolvimento de 3 servidores, atuava na preparação de documentação falsa e na inclusão de vínculos empregatícios fictícios.



2006

Mensagem ao Congresso Nacional

220

continuação

Operações 2005	Principais Resultados
Sabará (MG)	Apreensões e prisão de 1 fraudador, que atuava na preparação de documentação falsa.
Sinceridade (RJ)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 1 fraudadora, servidora do INSS, que fazia gestão junto às empresas para que as mesmas não sofressem ação fiscal mediante o pagamento de propina.
Bangu (RJ)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 2 fraudadores, servidores do INSS, que atuavam na falsificação de tempo de contribuição de segurados.
Gavião (RS)	Buscas e apreensões, bem como prisão de 9 fraudadores. A quadrilha atuava na preparação de documentação falsa e inserção de vínculos empregatícios fictícios.
Cerâmica (SP)	Prisão de 1 fraudador, que utilizava documentação falsa.
Fabricador (RS)	Prisão de 1 fraudador, que atuava na falsificação de cartas concessórias de benefícios do INSS.
Peruíbe (SP)	Busca e apreensão e prisão de 1 fraudador, que através de documentação montada, recebia benefícios previdenciários.
Relâmpago (MG)	Prisão de um fraudador, que atuava obtendo benefícios por incapacidade irregulares.
Guaíba (RS)	Busca e apreensão de farta documentação que seria utilizada na obtenção de benefícios previdenciários de forma fraudulenta.
Falsário (SP)	Busca e apreensão e prisão de 4 fraudadores. A quadrilha, com participação de um servidor, adulterava documentação.
Arara (SP)	Prisão de 1 fraudador, que portava documentação falsificada.
Mercado Negro (RJ)	Busca, apreensão e prisão de 28 fraudadores. A quadrilha, com a participação de 9 servidores, era especialista na inserção de vínculos empregatícios falsos.
Vinhedo (SP)	Prisão de 4 fraudadores. A quadrilha portava documentação falsificada.

continuação

Operações 2005	Principais Resultados
Mandrake (PR)	Buscas e apreensões e prisão de 3 fraudadores. A quadrilha atuava na inserção de vínculos empregatícios fictícios.
Bloqueio (PE)	Buscas e apreensões e prisão de 5 fraudadores. A quadrilha, com a participação de um servidor aposentado, atuava na adulteração de documentos.
Juiz de Fora (MG)	Prisão de 2 fraudadores, que atuavam na inserção de períodos não trabalhados nas CTPS.
Jatúca (AL)	Prisão de 2 fraudadores, que portavam atestados médicos falsos.
Centurião (AM)	Prisão de 23 fraudadores, que atuavam junto a empresas, facilitando a emissão irregular de CND.
Titan (SP)	Prisão de 14 fraudadores, que atuavam junto à classe empresarial “vendendo” facilidades e ilegalidades junto às instituições públicas que diziam representar.
Tiro Certo (MG)	Prisão de 3 fraudadores, que atuavam inserindo períodos não trabalhados nas CTPS com objetivo de obter benefícios previdenciários por incapacidade.
Resgate (SP)	Prisão de 1 fraudador, que atuava inserindo dados falsos nos bancos de dados da Previdência Social.
Benefício (ES)	Prisão de 3 fraudadores, que atuavam na falsificação de certidões de nascimento com objetivo de obter benefício previdenciário.

A participação brasileira em mecanismos internacionais de combate à corrupção mostra-se eficaz no acompanhamento da implementação de obrigações internacionais assumidas pelo País na OEA, OCDE e ONU, bem como no intercâmbio de informações sobre procedimentos e legislação, de forma a se desenvolver modalidades de cooperação internacional.

Essa participação reflete o compromisso do Governo em combater a corrupção em todas as suas formas, e auxilia substantivamente na difusão de ações e programas nacionais. Em 2005, houve acompanhamento e participação nos três principais foros mundiais dedicados ao combate à corrupção. Além disso, o Congresso Nacional aprovou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ratificada em junho de 2005, e em vigor desde 14 de dezembro de 2005. O Brasil também ratificou e promulgou duas importantes Convenções relativas ao combate ao terrorismo: a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento ao Terrorismo, das Nações Unidas; e a Convenção Interamericana



contra o Terrorismo.

7. Defesa Judicial da União

A atuação judicial da Advocacia-Geral da União (AGU) tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, na medida em que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União, na defesa das políticas governamentais. Destacam-se nesta atuação, por exemplo, as informações prestadas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e em mandados de segurança impetrados em face de decretos expropriatórios do Presidente da República, afastando os óbices jurídicos à ação governamental.

Juntamente com essa atuação concentrada perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, a AGU tem obtido constantes e significativas vitórias na Justiça Federal de primeira e segunda instâncias de todo o País, gerando expressiva economia para os cofres do Tesouro.

Uma das grandes inovações na gestão da AGU foi a criação de Comissões Temáticas, com o objetivo precípua de assistir ao Advogado-Geral da União em sua atuação quanto à representação judicial e extrajudicial da União e quanto ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República. Estão em funcionamento onze Comissões Temáticas, a saber: Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público (CPDP), Comissão de Infra-Estrutura (CIE), Comissão de Assuntos de Servidores Públicos (CASP), Comissão de Assuntos Indígenas (CAI), Comissão de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Análise de Atos da Administração (CAPF); Comissão de Ações da Seguridade Social (CASEG); Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública (CADESP); Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social (CADES); e Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais (CCAI); às quais cabe integrar as atividades consultiva e contenciosa da AGU, de forma que possam ser prevenidos litígios, bem como possibilitar a eventual redução das demandas judiciais já existentes.

Outro desafio constante é o acompanhamento diferenciado das ações relevantes, assim consideradas, por exemplo, as que têm grande repercussão nas finanças públicas e no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, as execuções fiscais relativas a grandes devedores, além das ações que figurem como parte o Presidente ou o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado e Presidentes de Tribunais.

Ainda, a AGU vem atuando na busca da intensificação das impugnações e refazimento dos cálculos judiciais apresentados contra a União, o que tem contribuído para gerar sensível economia para os cofres públicos. Em 2005, dos R\$8,25 bilhões apresentados contra a União foram impugnados R\$3,79 bilhões, o que representa 45,97% do total executado¹. No que se refere à Dívida Ativa da União (DAU) a arrecadação de 2005 atingiu R\$2,62 bilhões. No exercício de 2005, merecem destaque as seguintes ações implementadas:

- i) Projeto Grandes Devedores (PROGRAN): por meio da Portaria PGFN nº 53, de 1º/2/2005, foi instituída Coordenação de âmbito nacional, com o objetivo de padronizar a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda



Nacional (PGFN) no combate aos grandes devedores. A medida tem por fundamento dados que indicam que grande parte do estoque da DAU (60%) encontra-se centralizada em pequena margem (0,13%) do universo de devedores da Fazenda Nacional;

- ii) Manual da Certidão Conjunta: a Certidão de Regularidade Fiscal (CND, arts. 205 e 206 do CTN), no âmbito tributário federal, era emitida separadamente por dois órgãos do Ministério da Fazenda, a saber, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Por meio do Decreto nº 5.512, de 15/8/2005, desde 1º/9/2005 a certidão emitida por tais órgãos passou a ser unificada. iii) Parcelamento simplificado: outra medida que surtiu efeitos na arrecadação foi ampliação do limite de valor para fins de concessão de parcelamento simplificado (com dispensa de apresentação de garantia, excetuada a hipótese de garantia preexistente em ação judicial). O valor original, de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), foi ampliado, por meio da Portaria MF nº 222 de 30/6/2005, para R\$100.000,00 (cem mil reais), o que tem atraído contribuintes com débitos consolidados nesta faixa de valor.

¹ Nesse montante não estão incluídos os valores referentes ao INSS, ao INCRA, ao Banco Central e à Procuradoria da Fazenda Nacional. Fonte: Dep. de Cálculos e Perícias (PGU).

ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, inciso V da Constituição)

**RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ACOMPANHAMENTO
LEGISLATIVO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PREÂMBULO

Trata-se do Relatório Anual que faz a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, nos termos do artigo 130-A, § 2º, V, da Constituição Federal e artigos 127, §§ 1º e 2º, e 128, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos termos do artigo 128, parágrafo único, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, o Relatório Anual desta Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo versará sobre:

- a) avaliação de desempenho dos órgão e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um de seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;
- b) as atividades desenvolvidas pelo Conselho e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público.

A satisfação da primeira parte do relatório (item *a*), por certo, pressupõe a colaboração do Ministério Público dos Estados e da União, com o envio dos gráficos e dados necessários para a elaboração pormenorizada do relatório. Em vista disso, enviou-se Ofício Circular (nº 1/2005) por esta Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo aos diversos Estados da Federação e ao Distrito Federal com vistas à elaboração das planilhas demonstrativas.

A resposta a aludido ofício não veio, todavia, a contento, prejudicando uma análise global da situação dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, de forma que a elaboração do relatório sem a disponibilização dos devidos dados, nesse particular, tornou-se, parcialmente prejudicada. Assim, em um primeiro ponto, faz-se, apenas, sucinta exposição do material enviado pelos Ministérios Públicos dos seguintes Estados da Federação: Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe.

Em um segundo momento, faz-se uma abordagem das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal.

Por fim, exposição das medidas e providências necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público.

Conjuntamente com a parte principal, seguem três anexos compostos pelas atas das sessões ordinárias e extraordinárias, texto das Resoluções editadas por este Conselho Nacional no âmbito de suas atribuições e material enviado pelo Ministério Público dos Estados.

I – Da avaliação de desempenho dos órgão e membros do Ministério Público, com publicação de dados estatísticos sobre cada um de seus ramos, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos

Material de análise: respostas dos Ministérios Público dos Estados ao Ofício Circular n. 1/2005 expedido pela Comissão de Planejamento Estratégico, a qual solicitou as seguintes informações, com vistas à elaboração do presente relatório:

- 1 – planejamento estratégico do Ministério Público dos Estados;
- 2 – avaliação do desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos;
- 3 – indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público, além daquelas que já foram apresentadas ao CNMP pelo Colégio Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça.

a) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE:

1 – Planejamento estratégico:

- sem dados disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- mapa estatístico dos feitos processuais das Procuradorias e Promotorias (2005);
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

b) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

1 – Planejamento estratégico:

- Planejamento Estratégico (período: 2004-2009);
- objetivos gerais e estratégias, com enfoque para as seguintes áreas de atuação: consumidor, meio ambiente, saúde, educação, patrimônio público, infância e juventude, ordem tributária, combate ao crime organizado, área criminal, fundações e área cível.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Matriz programática orçamentária – Plano Plurianual (até 2007);
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

c) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

1 – Planejamento estratégico:

- sem elementos disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- período: 2004;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

d) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1 – Planejamento estratégico:

- sem elementos disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Execução Orçamentária referente apenas ao exercício de 2004.
- Dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas no âmbito Cível, Criminal e da Infância e Juventude – movimentação processual (período janeiro/2005 a outubro/2005);
- Dados estatísticos relativos à movimentação da Administração de Recursos Humanos apurados até 07/11/2005;
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

e) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO

1 – Planejamento estratégico:

- período: 2004-2007;
- projetos e atividades constantes do Plano Plurianual de Investimentos; Planos de Trabalho Anual;
- relatório de gestão do biênio 2003-2004.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Demonstrativos em gráficos de gestão à vista da execução orçamentária dos projetos-investimentos, atividades de custeio, ações de informática (tecnologia e despesa com pessoal);
- sem elementos disponíveis para os demais dados.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- Importância da implantação de programas e projetos, em nível nacional, voltados para o desenvolvimento e melhoria da gestão para resultado, para fins de captação de recursos, em virtude da limitação orçamentária que os Ministérios vêm passando.

f) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1 – Planejamento estratégico:

- período: 2005;
- Plano Geral de Atuação: prevê a atuação em áreas prioritárias identificadas regionalmente, visando melhor atendimento às questões sociais mais urgentes em cada região do Estado.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem dados disponíveis.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem elementos disponíveis.

g) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

1 – Planejamento estratégico:

- em andamento o planejamento estratégico com vistas à 2006/2010.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- relatório das atividades funcionais (período janeiro a junho de 2005);

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

h) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1 – Planejamento estratégico:

- Plano Geral de Atuação Institucional 2003/2005.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Aferição de Desempenho dos órgão da Administração: Projeto Interiorização (questionário 15 de julho de 2005);
- demais dados não disponíveis;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

i) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

1 – Planejamento estratégico:

- Plano Geral de Atuação; período: 2004-2006.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- Relatório de Gestão Institucional e Relatório de Auditoria Interna (período: 2004)
- demais dados não disponíveis;

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

j) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

1 – Planejamento estratégico:

- dados não disponíveis.

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem elementos.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

k) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

1 – Planejamento estratégico:

- Plano Anual de ação do Ministério Público de Sergipe (período: 2006).

2 – Avaliação de Desempenho dos órgãos e membros do Ministério Público, com dados estatísticos em que estejam discriminados execução orçamentária, movimentação processual, recursos humanos e tecnológicos:

- sem elementos para o ano de 2005.

3 – Indicação de medidas e providências que julgar importantes ao desenvolvimento do Ministério Público:

- sem manifestação.

II – Das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público no âmbito de suas atribuições

a) Durante este primeiro ano de existência do Conselho Nacional do Ministério Público, foram realizadas:

- **06 (seis) sessões ordinárias:**

08/07/2005;

08/08/2005;

05/09/2005;

03/10/2005;

07/11/2005 (na cidade de Belo Horizonte por ocasião da realização do Congresso Nacional do Ministério Público brasileiro);

05/12/2005.

- **02 (duas) sessões extraordinárias:**

21/11/2005;

16/12/2005.

Obs.: Atas das sessões ordinárias e extraordinárias: ANEXO I.

b) Quantitativo de **procedimentos enviados ao Conselho Nacional do Ministério Público até 19/12/2005:**

- **129 (cento e vinte e nove) procedimentos:**

07 (sete) aguardando resposta de ofício expedido;

10 (dez) pendentes de julgamento/inclusos em pauta;

05 (cinco) em secretaria;

04 (quatro) enviados a Conselheiros;

10 (dez) julgados;
03 (três) arquivados;
06 (seis) enviados ao Relator;
02 (dois) sobrestados;
01 (distribuído); e
06 (seis) autuados.

c) Procedimentos na Corregedoria Nacional do Ministério Público até 30/11/2005:

• **71 (setenta e um) procedimentos:**

13 (treze) aguardando resposta de ofício expedido;
35 (trinta e cinco) conclusos;
10 (dez) sobrestados;
03 (três) aguardando prazo para recurso;
01 (um) remetido ao Procurador-Geral da República;
01 (um) redistribuído; e
08 (oito) arquivados.

Resta ressaltar, por fim, a edição de 03 (três) salutaros atos normativos – **Resoluções** – por este Conselho Nacional do Ministério Público.

A Resolução de n. 01, de 07 de novembro de 2005, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros do Ministério Público e dá outras providências.

A Resolução n. 02 de 21 de novembro de 2005 que dispõe sobre os critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento de membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

A Resolução n. 3, por sua vez, editada em 16 de dezembro de 2005, dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.

Obs.: texto das Resoluções Editadas pelo Conselho Nacional: ANEXO II.

III – Das medidas e providências necessárias para o desenvolvimento do Ministério Público

Cumprе salientar, *ad instar* do que já ocorreu anteriormente, a escassez das informações prestadas pelos Ministérios Públicos dos Estados, impossibilitando a verificação das demandas específicas existentes na diferentes localidades do país. Dessa forma, faz-se um apanhado, em termos gerais, das providências necessárias e mais urgentes ao desenvolvimento do Ministério Público, e mais precipuamente deste Conselho, as quais passa-se a enumerar.

A fundamental aprovação do Projeto de Lei enviado pelo Procurador-Geral da República objetivando a regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público é necessidade premente. A estruturação e organização deste Conselho culminará com a otimização de seus serviços.

Outro fator de destaque é a criação de ouvidorias do Ministério Público, por meio de leis da União e dos Estados, com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público. Tal implementação permitirá uma maior interação do órgão do Ministério Público com a sociedade em geral, ampliando o acesso dos cidadãos às atividades deste Conselho.

Na seara legislativa, tem relevância, ainda, a edição de Leis, por parte dos Estados da Federação, que contemplem a paridade salarial entre os membros do Ministério Público e da Magistratura. De fato, não obstante a previsão constitucional, muitas unidades da Federação ainda não implementaram tal isonomia. Dessa forma, o Conselho Nacional do Ministério Público se solidariza aos Ministérios Públicos que, por razões outras, sobretudo por percalços naturais de ordem política-institucional, ainda não obtiveram referido amparo legal garantidor de maior dignidade na sua atuação.

O acompanhamento dos Projetos de Lei que interessam ao Ministério Público e que se encontram em tramitação no Congresso Nacional vem, também, somar às finalidades deste Conselho, como forma de resguardar o exercício das garantias dos membros do Ministério Público e das finalidades essenciais da Instituição.

Por fim, sabe-se que o provimento dos cargos vagos, no âmbito do Ministério Público dos Estados, muitas vezes é obstaculizado, em virtude da impossibilidade financeira imposta pelo escasso percentual estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É fato notório a existência de inúmeros cargos vagos de Promotor de Justiça, os quais desprovidos, não por razões de natureza operacional de cada Procurador-Geral de Justiça, mas sim em virtude do óbice imposto pela LRF. Dessa forma, vem o Conselho Nacional do Ministério Público sugerir a modificação do percentual destinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao Ministério Público, ou mesmo, conforme o caso, a modificação da base de incidência de tal percentual, aumentando-se a verba destinada à Instituição.

É o relatório.

Paulo Sérgio Prata Rezende

Presidente

Hugo Cavalcanti Melo Filho

Membro

Luciano Chagas da Silva

Membro

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NA FAMÍLIA MINION, PARA TEXTOS, E
CAECILIA, PARA TÍTULOS, E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
COUCHÊ FOSCO 120 g/m², EM FEVEREIRO DE 2006.